



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/2015



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 134/2013 e 139/2014, da Portaria TCU nº 90/2014 e das instruções publicadas na página da *intranet* do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/2015

**LISTA DE DIRIGENTES**

NOME	CPF	CARGO/FUNÇÃO
Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA	***.150.618-**	Diretor-Geral
Maj Brig Ar WANDER ALMODOVAR GOLFETTO	***.058.268-**	Vice-Diretor
Brig Eng R1 CARLOS ANTÔNIO DE MAGALHÃES KASEMODEL	***.296.278-**	Chefe do Subdepartamento de Administração
Brig Eng RONALDO YUAN	***.310.277-**	Chefe do Subdepartamento Técnico
Brig Ar JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO	***.971.178-**	Chefe do Subdepartamento de Desenvolvimento e Programas

**LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

ABENDI – Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivo e Inspeção  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AEB – Agência Espacial Brasileira  
AGU – Advocacia-Geral da União  
AIAB – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil  
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil  
BCA – Boletim do Comando da Aeronáutica  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
C&T – Ciência e Tecnologia  
CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica  
CELOG – Centro Logístico da Aeronáutica  
CENCIAR – Centro de Controle Interno da Aeronáutica  
CENIPA – Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CIAAR – Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica  
CJU-SJC – Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos  
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara  
CLBI – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CO-DCTA – Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial  
COMAER – Comando da Aeronáutica  
COMGAP – Comando-Geral de Apoio  
COMGEP – Comando-Geral do Pessoal  
CONDIR – Conselho de Direção  
COPAC – Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate  
CPORAER-SJ – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos  
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação  
DBR – Declaração de Bens e Rendas  
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial  
DGCTA – Diretor-Geral do DCTA  
DIRAP – Diretoria de Administração do Pessoal  
DIRENG – Diretoria de Engenharia da Aeronáutica  
DIRINT – Diretoria de Intendência da Aeronáutica  
DIRSA – Diretoria de Saúde da Aeronáutica  
DOFC – Diário Oficial da União (sigla anterior a DOU)

DOU – Diário Oficial da União  
EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica  
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ESA – Agência Espacial Europeia  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FAER – Fundo Aeronáutico  
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FTB - Foguete de Treinamento Básico  
FTI – Foguete de Treinamento Intermediário  
FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais  
GIA-SJ – Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos  
GUARNAE-SJ – Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos  
HELIBRÁS – Helicópteros do Brasil S/A  
IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço  
ICA – Instrução do Comando da Aeronáutica  
ICT – Instituições Científicas e Tecnológicas  
IEAV – Instituto de Estudos Avançados  
IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial  
ILA – Instituto de Logística da Aeronáutica  
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPEV – Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo  
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LTP – Laboratório de Trem de Pouso  
MAER – Ministério da Aeronáutica  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MD – Ministério da Defesa  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MEC – Ministério da Educação  
MIT – *Massachusetts Institute of Technology*  
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica  
NPA – Norma Padrão de Ação  
ODS – Órgão de Direção Setorial  
*Offset* – Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica

OM – Organização Militar  
OMS – Organização Militar Subordinada  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAM/S – Pedido de Aquisição de Material/Serviço  
PASJ – Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos  
PEPD - Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
PEMAER – Plano Estratégico Militar da Aeronáutica  
PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais  
PNDAE – Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais  
PPA – Plano Plurianual  
RH – Recursos Humanos  
ROCA – Regulamento de Organização do Comando da Aeronáutica  
SDA – Subdepartamento de Administração, do DCTA  
SDDP – Subdepartamento de Desenvolvimento e Programas, do DCTA  
SDT – Subdepartamento Técnico, do DCTA  
SEFA – Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIGPES – Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal  
SIGPIMA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imóvel da Aeronáutica  
SISCEAB – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro  
SISMETRA – Sistema de Metrologia Aeroespacial  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UG – Unidade Gestora  
UGE – Unidade Gestora Executora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
VDCTA – Vice-Direção do DCTA

**LISTA DE TABELAS**

<b><u>TÍTULO</u></b>	<b><u>PÁGINA</u></b>
Tabela 4.1 – Vinculação das Competências Institucionais com os Objetivos Estratégicos.....	38
Tabela 4.2 – Vinculação dos Objetivos do PPA com os Objetivos Setoriais.....	39
Tabela 7.1.2 – Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho .....	113
Tabela 8.1 – Frota de Veículos do DCTA.....	121
Tabela 9.1 – Sistemas Computacionais.....	129

**LISTA DE QUADROS**

<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	21
Quadro A.1.2.4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	24
Quadro A.1.3 – Macroprocessos Finalísticos – Atividades.....	28
Quadro A.1.3.1 – Macroprocessos Finalísticos – CLA.....	145
Quadro A.1.3.2 – Macroprocessos Finalísticos – CLBI.....	146
Quadro A.1.3.2.2 - Receitas próprias decorrentes dos Macroprocessos Finalísticos	30
Quadro A.1.3.3 – Macroprocessos Finalísticos – COPAC.....	147
Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE.....	150
Quadro A.1.3.5 – Macroprocessos Finalísticos – ITA.....	171
Quadro A.1.3.6 – Macroprocessos Finalísticos – IEAV.....	172
Quadro A.1.3.7 – Macroprocessos Finalísticos – IFI.....	177
Quadro A.1.3.8 – Macroprocessos Finalísticos – IPEV.....	182
Quadro A.1.3.9 – Macroprocessos Finalísticos – CPORAER-SJ.....	186
Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	187
Quadro A.4.2.2 – Objetivo – 463.....	45
Quadro A.4.2.3.1.1 - Ação 7U72 – Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X.....	48
Quadro A.4.2.3.1.2 - Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2.....	49
Quadro A.4.2.3.1.3 - Ação 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas.....	50
Quadro A.4.2.3.1.4 - Ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X).....	51
Quadro A.4.2.3.1.5 - Ação 123J – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X-BR).....	52
Quadro A.4.2.3.1.6 - Ação 212H – Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais.....	54
Quadro A.4.2.3.2.1 – Ação 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.....	55
Quadro A.4.2.3.2.2 – Ação 20X8 – Graduação e Pós-Graduação do ITA.....	59
Quadro A.4.2.3.2.3.A – Ação 20XB – Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor aeroespacial (COMAER).....	61
Quadro A.4.2.3.2.3.B – Ação 20XB – Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor aeroespacial (FAER).....	63
Quadro A.4.2.3.2.4 – Ação 20XC – Funcionamento dos Centros de Lançamento....	65
Quadro A.4.2.3.2.5 – Ação 8969 – Aquisição de aeronaves.....	66
Quadro A.4.2.3.3.1 – Ação 5408 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados.....	68



<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
Quadro A.4.2.3.3.2 – Ação 4404 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial.....	68
Quadro A.4.2.3.3.3 – Ação 2899 – Suporte ao Desenvolvimento Industrial.....	69
Quadro A.4.2.3.3.4 – Ação 2507 – Curso de Pós-Graduação.....	69
Quadro A.4.2.3.3.5 – Ação 2685 – Curso de Graduação em Engenharia.....	70
Quadro 4.4.1 – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC).....	190
Quadro 4.4.2 – Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG).....	193
Quadro 4.4.3.1 – Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS).....	195
Quadro 4.4.3.2 - Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI).....	197
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa....	202
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa ...	205
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	94
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	95
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade.....	97
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	98
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse .....	99
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse .....	100
Quadro A 6.6.1 – Concessão de Suprimento de Fundos.....	101
Quadro A 6.6.2 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	102
Quadro A 6.6.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos.....	206
Quadro A.6.8.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – CLA.....	104
Quadro A.6.8.2 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – CLBI.....	105
Quadro A.6.8.3 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – GIA-SJ.....	106
Quadro A.6.8.4 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – COPAC.....	107
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .....	108
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	109

<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....	110
Quadro 7.1.3 – Custos de Pessoal.....	209
Quadro A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	115
Quadro A.7.2.4- Composição do Quadro de Estagiários .....	118
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	123
Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .....	210
Quadro A 8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.....	220
Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ .....	255
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	132
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	133
Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .	258
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	134
Quadro A.11.4 – Medidas adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	135
Quadro A.12.2.1 – Custos de Serviço Público.....	262
Quadro A.12.2.2 – Custos de Diárias Militares e Cíveis.....	263
Quadro A.12.2.3 – Custos na Manutenção e Conservação de Imóveis.....	264
Quadro A.12.2.4 – Custos Orçamentários por Atividades.....	265
Quadro A.12.2.5 – Custos Patrimoniais por Atividades.....	269
Quadro A.12.2.6 – Custos dos Programas.....	277
Quadro A.12.2.7 – Custos das Unidades Administrativas.....	289

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b><u>TÍTULO</u></b>	<b><u>PÁGINA</u></b>
Gráfico 1 – Evolução dos Indicadores nos anos 2013/2014.....	199
Gráfico 2 – Evolução dos Indicadores Direcionadores do SCTC.....	199
Gráfico 3 – Evolução dos Indicadores Direcionadores do CACIG.....	200
Gráfico 4 – Evolução dos Indicadores Direcionadores do EAF-AI.....	200
Gráfico 5 – Recursos Recebidos/Solicitados.....	201

**LISTA DE FIGURAS**

<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
Figura 1.3 Organograma do DCTA.....	24

**LISTA DE ANEXOS**

<b><u>TÍTULO</u></b>	<b><u>PÁGINA</u></b>
ANEXO A – Macroprocessos Finalísticos.....	145
ANEXO B – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	187
ANEXO C – Indicadores do Desempenho Operacional do DCTA.....	190
ANEXO D – Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	202
ANEXO E – Suprimento de Fundos.....	206
ANEXO F – Custos de Pessoal.....	209
ANEXO G – Patrimônio.....	211
ANEXO H – Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	258
ANEXO I – Custos do Serviço Público.....	262
ANEXO J – Custos de Diárias Militares e Civas.....	263
ANEXO K – Custos na Manutenção e Conservação de Imóveis.....	264
ANEXO L – Custos Orçamentários por Atividades.....	265
ANEXO M – Custos Patrimoniais por Atividades.....	269
ANEXO N – Custos dos Programas.....	277
ANEXO O – Custos das Unidades Administrativas.....	289

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE DIRIGENTES.....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS.....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....</b>	<b>21</b>
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	21
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	21
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	22
1.2.1 Finalidade da UJ.....	22
1.2.2 Competências da UJ.....	23
1.2.3 Organograma Funcional.....	24
1.2.4 Áreas ou subunidades estratégicas.....	24
1.3 Macroprocessos Finalísticos.....	27
1.3.1 Descrição dos Macroprocessos Finalísticos.....	27
1.3.1.1 Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.....	27
1.3.1.2 Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.....	27
1.3.1.3 Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.....	27
1.3.1.4 Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.....	28
1.3.2 Forma de Condução dos Macroprocessos.....	28
1.3.2.1 Produtos e serviços decorrentes dos Macroprocessos Finalísticos.....	29
1.3.2.2 Geração de receitas próprias decorrentes dos Macroprocessos Finalísticos.....	30
<b>2 INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA.....</b>	<b>31</b>
2.1 Estrutura de Governança.....	31
2.2 Sistema de Correição.....	34
2.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	34
<b>3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>35</b>
3.1 Canais de acesso do cidadão.....	35
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	35
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	35

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada.....	35
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.....	35
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade.....	35
<b>4 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>36</b>
4.1 Planejamento da Unidade.....	36
4.1.1 Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do DCTA (PEPD).....	36
4.1.2 Plano Setorial do DCTA.....	37
4.1.3 Programa de Trabalho das OMS.....	37
4.1.4 Objetivos Setoriais.....	38
4.1.5 Vinculação das Competências Institucionais com o Plano Estratégico (Obj Setoriais).....	38
4.1.6 Objetivos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.....	39
4.1.7 Vinculação dos Objetivos do PPA com os Objetivos Setoriais.....	39
4.1.8 Missão do DCTA.....	39
4.1.9 Fatores Críticos de Sucesso do DCTA.....	39
4.1.10 Riscos Identificados.....	40
4.1.10.1 Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica.....	40
4.1.10.2 Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado.....	40
4.1.10.3 Estabilidade de Aporte Financeiro.....	41
4.1.11 Estratégias Adotadas para Mitigação do Risco.....	41
4.1.11.1 Relativas à Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica.....	41
4.1.11.2 Relativas à Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado.....	42
4.1.11.3 Relativas à Estabilidade de Aporte Financeiro.....	43
4.1.12 Gerenciamento dos Riscos.....	44
4.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	45
4.2.1 Programa Temático.....	45
4.2.2 Objetivo.....	45
4.2.2.1 Análise Situacional.....	46
4.2.3 Ações.....	48
4.2.3.1 Ações – OFSS.....	48
4.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS.....	55
4.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	68
4.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	70
4.3 Informações sobre outros resultados de Gestão.....	70
4.3.1 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), atendendo ao item 41 da parte B, da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.....	70
4.3.1.1 Projeto AAE.....	71
4.3.1.2 Projeto AM-X.....	72
4.3.1.3 Projeto CL-X2.....	74
4.3.1.4 Projeto E-99M.....	74
4.3.1.5 Projeto F-X2.....	76
4.3.1.6 Projeto F-5BR.....	76
4.3.1.7 Projeto H-XBR.....	77

4.3.1.8 Projeto KC-X.....	79
4.3.1.9 Projeto KC-X – Aquisição.....	80
4.3.1.10 Projeto LINK-BR2.....	81
4.3.1.11 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-Darter).....	82
4.3.1.12 Projeto MAA-1B.....	84
4.3.1.13 Projeto MAR-1 Fase 2 (Míssil Antirradiação).....	85
4.3.1.14 Projeto P-3BR.....	87
4.3.1.15 Projeto SARP - MD.....	88
4.3.1.16 Projeto VU-Y.....	89
4.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional.....	89
4.4.1 Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica.....	90
4.4.2 Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado.....	90
4.4.3 Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro.....	90
4.4.3.1 Órgãos Superiores.....	90
4.4.3.2 Âmbito Interno.....	91
4.4.4 Evolução dos Indicadores do DCTA.....	91
4.4.5 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) – Indicadores.....	91
4.5 Informações sobre custos de produtos e serviços.....	91
<b>5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>92</b>
<b>6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>93</b>
6.1 Programação e Execução das despesas.....	93
6.1.1 Programação das despesas.....	93
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	93
6.1.3 Realização da Despesa.....	93
6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	93
6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	93
6.1.3.3 Despesas por Grupo de Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	93
6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	93
6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	94
6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	95
6.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa.....	96
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	97
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	98
6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	98
6.4.1 Análise Crítica.....	98
6.5 Transferências de Recursos.....	98
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	98
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	99
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	99



6.5.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	99
6.5.5	Análise Crítica.....	100
6.5.6	Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) – Item 65 da Parte B da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.....	101
6.5.6.1	Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	101
6.6	Suprimento de Fundos.....	101
6.6.1	Concessão de Suprimento de Fundos.....	101
6.6.2	Utilização de Suprimento de Fundos.....	102
6.6.3	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	102
6.6.4	Análise Crítica.....	102
6.7	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	103
6.8	Alimentação SIASG E SICONV.....	104

## **7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....108**

7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	108
7.1.1	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada.....	108
7.1.1.1	Lotação.....	108
7.1.2	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	112
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	114
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal.....	114
7.1.4.1	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	114
7.1.4.2	Terceirização Irregular de Cargos.....	114
7.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoas.....	114
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	114
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	115
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	115
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	117
7.2.3	Análise Crítica do item 7.2.1.....	117
7.2.4	Contratação de Estagiários.....	118
7.3	Medidas adotadas para revisão dos Contratos Vigentes Firmados conforme Lei nº 12.546/2011 e Decreto 7828/2011.....	119

## **8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....120**

8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	120
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	123
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial.....	123
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	123
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	123
8.2.4	Análise Crítica.....	123
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	128

## **9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....129**

9.1 Sistemas Computacionais do DCTA.....	129
<b>10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.</b>	<b>133</b>
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	133
<b>11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....</b>	<b>134</b>
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	134
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	134
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	134
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	134
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	134
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	134
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	134
11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	135
<b>12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>136</b>
12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	136
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.....	137
12.3 Conformidade Contábil.....	140
12.4 Declaração do Contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis.....	141
12.4.1 Declaração com Ressalva.....	141
<b>13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>142</b>
<b>14 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>15 - ANEXOS.....</b>	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo apresentar os atos de gestão praticados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) durante o exercício de 2014, com informações relevantes da atuação estratégica e operacional adotadas para o desenvolvimento de suas atividades e para o alcance dos resultados atingidos.

Para sua elaboração observou-se as normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) estando estruturado em 14 capítulos. Inicialmente, são apresentadas as informações para identificação desta UJ, de sua estrutura funcional e normas relacionadas à sua organização, bem como os macroprocessos que caracterizam a atuação de todas as Organizações Militares integrantes do DCTA e, ainda, os principais produtos e serviços deles decorrentes. No Capítulo 2 são apresentadas a estrutura de governança e de autocontrole da gestão, explicitando os mecanismos de controle interno adotados, dentre outros aspectos. No Capítulo 3, Relacionamento com a Sociedade, a apresentação dos dados é de responsabilidade do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), ficando a cargo de cada UJ a apresentação das Medidas Relativas à acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. O Capítulo 4 descreve o planejamento, nos níveis estratégico, tático e operacional apresentando, dentro da estrutura orçamentária do governo, os resultados alcançados na execução das Ações vinculadas ao Objetivo 0463, os principais indicadores de desempenho operacional utilizados para o gerenciamento dos riscos envolvidos e informações sobre custos de produtos e serviços. Já o Capítulo 5 trata do Ambiente de Atuação, descrevendo a caracterização e o comportamento do mercado de atuação do DCTA. Os capítulos de 6 a 10 tratam da execução orçamentária e financeira, das gestões de pessoal e custos relacionados de patrimônio, de tecnologia da informação e do uso dos recursos renováveis/sustentabilidade ambiental, respectivamente. O tratamento das deliberações exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das recomendações emitidas pelo OCI e o cumprimento da obrigação de entrega da declaração de bens e rendas dos Servidores civis e dos Agentes da administração são discorridos no Capítulo 11. O Capítulo 12 trata das Informações Contábeis, fornecidas pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). No capítulo 13 são apresentadas outras informações sobre a gestão consideradas relevantes à demonstração plena do desempenho da Unidade Jurisdicionada (UJ), no exercício, e no capítulo final é apresentada uma breve Conclusão.

Conforme Decisão Normativa TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013, e Portaria -TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, o Capítulo 5, que trata sobre o “Ambiente de Atuação” não é apresentado neste Relatório de Gestão, pois não se aplica à natureza desta UJ.

### **Principais realizações e dificuldades encontradas na gestão do DCTA em 2014:**

Com relação aos projetos, detalhados neste Relatório, merecem destaque em 2014 a assinatura do contrato para a aquisição dos caças Gripen NG, a apresentação do 1º protótipo do KC-390 e o recebimento de mais unidades de caças F-5 e A-1 modernizados, além de 07 helicópteros H-XBR, dentre outros.

Desenvolvido por uma das OMS do DCTA, o IEAV, foi entregue em 2014 a oitava construção do Projeto PMA II, Sistema de Planejamento de Missões Aéreas, ao Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), contendo novas funcionalidades, e assim permitindo melhorar o desempenho das missões aéreas, economia de meios, aperfeiçoamento da instrução operacional das equipagens de combate, etc.

Nas ações de capacitação, o DCTA, por intermédio do IPEV, realizou o Curso de Preparação para Recebimento de Aeronaves, na modalidade Asa Fixa (XXVI CPRA-AF); formou, pelo ITA, 94 Engenheiros no curso de graduação e 231 alunos no curso de pós-graduação e formou, por meio do CPORAER-SJ, 166 Aspirantes a Oficial de Infantaria da Reserva de 2ª classe, 34 Aspirantes a Oficial do Quadro de Oficiais Convocados, 21 Tenentes do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica e 56 Sargentos do Quadro de Sargentos convocados;

Um importante marco foi a realização do primeiro pedido internacional de patente, feito pelo IFI, por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/DCTA). Trata-se do primeiro pedido internacional de patente de invenção, no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sediada na cidade de Genebra, Suíça, intitulado *”Dispositivo de Identificação Portátil, objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos, método de identificação de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos e sistema de prevenção de retenção de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos”*, de titularidade do ITA.

No que se refere aos Centros de Lançamento, destaca-se em 2104 o lançamento do foguete VS-30 V13 durante a Operação Raposa, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Dentre outros objetivos, a campanha serviu para o treinamento das equipes do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e do CLA na operação e lançamento de motores a propelente líquido, visando aplicação no desenvolvimento de futuros veículos lançadores de satélites. O experimento EPL (Estágio Propulsivo Líquido) funcionou durante todo o período previsto de 90 segundos, queimando oxigênio líquido e etanol. O EPL consiste do Motor L5, desenvolvido pelo IAE e o Sistema de Alimentação (SAMF), desenvolvido pela empresa brasileira Orbital Engenharia.

Na área de recursos humanos, destaca-se o provimento em 2014 de 247 novos servidores, aprovados no concurso público realizado em 2013, revestindo-se de grande significado para a gestão de Recursos Humanos (RH), tendo em vista os claros existentes e a expectativa de aposentadorias que agravarão o quadro de insuficiência de pessoal.

Dentre os obstáculos encontrados para a plena execução dos objetivos traçados para o exercício em referência, o DCTA enfrentou dificuldades recorrentes para a execução do orçamento em sua totalidade, tendo havido anulação de valores para os créditos cujo processamento não foi finalizado dentro do prazo de execução orçamentária autorizado. Isto ocorreu devido a questões normativas, que causaram embaraço no andamento de processos, à demora na liberação dos créditos orçamentários e ao elevado tempo para análise dos processos demandados pelas Assessorias Jurídicas (CJU-SJC e CJU-RN), concorrendo para a inexecução de recursos de algumas Ações Orçamentárias. A melhoria da execução orçamentária representa hoje o maior desafio de gestão para o cumprimento da missão desta UJ e realização de sua visão de futuro.

Neste cenário, com foco na melhoria e maior eficiência da gestão, implementaram-se ações mitigadoras como a criação da Divisão de Acompanhamento do Desempenho Institucional (DDI), aprovada pela Portaria DCTA nº 219, de 18 de julho de 2014, com o objetivo de contribuir para um melhor controle da gestão, por meio do acompanhamento do desempenho do DCTA e das suas OMS, a partir de análises de inspeções periódicas, de dados estatísticos e de indicadores.

# 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 – Identificação – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Defesa			Código SIORG: 53
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial			
Denominação Abreviada: DCTA			
Código SIORG: 53	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 120110	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.429/0044-40	
Principal Atividade: DEFESA			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de contato:	(012) 3947-6690	(012) 3947-6779	(012) 3941-3700 - FAX
Endereço Eletrônico: cta@cta.br			
Página na Internet: www.cta.br			
Endereço Postal: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1941, Parque Martim Cererê, CEP 12.227-000, São José dos Campos, São Paulo			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>I - <b>Dec. nº 60.521, de 31 mar. 1967</b> - estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Aeronáutica – previsão do Comando-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento (revogado pelo Dec. nº 5.196, de 26 ago. 2004).</p> <p>II - <b>Dec. nº 64.199, de 14 mar. 1969</b> - cria o Núcleo do Comando-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento (revogado pelo Dec. s/n 0-003, de 10 maio 1991, publicado no DOFC, em 13 maio 1991, págs. 8.902 a 8.937).</p> <p>III - <b>Dec. nº 65.450, de 17 out. 1969</b> - altera a denominação do Comando-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento, dada pela Dec. nº 60.521/1967, para Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento, desativa o Núcleo do Comando Geral de Pesquisa e Desenvolvimento, ativa o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento e aprova seu Regulamento (revogado pelo Dec. nº 5.196, de 26 ago. 2004).</p> <p>IV – <b>Dec. nº 6.834, de 30 abr. 2009</b> - altera a denominação de Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial para Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<p>I - <b>RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”</b>, aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU nº 217, de 13 nov. 2009, e no BCA nº 217, de 23 nov. 2009 – define a estrutura organizacional da Aeronáutica, na qual está inserido o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (alínea g, inc. V, art. 2º) com suas organizações subordinadas (art. 45).</p> <p>II - <b>ROCA 20-4 “Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”</b>, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 jan. 2010, publicada no BCA nº 14, de 21 de janeiro de 2010. – aprova a finalidade e estrutura básica do DCTA.</p> <p>III - <b>RICA 20-3 “Regimento Interno do DCTA”</b>, aprovado pela Portaria DCTA nº 210/DNO, de 13 jun. 2013, publicada no BCA nº 114, de 18 jun. 2013 – aprova a estrutura complementar do DCTA.</p>			

Quadro A.1.1.1 – Identificação – Relatório de Gestão Individual	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
DCTA	
I - PCA 11-53 “Plano Setorial do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”, aprovado pela Portaria DCTA nº R-3/DPL, de 13 de janeiro de 2014.	
II – PCA 80-1 “Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial”, aprovado pela Portaria DCTA nº 364/DPL, de 17 de outubro de 2014.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
120013	CLA
120015	CLBI
120016	GIA-SJ
120108	COPAC
120110	DCTA
120140	ITA
120141	IAE
120142	IEAV
120143	IFI
120225	CO-DCTA
120298	CPORAER-SJ
120299	IPEV
120512	PASJ
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120013	00001
120015	
120016	
120108	
120110	
120140	
120141	
120142	
120143	
120225	
120298	
120299	
120512	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
52111	Comando da Aeronáutica
52911	Fundo Aeronáutico

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

### 1.2.1 Finalidade da UJ

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

### 1.2.2 Competências da UJ

De acordo com o Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial ROCA 20-4, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010, compete ao DCTA:

I - dirigir, organizar, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades científicas, tecnológicas, de certificação, de fomento industrial, de metrologia, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de compensação comercial, industrial e tecnológica (*Offset*), relacionadas com os setores aeronáutico e espacial de interesse do COMAER;

II - supervisionar a formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse do campo aeroespacial, em geral, e do COMAER, em particular;

III - propor alterações nas políticas do Comando da Aeronáutica voltadas para a área de ciência, tecnologia e inovação e na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE);

IV - supervisionar a execução de atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, para fins de pagamento de *royalties*, fazendo a definição das novas instituições científicas e tecnológicas (ICT) no COMAER;

V - estabelecer a ligação com os órgãos externos ao COMAER para o trato dos assuntos relativos a sua área de atuação;

VI - gerenciar os programas de aquisição, modernização e desenvolvimento de sistemas e materiais aeronáuticos e bélicos afetos ao DCTA; e

VII - executar as atribuições referentes ao Órgão Central do Sistema de Metrologia Aeroespacial (SISMETRA) e do Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aeroespacial (SDCTAer) de acordo com legislação específica.

Conforme expresso no Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, o Comando da Aeronáutica participa do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (SINDAE). Em consequência, e de acordo com o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), o DCTA deve contribuir com o setor espacial.

Consta no PNAE a participação do DCTA nos projetos de Veículos Lançadores de Satélites (VLS-1, VLM-1, VLS-ALFA, VLS-BETA), de Veículos Suborbitais para experimentos em ambiente de microgravidade (Veículos de Sondagem VS-30, VS-40, VSB-30 e plataforma suborbital SARA).

O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) estabelece que o DCTA, por meio de suas Organizações Militares Subordinadas, deve contribuir para o desenvolvimento do País por meio de:

a) atividades de Ensino, promovendo cursos de graduação, cursos de pós-graduação, cursos de extensão, de especialização e de capacitação tecnológica;

b) pesquisa, desenvolvimento e inovação, operações de lançamento e serviços tecnológicos em sistemas aeronáuticos, espaciais e de defesa, desenvolvendo soluções científico-tecnológicas;

c) pesquisas aplicadas e desenvolvimento experimental em tecnologias e sistemas aeroespaciais, bem como em pesquisa básica para a aquisição de novos conhecimentos, com o objetivo de aplicação futura em tecnologias e sistemas aeroespaciais;

d) fomento industrial, com as atividades de análise empresarial, de compensação comercial, industrial e tecnológica, analisando a pertinência de empresas, produtos e serviços

quanto a incentivos fiscais e pela execução de ações que possibilitem a adequação da capacidade industrial para o atendimento das necessidades de mobilização do Comando da Aeronáutica;

e) proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia sendo realizadas pelo NIT, que concorre para a apropriação do capital intelectual do COMAER;

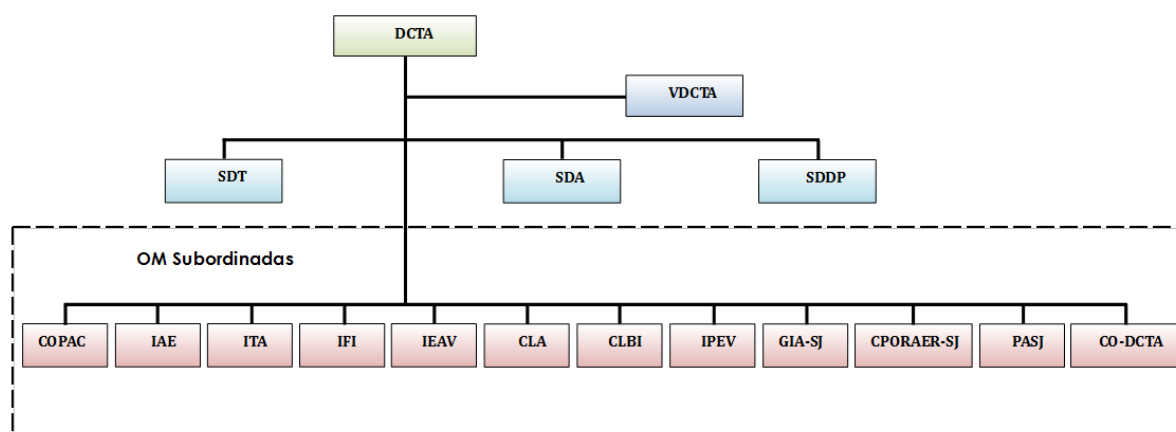
f) busca da aeronavegabilidade continuada e da segurança operacional, por meio da certificação;

g) lançamentos e rastreamento de engenhos aeroespaciais, coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, incluindo testes e experimentos científicos de interesse da Aeronáutica, relacionados com a política nacional de desenvolvimento aeroespacial; e

h) ensaios em voo, fortalecendo o poder aeroespacial por meio de serviços técnicos especializados, geradores de informações valiosas para a pesquisa, o desenvolvimento e a certificação de produtos aeronáuticos.

### 1.2.3 Organograma Funcional

Figura 1 – Organograma do DCTA



### 1.2.4 Áreas ou subunidades estratégicas

Quadro A.1.2.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção	Dirigir, coordenar e controlar as atividades do DCTA bem como assessorar o Comandante da Aeronáutica na formulação das políticas do COMAER voltadas para a área de ciência, tecnologia e inovação.	Ten Brig Ar Gerson Nogueira Machado de Oliveira	Diretor-Geral	01/01/2014 a 09/04/2014
		Ten Brig Ar Alvani Adão da Silva	Diretor-Geral	09/04/2014 a 31/12/2014



Continuação do Quadro A.1.2.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Vice-Direção	Coordenar e supervisionar as atividades de planejamento e execução dos assuntos relativos aos Subdepartamentos e às Organizações Militares (OM) subordinadas, de acordo com as orientações emanadas pelo DGCTA.	Ten Brig Ar Alvani Adão da Silva	Vice-Diretor	01/01/2014 a 09/04/2014
		Maj Brig Ar Wander Almodovar Golfeto	Vice-Diretor	09/04/2014 a 31/12/2014
Subdepartamento Técnico (SDT)	Normatizar, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades técnicas afetas ao DCTA.	Maj Brig Ar Wander Almodovar Golfeto	Chefe	01/01/2014 a 09/06/2014
		Brig Eng Ronaldo Yuan	Chefe	09/06/2014 a 31/12/2014
Subdepartamento de Administração (SDA)	Normatizar, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades administrativas na área de atuação do DCTA.	Brig Eng Leonardo Magalhães Nunes da Silva	Chefe	01/01/2014 a 19/05/2014
		Brig Eng R1 Carlos Antônio de Magalhães Kasemodel	Chefe	19/05/2014 a 31/12/2014
Subdepartamento de Desenvolvimento e Programas (SDDP)	Conduzir as ações necessárias à execução das fases do ciclo de vida do material ou sistema destinado à satisfação de uma necessidade operacional, quando a gerência do programa de aquisição, modernização e/ou desenvolvimento for designada ao DCTA pelo EMAER.	Brig Ar José Augusto Crepaldi Affonso	Chefe	01/01/2014 a 31/12/2014
Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)	Executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse do COMAER.	Cel Eng César Demétrio Santos	Diretor	01/01/2014 a 18/12/2014
		Cel Av Cláudio Olany Alencar de Oliveira	Diretor	18/12/2014 a 31/12/2014
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)	Executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse do COMAER.	Cel Av Maurício Lima de Alcântara	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014
Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ)	Executar as atividades de saúde, de infraestrutura, de apoio administrativo e de segurança e defesa pertinentes ao DCTA e, quando necessário, às demais organizações e frações do COMAER, componentes da Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ).	Cel Int Humberto de Faria Alvim	Chefe	01/01/2014 a 21/02/2014
		Cel Int Alexandre Santana Nogueira	Chefe	21/02/2014 a 31/12/2014

Continuação do Quadro A.1.2.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC)	Gerenciar os projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o Comando da Aeronáutica, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.	Brig Ar José Augusto Crepaldi Affonso	Presidente	01/01/2014 a 31/12/2014
Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE)	Ampliar o conhecimento e desenvolver soluções científico-tecnológicas para fortalecer o Poder Aeroespacial Brasileiro, por meio da Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Operações de Lançamento e Serviços Tecnológicos em sistemas aeronáuticos, espaciais e de defesa.	Brig Eng Carlos Antônio de Magalhães Kasemodel	Diretor	01/01/2014 a 04/04/2014
		Brig Eng Leonardo Magalhães Nunes da Silva	Diretor	04/04/2014 a 31/12/2014
Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	Formar recursos humanos de nível superior e promover o progresso da ciência e da tecnologia no campo aeroespacial, especialmente nas áreas de interesse do COMAER, por meio da educação, ensino, pesquisa e extensão.	Prof Dr Carlos Américo Pacheco	Reitor	01/01/2014 a 31/12/2014
Instituto de Estudos Avançados (IEAV)	Realizar pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento de tecnologias experimentais e estudos avançados, que lhe forem atribuídos pelo COMAER.	Cel Av Maurício Pozzobon Martins	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014
Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI)	Contribuir para a garantia do desempenho, da segurança e da disponibilidade de produtos e sistemas aeroespaciais de interesse do Comando da Aeronáutica, prestando serviços nas áreas de Normalização, Metrologia, Certificação, Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Coordenação Industrial, fomentando assim o complexo científico-tecnológico aeroespacial brasileiro.	Cel Eng Augusto Luiz de Castro Otero	Diretor	01/01/2014 a 03/02/2014
		Cel Av Marcelo Franchitto	Diretor	03/02/2014 a 31/12/2014
Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV)	Realizar ensaios em voo, pesquisa aplicada e formação de pessoal especializado, com excelência, rigor científico e segurança, a fim de fortalecer o poder aeroespacial brasileiro.	Cel Av Clóvis Travassos Evangelista	Diretor	01/01/2014 a 31/01/2014
		Cel Av Hayato Toda	Diretor	31/01/2014 a 31/12/2014
Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CO-DCTA)	Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas ao início, fiscalização e recebimentos das obras de construção das novas instalações e de reforma das instalações existentes do Campus do DCTA, em São José dos Campos – SP, vinculadas à expansão do ITA.	Cel Eng Marcus Vinicius Teixeira Borges	Presidente	01/01/2014 a 28/02/2014
		Cel Av Douglas Arthur Fernandes Júnior	Presidente	28/02/2014 a 31/12/2014

Continuação do Quadro A.1.2.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ)	Proporcionar aos alunos do ITA a prestação do Serviço Militar; preparar Aspirantes a Oficial de Infantaria, estagiários de engenharia convocados do curso profissional do ITA, para o ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa; formar os Aspirantes a Oficial do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON); e formar os Terceiros Sargentos dos Quadros de Sargentos Convocados (QSCON).	Cel Inf Idnar Capanema da Cunha	Comandante	01/01/2014 a 16/12/2014
		Cel Inf Ricardo Hebmuller	Comandante	16/12/2014 a 31/12/2014
Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ)	Executar as atividades de administração dos imóveis residenciais sob sua responsabilidade.	Cel Int Marcos Tadeu de Oliveira Medeiros	Prefeito	01/01/2014 a 31/12/2014

### 1.3 Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos do DCTA derivam de seus Objetivos Setoriais e correspondem às grandes funções por meio das quais a Organização cumpre a sua missão. São eles: produção de conhecimento no campo aeroespacial e de defesa, desenvolvimento no campo aeroespacial e de defesa, formação de recursos humanos para o campo aeroespacial e de defesa e serviços técnicos especializados no campo aeroespacial e de defesa.

#### 1.3.1 Descrição dos Macroprocessos Finalísticos

##### 1.3.1.1 Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa

Está relacionado com as atividades, desenvolvidas pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) do DCTA, relativas à pesquisa, às publicações científicas e técnicas, à geração de patentes e registros, além da gestão de áreas e temas de pesquisas.

##### 1.3.1.2 Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa

Tem por escopo a realização por parte das ICT de atividades relativas ao desenvolvimento experimental e tecnológico, ao gerenciamento de projetos, à administração da carteira de projetos e à seleção e à priorização de projetos.

##### 1.3.1.3 Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa

Diz respeito aos cursos destinados a formar profissionais, especialistas de nível superior, mestres e doutores. Tais cursos são ministrados pelo ITA, IAE, IEAV, IFI, IPEV e CPORAER-SJ, abrangendo a graduação, a pós-graduação, a extensão, a qualificação técnica, a capacitação tecnológica, a formação em ensaios em voo, a formação militar e os cursos de curta duração. Compõem, ainda, o referido macroprocesso a participação em eventos científicos, a participação em

eventos técnicos e a certificação de pessoas.

### 1.3.1.4 Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa

De abrangência ampla, este macroprocesso finalístico se relaciona com o suporte técnico às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), de certificação, de fomento industrial, de metrologia, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de compensação comercial, industrial e tecnológica (*Offset*) levados a efeito no âmbito da COPAC, dos Centros de Lançamento (CLA e CLBI) e dos Institutos do DCTA (IAE, IEAV, IPEV, ITA e IFI).

### 1.3.2 Forma de Condução dos Macroprocessos

Estes quatro Macroprocessos foram conduzidos por meio de Processos, representando conjuntos de operações que se realizaram de modo contínuo e permanente, dos quais resulta um produto, bem ou serviço, conforme representado no Quadro A.1.3 – Macroprocessos Finalísticos - Processos.

Quadro A.1.3 – Macroprocessos Finalísticos - Processos			
Macroprocessos finalísticos	Processos	OM Responsável	Principais Parceiros externos
- Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa	a) Pesquisa Básica b) Pesquisa Aplicada c) Publicações Científicas d) Publicações Técnicas e) Geração de Patentes e Registros f) Gestão de Áreas e Temas de Pesquisa	CLA CLBI IAE ITA IEAV IPEV	CAPES CNPq FAPESP FCMF FINEP FUNCATE FUNDEP MEC
- Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa	a) Desenvolvimento Experimental b) Desenvolvimento Tecnológico c) Gerenciamento de Projetos d) Administração da Carteira de Projetos e) Seleção e Priorização de Projetos	DCTA CLBI COPAC IAE ITA IEAV IPEV	AEB EMPRESAS FILIADAS DA AIAB FINEP

Continuação do Quadro A.1.3 – Macroprocessos Finalísticos - Processos			
<p>- Serviços Técnico Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa</p>	<p>a) Ensaios em Voo  b) Ensaios Laboratoriais  c) Operações de Lançamento  d) Rastreamento de Engenheiros Aeroespaciais  e) Coleta e Processamento de Dados de Cargas Úteis  f) Meteorologia  g) Garantia Governamental da Qualidade:  -Verificação da Qualidade  -Certificação de Organização Fornecedora  h) Certificação:  -Certificação Voluntária de Sistemas de Gestão da Qualidade  -Certificação de Produto Aeroespacial  i) Metrologia  j) Normalização  k) Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (<i>Offset</i>)  l) Mobilização  m) Incentivo à Produção:  -Análise de empresas candidatas à concessão de incentivo fiscal  n) Proteção à Propriedade Intelectual  o) Registro de Marcas, Patentes e Propriedade Intelectual  p) Transferência de Tecnologia  q) Instrumentação de Veículos Aeroespaciais  r) Telemetria</p>	<p>CLA  CLBI  COPAC  IAE  IEAV  IFI  IPEV  ITA</p>	<p>INMETRO  INPI  MDIC  ANAC  ABENDI  INPE  AEB  ABNT  EMBRAPA</p>
<p>- Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa</p>	<p>a) Cursos de Graduação  b) Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>  c) Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>  d) Cursos de Extensão  e) Cursos de Qualificação Técnica  f) Capacitação Tecnológica  g) Formação em Ensaios em Voo  h) Formação Militar  i) Cursos de Curta Duração  j) Participação em Eventos Científicos  k) Participação em Eventos Técnicos  l) Certificação de Pessoas</p>	<p>IAE  ITA  IEAV  IFI  IPEV  CPORAER-SJ</p>	<p>ABEND  ABNT  CAPES  CNPq  EMBRAER  INFRAERO  INPE  MEC</p>

### 1.3.2.1 Produtos e serviços decorrentes dos Macroprocessos Finalísticos

Encontram-se especificados no Anexo A.

**1.3.2.2 Geração de receitas próprias decorrentes dos Macroprocessos Finalísticos**

Quadro A.1.3.2.2 – Receitas próprias decorrentes dos Macroprocessos Finalísticos			
Produtos e Serviços	Valor Arrecadado	Percentual de Participação nos Recursos da OM	OM Responsável
-Rastreamento de Engenheiros Aeroespaciais	R\$ 3.050.185,45	00 % (*) (*) Os recursos não permaneceram no OM. Foram recolhidos ao Fundo Aeronáutico.	CLBI
- Serviços no Túnel de Vento	R\$ 121.347,00	0,56%	IAE
- Ensaios de Impactos	R\$ 61.908,30	0,29%	
- Ensaios Mecânicos	R\$ 49.221,00	0,23%	
- Serviços de Metrologia em superfícies ópticas (em termos de rugosidade, perfil e planeza), Calibração de planos e de paralelos ópticos.	R\$ 3.825,00	0,12%	IEAV
- Certificação de Empresas	R\$ 144.446,95	4,52%	IFI
- Certificação de Produtos	R\$ 205.850,94	6,45%	
- Cursos/Provas	R\$ 307.428,00	9,63%	
- Calibração de Equipamentos	R\$ 893,00	0,03%	
- Aluguel de Equip./Instalações	R\$ 18.000,00	0,56%	
- Recebimento de <i>Royalties</i>	R\$ 25.610,00	0,80%	

## 2 INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

### 2.1 Estrutura de Governança

O DCTA segue as diretrizes emitidas pelo EMAER, Organização do COMAER, que tem por finalidade elaborar o planejamento, de mais alto nível, para o cumprimento da missão da Aeronáutica, assessorar o Comandante da Aeronáutica no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo e coordenar as ações que envolvam os Órgãos de Direção Setorial.

Para assuntos de ordem financeiro-orçamentária, o DCTA observa as normas instituídas pela SEFA, Organização do COMAER prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que tem por finalidade superintender e realizar as atividades de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Contabilidade, relativas aos recursos de qualquer natureza do COMAER. Sua finalidade, subordinação, sede, estrutura básica e atribuições gerais estão estabelecidas no Regulamento de Organização do Comando da Aeronáutica (ROCA 20-8), aprovado pela Portaria nº 131/GC3, de 04 de março de 2010.

As contas do DCTA são auditadas pelo CENCIAR, Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Comando da Aeronáutica (SISCONI), que tem por finalidade planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Controle Interno, empregando as técnicas de fiscalização e de auditoria, com vistas à aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao COMAER (Regimento Interno do Comando da Aeronáutica, RICA 21-242/2013).

Nos termos do art. 131 da Constituição, "a Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo." Neste sentido, o DCTA, rotineiramente, solicita a atuação consultiva da AGU, representada pelo seu órgãos vinculados: Consultoria-Jurídica da União em São José dos Campos-SP (CJU-SJC), em São Luís-MA (CJU-MA) e em Natal-RN (CJU-RN) no intuito de obter assessoramento e orientação relativos à segurança jurídica dos atos administrativos a serem praticados.

No âmbito interno, o Diretor-Geral do DCTA (DGCTA) conta com a assessoria do Conselho de Direção (CONDIR), composto pelos Dirigentes Máximos das OMS, que se reúne semanalmente, de acordo com o previsto na NPA-DCTA nº 30/2014, para tratar dos assuntos mais relevantes da Administração. O CONDIR é um órgão componente da estrutura de governança da Instituição, que tem por finalidade prover mecanismos que permitam ao Diretor-Geral avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão no âmbito do DCTA e das suas Organizações Militares Subordinadas (OMS). A primeira reunião de cada bimestre é destinada à apresentação, por parte das OMS, do balanço de metas dos Programas de Trabalho, referente aos Projetos Estratégicos e a outros projetos ou atividades de interesse do Diretor-Geral, além da análise da execução orçamentária. Durante a apresentação do balanço de metas são abordados a situação atual dos projetos ou atividades, os cronogramas físico-financeiros planejados e os executados, bem como os óbices que podem inviabilizar o alcance das metas previstas. Na última reunião de cada mês, o Agente de Controle Interno da Direção do DCTA faz uma apresentação do *status* dos contratos de receita e de despesa, destacando os prazos de execução e de vigência, eventuais pendências e as providências adotadas ou recomendadas para o seu saneamento.

Outro importante instrumento utilizado pelo DGCTA é a Assessoria de Controle Interno, que, de acordo com o Art.42, do Regimento Interno do Departamento (RICA 20-3/2013), possui as seguintes atribuições:

I - assessorar o DGCTA no cumprimento da Legislação e das Normas que regem o Serviço Administrativo no âmbito do DCTA;

II - coordenar a auditoria interna no DCTA;

III - controlar e acompanhar a execução orçamentária das alterações financeiras referentes ao pessoal;

IV - assessorar o DGCTA quanto aos critérios adequados para a nomeação das comissões;

V - coordenar e acompanhar o cotejamento do pagamento do pessoal civil e militar do DCTA;

VI - verificar, nas passagens de cargo e em todas as demais conferências, balanços e inventários de bens patrimoniais imóveis, móveis permanentes, móveis de consumo de uso duradouro, de consumo e intangíveis, a correção dos documentos para publicação no Boletim Interno do DCTA, em conformidade com a respectiva escrituração analítica existente;

VII - orientar os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno; e

VIII - assessorar o DGCTA nas inspeções e verificações.

Com a finalidade de avaliar, *in loco*, os desempenhos técnico, operacional e administrativo das Organizações que lhe são subordinadas, o DCTA realiza as Visitas de Inspeção (Instrução do Comando da Aeronáutica, ICA 121-6/2012). Tais Inspeções proporcionam um fluxo de dados e observações que, processados pelos órgãos executivos do Sistema, possibilitam a avaliação dos níveis de desempenho atingidos, tornando possível emitir recomendações, caso sejam necessárias. As Inspeções têm por objetivos:

a) aferir o grau de precisão com que uma tarefa ou missão atribuída a uma OM subordinada vem sendo cumprida, identificando desvios das metas propostas e indicando medidas corretivas aplicáveis;

b) verificar o cumprimento, a aplicação e a eficácia da legislação, regulamentação, instruções, diretrizes e normas estabelecidas pelos escalões superiores e aplicáveis no âmbito das OM subordinadas inspecionadas;

c) examinar em que medida os planos e programas em curso estão contribuindo para o alcance dos objetivos fixados, e conseqüentemente, fornecendo aos escalões superiores os elementos necessários à reavaliação do planejamento e dos fatores que o condicionaram; e

d) verificar as condições de funcionamento, no âmbito do DCTA e das OM subordinadas, dos diversos Sistemas da Aeronáutica e qual a sua influência no cumprimento da missão das Organizações inspecionadas.

É importante destacar que as Visitas de Inspeção resultam em um Relatório Setorial, que é encaminhado ao EMAER, onde são ressaltadas as dificuldades evidenciadas em cada setor inspecionado, as recomendações emitidas, bem como os principais óbices identificados nas OM subordinadas, no cumprimento de sua missão, considerando os recursos orçamentários, materiais, humanos e tecnológicos disponíveis e os objetivos que foram estabelecidos pelo DCTA. Fechando o ciclo, as recomendações emitidas são transformadas em Diretrizes Específicas para as respectivas OM, sendo incorporadas ao Plano Setorial para o ano seguinte.

No que concerne à Tecnologia da Informação (TI), o DCTA a emprega intensamente em suas atividades administrativas e de ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação e serviços técnicos especializados, no campo aeroespacial e de defesa, o que torna fundamental a condução da TI de forma alinhada à estratégia organizacional e voltada para a entrega de valor para a Instituição.



A estrutura e responsabilidades concernentes à condução das atividades de TI no DCTA e OM subordinadas está consubstanciada na ICA 7-33 – Governança de Tecnologia da Informação do DCTA.

O Elo de Coordenação Central de TI do DCTA é a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), subordinada ao Subdepartamento de Administração do DCTA. Esse Elo, sistemicamente, responde ao Órgão Central de TI do Comando da Aeronáutica (Diretoria de Tecnologia da Informação/COMGAP).

A DTI é responsável pela gestão estratégica de Tecnologia da Informação e pelas atividades de planejamento, organização, controle, orientação e coordenação relativas a TI no âmbito do DCTA e de suas organizações subordinadas, bem como pela gestão dos recursos computacionais corporativos de processamento e de comunicação de dados do DCTA.

Cada OMS do DCTA possui uma Divisão/Setor de TI (Equipe de TI) responsável pelas suas atividades de TI locais, que, dependendo da respectiva missão atua em diversas áreas, tais como, Sistemas Científicos, Sistemas Administrativos, Pesquisa, Banco de Dados, Redes, Software Básico, Segurança, Suporte e Manutenção de Equipamentos.

O Chefe da Divisão de TI preside a Comissão de Coordenação de TI do DCTA (CCTI-DCTA), cuja finalidade é assessorar a DTI/DCTA em assuntos relativos à área de TI. São membros permanentes desta Comissão os Chefes/Coordenadores de TI de cada OMS do DCTA.

A Divisão de Tecnologia da Informação também possui uma Comissão Assessora de Rede e Segurança em TI. São membros dessa comissão os representantes das OMS do DCTA, na respectiva área de conhecimento. Esses representantes, por sua vez, são integrantes das Equipes de TI existentes em cada OMS do DCTA.

No geral, o planejamento e a coordenação das atividades corporativas de TI do DCTA são de responsabilidade da DTI/DCTA. Isso significa, também, definir e coordenar as metas e tarefas corporativas a serem implementadas e executadas, bem como diligenciar pelos correspondentes meios e recursos necessários para a consecução das metas e tarefas corporativas.

Para a operacionalização e disponibilidade dos sistemas corporativos, conforme disposto na ICA 7-33/2014, a DTI conta com o Núcleo Corporativo de TI do DCTA (NCTI/DCTA), o qual se encontra sediado no GIA-SJ.

As diretrizes e procedimentos referentes à segurança em TI do DCTA estão estabelecidas na ICA 7-34/2014 – Política de Segurança em Tecnologia da Informação e Uso dos Recursos Computacionais do DCTA.

Para zelar e proteger a informação, bem como o conhecimento armazenado e trafegado em suas redes de comunicação de dados, bem como em seus recursos computacionais, o DCTA possui uma Equipe de Recuperação de Incidentes de Segurança em Computadores (ERISC/DCTA), subordinada à DTI, para atuar preventiva e corretivamente na segurança em Tecnologia da Informação.

Anualmente, o DCTA realiza inspeções sistêmicas em suas organizações subordinadas, incluindo tecnologia da informação, oportunidade em que são verificados, dentre outros procedimentos, as boas práticas aplicadas à infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI, as dificuldades encontradas, bem como o cumprimento de metas.

A Gestão de Pessoas é operacionalizada pela Divisão de Recursos Humanos (DRH), a quem compete a direção, o planejamento, a coordenação e o controle das atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos no DCTA e em suas OM subordinadas.

Nas OM, a gestão de pessoas é executada pelas Seções de Pessoal Militar e Seções de Pessoal Civil, sendo estas os elos de Recursos Humanos com quem a DRH mantém constante troca de informações. Essa interação, seja no dia a dia ou por ocasião das inspeções anuais, mantém a DRH ciente das demandas e dificuldades das OM, no que se refere à administração de recursos humanos.

Por meio da gestão integrada de recursos humanos busca-se harmonizar as ações dos gestores de pessoas do DCTA e das OM subordinadas, de modo a se estabelecer estratégias de atuação interna e junto aos órgãos superiores, com o objetivo de se adequar o efetivo não só em quantidade, mas também em qualidade, tendo em vista a preservação e a ampliação das competências técnico-científicas da Organização.

## **2.2 Sistema de Correição**

O DCTA está em consonância com os preceitos contidos nos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, sendo esta correição assim realizada:

### **CORREIÇÃO PESSOAL CIVIL**

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

### **CORREIÇÃO PESSOAL MILITAR**

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; nas Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

## **2.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

Encontram-se especificados no Anexo B.

### **3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

O conteúdo deste tópico, com exceção do subtópico 3.6, será informado pelo Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), no Relatório de Gestão do EMAER; conforme Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.

#### **3.1 Canais de acesso do cidadão**

O CECOMSAER, órgão central do Sistema de Comunicação Social da Aeronáutica, fará constar no Relatório de Gestão do EMAER, as informações pertinentes a este item.

#### **3.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

O CECOMSAER, órgão central do Sistema de Comunicação Social da Aeronáutica, fará constar no Relatório de Gestão do EMAER, as informações pertinentes a este item.

#### **3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços**

O CECOMSAER, órgão central do Sistema de Comunicação Social da Aeronáutica, fará constar no Relatório de Gestão do EMAER, as informações pertinentes a este item.

#### **3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada**

O CECOMSAER, órgão central do Sistema de Comunicação Social da Aeronáutica, fará constar no Relatório de Gestão do EMAER, as informações pertinentes a este item.

#### **3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada**

O CECOMSAER, órgão central do Sistema de Comunicação Social da Aeronáutica, fará constar no Relatório de Gestão do EMAER, as informações pertinentes a este item.

#### **3.6 Medidas Relativas à acessibilidade**

No âmbito desta UJ verifica-se que todas as OMS vem adotando medidas que visam garantir o cumprimento da legislação em vigor relativas à acessibilidade, em especial quanto ao disposto no Aviso Interno nº 01/GC4/10, de 30/jun/2008, emitido pelo Comandante da Aeronáutica, o qual estabelece intervenções objetivando a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Neste sentido, os planos diretores, os novos projetos de edificações e demais instrumentos que norteiam a infraestrutura implantada e a implantar no âmbito deste Departamento, vem sendo elaborados observando-se as diretrizes naquele Aviso Interno estabelecidas, sobre a acessibilidade, não tendo sido sanadas ainda algumas deficiências existentes, apesar de prioritárias, em face da contínua e crescente restrição orçamentária ocorrida nos últimos exercícios.

## 4 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram identificados os seguintes subtópicos da Portaria -TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que não se aplicam à natureza jurídica desta UJ:

- Subtópico **5.2.1** – Programa Temático, por apenas ser aplicável a Secretaria-Executiva de Ministério ou Secretaria com *status* de Ministério, neste capítulo tratado como subtópico 4.2.1;
- Subtópico **5.2.3.4** – Ações – Orçamento de Investimento (OI), por não se aplicar à natureza da UJ, neste capítulo tratado como subtópico 4.2.3.4; e
- Subtópico **5.5** – Informações sobre custos de produtos e serviços, uma vez que esta informação constará do Relatório de Gestão do EMAER, neste capítulo tratado como subtópico 4.5.

### 4.1 Planejamento da Unidade

O planejamento no nível estratégico é o processo de formulação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças ambientais utilizando os pontos fortes e eliminando os pontos fracos da Organização para a consecução de sua missão. Integra as políticas, as estratégias, os objetivos, as metas e os projetos do COMAER. Nesse nível, de competência do EMAER, são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, as análises e as avaliações; com a formulação da política e da estratégia; e com a definição das diretrizes gerais. A formalização desse processo resulta na elaboração dos seguintes documentos: Missão da Aeronáutica, Política Militar Aeronáutica, Estratégia Militar da Aeronáutica e do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).

O planejamento no nível tático visa à observância das diretrizes e ao alcance dos objetivos estabelecidos no nível estratégico, bem como à consecução dos objetivos e à realização dos projetos e atividades setoriais. É nessa categoria de planejamento que as estratégias são desdobradas, permitindo a execução das tarefas decorrentes tanto dos Projetos Estratégicos quanto dos Setoriais. Nesse nível, sob a responsabilidade do DCTA, são realizadas as atividades relacionadas com a elaboração do Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento e do Plano Setorial.

O nível operacional, de responsabilidade das OMS, é focado na confecção dos Programas de Trabalho, tendo por base o Plano Setorial do DCTA, e na execução das tarefas referentes aos Projetos e Atividades constantes do PEMAER, do Plano Setorial e dos Programas de Trabalho decorrentes.

#### 4.1.1 Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do DCTA (PEPD)

Durante o ano de 2014, foi elaborado o PCA 80-1 (Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do DCTA - 2014 a 2024), Portaria nº 364/DPL, de 17 de outubro de 2014 em substituição à DCA 80-2 (Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do DCTA - 2008 a 2018), Portaria DCTA nº 97/SDE, de 9 de agosto de 2007.

O PEPD tem como objetivo estabelecer a orientação estratégica para o DCTA e suas OMS no que concerne à P&D, no horizonte temporal de 2014 a 2024.

O PEPD baseia-se em vasta documentação estratégica contida em publicações do Ministério da Defesa (Estratégia Nacional de Defesa, Política Nacional de Defesa e Concepção Estratégica: Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse da Defesa Nacional), do COMAER (Política Militar da Aeronáutica, Política da Aeronáutica para o desenvolvimento da Indústria

Aeroespacial e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, Programa Nacional de Atividades Espaciais e Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação).

No referido Plano são definidos a Missão, a Visão, os Valores, os Fatores Críticos de Sucesso, os Macroprocessos e a Estratégia da Instituição, estruturada em Objetivos, Diretrizes e Medidas Estratégicas.

O PEPD é concebido para um horizonte temporal de 11 anos, sendo revisado sempre que o Diretor-Geral do DCTA julgar necessário.

#### **4.1.2 Plano Setorial do DCTA**

É um Plano quadrienal que tem por escopo estabelecer, com base no PEMAER e no PEPD, a orientação estratégica para a execução dos projetos e das atividades a cargo do DCTA e das suas OMS, com o intuito de atingir os Objetivos Setoriais deste Departamento, contribuindo, dessa forma, para o alcance dos Objetivos Estratégicos do COMAER.

O Plano Setorial é revisado anualmente, sendo acrescentado um ano a cada revisão, de modo que o mesmo apresente, sempre, 4 anos de planejamento.

Para a elaboração do Plano Setorial 2014-2017 foram considerados como documentos basilares o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), Exercício 2014, o PEMAER, o PEPD e o MCA 11-1 (Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho).

Tendo por objeto quantificar os resultados esperados, em determinado prazo, durante a execução dos projetos e das atividades que contribuem para o alcance dos Objetivos do PPA, dos seus Objetivos Setoriais e, em consequência, dos Objetivos Estratégicos do COMAER, o DCTA estabeleceu as suas Metas Setoriais, listadas no Anexo C do seu Plano Setorial.

Com relação ao estabelecimento das Metas setoriais e das Metas dos Programas de Trabalho, as OMS foram orientadas a considerar a expectativa de orçamento constante do PLOA, Exercício 2014, enquanto a Lei Orçamentária Anual (LOA) aguardava a aprovação do Congresso Nacional. Replanejamentos foram elaborados após a aprovação da LOA e a publicação do Plano de Ação do COMAER, nos casos em que houve alterações em relação ao previsto no PLOA, e sempre que se fez necessário, considerando cortes, contingenciamentos, remanejamentos, liberação tardia de recursos, bem como demoras excessivas na tramitação de PAM/S. Fatores como falta de recursos humanos, tecnológicos, de infraestrutura, atrasos causados por fornecedores, ou quaisquer outros motivos que pudessem comprometer as metas estabelecidas também ensejaram a elaboração de novos planejamentos, espelhando a nova realidade.

#### **4.1.3 Programa de Trabalho das OMS**

Decorrente do Plano Setorial do DCTA, o Programa de Trabalho elaborado pelas OMS define as metas e as tarefas a serem cumpridas, no período de abrangência do Plano setorial, no exercício fiscal, contendo os projetos e as atividades necessários ao cumprimento das respectivas missões.

#### 4.1.4 Objetivos Setoriais

Com a finalidade de assegurar um direcionamento operacional que contribua para a consecução dos Objetivos Estratégicos do Comando da Aeronáutica estabelecidos no PEMAER, foram deduzidos os seguintes Objetivos Setoriais do DCTA:

1º) Promover o desenvolvimento de estudos, de tecnologias e de pesquisas com o intuito de buscar a autossuficiência em sistemas bélicos e aeroespaciais;

2º) Estabelecer parcerias com a indústria aeroespacial e de defesa, desde a concepção das pesquisas aplicadas até a efetiva produção do equipamento ou serviço, fomentando a base industrial de defesa e o complexo científico-tecnológico aeroespacial;

3º) Atuar nas pesquisas básica e aplicada, e no desenvolvimento tecnológico, com a finalidade de alcançar autonomia nacional para acesso ao espaço, bem como otimizar a infraestrutura necessária para a prestação de serviços de lançamento;

4º) Atender à demanda de formação acadêmica nas áreas de interesse do campo aeroespacial e de defesa, em geral, e do COMAER, em particular;

5º) Aumentar a eficiência dos processos internos do DCTA;

6º) Maximizar a obtenção de recursos orçamentários e financeiros no orçamento geral da união (ogu) e junto aos órgãos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, visando ao suporte às áreas de C&T de interesse do comaer;

7º) Estabelecer programas de capacitação para o efetivo, visando ao aprimoramento técnico-profissional e à elevação de nível intelectual e cultural.

#### 4.1.5 Vinculação das Competências Institucionais com o Plano Estratégico (Obj Setoriais)

Tabela 4.1 – Vinculação das Competências Institucionais com os Objetivos Setoriais							
COMPETÊNCIAS DO DCTA	OBJETIVOS SETORIAIS						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
Dirigir, organizar, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades científicas, tecnológicas, de certificação, de fomento industrial, de metrologia, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de compensação comercial, industrial e tecnológica ( <i>Offset</i> ), relacionadas com os setores aeronáutico e espacial de interesse do COMAER.	X	X	X	X	X	X	X
Supervisionar a formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse do campo aeroespacial, em geral, e do COMAER, em particular.				X			X
Supervisionar a execução de atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, para fins de pagamento de <i>royalties</i> , fazendo a definição das novas instituições científicas e tecnológicas (ICT) no COMAER.						X	
Estabelecer a ligação com os órgãos externos ao COMAER para o trato dos assuntos relativos a sua área de atuação.		X				X	
Gerenciar os programas de aquisição, modernização e desenvolvimento de sistemas e materiais aeronáuticos e bélicos afetos ao DCTA.	X	X					
Executar as atribuições referentes ao Órgão Central do Sistema de Metrologia Aeroespacial (SISMETRA) e do Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aeroespacial (SDCTAer) de acordo com legislação específica.	X	X	X	X		X	X

#### 4.1.6 Objetivos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015

O DCTA tem participação direta na consecução de cinco Objetivos do PPA, sendo três de responsabilidade do Ministério da Defesa (Programa 2058- Política Nacional de Defesa) e dois de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Programa 2056- Política Espacial), conforme elencados a seguir:

1º) Objetivo 0462 – elevar a capacidade operativa da FAB para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

2º) Objetivo 0463 – promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea.

3º) Objetivo 0464 – adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

4º) Objetivo 0397 – desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no País, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

5º) Objetivo 0555 – ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

#### 4.1.7 Vinculação dos Objetivos do PPA com os Objetivos Setoriais

Tabela 4.2 – Vinculação dos Objetivos do PPA com os Objetivos Setoriais								
OBJ SET \ OBJ PPA	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	PRINCIPAIS OM ENVOLVIDAS
0462				X	X	X	X	ITA
0463	X	X			X	X		COPAC-IAE-IEAV-IPEV-IFI
0464		X	X		X	X		COPAC-IPEV-IFI
0397		X	X		X	X		IAE-CLA-CLBI-IFI
0555	X	X	X		X	X		IAE-CLA-CLBI-IFI

#### 4.1.8 Missão do DCTA

Ampliar o conhecimento e desenvolver soluções científico-tecnológicas para fortalecer o poder aeroespacial, contribuindo para a soberania nacional e para o progresso da sociedade brasileira, por meio de ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação e serviços técnicos especializados, nos campos aeroespacial e de defesa.

#### 4.1.9 Fatores Críticos de Sucesso do DCTA

São pré-condições, consideradas de fundamental importância no contexto das atividades desenvolvidas no âmbito do DCTA e estão diretamente relacionadas com o cumprimento da Missão institucional. São eles: Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica, Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado e Estabilidade de Aporte Financeiro.

#### **4.1.10 Riscos Identificados**

A análise SWOT do DCTA indicou que os principais riscos que podem comprometer o cumprimento da Missão do DCTA são aqueles que têm potencial para afetar os seus Fatores Críticos de Sucesso e serão apontados a seguir.

##### **4.1.10.1 Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica**

Está relacionada com a perenização e a ampliação de todo o conhecimento obtido por meio das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, nos campos aeroespacial e de defesa, bem como com a formação, o aperfeiçoamento e a capacitação de recursos humanos.

O risco encontrado é a insuficiente recomposição dos recursos humanos, principalmente servidores civis, em quantidade e em qualidade. Existe uma evasão constante de pessoal em função de aposentadorias, falecimentos e demissões que, se não for compensada, por meio de concurso público, como manda a legislação em vigor, impactará as atividades de P&D, atrasando ou paralisando projetos já em execução e inviabilizando a realização de novos.

O impacto previsível em caso de continuidade da tendência atual de perda de pessoal altamente qualificado sem a devida reposição é a redução continuada de competências em P&D, ocasionando dependência externa, ainda maior, de tecnologias com aplicação nos campos aeroespacial e de defesa, hoje sob domínio exclusivo de um seletivo grupo de países, que possuem a prerrogativa de impor restrições ao acesso das mesmas por razões políticas, comerciais e de segurança.

Caso permaneça a tendência declinante no quantitativo de recursos humanos, será necessário estabelecer políticas de atração para a área de C&T, que incentive os formandos do ITA a permanecerem no DCTA e, ao mesmo tempo, traga para a carreira de ciência e tecnologia e, conseqüentemente, para o serviço público, talentos em P&D.

##### **4.1.10.2 Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado**

Diz respeito ao gerenciamento adequado dos recursos humanos e das informações, possibilitando a apropriação e o compartilhamento do conhecimento que é gerado, evitando perda de capital intelectual, que, diferentemente de outros tipos de ativo, não é passível, na maioria dos casos, de pronta reposição. Para tanto, é mandatório que os resultados do processo de P&D sejam transformados em bens econômicos e serviços, em benefício da sociedade, como, por exemplo, pela transferência das tecnologias geradas à Indústria.

O risco, nesse caso, refere-se à perda do conhecimento já adquirido pelo DCTA. Esse risco está associado com falhas na transmissão do conhecimento gerado, o que impossibilitaria não só a apropriação mas também a aplicação do mesmo na produção de novos conhecimentos. Outra ameaça é que, devido a à redução das competências do DCTA, em função do não recompletamento dos claros existentes no efetivo, em futuro próximo haja uma solução de continuidade no repasse do conhecimento, por falta de pessoal qualificado para absorver as tecnologias geradas.

A perda do conhecimento pode causar atrasos ou mesmo a descontinuidade de projetos e pesquisas em andamento bem como o cancelamento daqueles ainda não iniciados.

Diante de um cenário onde o recompletamento de pessoal qualificado, em tempo hábil, apresenta-se como importante problema cuja solução encontra-se fora da área de jurisdição da



Instituição, compete ao DCTA a utilização otimizada dos recursos de TI como forma de disseminar, compartilhar e, conseqüentemente, preservar o conhecimento adquirido.

#### **4.1.10.3 Estabilidade de Aporte Financeiro**

A complexidade das ações de CT&I e a longevidade dos processos de P&D requerem um aporte financeiro constante, previsível e adequado às suas peculiaridades. Manter a continuidade das ações, sem permitir interrupções prejudiciais aos Projetos, tem-se mostrado um grande desafio para instituições de CT&I. Este Fator Crítico de Sucesso está diretamente relacionado com o provimento de recursos por parte dos órgãos superiores e com o gerenciamento dos recursos recebidos no âmbito do DCTA.

O risco relativo a esse Fator Crítico de Sucesso é que os recursos financeiros recebidos continuem muito aquém dos solicitados por um longo período ou que atinjam um patamar excessivamente baixo, provocando atrasos e/ou inviabilizando projetos e pesquisas.

É importante destacar que esse risco impacta, também, a Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (recursos para formação, capacitação, infraestrutura de P&D, etc..) e a Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (recursos para formação, capacitação, infraestrutura de P&D e de TI, etc...).

No âmbito interno, o DCTA vem priorizando a otimização e o aperfeiçoamento dos processos, objetivando aumentar a eficiência da execução orçamentária, de modo a fazer face à situações de baixa previsibilidade de liberação dos recursos e/ou prazos exíguos para utilização dos mesmos.

No que concerne ao âmbito externo, o DCTA atua junto às Instâncias Superiores, no sentido de obter os recursos orçamentários compatíveis com a sua importância no cenário nacional e com as suas responsabilidades na área de P&D. Há que se mencionar o esforço da Organização na busca de fontes de financiamento adicionais na indústria e Fundações de Apoio.

#### **4.1.11 Estratégias Adotadas para Mitigação do Risco**

Como forma de assegurar a preservação dos Fatores Críticos de Sucesso, o alcance dos Objetivos Estratégicos e Setoriais e, conseqüentemente, garantir o cumprimento da missão institucional, foram concebidas as seguintes estratégias de atuação:

##### **4.1.11.1 Relativas à Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica**

A capacidade de pronto atendimento às necessidades da Aeronáutica requer recursos físicos, financeiros, humanos e informacionais condizentes com a posição ocupada pelo DCTA, em nível mundial, de núcleo de excelência técnico-científica no campo aeroespacial.

Como se trata de geração de conhecimento, tais recursos devem ser constantemente repostos e atualizados, a fim de se evitar a sua obsolescência, bem como a depreciação da infraestrutura de P&D.

Menção especial se faz aos recursos humanos, cujas competências se desenvolvem ao longo dos anos e que precisam figurar não só em quantidade, mas também em qualidade, para preservar e ampliar as competências técnico-científicas do DCTA.

Assim sendo, o DCTA necessita possuir um quadro de pessoal numericamente adequado às suas atribuições, bem como precisa atrair e reter talentos, de modo a garantir a existência de uma massa crítica de pesquisadores capacitados que possibilite a continuidade dos Projetos e Atividades em andamento, assim como viabilizar o atendimento de novas demandas do COMAER.

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), pelo alto conceito que desfruta no meio acadêmico e científico, constitui-se em importante polo de atração e vem recebendo especial atenção e apoio para destacar-se, ainda mais, entre as melhores instituições de ensino do País. Há que se mencionar o projeto de expansão dessa renomada Instituição, cujas obras se iniciaram em 2015, o que possibilitará um considerável acréscimo no número de vagas para os concorridos cursos ministrados pela Organização.

É importante ressaltar que a Expansão do ITA (duplicação da graduação e ampliação da pós-graduação) é um projeto prioritário do Governo Federal, amparado em acordo assinado entre o Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e Ministério da Educação, e constituiu, juntamente com as atividades já planejadas, um novo plano de trabalho para o ano.

Outro importante fator de distinção do DCTA e que o torna atraente para o meio científico é a infraestrutura de apoio à P&D existente nas ICT subordinadas, cabendo à Administração empreender ações relativas à realização de levantamentos da capacidade instalada, das necessidades atuais e das demandas futuras, além de realizar planejamentos que contemplem melhoramentos dos meios existentes, bem como a construção de instalações e a aquisição de equipamentos tecnologicamente atualizados.

No que concerne ao quantitativo de pessoal, o DCTA vem enfrentando um significativo *deficit* que ameaça impactar a sua capacidade de cumprimento da missão. Como medida de mitigação, o DCTA tem incentivado a permanência no serviço ativo de servidores que já completaram o tempo para a aposentadoria (hoje, são 308 servidores nessa condição). Em paralelo, o DCTA tem incentivado remanejamentos internos, de modo a minimizar os efeitos da carência de pessoal em setores considerados estratégicos para a Organização. Concomitantemente, vem antecipando demandas na área de recursos humanos, tendo em vista a obrigatoriedade da admissão dos servidores ser feita por concurso público, cujo processo é burocrático e moroso. O setor de RH mantém permanentemente atualizado o planejamento de reposição de pessoal, considerando todas as variáveis possíveis, permitindo ao DCTA a realização de gestões tempestivas junto ao COMAER e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com o intuito de sensibilizar os órgãos superiores quanto a importância de se garantir o oportuno atendimento. Nesse sentido, foi dado provimento em 2014 a 236 servidores aprovados no concurso público realizado em 2013, o que contribuiu para amenizar a deficiência numérica de pessoal, sem, contudo solucionar os problemas causados pela carência de recursos humanos, continuamente reportada pelo DCTA.

Ainda em 2012, o DCTA logrou obter a criação de 880 novos cargos de C&T, cujo provimento está planejado para ocorrer de forma gradativa nos próximos três anos.

Uma análise mais detalhada a respeito da insuficiência de recursos humanos no DCTA encontra-se no Anexo C, Quadro 5.4.1 (Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica).

#### **4.1.11.2 Relativas à Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado**

O conhecimento é considerado um ativo que necessita fluir, ser compartilhado, para crescer. Para evitar a perda do conhecimento produzido no DCTA foram disponibilizados

mecanismos organizacionais que promovem a interação e facilitam o compartilhamento e a disseminação dos conhecimentos para que os projetos de PD&I sejam criados e executados com maior eficiência e eficácia.

A gestão do conhecimento compreende uma estratégia organizacional de estímulo à captação, geração, disseminação e internalização de conhecimentos essenciais ao desenvolvimento de projetos de PD&I. A estratégia adotada tem sido a criação de um ambiente para a gestão do conhecimento que otimize o processo de aprendizagem organizacional focado no gerenciamento de projetos e da inovação tecnológica no DCTA.

A gestão do conhecimento no DCTA é levada a efeito utilizando-se da infraestrutura de informática como meio para a disponibilização de informações técnico-científicas sobre projetos de PD&I e de facilitação para o processo de geração, disseminação e internalização do conhecimento dos profissionais do DCTA.

O DCTA possui uma rede de comunicação de dados estruturada, acessível a todos os seus Institutos. Utilizando-se dessa infraestrutura, a Divisão de Gestão da Inovação (DGI) tem coordenado a manutenção de um portal colaborativo na Intranet do DCTA com a finalidade de prover informações científico-tecnológicas de interesse da comunidade científica e promover a interação entre os profissionais da Instituição.

Recursos humanos em quantidade e qualidade adequados são pressupostos básicos desse Fator Crítico de Sucesso. As medidas de mitigação de risco aplicáveis ao pessoal são as mesmas já apresentadas no item anterior (Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica).

A análise detalhada referente à perda do conhecimento adquirido pelo DCTA pode ser verificada no Anexo C, Quadro 5.4.2 (Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado).

#### **4.1.11.3 Relativas à Estabilidade de Aporte Financeiro**

O DCTA e suas OMS devem estar preparados para fazer face a cenários recorrentes, nos quais os recursos financeiros estão aquém do que foi solicitado e a liberação dos mesmos ocorre sem a previsibilidade desejada e em prazo exíguo, considerando-se os compromissos assumidos e o tempo restante para o final do Exercício.

É importante destacar que, no que diz respeito ao aporte financeiro, o DCTA vem solicitando os recursos necessários por meio da sua Proposta Orçamentária, porém os recursos disponibilizados pela LOA têm-se situado muito abaixo do que é considerado o ideal para que os projetos e atividades de P&D possam ser efetivados nos prazos inicialmente planejados e atinjam plenamente os objetivos esperados pela sociedade brasileira. Na impossibilidade de ingerir diretamente na definição do que irá receber via orçamento, o DCTA tem atuado no sentido de sensibilizar os Órgãos Superiores quanto à importância para a Nação das atividades de C&T desenvolvidas no âmbito das suas OMS. Além disso o DCTA tem buscado parcerias estratégicas com Fundações, indústrias e outras fontes de financiamento com o intuito de obter recursos adicionais que minimizem os efeitos da insuficiência orçamentária.

No âmbito interno, o DCTA tem realizado planejamentos e replanejamentos que consideram todas variáveis sob o seu controle, que desencadeiam processos elaborados em consonância com as normas vigentes e que se coadunam com as melhores práticas de bom uso do dinheiro público, tendo por objetivo a celeridade e a correção em todas as instâncias, com o escopo de realizar execução orçamentária eficiente que permita a utilização otimizada dos recursos.

Dessa forma, as OMS foram orientadas a iniciar os procedimentos internos de execução orçamentária, independentemente da disponibilização no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) dos respectivos créditos orçamentários, emitindo os Pedidos de Aquisição de Material/Serviço (PAM/S) tão logo obtenham a confirmação da disponibilidade dos créditos para o Exercício, por intermédio do Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC), da Lei Orçamentária Anual (LOA), ou, ainda, do Plano de Ação do COMAER, visando antecipar as fases internas e externas dos certames licitatórios.

Ainda com intuito de agilizar o processo antes do término de cada Exercício, todos os setores têm sido orientados a obter a descrição e a quantificação do que deve ser contratado no Exercício seguinte, principalmente o que se refere às aquisições de itens de consumo habitual, às obras e aos serviços de natureza contínua, além de outras obras e de projetos básicos, devidamente aprovados pelos gestores. Isso possibilita planejar as contratações e iniciar a confecção dos PAM/S com antecedência, de maneira a tê-los definidos e prontos já no início do Exercício Fiscal.

Tendo por finalidade a utilização otimizada dos recursos financeiros colocados à disposição, o DCTA tem remanejado créditos ociosos, quando aplicável, entre as OMS, sempre que constatada impraticabilidade de aplicação ou morosidade, indicando a inexecutabilidade orçamentária dos mesmos.

Uma análise mais detalhada relativa a recursos financeiros recebidos aquém dos solicitados pode ser encontrada no Anexo C, Quadro 5.4.3.1 (Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro-OS) e no Quadro 5.4.3.2 (Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro-AI).

#### **4.1.12 Gerenciamento dos Riscos**

Para fazer face à necessidade de monitoramento do risco e do constante acompanhamento das situações que pudessem ameaçar os Fatores Críticos de Sucesso da Organização foram utilizados os Indicadores Gerenciais do DCTA: Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC), Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG), Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS) e Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI). As OMS, por determinação do DCTA, também participaram do processo, utilizando seus próprios Indicadores, incorporados aos respectivos Programas de Trabalho Anual. O detalhamento relativo aos Indicadores do DCTA encontra-se no Anexo C.

O DCTA utilizou as Visitas de Inspeção, previstas na Instrução que trata da Inspeção nas Organizações Militares Subordinadas ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (ICA 121-6/2012), com a finalidade de avaliar, *in loco*, os desempenhos técnicos, operacionais e administrativos, bem como de identificar os óbices enfrentados pelas OMS, considerando-se os recursos orçamentários, materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, tendo em vista os objetivos estabelecidos para a Organização.

Outro importante instrumento utilizado foi o Conselho de Direção (CONDIR), órgão componente da estrutura de governança da Instituição, cujas reuniões semanais proporcionaram mecanismos que permitiram ao Diretor-Geral do DCTA avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão no âmbito do DCTA e das suas OMS.

A Direção do DCTA contou, ainda, com a Assessoria de Controle Interno que empregou técnicas de fiscalização e de auditoria interna, com vistas a garantir a aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao DCTA.

Para proteger a informação, bem como o conhecimento armazenado e trafegado em suas redes de comunicação de dados, o DCTA utilizou a sua Equipe de Recuperação de Incidentes de Segurança em Computadores (ERISC), subordinada à DTI, para atuar preventiva e corretivamente na segurança em Tecnologia da Informação.

Por fim, o DCTA, rotineiramente, solicitou a atuação consultiva da Advocacia-Geral da União (AGU), representada pelo seu órgão vinculado em São José dos Campos, a Consultoria-Jurídica da União (CJU-SJ), no intuito de obter assessoramento e orientação relativos à segurança jurídica dos atos administrativos praticados.

Tais ferramentas objetivaram permitir que ações oportunas e adequadas, tais como replanejamentos, remanejamentos de recursos financeiros e humanos, mudanças de prioridades, solicitações de recursos financeiros adicionais junto aos órgãos superiores, fundações de apoio e indústrias, pudessem ser tomadas, nos âmbitos interno e externo, de modo a assegurar que as ameaças ao cumprimento da missão fossem prontamente neutralizadas ou, pelo menos minimizadas.

## 4.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

### 4.2.1 Programa Temático

Este subtópico, conforme explicação constante ao início deste capítulo somente é aplicável a Secretaria-Executiva de Ministério ou Secretaria com *status* de Ministério e portanto, não se aplica à natureza da UJ.

### 4.2.2 Objetivo

Dentro do Ministério da Defesa, o DCTA é responsável pelo OBJETIVO 0463.

Quadro A.4.2.2 – Objetivo 0463						
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.					
Código	0463	Órgão	52000 – Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos	Projeto	4	0	1	25
2	Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X)	%	93,92	24,33	74,93	80
3	Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial	Pesquisa	4	1	4	100

Fonte: SIOP

#### 4.2.2.1 Análise Situacional

Para que o Poder Militar garanta a soberania da Nação Brasileira, há a necessidade de independência tecnológica no desenvolvimento e produção de meios que suportem as atividades militares. No caso da Força Aérea Brasileira, essa independência tecnológica está focada na área aeroespacial. O objetivo 0463 visa ampliar a capacidade de defesa aérea nacional, por meio do desenvolvimento e da capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional.

Entre os resultados alcançados elencam-se as conquistas obtidas no Programa Espacial Brasileiro, com o rastreamento remoto do veículo Ariane, cuja parceria do Brasil com a Agência Espacial Europeia (ESA) alcança a expressiva marca de 199 veículos Ariane rastreados e confirma o CLBI como peça importante do Acordo de Cooperação Internacional. O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) alcançou a significativa marca de lançar 31 foguetes em cinco dias. As atividades de lançamento fizeram parte da Operação Astros 2020, realizada pela empresa Avibrás, em parceria com o Exército Brasileiro (EB). O CLBI lançou em agosto, com êxito, mais um Foguete de Treinamento Básico, na Operação Barreira 10. O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) realizou, com sucesso, o lançamento de um Foguete de Treinamento Básico (FTB), durante a Operação Falcão I/ 2014 e o lançamento do décimo Foguete de Treinamento Intermediário (FTI), durante a Operação Águia I/ 2014. Foi realizado, em setembro de 2014, no CLA, o lançamento do foguete VS-30 V13 durante a Operação Raposa, que levou uma carga útil denominada EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que utiliza etanol e oxigênio líquido, e o sistema GPS para uso espacial, desenvolvido em cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o IAE, com suporte financeiro da Agência Espacial Brasileira (AEB). Durante a Operação Raposa, o modelo *Weather and Range Forecasting – WRF*, pesquisa do IAE, foi utilizado operacionalmente pelo previsor meteorologista da campanha, com o objetivo de prever o comportamento do vento com uma antecedência de 6 a 12 horas (previsão de *nowcasting*) a fim de simular a trajetória do veículo na atmosfera e para prever o ponto de impacto, visando o resgate de carga útil (quando necessário), com excelentes resultados. Tanto o FTB quanto o FTI fazem parte do Projeto FOGTREIN. O principal objetivo das campanhas de lançamento é manter a operacionalidade das equipes do Centro e testar todos os meios (antenas, radares, servidores, sistemas, softwares) que operam nos voos dos veículos lançados a partir de Alcântara. Além disso, lançamentos desse tipo visam coletar dados para a certificação e qualificação do veículo junto ao Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Órgão subordinado ao Comando da Aeronáutica, responsável pela observação e normatização de parâmetros técnicos dos veículos espaciais lançados no país.

Por meio da atividade de Certificação de Projetos Aeroespaciais, o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) entregou o Certificado de Tipo da aeronave AS 365 K2 (Pantera) para a empresa *Airbus Helicopters* (antiga Eurocopter).

O IFI entregou também o certificado (AQAP 2014) à Mectron. O documento, que é uma exigência contratual e é renovado anualmente, avaliza a empresa a atuar nas áreas de concepção, projeto, desenvolvimento e fabricação de produtos para aviação, espaço e defesa.

O IFI, por meio do NIT/DCTA, efetuou em 4 de setembro de 2014, seu primeiro pedido internacional de patente de invenção, no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sediada na cidade de Genebra, Suíça, intitulado “Dispositivo de Identificação Portátil, objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos, método de identificação de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos e sistema de prevenção de retenção de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos”.

A invenção é de titularidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e foi classificada como de forte potencial técnico e mercadológico para a indústria e de grande apelo social.

As próximas etapas consistirão em promover o sucesso do licenciamento desta tecnologia para empresas nacionais ou estrangeiras interessadas na sua produção e comercialização, com a inserção no mercado de equipamentos e insumos da área médica nas redes públicas ou privadas de saúde.

O IFI, por intermédio de sua Divisão de Desenvolvimento Industrial (CDI), realizou Visitas Técnicas às empresas da Indústria Aeronáutica para prospectar e ampliar seu conhecimento acerca do potencial do parque industrial brasileiro e, desta forma, garantir sua atuação nas atividades de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (*Offset*), Catalogação de Empresas do Setor Aeroespacial (CESAER), Convênio ICMS 75/91, Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia.

A Meta de desenvolver 4 Projetos de Sistemas Bélicos atingiu 25% do previsto, devido aos cortes da ordem de 80% nos recursos disponibilizados, agravados pela descentralização ocorrida somente no final do 1º semestre de 2014 e, ainda, às necessidades tecnológicas e processuais que envolvem a condução de projetos de alta tecnologia. O projeto Bomba de Penetração (BPEN) foi concluído em 2012 e estão em desenvolvimento os projetos Míssil Antirradar (MAR-1), Míssil Ar-Ar de 5ª Geração (A-DARTER) e Míssil Ar-Ar (MAA-1B).

A Meta de desenvolver cargueiros táticos militares faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 - e atingiu 74,93% do previsto, mantendo-se a expectativa de atingir os 100% da meta em 2016, com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos e validação da linha de produção. O projeto é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa.

O projeto já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 aeronaves. A expectativa é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de US\$ 20 bilhões em exportações.

A Meta de realizar 4 pesquisas na área de Tecnologia Aeroespacial atingiu 100% do previsto. No período da avaliação foi realizada a pesquisa da tecnologia de Propulsão Líquida, no Instituto de Aeronáutica e Espaço, tendo sido realizado com êxito o lançamento do foguete VS-30 V13 (EPL) durante a Operação Raposa. Ensaio semelhante não haviam sido realizados ainda no País e não são conhecidos similares que funcionem com o par oxigênio líquido e etanol. A Divisão de Ciências Atmosféricas do IAE, em sua linha de pesquisa “Meteorologia Aeroespacial”, desenvolveu estudos para adaptar o uso do modelo numérico WRF (*Weather and Range Forecasting*) para o Centro de Lançamento de Alcântara, por meio de análises de validação das saídas do modelo em comparação com dados observados (perfis verticais do vento), a fim de garantir a segurança das atividades de lançamento de foguetes.

Devido ao corte e contingenciamento de recursos, da ordem de 40%, houve forte impacto na realização dos projetos, obrigando a um realinhamento dos prazos e renegociação junto a parceiros e fornecedores no desenvolvimento de tecnologias.

O público beneficiado com as realizações alcançadas no período é a Indústria Aeroespacial Nacional e a própria Nação Brasileira, pois este objetivo promove a ampliação da capacidade de defesa aérea nacional.

O que se pode prever para o resultado final do objetivo é um retardamento na execução das atividades planejadas.

## 4.2.3 Ações

### 4.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.4.2.3.1.1 - Ação 7U72 – Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X						
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	7U72		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X					
<b>Iniciativa</b>	04HU – Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M).					
<b>Objetivo</b>	Adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial <b>Código:</b> 0464					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
94.628.137,00	94.628.137,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aeronave modernizada/revitalizada		unidade	27	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Aeronave modernizada/revitalizada		unidade	0

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

### Análise Situacional

No exercício de 2014, o projeto de modernização das aeronaves A-1 passou a ter uma ação orçamentária própria, denominada 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X. No entanto, essa nova ação não recebeu recursos e os valores disponíveis para aplicação no Projeto de Modernização e Revitalização da Frota de Aeronaves da FAB foram alocados na ação 20IH. No caso específico da aeronave AM-X, os recursos foram alocados no PO 0002 – PROJETO A1.



Quadro A.4.2.3.1.2 - Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2						
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14T0		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2					
<b>Iniciativa</b>	04E6 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2					
<b>Objetivo</b>	Adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial. <b>Código:</b> 0464					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aeronave adquirida		unidade	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Aeronave adquirida	unidade	0	

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

O Relatório Final do Processo de Seleção do Projeto F-X2 foi encaminhado ao Comandante da Aeronáutica em 05 de janeiro de 2010 e, na mesma data, enviado ao Ministério da Defesa pelo GABAER.

A partir daquela data, a COPAC interrompeu todas as interações com as Empresas concorrentes ao certame e manteve poucos contatos formais, a maioria deles para confirmar a manutenção dos termos e condições das propostas pelas Ofertantes.

No segundo semestre de 2013, a equipe do Projeto F-X2 apresentou o Processo de Seleção a diversas autoridades, entre elas, o Ministro da Defesa e a Presidente da República.

Assim, em 18 de dezembro de 2013, mais de 5 anos após a emissão do Requisito Operacional (ROP), foi feito o anúncio, pelo Sr. Ministro da Defesa, do vencedor da contenda, o Gripen NG, da Empresa Sueca SAAB AB.

Esse cenário tornou inviável a adoção de algumas soluções ofertadas ao COMAER em 2009, o que gerou a necessidade de se obter uma atualização detalhada do status do desenvolvimento do Gripen NG, a fim de se verificar a aceitabilidade das novas soluções, com o foco na manutenção da

validade do Processo de Seleção, ou seja, nenhuma mudança poderia ser significativa o bastante a ponto de se alterar o resultado da contenda de 2009.

Assim, após 10 meses de negociações, foi assinado o Contrato Principal e o Acordo de Compensação do Projeto, com início estimado para meados do ano de 2015 e já com recursos suficientes previstos no PLOA.

Não houve, portanto, qualquer execução ou desembolso no ano de 2014.

Quadro A.4.2.3.1.3 - Ação 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas						
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14XJ		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas					
<b>Iniciativa</b>	04GP – Aquisição de Cargueiros Táticos Militares de 10 a 20 toneladas (KC-390)					
<b>Objetivo</b>	Adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial. <b>Código:</b> 0464					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111					
<b>Ação Prioritária</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000.000,00	20.000.000,00	20.510.115,12	20.510.115,12	20.510.115,12	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aeronave adquirida		unidade	1	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Aeronave adquirida	unidade	0	
Obs.: A diferença apresentada nos campos “Despesa” em relação ao campo “Dotação” decorre do ajuste cambial realizado pelo SIAFI para os contratos internacionais.						

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

Em 2014, foram concluídas as negociações e celebrados os contratos de aquisição das 28 aeronaves KC-390 de série, bem como os itens essenciais para o suporte logístico inicial da frota. A expectativa é que as entregas das aeronaves de série se iniciem no final de 2016. Neste exercício foram realizadas as primeiras etapas de pré pagamentos para possibilitar o processo de contratação dos fornecedores de materiais de longos ciclos de manufatura.

A ação 14XJ é a continuidade natural do projeto KC-X e consolida os benefícios da Ação 123B, de fortalecimento da Indústria Aeroespacial Nacional. Além de elevar a capacidade operacional da FAB, o desenvolvimento da aeronave trará diversos impactos positivos para o País, como aumento de exportações, geração de empregos, domínio de novas tecnologias, geração de novas competências em engenharia e consolidação da liderança regional do Brasil no Setor Aeroespacial.

Quadro A.4.2.3.1.4 - Ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)						
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	123B		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)					
<b>Iniciativa</b>	01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)					
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
959.000.000,00	959.000.000,00	965.111.419,91	965.111.419,91	965.111.419,91	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aeronave desenvolvida		%	81,92	74,93	74,93	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Aeronave desenvolvida	%	0	
Obs.: A diferença apresentada nos campos “Despesa” em relação ao campo “Dotação” decorre do ajuste cambial realizado pelo SIAFI para os contratos internacionais.						

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

### Análise Situacional

O Projeto KC-390 encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. Ao final do Exercício de 2014 atingiu 74,93% da meta prevista. Inicialmente era previsto atingir 81,92%, mas, devido à

dotação orçamentária inferior à necessidade planejada para o exercício, foi necessário adotar medidas visando adequar a execução física ao montante de recursos disponibilizado. A meta registrada no SIOP, devido a impropriedades na forma de apuração, não retrata a realidade do projeto.

Destacam-se como grandes marcos da execução física a inauguração do hangar com todo o ferramental de montagem final das aeronaves, ocorrida na expansão da planta industrial de Gavião Peixoto – SP, em maio, a conclusão da fabricação e o *roll-out* da primeira aeronave protótipo, em outubro de 2014.

Houve dotação insuficiente de recursos pela LOA-2014, em relação aos compromissos originalmente autorizados e assumidos por meio dos contratos.

Uma das ações para mitigar parcialmente a insuficiência de recursos para o projeto, embora não suficiente, foi a inclusão dos serviços assumidos pelos parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca, conforme previsto em contrato, com a consequente redução no preço do desenvolvimento para o Brasil. As metas físicas originais determinadas como obrigações da contratada não foram alteradas.

Outra estratégia adotada para regularizar a situação da baixa disponibilidade de recursos financeiros foi a negociação de termos aditivos aos contratos, remanejando as etapas que não poderiam ser recebidas em 2014 para exercícios financeiros futuros. Entretanto, novas negociações e ajustes nas entregas do contrato de desenvolvimento se mostram inevitáveis e serão iniciadas em 2015.

Em função da alocação de recursos abaixo das obrigações contratuais desde 2012, são esperados impactos de custos e prazos para o alcance de 100% da meta “Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar”, cujo ápice será alcançado com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos.

Quadro A.4.2.3.1.5 - Ação 123J – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X-BR)						
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	123J		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)					
<b>Iniciativa</b>	01IB – Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR).					
<b>Objetivo</b>	Adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial <b>Código:</b> 0464					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101					
<b>Ação Prioritária</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
670.300.000,00	670.300.000,00	658.805.405,10	228.487.107,36	225.830.200,00	2.656.907,36	430.318.297,74

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Helicóptero adquirido		unidade	13	6	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
42.790.805,76	605.328.231,00	1,25	Helicóptero adquirido	unidade	5

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

### **Análise Situacional**

O Cronograma está atrasado, em razão de dificuldades orçamentárias e financeiras que vêm ocorrendo desde o ano de 2012.

#### Execução das Metas

Em 2014, foram entregues 07 aeronaves das 13 previstas.

Da mesma forma, outras etapas não tão significativas deixaram de ser apresentadas em virtude da falta de recursos orçamentários, referentes a suprimento e componentes para a linha de produção dos helicópteros, o que contribui para gerar atrasos na cadência de entrega das próximas aeronaves.

#### Fatores Intervenientes

Em 2014, a LOA para o Projeto H-XBR (Ação 123J), que estabelecia 670.300.000 milhões de reais para a Ação, já considerando um corte de 378 milhões de reais em relação ao valor necessário para a execução do contrato, foi ainda contingenciada em 10%, gerando um deficit total de 445 milhões no ano, o que, somado aos de 2012 e 2013, gerou um deficit acumulado de 1.168,47 milhões de reais em 2014, frente ao previsto em contrato. Tal situação demandou ações do Comando da Aeronáutica junto ao Ministério da Defesa e deste junto ao MP na busca dos devidos recursos, por meio do Aviso 52/MD de 25 de Março de 2014, Ofício 10/5SC1/14485, de 22 de outubro de 2014 e Aviso 259/MD de 17 de novembro de 2014.

Considerando o 2º Termo Aditivo ao Contrato 008/CTA-SDDP/2008, já foram executados, de 2008 até o final de 2014, 1.013,01 milhões de euros dos 1.402,68 milhões de euros previstos.

Atualmente, está sendo negociado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 008/CTA-SDDP/08 para se adequar o cronograma físico-financeiro à realidade orçamentária.

Uma vez que a LOA de 2014 foi contingenciada em 67 milhões de reais e considerando a execução plena do PLOA 2015, faz-se necessário incluir, no PPA 2016-2019, o seguinte recurso orçamentário:

## AÇÃO 123J (Em milhões de reais)

Ano	Fonte 149	Fonte 100
2015	R\$ 469,03	R\$ 109,83
2016	R\$ 749,00	R\$ 64,68
2017	R\$ 700,48	R\$ 70,00
2018	R\$ 417,28	R\$ 75,00
2019	R\$ 284,80	R\$ 80,00

Quadro A.4.2.3.1.6 - Ação 212H – Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais						
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	212H		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais					
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial					
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463					
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.700.000,00	14.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Serviço prestado		unidade	2	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Serviço prestado		unidade	0

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

A Meta Física foi reprogramada pois não foi implementado o Termo de Execução Descentralizada entre o Comando da Aeronáutica/MD e o MCTI.

O Termo aguardava a assinatura do Acordo do ITA com o MIT, que dependia essencialmente de aporte orçamentário de três ministérios, sendo que somente o Ministério da Defesa, integralmente, e o Ministério da Educação, parcialmente, alocaram recurso para o Acordo.

## 4.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro A.4.2.3.2.1 – Ação 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados							
Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20IH			<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Descrição</b>	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados						
<b>Iniciativa</b>	0110 – Adequação da frota de aeronaves militares.						
<b>Objetivo</b>	Adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial . <b>Código:</b> 0464						
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO0001	28.306.923,00	5.378.526,00	5.378.526,00	5.308.189,40	5.308.189,40	0,00	70.336,60
PO0002	2.706.633,00	94.628.981,00	96.282.941,46	50.283.564,12	50.283.564,13	-0,01	45.999.377,34
PO0003	99.621.474,00	99.621.474,00	117.196.055,85	116.665.651,70	116.665.651,70	0,00	530.404,15
PO0006	40.000.000,00	31.122.668,00	31.122.668,00	30.663.231,98	30.663.231,98	0,00	459.436,02
PO000A	20.000.000,00	20.000.000,00	23.608.985,18	22.139.059,19	22.139.059,20	-0,01	1.469.925,99
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
PO0001	Projeto F-5	unidade	3	0	1		
PO0002	Projeto A-1	unidade	2	0	1		
PO0003	Projeto P-3 BR	unidade	1	0	1		
PO0006	Projeto Link BR-2	unidade	1	0	0		
PO000A	Projeto E-99M	unidade	1	0	0		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
PO0001	0,00	54.038.839,09	0,00	Projeto F-5	unidade	0
PO0002	0,00	33.126.354,18	-10,32	Projeto A-1	unidade	1
PO0003	0,00	64.873.139,9	0,00	Projeto P-3 BR	unidade	0
PO0006	0,00	2.076.325,15	0,00	Projeto Link BR-2	unidade	0
PO000A	0,00	0,00	0,00	Projeto E-99M	unidade	0
Ação 20IH*	124.680.865,24	71.823.850,33	-0,04	Aeronave modernizada / revitalizada	unidade	0

\* **Observação:** Esse RP é de 2012 e naquela ocasião a ação 20IH não possuía PO. Atualmente, a ação 20IH possui 10 PO. Este RP se refere aos projetos que hoje estão identificados como PO0001, PO0002 e PO0003.  
Obs.: A diferença apresentada nos campos “Despesa” em relação ao campo “Dotação” decorre do ajuste cambial realizado pelo SIAFI para os contratos internacionais.

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

### Projeto F-5BR

As metas iniciais do projeto de modernização do F-5 previam o recebimento de 8 aeronaves modernizadas, com o desembolso total aproximado de R\$ 90 milhões, para o exercício de 2014. Devido a problemas da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) com seus fornecedores, o cronograma de serviços sofreu grandes atrasos (14 meses), e a empresa notificou o COMAER da necessidade de se realinhar o Cronograma Físico-Financeiro do Projeto. Em função do exposto, os montantes previstos para serem desembolsados inicialmente sofreram reduções proporcionais aos serviços que não foram executados, o que justifica a pequena execução até o momento.

Em face do exposto, não houve impactos financeiros no Projeto em função das restrições orçamentárias sofridas, porém se a empresa estivesse em dia com o cronograma de atividades, não haveria créditos para o custeio das despesas, o que implicaria em pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Ainda devido aos atrasos, o EMAER decidiu reduzir o objeto contratado, o que ensejou nova negociação com a empresa e modificou a necessidade de créditos para o corrente ano.

Os atrasos causados pela empresa motivaram uma redução dos valores inicialmente previstos na LOA 2014. Havia sido destinado para o Projeto o valor inicial de R\$ 28.306.923,00. Com os atrasos na produção, o Plano de Ação do COMAER reviu a prioridade dada ao Projeto, reduzindo o valor para R\$ 5.378.526,00.

Com a redução do objeto contratado, alguns materiais já adquiridos pela empresa passarão à condição de suprimento para suporte à frota atual da FAB, o que motivou uma nova descentralização de créditos do COMGAP para a COPAC, no valor total de R\$ 41.524.758,53 (US\$ 16.674.600,86), para pagamento destes materiais que serão entregues ao COMGAP.

O contingenciamento sofrido no decorrer de 2014 diminuiu a capacidade de negociação da gerência junto à empresa, posto que a empresa buscou minimizar os impactos sofridos ao longo dos anos de 2013 e 2014, e tinha a possibilidade de apresentar algumas etapas, ainda em 2014, que não



foram recebidas em função dos cortes orçamentários.

Os valores recebidos do COMGAP têm o objetivo de custear apenas os materiais que não serão utilizados no processo de produção das aeronaves, em função de redução do objeto contratual para apenas 07 aeronaves.

### **Projeto A-1M**

O Projeto A1-M encerrou o ano de 2014 com o recebimento de uma aeronave no segundo semestre, levando o total de aeronaves modernizadas recebidas para três.

Não houve a possibilidade de cumprimento da maioria das metas estipuladas contratualmente. Os recursos disponibilizados ao Projeto ficaram muito aquém das necessidades e as descentralizações ocorreram em descompasso com o estabelecido no cronograma físico-financeiro dos contratos.

As restrições orçamentárias impactaram diretamente a execução física do Projeto no exercício de 2014, com reflexos na execução para o ano de 2015, inclusive com possibilidades reais de rescisões contratuais.

Os recursos inscritos como restos a pagar no exercício 2014 e em exercícios anteriores não são significativos em relação à dotação da ação em 2014. Em grande parte, referem-se a bens que não puderam ser entregues como etapa até o fim de 2014, por estarem ainda no exterior e por problemas técnicos de desenvolvimento.

### **Outras informações sobre o Projeto**

O Projeto A1-M foi concebido para se encerrar em 2013, com o custo estimado nas condições originais de cada contrato, de R\$ 1.789.733.984,46. No entanto, diversos fatores alteraram o planejamento inicial.

O Comando da Aeronáutica ao decidir-se pelo Projeto de Modernização das aeronaves A-1 em 2001, reformulando o procedimento de tão somente contratar a campanha de “retrofit” das aeronaves do 1º e 2º lotes, para atualizá-las às condições da configuração do 3º lote, teve por objetivo encontrar uma solução efetiva para resolver problemas de obsolescência e configuração, propiciando a redução do custo do ciclo de vida da aeronave.

Em 10 de dezembro de 2007, o Estado-Maior da Aeronáutica ajustou os Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB), pertinentes ao Projeto de Modernização das aeronaves A-1. Tal modificação resultou na subtração no número de aviões a serem modernizados, passando de cinquenta e três para quarenta e três.

Outro fato marcante foi a inclusão, em 2010, da atividade de revitalização no processo de modernização dos A-1, motivada pela falta de componentes nas aeronaves que se encontravam na condição estocada e também pela indisponibilidade de material de giro na Força Aérea que pudesse prover a linha de montagem das aeronaves na Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A - EMBRAER. Todo o estoque disponível no Parque mantenedor estava sendo disponibilizado para apoio à operação das Unidades Aéreas. Esta atividade representou um aumento na ordem de R\$ 430 milhões ao Projeto (preço base, sem os reajustes).

No ano de 2012, as atividades de Apoio Logístico Contratado (CLS) foram incluídas no Projeto o que representou um acréscimo de mais R\$ 99,56 milhões no custo total do mesmo.

Dessa maneira, devido aos fatores acima citados e, especialmente devido às restrições orçamentárias que sempre acompanharam o Projeto, a conclusão da modernização está prevista para o ano de 2019.

### **Projeto P-3BR**

No ano de 2014 todas as metas físicas programadas foram atingidas com o recebimento da última das nove aeronaves do projeto e das últimas etapas de material aeronáutico (peças de reposição e equipamentos de apoio ao solo - IPL/AGE).

Apesar de o projeto ter recebido todo o recurso previsto na LOA, o montante não foi suficiente para fazer frente a todas as obrigações contratuais, gerando a necessidade de pactuar um termo aditivo ao contrato para ajustar uma nova cadência de serviços a serem prestados com a restrição orçamentária.

Devido aos fatores cambiais, quando da transformação do Real para o Dólar, permaneceu um valor de USD 199.685,32 de Restos a Pagar 2014 que não pode ser utilizado, pois o seu valor é muito inferior aos das etapas contratuais. Os Restos a Pagar de outros anos foram liquidados no exercício de 2014 com as últimas etapas contratuais de material aeronáutico (IPL/AGE).

### **Projeto Link-BR2**

A execução das metas físicas esteve de acordo com as metas financeiras, conforme previsto nos Cronogramas Físico-Financeiro (CFF) dos contratos, até o mês de maio de 2014, quando as restrições orçamentárias impostas em 2014 afetaram os recursos previstos no Plano de Ação para o projeto. A execução anual foi em torno de 67,90% daquela prevista e a acumulada desde o início do projeto está em torno de 39,83% do previsto até o final. Foi empenhado, liquidado e pago o montante de R\$ 6.877.332,00 provenientes da ação orçamentária 20XB (Projeto ARP).

O desenvolvimento das ações previstas ao longo de 2014 para o projeto foi prejudicado pelas restrições orçamentárias impostas, resultando em um contingenciamento na ordem de 44,39% do valor previsto no cronograma do contrato.

De forma a mitigar os efeitos desse contingenciamento, a estratégia adotada foi a obtenção de R\$ 6.877.332,00, oriundos da Ação 20XB, e a renegociação do contrato, por meio de Termo Aditivo (TA), refletindo-se, nesse último caso, em aumento de custo e prazo para a sua conclusão a serem apurados após a assinatura do 2º TA.

Outro aspecto a ser observado foi a necessidade de adequação do Projeto às normas de Engenharia de Sistema (SMC-S-021), demandando a elaboração do 1º TA, o que implicou alterações de custo e prazo de execução.

### **Projeto E-99M**

O Projeto prevê a prestação de serviços e o fornecimento de bens necessários para a modernização dos Sensores Aeroembarcados de 05 (cinco) Aeronaves E-99. A estrutura contratual do projeto prevê um contrato com a EMBRAER, integradora final da modernização, um contrato com a EAI, para a importação de diversos equipamentos e um contrato com cada uma das empresas: SAAB, AEL INTERNACIONAL e R&S, a fim de adquirir equipamentos diretamente desses fabricantes e entregá-los como *Government Furnished Equipment* - GFE à EMBRAER.

A execução das metas físicas mantiveram-se alinhadas com as metas financeiras estabelecidas nos Cronogramas Físico-Financeiro (CFF) dos contratos, em torno de 32,34%, até o mês de maio de 2014, quando as restrições orçamentárias impostas em 2014 impactaram o andamento do Projeto. O contingenciamento aplicado ao Projeto foi da ordem de 70% do valor previsto nos cronogramas dos contratos.

De forma a mitigar os efeitos desse contingenciamento, a estratégia adotada foi a renegociação de todos os contratos abarcados pelo Projeto, por meio de Termos Aditivos que estão em fase de elaboração.

Outro aspecto a ser observado foi a necessidade de antecipar a entrega de 2 aeronaves modernizadas para sua aplicação durante o evento da Copa FIFA de 2014, realizada no território nacional. Para fazer frente a essa demanda, foram utilizados recursos das ações 14SY e 14VN (recursos inscritos em Restos a Pagar 2013), possibilitando que 2 aeronaves recebessem uma versão intermediária (versão ínterim) de modernização e pudessem ampliar suas capacidades operacionais e aperfeiçoar as doutrinas de seus empregos durante aquele grande evento esportivo.

Quadro A.4.2.3.2.2 – Ação 20X8 – Graduação e Pós-Graduação do ITA							
Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20X8		<b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Descrição</b>	Graduação e pós-graduação do ITA.						
<b>Iniciativa</b>	01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da FAB						
<b>Objetivo</b>	Elevar a capacidade operativa da FAB para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.						<b>Código:</b> 0462
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO0001	1.500.000,00	1.500.000,00	1.424.084,19	446.454,93	446.454,94	-0,01	977.629,26
PO0002	3.500.000,00	3.500.000,00	3.138.865,09	1.017.980,70	1.017.980,70	0,00	2.120.884,39
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
PO0001	Curso de Pós-graduação	unidade	800	0	228		
PO0002	Curso de graduação em engenharia	unidade	660	0	193		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
PO0001	0,00	761.435,22	-5.892,2	Curso de Pós-graduação	unidade	388
PO0002	0,00	2.537.546,91	-67.546,37	Curso de graduação em engenharia	unidade	481

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

### Análise Situacional

A Meta Física da Ação foi reprogramada (1460 alunos capacitados), pois não se trata de uma meta cumulativa, considerando que o ITA, durante todos os meses, não apresenta o mesmo número de alunos matriculados nos cursos, ocorrendo variações em função das matrículas e formaturas em janeiro, julho e dezembro, trancamentos por motivo de saúde ou missões no exterior (como o projeto Ciência sem Fronteiras) durante todo o ano letivo.

A Ação tem o objetivo de dar suporte à realização dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, formando com excelência engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa e da Aviação em Geral.

Por tratar-se de uma Ação tipo atividade, suas realizações são medidas conforme o andamento do calendário de ensino e principalmente após a formação dos alunos, verificadas pelos excelentes resultados obtidos por meio dos indicadores oficiais (ENADE, CAPES, etc.) e da Sociedade (revistas especializadas, rankings, competições acadêmicas, etc.).

Entretanto, fatores como demora na alocação dos créditos, contingenciamentos, e as dificuldades dos processos de licitação, atrapalharam sobremaneira o andamento das atividades e poderão comprometer especialmente o atendimento às novas demandas advindas do Plano de Expansão do ITA.

É importante advertir que a Expansão da Escola (duplicação da graduação e ampliação da pós-graduação) é um projeto prioritário do Governo Federal, amparado em acordo assinado entre o Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e Ministério da Educação, e constituiu com as atividades já planejadas, um novo plano de trabalho para o ano.

Os valores relacionados em Restos a Pagar correspondem a compromissos assumidos especialmente no final do ano letivo de 2013, e por esse motivo não houve tempo hábil para pagamento, levando-se em conta todas as etapas do processo de licitação. Além das despesas do final do exercício (para formaturas, realização de defesas de tese, vestibular, e providências para o início do próximo ano letivo), a demora nos processos de licitação foi determinante para a geração do volume de inscrições em Restos a Pagar.

Quadro A.4.2.3.2.3.A– Ação 20XB – Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor aeroespacial (COMAER)							
Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20XB			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor aeroespacial						
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial						
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463						
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO0001	100.000,00	100.000,00	22.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	12.000,00
PO0002	2.800.000,00	2.800.000,00	2.849.578,42	1.892.492,1	1.892.492,1	0,00	957.086,32
PO0003	330.000,00	330.000,00	47.130,41	27.933,31	27.933,31	0,00	19.197,10
PO0006	3.490.000,00	3.490.000,00	2.636.548,60	891.857,08	891.857,08	0,00	1.744.691,52
PO0007	5.000.000,00	7.877.332,00	6.877.332,00	6.877.332,00	6.877.332,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
PO0001	Capacitação de RH em Ciência e Tecnologia	unidade	50		0		
PO0002	Suporte ao Desenvolvimento Industrial	unidade	2700		2318		
PO0003	Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial	unidade	4		1		
PO0006	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no CTA	unidade	1		1		
PO0007	Projeto ARP – Categoria 3 (reconhecimento aéreo)	%	20		0		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
PO0001	0,00	21.433,25	-3.569,9	Capacitação de RH em Ciência e Tecnologia	unidade	0
PO0002	0,00	311.713,92	-69.052,99	Suporte ao Desenvolvimento Industrial	unidade	382
PO0003	0,00	41.220,84	0,00	Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial	unidade	2
PO0006	0,00	5.393.653,64	-182.424,99	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no CTA	unidade	0
PO0007	0,00	0,00	0,00	Projeto ARP – Categoria 3 (reconhecimento aéreo)	%	0

Obs.: A diferença apresentada nos campos “Despesa” em relação ao campo “Dotação” decorre do ajuste cambial realizado pelo SIAFI para os contratos internacionais.

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA por meio de: capacitação de RH, serviço técnico especializado para o suporte ao desenvolvimento industrial, pesquisas em meteorologia aeroespacial, resultando em publicações técnico-científicas, serviço especializado para manter a capacidade científica e tecnológica das Organizações subordinadas, e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes na área Aeroespacial e de Defesa.

No período de avaliação foi cumprida a Meta Física de manter o Setor Aeroespacial Adequado, realizando 66% do previsto para o ano, com base no recurso liquidado. Para o próximo exercício serão envidados esforços para se manter e aperfeiçoar a capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial no DCTA e espera-se que os recursos orçamentários sejam descentralizados o mais cedo possível, conforme definidos na PLOA.

Dentre as realizações citamos: o término e a publicação de uma pesquisa sobre a simulação (numérica) de gases liberados por foguetes no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); a conclusão das obras do piso do pavimento térreo do prédio da Divisão de Aerodinâmica e Hipersônica (infraestrutura de P&D); o projeto e aplicação de fibras ópticas microestruturadas como material estratégico para sensores avançados e telecomunicações; a conclusão das atividades de P&D “*Radiation processing of nanocomposites for enhancing their functionality and utility in health care and industry*” e Funcionalização de nanofilmes de carbono por enxertia induzida via radiação ionizante”; obtenção de autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear para operação do Laboratório de Radiação Ionizante; entrega de novas funcionalidades do projeto Sistema de Planejamento de Missão Aérea (PMA II); manutenção e atualização da Plataforma

AEROGRAF; implementação de uma técnica de identificação de mudanças no solo com uso de Redes Neurais Artificiais; fabricação de placa de circuito impresso que incorpora um termistor que lê e grava a temperatura por meio de um programa LabVIEW; construção dos primeiros módulos que serão utilizados em simulação de experimento de espectroscopia alfa e gama utilizando o programa LabVIEW; término da construção do ciclo de Rankine para efetuar o ensaio da turbina passiva multifluido; continuidade do processo de Transferência de Tecnologia da Airbus Helicopters para a empresa nacional fabricante de helicópteros possibilitado por meio da Certificação na HELIBRÁS; certificação do motor-foguete, ar-solo, de alto desempenho 70 mm FOG-70, projetado para multiemprego; apoio à AEB na avaliação de segurança de lançamento do Cyclone 4; manutenção da operacionalidade e de níveis aceitáveis de segurança dos projetos, nas aeronaves A-29, A-1M, F-5M, e H-36; incremento da capacitação de desenvolvimento industrial na área de defesa, com um montante aproximado de US\$ 200 milhões em créditos de offset; concessão do benefício de redução de alíquota de ICMS (Convênio ICMS 75/91), possibilitando o aumento da capacidade produtiva de 1346 empresas; aumento da capacidade de realizar projetos de instrumentação de aeronaves para as campanhas de ensaio solicitadas pelo COMAER; atualização, organização, disponibilização, intercâmbio, disseminação, segurança, e acesso à informação técnico-científica, por meio da Biblioteca do ITA.

A Meta Física foi alcançada, mas as dificuldades são de ordem financeira e tecnológica. Financeira, pois a descentralização de crédito (com corte e contingenciamento) ocorreu ao final do 1º semestre e, tecnológica, devido à complexidade tecnológica aeroespacial.

A Pesquisa, Capacitação e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial contribuem com a soberania nacional no setor aeroespacial e os investimentos precisam ser priorizados para que o Brasil não tenha uma capacitação tecnológica deficiente para absorver as tecnologias, bem como para desenvolvê-las, tornando o País dependente de produtos complexos a serem importados, produtos estes que sofrem embargos comerciais e cerceamento tecnológico.

Quadro A.4.2.3.2.3.B – Ação 20XB – Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor aeroespacial (FAER)							
Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20XB			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor aeroespacial						
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial						
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463						
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52911						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO0004	560.000,00	560.000,00	472.237,68	37.507,53	37.507,53	0,00	434.730,15
PO0005	36.000.000,00	30.435.000,00	22.841.285,71	1.562.870,04	1.562.870,05	-0,01	21.278.415,67

Execução Física da Ação - Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
PO0004	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial	unidade	193	0	9	
PO0005	Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	%	15	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
PO0004	0,00	8.478,1	0,00	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial	unidade	2
PO0005	0,00	1.297.839,63	-8.190,75	Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	%	1

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA e no período de avaliação a Meta Física de manter o Setor Aeroespacial Adequado atingiu somente 8% do previsto para o ano, com base no valor liquidado.

Entre os resultados alcançados citam-se: o projeto MAR-1 realizou a Campanha Contra-Alvo 2.1, o contrato foi renegociado e elaborado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2010; o projeto A-DARTER realizou o ensaio em voo cativo da eletrônica do míssil e integração dos sistemas dos mísseis de ensaio, as entregas do hardware para a realização dos ensaios em voo de caracterização da performance, a Revisão Crítica (CDR) do projeto do Processador Central do Míssil, o ensaio em voo guiado com três lançamentos, o encerramento dos contratos nº 004/CTA-SDDP/2008 e 005/CTA-SDDP/2007 com a MECTRON - Transferência de Tecnologia, a elaboração do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008, com a AVIBRAS, para contemplar as alterações de engenharia de sistemas no motor-foguete, a negociação e confecção de contratos para a Industrialização da Fase 4 no Brasil e a negociação e confecção de contrato para o desenvolvimento de IRSA (*Infrared Sensor Assembly*) alternativo utilizando detectores de mercado. O projeto MAA-1B realizou testes para avaliação da comunicação entre lançadores LAU-100/101 (com software modificado), equipamento que simula o míssil MAA-1B, e a aeronave F-5M, porém o projeto enfrenta ainda o desafio tecnológico do desenvolvimento dos subsistemas do Controle Ativo de Rolamento (CAR) e do Auto-Diretor, impossibilitando a continuidade do projeto, com base no cronograma físico-financeiro em vigor. O contrato foi renegociado e elaborado o 5º Termo Aditivo com a empresa MECTRON; o projeto FOGTREIN não recebeu recurso orçamentário; o projeto PITER realizou 3 voos com VANT em baixa altura para captura de imagens e vídeo; o projeto TERRA concluiu a primeira análise termo-



hidráulica; e o projeto PROHIPER concluiu o projeto do veículo hipersônico 14-X; o projeto PASIL concluiu a montagem do sistema de lasers, bem como a adequação da temperatura do laboratório dos lasers de corante.

Os principais fatores que dificultaram a execução da Meta Física são de ordem financeira, uma vez que a descentralização de crédito (com corte e contingenciamento) ocorreu ao final do 1º semestre e, tecnológica, onde os riscos do trato da complexidade tecnológica aeroespacial estão presentes. Uma das formas de vencer as dificuldades apresentadas é a busca de recursos junto às Agências de Fomento (em particular o CNPq e/ou CAPES), a alteração do escopo do projeto e o replanejamento do cronograma.

Quadro A.4.2.3.2.4 – Ação 20XC – Funcionamento dos Centros de Lançamento							
Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20XC			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Funcionamento dos Centros de Lançamento						
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial						
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando à ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463						
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO0001	910.000,00	674.000,00	622.926,78	251.415,34	249.775,34	1.640,00	371.511,44
PO0002	1.790.000,00	1.326.000,00	1.325.724,73	758.399,81	745.970,39	12.429,42	567.324,92
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
PO0001	Funcionamento do CLBI		unidade	1	0	1	
PO0002	Funcionamento do CLA		unidade	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
PO0001	0,00	304.119,83	-71.598,03	Funcionamento do CLBI	unidade	0	
PO0002	0,00	535.519,74	-10.284,09	Funcionamento do CLA	unidade	0	

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

## Análise Situacional

Esta Ação tem o objetivo de manter o funcionamento dos Centros de Lançamento, por meio da manutenção e da adequação das instalações e sistemas operacionais. A mensuração da meta são os Centros mantidos.

No CLBI, foram realizadas duas campanhas operacionais em conjunto com a empresa AVIBRÁS, duas campanhas de rastreamento dos veículos ARIANE e SOYUS, e o início da implantação do Sistema Gestão Integrada (SGI), que unirá a gestão da qualidade, do meio ambiente e da segurança do trabalho. A Meta Física foi alcançada, mas as dificuldades são de ordem financeira, uma vez que ocorreram cortes e descentralização de crédito ao final do 1º semestre de 2014.

Os recursos alocados nos exercícios anteriores não foram suficientes para atender às metas fixadas no Plano Quinquenal da Divisão de Operações, elaborado com base nos resultados das inspeções técnicas realizadas pelo DCTA e nas exigências do acordo com a ESA.

Os recursos previstos para o CLBI este ano eram de R\$ 910.000,00 e foram descentralizados R\$ 674.000,00. O não atendimento dos recursos propostos nesta Ação acarretou um acúmulo ainda maior de carências de prioridade elevada, comprometendo a capacidade operacional do CLBI, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de metas previstas e dos prazos estabelecidos, além de trazer sérias implicações ao acordo entre o Brasil e a ESA, em virtude da falta de condições operacionais ideais para realizar os rastreios e lançamentos de artefatos aeroespaciais, capacitar seu pessoal e otimizar suas instalações e equipamentos no padrão de qualidade exigido por tais atividades.

Para o CLA, apesar da liberação do crédito ter ocorrido apenas no mês de maio, o planejamento não foi afetado e a execução dos recursos em 2014 foi de quase 100%.

Mesmo diante do forte contingenciamento, os recursos oriundos desta Ação têm contribuído para manter o funcionamento dos Centros, garantindo a permanência do País no grupo seletivo de países capazes de lançar foguetes e outros veículos espaciais.

Quadro A.4.2.3.2.5 – Ação 8969 – Aquisição de aeronaves							
Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8969		<b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Descrição</b>	Aquisição de aeronaves						
<b>Iniciativa</b>	0110 – Adequação da frota de aeronaves militares.						
<b>Objetivo</b>	Adequar os meios operacionais da FAB para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.						<b>Código:</b> 0464
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa			<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO0004	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PO0006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Física da Ação - Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
PO0004	Projeto CL-X2	unidade	0	0	0	
PO0006	Projeto VU-Y	unidade	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador ou Plano Orçamentário	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
PO0004	0,00	0,00	0,00	Projeto CL-X2	unidade	0
PO0006	0,00	0,00	0,00	Projeto VU-Y	unidade	0

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

### Análise Situacional

O Projeto CL-X2 é suportado com recursos provenientes das ações orçamentárias 8969 - Aquisição de Aeronaves e 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). O DECEA, órgão central do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), é a organização responsável pela sustentação normativa, coordenação e supervisão operacional das atividades de busca e salvamento, na área de responsabilidade do País. Por meio da Divisão de Busca e Salvamento (D-SAR), o DECEA gerencia toda a atividade de busca e salvamento aeronáutico brasileira. No exercício de 2014 não foram alocados recursos da ação 8969 para o Projeto.

O Projeto VU-Y é suportado com recursos provenientes das ações orçamentárias 8969 - Aquisição de Aeronaves e 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Para assegurar o perfeito funcionamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), é necessária a execução regular da chamada “Inspeção em Voo de Equipamentos e Procedimentos Operacionais”. Essa inspeção tem como principal objetivo garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados pelo DECEA, uma vez que mantém aferidos e operando todos os equipamentos de auxílio à navegação aérea, aproximação e pouso do Brasil. No exercício de 2014 não foram alocados recursos da ação 8969 para o Projeto.

## 4.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.4.2.3.3.1 – Ação 5408 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados					
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	5408		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados				
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial				
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463				
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	52911				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
32.551.373,18	9.726.332,7	-436.769,47	Projeto Desenvolvido	%	6
Obs: A nova denominação da ação 5408 é PO0005, da ação 20XB.					

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

Quadro A.4.2.3.3.2 – Ação 4404 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial					
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4404		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial				
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial				
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463				
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	52911				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
93.951,93	93.532,3	0,00	Evento registrado	unidade	0
Obs: A nova denominação da ação 4404 é PO0006, da ação 20XB.					

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

Quadro A.4.2.3.3.3 – Ação 2899 – Suporte ao Desenvolvimento Industrial					
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2899		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Suporte ao Desenvolvimento Industrial				
<b>Iniciativa</b>	01HZ – Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial				
<b>Objetivo</b>	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea. <b>Código:</b> 0463				
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15,00	0,00	-15,00	Serviço prestado	unidade	0
Obs.: A nova denominação da ação 2899 é PO0002, da ação 20XB.					

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial - BI

Quadro A.4.2.3.3.4 – Ação 2507 – Curso de Pós-Graduação					
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2507		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Curso de Pós-Graduação				
<b>Iniciativa</b>	01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da FAB				
<b>Objetivo</b>	Elevar a capacidade operativa da FAB para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego. <b>Código:</b> 0462				
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
192.599,76	141.427,93	-51.171,83	Aluno capacitado	unidade	72
Obs.: A nova denominação da ação 2507 é PO0001, da ação 20X8.					

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

Quadro A.4.2.3.3.5 – Ação 2685 – Curso de Graduação em Engenharia					
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2685		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Curso de Graduação em Engenharia				
<b>Iniciativa</b>	01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da FAB				
<b>Objetivo</b>	Elevar a capacidade operativa da FAB para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego. <b>Código:</b> 0462				
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	52111				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
7.754,59	3.428,32	-4.326,27	Aluno capacitado	unidade	1
Obs: A nova denominação da ação 2685 é PO0002, da ação 20X8.					

Fonte: SIOP e SIOP Gerencial – BI

#### 4.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica à natureza da UJ.

### 4.3 Informações sobre outros resultados de Gestão

#### 4.3.1 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), atendendo ao item 41 da parte B, da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014

A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate tem a finalidade de gerenciar os projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o Comando da Aeronáutica, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

No exercício de 2014, a COPAC gerenciou a execução de dezesseis Projetos Estratégicos dos quais três estão sob a responsabilidade do Ministério da Defesa (MD). A aquisição de duas aeronaves de transporte militar e de reabastecimento em voo – Projeto KC-X2, aquisição de uma aeronave de transporte especial – Projeto VC-X2 e a contratação de serviço de uso de 12 aeronaves GRIPEN C/D – Projeto GRIPEN C/D não serão tratados neste relatório. Estes três Projetos aguardam definições do EMAER para continuidade do processo de aquisição e contratação.

Os resultados apurados no exercício, bem como, o detalhamento do andamento dos Projetos do MD (Projeto AAE, Projeto H-XBR e Projeto SARP – MD) e do COMAER (Projeto A-Darter, Projeto AM-X, Projeto CL-X2, Projeto E-99M, Projeto F-5BR, Projeto F-X2, Projeto KC-X, Projeto KC-X – Aquisição, Projeto LINK-BR2, Projeto MAR-1 Fase 2, Projeto P-3BR, Projeto VU-Y, e Projeto MAA-1B são apresentados nos subitens a seguir.

#### 4.3.1.1 Projeto AAE

##### I - Descrição do Projeto

O Projeto de Artilharia Antiaérea consiste na aquisição de Sistema de Artilharia Antiaérea, de origem russa – PANTSIR-S1, com demais itens tecnológicos, de simulação e capacitação de operação e manutenção.

##### II - Informações orçamentárias / Execução Física

A ação orçamentária 151D – Obtenção de Sistemas de Defesa Antiaérea tem por finalidade a aquisição de baterias antiaéreas de baixa e média alturas, desenvolvimento de sensores e sistemas de comando e controle e integração ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro – SISDABRA.

Devido à complexidade deste sistema de armas foram criados, visando um melhor acompanhamento da execução e gerenciamento, quatro Planos Orçamentários: 0000 - Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea - Despesas Diversas, 0001 - Aquisição de Baterias Antiaéreas de Baixa Altura, 0002 - Aquisição de Baterias Antiaéreas de Média Altura, 0003 - Integração das Baterias Antiaéreas com o SISDABRA.

A gestão do PO0002 - Andamento da Aquisição de Baterias Antiaéreas de Média Altura, sob a responsabilidade do COMAER/COPAC, está descrita na ação 151D - Obtenção de Sistemas de Defesa Antiaérea.

##### III - Análise Situacional

No exercício 2014, os recursos disponibilizados foram utilizados para custeio de diárias e passagens nacionais e internacionais, em virtude das diversas reuniões gerenciais e visitas técnicas realizadas.

Os recursos também foram utilizados na montagem da infraestrutura para a Gerência do Projeto. Uma vez que se trata de um Projeto Conjunto, sob gestão da COPAC, além dos militares do COMAER, foram designados militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro para integrarem a equipe, havendo necessidade de aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para uso da equipe do Projeto.

Por características específicas do Projeto Antiaérea, foi contratado um curso de idioma russo para os militares envolvidos no projeto, uma vez que os negociadores do governo russo e das empresas russas envolvidas não falam inglês, o que tem prejudicado o desenvolvimento dos trabalhos e das negociações, implicando no uso constante de tradutores.

A disponibilização dos recursos somente no mês de agosto implicou em maior esforço para aquisição do material necessário, devido aos prazos de trabalho, e atraso no início do curso de idioma russo.

O calendário das reuniões e visitas sofre atraso de 220 dias em relação ao cronograma inicial. Um dos motivos de ajuste no calendário foi a demora na formação e constituição dos Grupos de Trabalho previstos na Portaria nº 2.555/MD, de 4 de setembro de 2013, responsáveis pelo refinamento dos requisitos e definição dos objetos contratuais dos sistemas e subsistemas a serem adquiridos.

##### IV - Outras informações sobre o Projeto

O projeto, conforme Diretriz que dispõe sobre Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica - DCA 400-6/2007, aguarda a finalização do Bloco 14 “Aprovação das especificações técnicas”, ou seja, a aprovação, no caso do PAAe, pelo MD para então ingressar no Bloco 16A -

Emissão de Edital ou Pedido de Oferta (“*Request for Proposal*” RFP). O Bloco 15 refere-se a planos de desenvolvimento que estão sendo desenvolvidos em paralelo, nesta fase, ressalta-se que as divergências entre os relatórios do Grupo de Integração GTI (Portaria 2.400/MD de 26 de setembro de 2014) e os resultados (Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais - RTLI) dos trabalhos do grupo responsável pela aquisição das AAe de média altura, devem ser harmonizadas para então prosseguir no andamento das fases subsequentes.

#### 4.3.1.2 Projeto AM-X

##### I - Descrição do Projeto

Modernização e adequação tecnológica e operacional de caça-bombardeiro-reconhecedor-ligeiro AM-X, mediante a recuperação de sua capacidade original e de sua ampliação, com vistas a manter a necessária operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

##### II - Informações orçamentárias / Execução Física

No exercício de 2014 o projeto de modernização das aeronaves A-1 passou a ter uma ação orçamentária própria denominada 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X. Com o bloqueio dos recursos da ação 7U72, o Comando da Aeronáutica alocou recursos da ação de Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados – ação 20IH ao projeto em tela. A aplicação dos recursos orçamentários, bem como, a execução física estão descritas nos Quadros: A.5.2.3.1.1 – 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X e A.5.2.3.2.1 – 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

##### III - Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos

- Contrato 008/DEPED-SDDP/03 TA 04 - Inicialmente composto de 07 lotes, com vistas à modernização de 53 aeronaves A-1, teve, no 2º Termo Aditivo, seu objeto reduzido de 53 para 43 aeronaves e a quantidade de Lotes foi reduzida de 07 para 05. Em 2014, o projeto teve nova redução do número de aeronaves passando de 43 para 30 aeronaves. As tratativas com a EMBRAER, para efetivação desta última redução, estão em andamento.

Por intermédio desse contrato, três aeronaves modernizadas foram entregues à FAB em 2014.

- Contrato 001/DEPED-SDDP/04 TA 05 - Inicialmente dimensionado para fornecer bens adquiridos no exterior para o desenvolvimento e série da modernização de 53 aeronaves A-1. Assim como o contrato 008/DEPED-SDDP/03, no 2º Termo Aditivo, foi redimensionado para atender à modernização de 43 aeronaves A-1. No entanto, seu valor não foi reduzido em função da aquisição de novos equipamentos não previstos inicialmente, como por exemplo: conjuntos de células de combustível para 44 aeronaves e kits de modificação de PMT.

Ressalta-se que, embora as etapas com apresentação de “*ship set*” para série se estendam até 2016, vários fornecedores contratados pela *Embraer Aviation International* - EAI já entregaram todo o material, como exemplo: Garmin (*GPS Stand alone*) e *FLIR Systems (Nav Flir KIT B)*. Outros entregaram mais da metade, por exemplo: a AeroSekur (células de combustível – 32 conjuntos dos 44 previstos), a Ametek (DADC – 34 unidades das 44 previstas) e a Carleton (*OBOGS/ Water Separation* – 38 conjuntos dos 44 previstos), entre outros.



- Contrato 010/CTA-COPAC/2008 TA 01-Voltado para o fornecimento dos itens “*Self Protection System*” – SPS e “*Core Avionic System*” – CAS, tendo como subcontratada da EMBRAER S/A a Empresa ELBIT Systems. Esse contrato já forneceu “*ships sets*” desses dois sistemas para aplicação em 24 aeronaves de série, faltando apenas o *ship set* “SPS Mono – A kit” para atender 25 aeronaves.

- Contrato 006/DCTA-COPAC/10 TA 03 - Serviços de reparo e fornecimento de bens para a Revitalização de 43 aeronaves A-1 – foram recolhidas, até o momento, 26 aeronaves para serviço de reparo/modificação estrutural e revitalização. Dessas 26, duas estão sendo utilizadas como protótipos para a fase de desenvolvimento e três já foram completamente revitalizadas e entregues à Força Aérea Brasileira.

- Contrato 007/DCTA-COPAC/10 TA 03 - Serviços de reparo e fornecimento de bens no exterior para a Revitalização de 43 aeronaves A-1. Quanto à aquisição de itens, do total previsto (66.741), já foram recebidos 58.601, ou seja, 95%.

- Contratos Radar SCP-01 - Os contratos do radar SCP-01 previam, inicialmente, a produção de 60 unidades, com a opção de suspensão de 13 unidades, realizada em abril de 2014, com base na redução de 53 para 43 aeronaves.

#### IV - Outras informações sobre o Projeto

O Projeto A1-M foi concebido para se encerrar em 2013, com o custo estimado nas condições originais de cada contrato de R\$ 1.789.733.984,46. No entanto, diversos fatores alteraram o planejamento inicial.

O Comando da Aeronáutica ao decidir-se pelo Projeto de Modernização das aeronaves A-1 em 2001, reformulando o procedimento de tão somente contratar a campanha de “*retrofit*” das aeronaves do 1º e 2º lotes, para atualizá-las às condições da configuração do 3º lote, teve por objetivo encontrar uma solução efetiva para resolver problemas de obsolescência e configuração, propiciando a redução do custo do ciclo de vida da aeronave.

Em 10 de dezembro de 2007, o Estado-Maior da Aeronáutica ajustou os Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB), pertinentes ao Projeto de Modernização das aeronaves A-1. Tal modificação resultou na subtração no número de aviões a serem modernizados, passando de cinquenta e três para quarenta e três.

Outro fato marcante foi a inclusão, em 2010, da atividade de revitalização no processo de modernização dos A-1, motivada pela falta de componentes nas aeronaves que se encontravam na condição estocada e também pela indisponibilidade de material de giro na Força Aérea que pudesse prover a linha de montagem das aeronaves na Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A - EMBRAER. Todo o estoque disponível no Parque mantenedor estava sendo disponibilizado para apoio à operação das Unidades Aéreas. Esta atividade representou um aumento na ordem de R\$ 430 milhões ao Projeto (preço base, sem os reajustes).

No ano de 2012 as atividades de Apoio Logístico Contratado (CLS) foram incluídas no Projeto o que representou um acréscimo de mais R\$ 99,56 milhões no projeto.

Desta maneira, devido aos fatores acima citados e, especialmente devido às restrições orçamentárias que sempre acompanharam o Projeto, a conclusão da modernização está prevista para o ano de 2019.

### 4.3.1.3 Projeto CL-X2

#### I - Descrição do Projeto

Aquisição de 03 (três) aeronaves CASA 295, na configuração SAR (*Search and Rescue*), que se destinam prioritariamente a prover o apoio necessário à condução das missões de Busca e Salvamento.

#### II - Informações orçamentárias / Execução Física

O Projeto CL-X2 é suportado com recursos provenientes das ações orçamentárias 8969 - Aquisição de Aeronaves e 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). O DECEA, órgão central do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), é a organização responsável pela sustentação normativa, coordenação e supervisão operacional das atividades de busca e salvamento, na área de responsabilidade do País. Por meio da Divisão de Busca e Salvamento (D-SAR), o DECEA gerencia toda a atividade de busca e salvamento aeronáutico brasileira. No exercício de 2014 não foram alocados recursos da ação 8969 para o Projeto. A execução orçamentária e física é apresentada na ação 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB.

#### III - Análise Situacional

O contrato foi assinado baseado na autorização do EMAER, do dia 29 de abril de 2014, a qual estabeleceu a Ação 20XV e o recurso financeiro disponibilizado ao projeto para o ano de 2014, que contemplou o montante de R\$ 35.000.000,00.

A despesa contratual prevista para o exercício de 2014 era de € 10.027.109,00, sendo que a quantia disponibilizada (R\$ 35 milhões) para o projeto, devido ao fator câmbio, favorável no momento da mudança do Real para o Euro, atingiu o valor de € 11.558.525,10. Este fato gerou o Restos a Pagar 2014 no valor de € 1.531.416,10

Conforme previsto, foi realizada a primeira reunião técnica do projeto, denominada PDR (*Preliminary Design Review*).

#### IV - Outras informações sobre o Projeto

O contrato do Projeto CL-X2 foi assinado em 30 de abril de 2014 e sua eficácia deu-se em 17 de junho de 2014 e tem como objeto resumido: aquisição de três aeronaves de busca e resgate, uma estação de planejamento de missão e logística associada.

Não houve alterações contratuais.

### 4.3.1.4 Projeto E-99M

#### I - Descrição do Projeto

O Projeto prevê a prestação de serviços e o fornecimento de bens, necessários para a modernização dos Sensores Aeroembarcados de 05 (cinco) Aeronaves E-99.

#### II - Informações orçamentárias / Execução Física

No ano de 2014 este Projeto recebeu recursos orçamentários das ações 20IH e 14SY (Apoio à Realização de Grandes Eventos) . Utilizou, ainda, recursos inscritos em Restos a Pagar 2013, ação 14VN (Apoio à Realização de Grandes Eventos). A aplicação dos recursos e execução

orçamentária da ação 20IH é apresentada no Quadro A.5.2.3.2.1 – 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

### III – Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos

Foram assinados os seguintes Contratos e Termos Aditivos:

- Para a prestação de SERVIÇOS e no FORNECIMENTO de BENS, necessários para a modernização dos Sensores Aeroembarcados de 05 (cinco) Aeronaves E-99, foram assinados o Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2012 com a EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL-EAI, no valor de € 86.907.588,64, nas condições econômicas de dezembro de 2012. Prazo para execução: 01/01/2017;

- O Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2012, com a EMBRAER S.A. no valor: R\$ 216.008.676,00, nas condições econômicas de dezembro de 2012. Prazo para execução: 30/08/2017;

- O Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2013, com a SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS, no valor de € 39.881.925,00, nas condições econômicas de janeiro de 2013. Prazo para execução: 26/10/2016;

- O Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2013, com a AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD, no valor de U\$ 6.441.450,00, nas condições econômicas de abril de 2013. Prazo para execução: 09/08/2017;

- O Contrato nº 003/DCTA-COPAC/2013, com a ROHDE & SCHWARZ, no valor de € 4.532.906,40, nas condições econômicas de junho de 2013. Prazo para execução: 30/05/2017;

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 034/DCTA-COPAC/2012 para disponibilização, no menor tempo possível, de uma VERSÃO ÍNTERIM para 02 (duas) aeronaves E-99, que atendessem à demanda operacional requerida durante o evento da Copa do Mundo FIFA 2014, implicando a necessidade de acréscimo de serviços. Alteração do valor para R\$ 216.915.678,08, nas condições econômicas de dezembro de 2012;

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2013, para a disponibilização, no menor tempo possível, de uma VERSÃO ÍNTERIM para 02 (duas) aeronaves E-99, que atendessem à demanda operacional requerida durante o evento da Copa do Mundo FIFA 2014, implicando a necessidade de acréscimo de serviços. Alteração do valor para € 42.668.275,00, nas condições econômicas de janeiro de 2013;

- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/DCTA-COPAC/2013, para a disponibilização, no menor tempo possível, de uma VERSÃO ÍNTERIM para 02 (duas) aeronaves E-99, que atendessem à demanda operacional requerida durante o evento da Copa do Mundo FIFA 2014, implicando a antecipação do fornecimento de alguns GFE. A alteração ajustou a entrega de alguns GFE, sem acréscimo no Preço Total do Contrato, nem em seu prazo para execução.

### IV - Outras informações sobre o Projeto

O Projeto de modernização dos Sensores Aeroembarcados de 05 (cinco) Aeronaves E-99 teve seu início em 13/12/2012, com término previsto para 30/08/2017, ao custo planejado de R\$ 550.000.000,00. Posteriormente, em função das renegociações de alguns Termos Aditivos, o custo total foi alterado para R\$ 662.212.443,62. Atualmente, encontram-se em renegociação Termos Aditivos a todos os contratos do Projeto, devido às restrições orçamentárias impostas, o que implicará aumento em custo e prazo para sua execução.

Dessa diferença financeira, o valor de R\$ 21.690.214,08 decorreu da necessidade de entrega de 2 aeronaves modernizadas com uma solução ínterim antes do evento Copa do Mundo FIFA de 2014, e o restante, no valor de R\$ 90.522.229,54, resulta dos custos decorrentes de variações cambiais dos contratos celebrados em moeda estrangeira.

#### **4.3.1.5 Projeto F-X2**

##### **I - Descrição do Projeto**

Aquisição e implantação de 36 (trinta e seis) aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores e logística para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

O Projeto F-X2 possui ação própria denominada 14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2. O Projeto está identificado na ação orçamentária com o Plano Orçamentário PO 0000. Não ocorreram registros na referida ação e nem houve execução física. As informações orçamentárias e análise situacional são apresentadas no Quadro A.5.2.3.1.2 – 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2.

##### **III – Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos**

Após 10 meses de negociações, foi assinado o Contrato Principal e o Acordo de Compensação do Projeto, com início estimado para meados do ano de 2015 e já com recursos suficientes previstos no PLOA.

##### **IV - Outras informações sobre o Projeto**

Não houve execução ou desembolso no ano de 2014.

#### **4.3.1.6 Projeto F-5BR**

##### **I - Descrição do Projeto**

Modernização e padronização da frota de aeronaves F-5 E/F da Força Aérea Brasileira (FAB), tendo em vista que tais aeronaves não possuíam sistemas de navegação e de ataque que atendessem às novas necessidades operacionais da FAB, para permitir o cumprimento de sua missão Constitucional de Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

O Projeto de Modernização das aeronaves de caça F-5 E/F é suportado unicamente pela ação de modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados 20IH. As informações sobre a execução são apresentadas no Quadro A.5.2.3.2.1 – 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

##### **III - Outras informações sobre o Projeto**

O Projeto F-5BR sofreu impactos em sua execução devido à impossibilidade da Contratada de executar conforme previsto o cronograma de atividades.

Todos os procedimentos de controle previstos em lei foram aplicados, muitas foram imputadas à empresa e buscou-se minimizar os prejuízos sofridos pela administração da melhor forma possível.

Há interesse em se manter o contrato, apesar dos impactos, em função da necessidade de manter a capacidade operacional da FAB, por meio da operação da aeronave F-5 pelos próximos anos, até a implantação total da nova aeronave de combate recém-adquirida pela FAB, o que deve ocorrer somente para o ano de 2024.

Os custos do projeto foram reduzidos em função da adequação / redução do objeto em face as necessidades da FAB, e apenas os reajustes legais referentes à inflação vem sendo concedidos à empresa.

O prazo de execução sofreu atraso total de 24 meses para o final de sua execução, porém, em função da redução do objeto, ainda atende as necessidades operacionais da FAB.

Os contratos são custeados pelo Tesouro Nacional, na Fonte 100, e tem sua performance controlada trimestralmente por meio de reuniões gerenciais, bem como acompanhamento direto das ações da empresa por meio do GAC-Embraer.

#### 4.3.1.7 Projeto H-XBR

##### I - Descrição do Projeto

O Projeto H-XBR tem a finalidade de adquirir 50 Helicópteros EC-725 para as Forças Armadas, com apoio logístico para a operação nos cinco primeiros anos. Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o projeto tem como propósito desenvolver a indústria de asas rotativas no Brasil.

##### II - Informações orçamentárias / Execução Física

O Projeto H-XBR possui ação específica denominada 123J que está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. A ação 123J está inserida no PAC. Os dados da ação orçamentária e execução física estão relatadas no Quadro A.5.2.3.1.5 – 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR).

##### III - Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos

O Projeto H-XBR é composto por 03 Contratos de Despesa e 02 Acordos de Compensação, a saber:

- Contrato 008/CTA-SDDP/2008, assinado em 23 dezembro de 2008, com vigência de 122 meses. Objeto - aquisição de 50 Helicópteros EC-725, 03 *Flight Training Devices* e Suporte Logístico. Valor: €1.847.354.117,00 .

- 1º Termo Aditivo. Assinado em 04 de dezembro de 2009, de forma a ajustar o Contrato de Aquisição para as novas condições de pagamento, baseadas nos recursos disponibilizados pelo Governo Brasileiro para o ano de 2009, dentre outras correções. Não houve alteração do preço total do Contrato.

- 2º Termo Aditivo. Assinado em 11 de novembro de 2011, diante da necessidade de ajustes para clarificar ou modificar os Termos Contratuais, assim como alterar as especificações para melhor adequação técnica do Objeto do Contrato. O processo de recebimento de etapas foi revisto, para torná-lo mais funcional para ambas as partes, bem como a devida atualização do

Cronograma Físico-Financeiro. Não houve alteração do preço total do Contrato.

- Contrato 012/DCTA-COPAC/2011, Suporte Logístico Contratado para os Motores Makila 2A1 com a empresa Turbomeca. R\$ 159.833.702,07.

- 1º Termo Aditivo. Assinado em 10 de dezembro de 2012 para revisão de algumas cláusulas contratuais, destacando a revisão do método de reequilíbrio de preço. O valor foi reajustado para R\$ 164.276.217,34.

- Contrato 019/DCTA-COPAC/201, Suporte Logístico Contratado - Apoiar a operação das aeronaves (exceto motores) da frota de aeronaves EC-725 das FFAA Valor: R\$ 147.644.892,40. Acordo de Compensação 001/CTA-SDDP/2008 - O Acordo de Compensação e Cooperação Industrial é vinculado ao CT 008/CTA-SDDP/2008 e ao CT 019/DCTA-COPAC/2011 e possui 22 Projetos de cooperação Industrial e seis Projetos de Offset. Assinado em 23 de dezembro de 2008, com vigência 31 de dezembro de 2022.

- 1º Termo Aditivo. Assinado em 04 de dezembro de 2009, também teve de ser adequado à nova situação contratual. Desse modo, ajustou-se o início da execução dos “*Industrial Cooperation Programs*” e dos Projetos de Compensação, para coincidir com a integralização do “Pré-pagamento”, condição necessária para que houvesse recursos suficientes para os investimentos.

- 2º Termo Aditivo. Assinado em 11 de novembro de 2011, para ajustar os prazos de execução e de vigência do Acordo, tendo em vista o tempo inicial de execução dos Projetos; complementar os conteúdos de cada Projeto, para melhor adequação dos mesmos aos seus objetivos; e incluir os Memorandos de Entendimento (MOU) assinados entre o Consórcio e as empresas beneficiárias, os Planos de Trabalho e os CDRL (“*Contract Data Requirement List*”) - afetos a cada Projeto de Cooperação.

- Acordo de Compensação nº 01/DCTA-COPAC/2011 - 04 Projetos de Offset (vinculados ao CT 012/DCTA-COPAC/2011). Assinado em 28 setembro de 2011 com a vigência até 31 dezembro de 2017.

Até o presente momento, o Projeto não sofreu alteração em seu preço global, em virtude das restrições orçamentárias, entretanto o Consórcio solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro em dezembro de 2014, o qual está sendo avaliado pela COPAC.

Em virtude da insuficiência de orçamento constatada em 2012, 2013 e 2014, estão sendo realizadas as devidas gestões para a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, a fim de minimizar os impactos financeiros para o Comando da Aeronáutica, mas o cronograma da entrega do objeto contratual, provavelmente, sofrerá um atraso considerável. Estima-se que o encerramento do contrato, passará de julho de 2017 para dezembro de 2019. O referido termo aditivo, ainda, não pode ser assinado, em virtude de a Parte Contratada querer incluir o resultado do pedido de reequilíbrio no instrumento contratual.

#### IV - Outras informações sobre o Projeto

As atividades de transferência de tecnologia e de cooperação industrial vêm sendo executados conforme o planejado. Entretanto, as restrições mencionadas já vêm apresentando reflexos na cooperação industrial, podendo gerar atrasos e cancelamentos de projetos.

De um modo geral, o produto tem sido entregue de acordo com os requisitos estipulados, sendo as suas alterações submetidas à aprovação dos Estados-Maiores das três Forças, o que caso aprovado, será motivo de aditivo ao Contrato de Aquisição.

Óbices e consequências do não atendimento orçamentário:

Desmobilização da Helibras, com demissões de funcionários e possível interrupção de sua produção;

Perda de pessoal qualificado para produção, treinamento e operação das aeronaves (especialistas contratados na França já estão sendo expatriados);

Prejuízos contratuais, com a necessidade de negociar o 3º termo aditivo ao contrato;

O Consórcio Helibras e Airbus Helicopters deu entrada em um pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da ordem de 111 milhões de euros; e

Comprometimento do Acordo de Cooperação 001/CTA-SDDP/2008, que prevê 22 projetos de cooperação industrial e 6 projetos de *offset* que promovem a capacitação de empresas brasileiras.

**4.3.1.8 Projeto KC-X****I - Descrição do Projeto**

O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento e aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da FAB.

**II - Informações orçamentárias / Execução Física**

O Projeto KC-X possui ação orçamentária própria e está inscrito no PAC. Os dados relativos ao exercício de 2014 estão descritos no Quadro A.5.2.3.1.4 – 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X).

**III - Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos**

- Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009: Preço Total – R\$ 3.028.104.951,07. Celebrado entre o Comando da Aeronáutica e Embraer, para o fornecimento de dois protótipos de aeronave de transporte militar e reabastecimento, incluindo a prestação de serviços necessários para o gerenciamento da produção e montagem das aeronaves.

- 1º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009: Preço Total – R\$ 3.028.104.951,07. Celebrado em 2011 com a finalidade de adequar o cronograma de desembolso, inicialmente pactuado, à realidade orçamentária imposta pela LOA 2011 (disponibilizados 17% a menor em relação ao valor necessário para o Exercício), bem como alterar o custeio do contrato para o Exercício de 2012, para abrigar as necessidades não contempladas em 2011.

- 2º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009: Preço Total – R\$ 2.955.244.556,24. Celebrado em 2014 com a finalidade de inserir no escopo do contrato o resultado das negociações com Portugal, Argentina e República Tcheca, que se tornaram parceiros estratégicos no desenvolvimento e na fabricação de segmentos estruturais da aeronave, o que resultou na revisão das tarefas e, em especial, nas alterações no escopo e preço total do contrato, que foi reduzido na proporção das atividades assumidas pelos respectivos parceiros, mantida a responsabilidade integral da Embraer pelo desenvolvimento da aeronave perante o COMAER.

- 3º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009: Preço Total – R\$ 2.955.244.556,24. Celebrado em 2014 com a finalidade de adequar o cronograma de desembolso à

realidade orçamentária imposta pela LOA 2014, bem como alterar o custeio do contrato para os Exercícios de 2015 e 2016, para abrigar as necessidades não contempladas. (Os reflexos em custos e prazos decorrentes desta adequação ainda serão negociados e serão objeto de novo termo aditivo).

- Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011: Preço Total – USD 631.702.459,35. Celebrado entre o Comando da Aeronáutica e *Embraer Aviation International - EAI*, para o fornecimento dos Sistemas Estratégicos (CAT “E”) para o desenvolvimento da aeronave KC-X

- 1º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011: Preço Total – USD 589.213.228,88. Celebrado com a finalidade de reduzir o preço total do contrato em função da conclusão e do sucesso das negociações na seleção dos fornecedores de sistemas estratégicos

- 2º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011: Preço Total – USD 598.967.691,76. Celebrado com a finalidade de alterar o preço total do contrato, fruto de reduções e aumentos dos bens e serviços contratados. Houve reduções em função da exclusão dos materiais e serviços que foram considerados desnecessários para o alcance dos objetivos do desenvolvimento da aeronave. Houve aumentos para incorporar os custos referentes às modificações técnicas consideradas mandatórias, para atender requisitos de segurança de voo, de certificação, ou que aperfeiçoam e melhoram o desempenho dos sistemas CAT E, resultando em ganho no atendimento de requisitos operacionais e redução nos custos de manutenção. Houve também a adequação dos prazos de execução e vigência, devido à realocação das etapas nos exercícios 2015 e 2016, em face da insuficiente disponibilidade de recursos cedidos pela LOA 2014, preservando o atendimento das necessidades do desenvolvimento e o equilíbrio físico-financeiro do contrato.

#### **4.3.1.9 Projeto KC-X – Aquisição**

##### **I - Descrição do Projeto**

O Projeto KC-X tem por objetivo a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da FAB.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

O Projeto KC-X possui ação orçamentária específica denominada 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas. Os dados de 2014 estão descritos no Quadro A.5.2.3.1.3 – 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas.

##### **III - Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos**

Os contratos de aquisição das Aeronaves KC-390 foram assinados em 2014. Não houve previsão de entrega de aeronaves neste primeiro ano, mas foram iniciados os aportes financeiros para aquisição de materiais e dos itens de longo ciclo de produção, visando, tanto a entrega das aeronaves, sendo a primeira prevista para o final de 2016, quanto a entrega de itens de uma Lista de Aprovisionamento Inicial, que serão utilizados no suporte logístico às primeiras aeronaves entregues.

Foram assinados os seguintes Contratos e Termos Aditivos:

- Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014: Preço Total – R\$ 7.255.869.086,00. Celebrado entre o Comando da Aeronáutica e Embraer, para aquisição de materiais e prestação de serviços para a produção e o fornecimento de 28 (vinte e oito) aeronaves KC-390;



- Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014 1º Termo Aditivo: Preço Total – R\$ 2.761.163.577,22. Celebrado entre o Comando da Aeronáutica e Embraer, para reduzir o preço total do contrato e adequá-lo aos termos e condições pactuados para a prestação dos serviços e o fornecimento dos BENS previstos na cláusula 1ª – objeto do contrato, de cujo escopo foram retirados os insumos de origem estrangeira.

- Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014: Preço Total – USD 1.925.704.094,68. Celebrado entre o Comando da Aeronáutica e Embraer, para o fornecimento dos insumos de origem estrangeira para a produção de 28 (vinte e oito) Aeronaves KC-390, bem como uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI, também de origem estrangeira.

#### **4.3.1.10 Projeto LINK-BR2**

##### **I - Descrição do Projeto**

O projeto prevê a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no Conceito Operacional do Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica e que contenha o Protocolo Link BR2.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

No exercício de 2014, o Projeto LINK-BR-2 utilizou as ações 20IH e 20XB. Os dados da execução estão descritas nos Quadros: A.5.2.3.2.1 – 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e A.5.2.3.2.3 – 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial.

##### **III - Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos**

O Projeto teve seu início em 21/12/2012, com término previsto para 21/12/2016, ao custo planejado de R\$ 193.091.871,47. Contudo, após a assinatura do 1º TA, o custo total passou a ser de R\$ 199.907.062,01 e o prazo de execução para 06/06/2017. Vale lembrar que se encontra em renegociação o 2º TA, em razão de modificações técnicas necessárias ao Projeto e das restrições orçamentárias impostas em 2014, o que se refletirá em aumento nos custos e prazo, os quais só poderão ser apontados com a assinatura do referido Termo Aditivo.

A diferença financeira de R\$ 6.815.190,54 entre os valores do Contrato e do 1º TA, deveu-se exclusivamente aos custos de postergação do Projeto em 6 meses, em função das restrições orçamentárias no ano de 2013.

Foram assinados os seguintes Contratos e Termos Aditivos:

- Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012

Objeto: Desenvolvimento, Integração, Validação e Fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no Conceito Operacional do Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica que contenha o Protocolo LINK BR2.

Contratada: MECTRON ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Modalidade de Licitação: Concorrência, porém dispensável, nos termos do inciso IX, do artigo 24, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, combinado com o inciso I do artigo 1º do decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997.

Valor: R\$ 193.091.871,47, nas condições econômicas de outubro de 2012.

Prazo para execução: 06/12/2016.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012

Motivação: modificações técnicas necessárias ao Projeto e restrições orçamentárias, no exercício financeiro de 2013, superiores a 33% do previsto no Projeto.

Alterações:

Valor: R\$ R\$ 199.907.062,01, nas condições econômicas de outubro de 2012.

Prazo: 06/06/2017.

#### **4.3.1.11 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-Darter)**

##### **I - Descrição do Projeto**

Desenvolvimento de um Míssil ar-ar de curto alcance de 5ª Geração, seu suporte logístico e sua base de certificação, bem como realizar a transferência de tecnologia das áreas de interesse desse míssil para o Brasil.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

No exercício de 2014 foram utilizados recursos da Ação 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial inscritos em restos a pagar. O Projeto recebeu do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, recursos na ação 2014 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que foram empenhados, sem contudo terem sido utilizados.

Estes aportes estão inseridos nos Planos Orçamentários PO0005 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados inscrito na ação 20XB e PO0002 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas da ação 2014. Os Planos Orçamentários PO0005 e PO0002 são compartilhados com outros Projetos do COMAER e MDIC respectivamente.

##### **III - Análise Situacional**

O Projeto A-Darter está na fase final do desenvolvimento, pronto para iniciar o desenvolvimento da industrialização, para então ser transformado em produto disponível para emprego. O Projeto foi iniciado em 2006 e o término do desenvolvimento está previsto para 2016.

Atualmente existem os seguintes contratos em vigor 001/CTA-SDDP/2006 – TA (Termo Aditivo) - 04, 005/CTA-SDDP/2008 – TA-04 e 006/CTA-SDDP/2008 TA-04. Os Contratos 033/DCTA-COPAC/2014, 034/DCTA-COPAC/2014 e 036/DCTA-COPAC/2014 estão em trâmite para entrarem em vigor no ano de 2015.

Em 2014 foi realizado o 4º Termo Aditivo ao Contrato 005/CTA-SDDP/2008 para incluir atividades de desenvolvimento do motor-foguete e adequar as datas de entrega das Etapas.

Foram negociados os seguintes Contratos novos em 2014:

- Desenvolvimento de um sistema alternativo de Conjunto Infravermelho – IRSA com a empresa Opto Optrônica (033/DCTA-COPAC/2014);
- Desenvolvimento da Industrialização do Projeto A-Darter no Brasil com a Mectron

(034/DCTA-COPAC/2014); e

- Suporte ao Desenvolvimento da Industrialização no Brasil com a Denel do Brasil (036/DCTA-COPAC/2014).

A segunda parte da Campanha de Ensaios de Desenvolvimento denominada "G3", a qual definirá o término do desenvolvimento de "*hardware*" do Missil deverá ser finalizada em janeiro de 2015.

Com isso, o Ensaio de Certificação ("S1") está programado para o segundo semestre de 2015, o que tornará possível o término do desenvolvimento do míssil ainda no primeiro semestre de 2016.

Os recursos necessários para atendimento do término do Contrato N° 001/CTA-SDDP/2006 serão obtidos por intermédio do Termo de Cooperação FINEP Ref. 1373/13.

Planejamento dos próximos eventos:

- Início do Desenvolvimento da Industrialização em 2015;
- Encerramento do Projeto de Desenvolvimento em 2016;
- Industrialização no Brasil do Míssil em 2017; e
- Início da Produção em série do Produto em 2018.

#### IV - Outras informações sobre o Projeto

O Contrato de Despesa N° 001/CTA-SDDP/2006, firmado em Brasília-DF, em 16 de outubro de 2006, com a *Armaments Corporation of South Africa* (ARMSCOR) Ltd., agência governamental competente para a realização de licitações e processos de aquisição do Departamento de Defesa (DoD) da República da África do Sul, tem por objeto o fornecimento dos serviços relacionados ao desenvolvimento conjunto e certificação de um Sistema de Míssil Ar-Ar Infravermelho de Curto Alcance para Auto Defesa (SRAAM) de 5ª Geração e o estabelecimento de base inicial de suporte logístico, incluindo o gerenciamento do programa, transferência de tecnologia, entrega da documentação do projeto, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e um pacote de dados de produto.

O Contrato em referência decorre do Acordo de Assuntos Relacionados à Defesa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em 4 de junho de 2003.

Em 14 de dezembro de 2006, foi pactuado um Ajuste Suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul relativo a medidas gerais para a pesquisa, desenvolvimento, certificação e transferência de tecnologia conjunta de um Míssil Ar-Ar.

Durante a execução contratual, surgiram alguns entraves decorrentes da concretização de riscos inerentes a projetos que envolvem elevado nível de complexidade tecnológica, fato este que afetou o desenvolvimento do sistema de detecção do míssil, *Seeker Functional Area* (SFA), que compreende os subsistemas do *Gimbal Assembly* (GA) e do *Digital Processor Assembly* (DPA).

Em razão do surgimento dos problemas anteriormente mencionados, foi realizada uma reavaliação de todo o Projeto A-Darter, pela ARMSCOR e pelo Departamento de Defesa Sul-Africano (RSA DoD), de modo a se obter a exata magnitude das dificuldades e de suas ações mitigadoras, resultando na necessidade de se readequar prazos e custos no cronograma físico-financeiro. Tal readequação visa não só a postergar atividades já previstas como também incluir

atividades que levem a termo as ações mitigadoras para os desvios encontrados. Essas alterações qualitativas no escopo do Contrato foram exaustivamente discutidas durante as reuniões de acompanhamento gerencial, chegando-se à conclusão consensual que a implementação dessas ações seria imprescindível para a continuidade do Projeto.

Decorrente do replanejamento de atividades houve a necessidade de confecção de equipamentos adicionais para a realização de testes em laboratórios em diferentes áreas, tais como no desenvolvimento de *Hardware* para o *Gimbal Assembly* (GA) e instalações do sistema *Hardware in the Loop* (HILS); para o desenvolvimento de ferramentas para a melhoria e verificação do *Seeker Image and Missile Simulation* (SIMIS), e para serem utilizados em voos de ensaio para a verificação da versão atualizada desse hardware.

Ademais campanhas adicionais de voos de ensaio foram incluídas no planejamento das campanhas de ensaio, denominadas POD2b2, POD2c, e uma série de *System Avionics Test Missiles* (SATM); e

Tendo em vista a extensão do período contratado para comportar as atividades mitigadoras, houve a necessidade de se aumentar a mão de obra necessária para serem realizados os serviços de gerenciamento do programa, controle da qualidade, gerenciamento da configuração e de engenharia de sistema para guiar o processo completo.

A necessidade de adequação do Contrato foi decorrente de análise dos resultados de ensaios, que não atingiram os parâmetros esperados. As alterações criaram novos pontos de controle, com trabalho adicional de execução e análise, que não poderiam ser conhecidos no início do Projeto.

Efetivamente, o Objeto contratado permanece o mesmo, pois não houve alterações de requisitos. As alterações qualitativas foram incluídas em função de necessidade de ensaios intermediários adicionais, porém com a manutenção dos requisitos técnicos e características do Projeto.

Todavia, os resultados dos ensaios executados demonstraram que haveria um risco de não serem atingidos os requisitos estabelecidos na origem do Projeto e que haveria necessidade de se efetivar o plano de mitigação de riscos com a implementação de ciclos de desenvolvimento aliados a campanhas adicionais de ensaios.

#### **4.3.1.12 Projeto MAA-1B**

##### **I - Descrição do Projeto**

Desenvolvimento de um Míssil MAA-1B.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

Este projeto está inserido no Plano Orçamentário PO0005 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados, da ação 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial, cujos recursos são compartilhados com outros projetos.

##### **III - Análise Situacional**

O Projeto MAA-1B é executado pelo DCTA. Em 2014, o DCTA solicitou que a Gerência Executiva do Projeto fosse repassada à COPAC, porém a coordenação da Ação 20XB continuaria sob responsabilidade do DCTA.

A Empresa MECTRON informou que a execução do Projeto está inviabilizada por diversos fatores técnicos, financeiros e administrativos, enquanto não houver alteração contratual.

O DCTA autorizou a adequação do escopo das atividades para viabilizar a execução do Contrato 025-S/CTA/2004.

Foram realizadas reuniões de negociação, a Empresa apresentou Ofertas de Termos Aditivos e após análises e negociações com a Comissão de transição, foi proposta a minuta do 5º Termo Aditivo com alterações significativas no Escopo do Projeto para trâmite administrativo.

Os recursos necessários na proposta de Cronograma Físico-Financeiro previstos para serem executados ainda em 2014 foram empenhados.

Execução das metas: Não houve cumprimento de metas físicas, nem pagamentos efetuados.

Fatores intervenientes: O trâmite administrativo da minuta do Contrato ainda não foi encerrado.

Restos a pagar: O Cronograma Físico-Financeiro inicialmente proposto deverá ser alterado para refletir o início das atividades do Termo Aditivo a entrar em vigor, porém os recursos alocados para as primeiras etapas da proposta inicial foram empenhados e entraram em restos a pagar de 2014 no total de R\$ 5.113.393,00.

#### IV - Outras informações sobre o Projeto

Não houve ações de execução do Projeto no âmbito da COPAC.

#### **4.3.1.13 Projeto MAR-1 Fase 2 (Míssil Antirradiação)**

##### I - Descrição do Projeto

Desenvolvimento do Míssil Tático Antirradiação MAR-1, Certificação, Logística Inicial e Ante-Projeto de Industrialização.

##### II - Informações orçamentárias / Execução Física

Projeto suportado pela ação orçamentária 20XB – Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial, Plano Orçamentário PO0005 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados.

##### III - Análise Situacional

O cronograma físico-financeiro em vigor contempla o término do desenvolvimento do MAR-1 para julho de 2015.

No entanto, após a realização da Campanha Contra Alvo (CA) 2.1, realizada em novembro de 2013, a Empresa Mectron informou à COPAC a impossibilidade de continuar a execução do contrato de despesa da maneira como está concebido o cronograma físico-financeiro em vigor.

A Mectron informou que a maturidade de desenvolvimento de alguns subsistemas do míssil não permitia a realização da *Critical Design Review* (CDR), a qual estabeleceria uma configuração consolidada do míssil e de seus subsistemas antes da realização da Campanha de Certificação (CA 2.2).

Desta forma, foram iniciadas as tratativas para a celebração do 3º Termo Aditivo ao

contrato de despesa 001/DCTA-COPAC/2010, o que acarretará em um possível acréscimo no valor final do contrato que suporta o desenvolvimento do MAR-1.

A elaboração do novo cronograma físico-financeiro ainda está em processo de negociação junto à empresa Mectron. Todavia, estima-se que o término do desenvolvimento do projeto seja impactado com as dificuldades tecnológicas enfrentadas pela empresa desenvolvedora, devendo o Projeto ser concluído no ano de 2018.

A realização da Campanha Contra Alvo 2.1 (Novembro/13) possibilitou que a Empresa Desenvolvedora aferisse o sistema de navegação terminal, bem como coletasse dados para o aprimoramento do míssil e de seus subsistemas. No entanto, existe a necessidade de que os esforços se encontrem no aprimoramento dos subsistemas do míssil, especialmente do Autodiretor, tendo em vista a necessidade de que os subsistemas e o míssil atinjam o desempenho estabelecido por meio de seus requisitos.

Ainda que a Campanha Contra Alvo 2.1 tenha atestado o progresso no desenvolvimento do míssil, ressalta-se a necessidade de que a Empresa desenvolvedora realize algumas atividades de desenvolvimento nos subsistemas antes de estes serem submetidos aos ensaios ambientais e, conseqüentemente, à *Critical Design Review* (CDR).

Desta forma, as atividades programadas para o primeiro semestre de 2014 foram impactadas pela necessidade de se concentrar nas ações de desenvolvimento do míssil, proporcionando o amadurecimento dos subsistemas antes de ser estabelecida a configuração final do míssil para o processo de certificação.

Tendo em vista a necessidade de readequação das atividades de desenvolvimento e, conseqüente do cronograma físico-financeiro, foram iniciadas as tratativas para a celebração do 3º Termo Aditivo do Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2010.

#### IV - Outras informações sobre o Projeto

A guerra moderna impõe que os meios de detecção do inimigo sejam, suprimidos ou, ao menos, incapacitados pelo tempo necessário para a realização de uma campanha aérea no Teatro de Operações. Dentro desse contexto, radares de vigilância e radares diretores de tiro são sensores que devem ser suprimidos ou tornados incapacitados, uma vez que podem detectar a aproximação de aeronaves de combate a distâncias variáveis, além de contribuir significativamente para que forças de superfície inimigas inflijam perdas consideráveis no rol de aeronaves atacantes, respectivamente.

Desta forma, a Força Aérea que dispuser de armamentos inteligentes, capazes de detectar e inutilizar tais meios de detecção inimigos possibilitará que a Força atacante, seja ela aérea, de superfície ou naval, encontre condições menos inóspitas para cumprir a sua missão. Sob essa compreensão do cenário bélico, a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC) é a organização responsável pelo Projeto do MAR-1, o qual consiste no desenvolvimento do míssil, integração de seus subsistemas, certificação do projeto final, além da realização das campanhas de avaliação operacional do sistema.

A condução de tal Projeto pela Força Aérea é revestida de uma série de benefícios, tais como a independência tecnológica proporcionada pelo engajamento da Empresa Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S.A. como desenvolvedora de um sistema na fronteira do conhecimento, além de se distinguir como um projeto de características técnicas únicas a ser conduzido por uma empresa da América do Sul; o poder de dissuasão proporcionado pela capacidade de se inserir em um grupo de países capaz de desenvolver e produzir sistemas de armas

inteligentes, supressores de sensores eletromagnéticos ativos, colocando o Brasil em uma posição ímpar na América do Sul; e a capacitação da indústria nacional de defesa, a qual se tornaria capacitada a especificar, desenvolver e produzir sistemas de elevado valor agregado.

#### 4.3.1.14 Projeto P-3BR

##### I - Descrição do Projeto

Modernizar as aeronaves P-3A da Força Aérea Brasileira, destinadas a executar as missões de Antissubmarino, Patrulha Marítima, Reconhecimento Aéreo, Ataque, Controle Aéreo Avançado e Busca e Resgate e prover a logística associada.

##### II - Informações orçamentárias / Execução Física

As informações orçamentárias e a execução física são apresentadas no Quadro A.5.2.3.2.1 – 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. Plano Orçamentário - PO0003.

##### III - Descrição resumida dos contratos e de seus aditivos

O contrato comercial foi assinado em abril de 2005 com o valor de US\$ 423.380.000,00 tendo como objeto resumido: modernizar oito aeronaves P-3 do acervo do Comando da Aeronáutica que se encontravam estocadas nos Estados Unidos, desmanchar outras três aeronaves (*spare part*) e selecionar as peças servíveis como de reposição, desenvolver e fornecer um simulador tático e uma estação de planejamento de missão, fornecer peças e ferramentas, prestar serviços de assistência técnica e treinar operadores e mantenedores. Possui oito Termos Aditivos.

O primeiro Termo Aditivo (TA) ocorreu em 2006, inserindo mais uma aeronave ao objeto contratual e logística associada, acrescendo o valor em US\$ 33.280.157,00, sendo que esta inserção era uma opção dentro do contrato original.

O segundo TA ocorreu em 2008 e foi motivado por um Boletim Estrutural, expedido pela *US Navy*, de aplicação mandatória em todos os aviões P-3, cuja edição se deu em período posterior à assinatura do contrato, acrescendo um valor de US\$ 14.286.367,00.

O terceiro TA foi acordado em 2009 para ajustar os prazos contratuais, tendo sido motivado por restrições orçamentárias, não havendo acréscimo de valores ao contrato.

O quarto TA se deu em 2010 devido à percepção de uma trinca estrutural em seis das nove aeronaves, gerando uma enorme mudança na execução contratual e o acréscimo de US\$ 25.000.000,00.

O quinto TA ocorreu em 2011 pela necessidade de ajustar a forma de pagamento dos reparos estruturais, objeto do quarto TA. Não houve acréscimo de valores.

O sexto TA foi acordado em 2013 devido à necessidade de ajustar a forma de desmanche da terceira aeronave “*spare part*”, motivado por ser mais uma aeronave afetada pela trinca estrutural, não compensando o seu reparo para deslocar para o Brasil, tendo sido desmontada nos Estados Unidos. Não houve acréscimo de valores ao contrato.

O sétimo TA foi acordado em 2013 pelo reconhecimento da necessidade de reequilibrar as condições financeiras do contrato, devido ao seu prolongamento, motivado pelos problemas percebidos nos aviões. Dos US\$ 108 milhões requeridos pela contratada foram reconhecidos US\$

9.474.075,70.

O oitavo TA se deu em 2014 pela necessidade de ajustar os lotes de peças a serem fornecidos e das horas de voo a serem suportadas pela contratada, não havendo acréscimo de valores.

O valor final do contrato está em US\$ 505.946.524,00.

O projeto teve o suporte de um contrato de financiamento no valor de US\$ 400 milhões que foi finalizado no dia 31 de dezembro de 2014. Houve um Termo Aditivo motivado pela necessidade de extensão de prazo para utilização de seus recursos e não houve acréscimo de valores.

Em todo o período de gestão houve aplicação de sanções à empresa contratada que totalizaram multas no valor de US\$ 1.258.507,76, já indenizadas.

#### **4.3.1.15 Projeto SARP - MD**

##### **I - Descrição do Projeto**

Desenvolvimento conjunto de um sistema de aeronave remotamente pilotada composto de uma Estação de Controle de Solo, um Terminal de Dados Terrestre, duas Plataformas Aéreas, Ferramental e Equipamentos de Apoio de Solo.

##### **II - Informações orçamentárias / Execução Física**

O Projeto de desenvolvimento de um sistema de aeronave remotamente pilotada do Ministério da Defesa será suportado pela ação orçamentária 20XB – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados no Plano Orçamentário P0007. Quadro A.5.2.3.2.3.A – 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial.

##### **III - Análise Situacional**

Não houve execução física em 2014. O projeto ainda está na Fase de Definição, conforme previsto na DCA 400-6, Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais na Aeronáutica. A assinatura do respectivo contrato de desenvolvimento está prevista para ocorrer até o mês de junho de 2015.

No ano corrente, os recursos humanos solicitados ao MD (representantes da MB e EB), para atuarem diretamente na COPAC, junto à Gerência do Projeto, não foram alocados conforme solicitados, acarretando uma sobrecarga de atividades na estrutura disponível para o gerenciamento do Projeto. Um representante da MB foi designado no segundo semestre, porém, acumulando funções junto ao FX-2.

Restos a pagar: Projeto de Desenvolvimento ainda não contratado.

##### **IV - Outras informações sobre o Projeto**

No exercício de 2014, os recursos disponibilizados para o Projeto foram aplicados no Projeto de enlace de dados LINK-BR2. Este sistema de comunicações de dados digitalizados, organizado de forma a possibilitar a integração dos diferentes meios aéreos e terrestres, é composto pelas plataformas aéreas tripuladas e não tripuladas.



#### 4.3.1.16 Projeto VU-Y

##### I - Descrição do Projeto

O Projeto consiste na aquisição de seis aeronaves laboratório para inspeção em voo e aquisição de suporte logístico inicial associado.

##### II - Informações orçamentárias / Execução Física

O Projeto VU-Y é suportado com recursos provenientes das ações orçamentárias 8969 - Aquisição de Aeronaves e 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Para assegurar o perfeito funcionamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), é necessária a execução regular da chamada “Inspeção em Voo de Equipamentos e Procedimentos Operacionais”. Essa inspeção tem como principal objetivo garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados pelo DECEA, uma vez que mantém aferidos e operando todos os equipamentos de auxílio à navegação aérea, aproximação e pouso do Brasil. No exercício de 2014 não foram alocados recursos da ação 8969 para o Projeto. A execução orçamentária e física é apresentada na ação 20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB.

##### III - Análise Situacional

O contrato foi assinado no dia 30 de abril de 2014 e a Ação 20XV foi alocada como fonte de recursos para o projeto. Em 18 de dezembro de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 009/DCTA-COPAC/2014.

O recurso utilizado no projeto foi de R\$ 89.607.595,65 (empenhado), R\$ 30.253.495,72 (liquidado) e R\$ 30.253.495,72 (pago), referentes à entrega de nove etapas previstas em Cronogramas Físico-Financeiro (CFF). O valor de R\$ 59.354.099,93 passou como restos a pagar da Etapa nº 10, inicialmente prevista para 2014.

Como marco do projeto para o ano de 2014, além da reunião de SRR (*System Requirements Review*), houve o recebimento da etapa nº 8, primeira fuselagem completa.

##### IV - Outras informações sobre o Projeto

O contrato relativo ao Projeto VU-Y foi assinado em 30 de abril de 2014 e sua eficácia deu-se em 5 de agosto 2014 e tem como objeto resumido: fornecimento de seis aeronaves certificadas, na versão Inspeção em Voo; fornecimento de um conjunto de equipamentos de apoio ao solo; fornecimento de um conjunto de peças de reposição; prestação dos serviços de treinamento de pilotos, operadores de equipamento e pessoal de manutenção e catalogação; prestação de serviços de assistência técnica; confecção e entrega de documentação técnica de desenvolvimento e de gerenciamento; fornecimento do “*Computer Based Training (CBT)*” e *Learning Management System (LMS)*”.

Foi assinado em 18 de dezembro de 2014 o 1º Termo Aditivo do contrato nº 009/DCTA-COPAC/2014.

#### 4.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional

O sistema de Indicadores do DCTA está vinculado à ação de avaliação de desempenho organizacional. Os Indicadores Gerenciais são voltados à aferição da capacidade do DCTA de enfrentar os desafios internos e externos, no cumprimento de sua missão, e foram construídos em

função dos seus três Fatores Críticos de Sucesso, apresentados no item 5.1.11.

Para representar a situação gerencial do DCTA e servir como orientação para as ações de seus integrantes, foram construídos três Indicadores Estratégicos, os quais contam com a contribuição de outros Indicadores denominados Direcionadores.

Os índices dos três Indicadores Estratégicos são interpretados conforme níveis, os quais vão informar se o DCTA, no cumprimento de sua missão, encontra-se operando no Estado de Normalidade (EN), em Estado de Alerta (EA), em Estado Crítico (EC) ou em Estado de Insubstituição (EI). Os índices dos Indicadores Direcionadores, sempre que possível, deverão acompanhar este mesmo referencial comparativo.

#### **4.4.1 Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica**

Para gerar o Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC), e obter-se um índice de como se encontra a capacidade do DCTA de pronto atendimento às necessidades da Aeronáutica, foi necessário o desenvolvimento de três Indicadores Direcionadores. São eles: Porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM), Porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC) e Composição da Força de Trabalho (CFT).

As informações a respeito do SCTC encontram-se no Anexo C - Quadro 5.4.1.

#### **4.4.2 Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado**

Buscando mensurar o compartilhamento e a apropriação do conhecimento a serviço da sociedade brasileira, foi concebido o Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG), que conta com dois Indicadores Direcionadores: Indicador de Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG) e Indicador de Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento Disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico (TIC).

As informações a respeito do CACIG encontram-se no Anexo C - Quadro 5.4.2.

#### **4.4.3 Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro**

Devido a sua complexidade, a estabilidade de aporte financeiro conta com dois Indicadores Estratégicos, pois é considerada sob os aspectos relativos às ações dos Órgãos Superiores (provedores de recursos), especificamente, e às ações efetivamente tomadas no âmbito do DCTA.

No que diz respeito às ações externas, foi elaborado um Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS), buscando representar o quanto o DCTA está sendo contemplado com recursos dentro de suas necessidades, pelos Órgãos Superiores.

Com relação às ações tomadas internamente, o Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) volta-se para a continuidade das ações, avaliando eventuais interrupções prejudiciais aos Projetos e Atividades do DCTA.

##### **4.4.3.1 Órgãos Superiores**

Para este Indicador não foi necessário o desenvolvimento de Indicadores Direcionadores.

As informações a respeito do EAF-OS encontram-se no Anexo C - Quadro 5.4.3.1.

#### **4.4.3.2 Âmbito Interno**

Foi necessário o desenvolvimento de três Indicadores Direcionadores, são eles: Capacidade de Execução Orçamentária (CEO), Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO) e Capacidade de Atendimento Financeiro (CAF).

As informações a respeito do EAF-AI encontram-se no Anexo C - Quadro 5.4.3.2.

#### **4.4.4 Evolução dos Indicadores do DCTA**

O Gráfico 1 apresenta uma indicação de como se comportaram os Indicadores Gerenciais do DCTA nos anos de 2013 e 2014.

O Gráfico 2 corresponde ao comportamento dos Indicadores Direcionadores do SCTC (LPC, LPM e CFT) no referido período.

O comportamento dos Indicadores Direcionadores do CACIG (TIC e ATG) estão apresentados no Gráfico 3.

As Informações referentes aos Indicadores Direcionadores do EAF-AI (CEO, QPEO e CAF) constam do Gráfico 4.

O Gráfico 5 apresenta os aportes financeiros recebidos dos órgãos superiores e os aportes financeiros solicitados pelo DCTA nos anos de 2013 e 2014.

Todos os Gráficos citados anteriormente fazem parte do Anexo C.

#### **4.4.5 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) – Indicadores**

Atendendo ao contido no Item 65 da Parte B, da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, verifica-se que não há dados para aferição de quaisquer indicadores, uma vez que o único convênio firmado, em que o DCTA é concedente dos recursos, foi firmado em dezembro de 2014, entre o IAE e a FUNCATE, não havendo contudo repasse de recursos financeiros no exercício.

#### **4.5 Informações sobre custos de produtos e serviços**

Não se aplica a UJ, e a justificativa para tal informação constará no Relatório de Gestão do EMAER.

## **5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO**

Conforme estabelecido na DN TCU nº 134/2013, especificamente na letra “b” do Quadro A.1, intitulado “Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão”, este tópico não se aplica a esta UJ.

## **6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Foram identificados os seguintes subtópicos da Portaria -TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que não se aplicam à natureza jurídica do DCTA, ou por ser de responsabilidade da SEFA e FAER prestar as informações pertinentes ou ainda para os quais não houve ocorrências no período em análise:

- Subtópico **6.1.1** – Programação de Despesas e os Subtópicos **6.1.3.1** a **6.1.3.4** – Créditos Originários, por ser de responsabilidade da SEFA e FAER prestar as informações pertinentes;

- Subtópico **6.3** – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos, Subtópico **6.5.1** – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício e o Subtópico **6.5.2** – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados e nos Três Últimos Exercícios, por não haver ocorrências no período; e

- Subtópico **6.7** – Renúncia sob a Gestão da UJ, por não se aplicar à natureza da UJ.

### **6.1 Programação e Execução das despesas**

#### **6.1.1 Programação das despesas**

Esta informação constará no Relatório de Gestão da SEFA e FAER.

#### **6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa**

Informações contidas no Anexo D.

#### **6.1.3 Realização da Despesa**

##### **6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

Esta informação constará no Relatório de Gestão da SEFA e FAER.

##### **6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ**

Este subtópico é de responsabilidade da SEFA e FAER e tal informação constará no Relatório de Gestão da SEFA e FAER.

##### **6.1.3.3 Despesas por Grupo de Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total**

Este subtópico é de responsabilidade da SEFA e FAER e tal informação constará no Relatório de Gestão da SEFA e FAER.

##### **6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

Este subtópico é de responsabilidade da SEFA e FAER e tal informação constará no Relatório de Gestão da SEFA e FAER.

**6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2013	2014	2013
	Valores em R\$ 1,00			
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>31.138.169,08</b>	<b>31.167.417,68</b>	<b>29.898.098,25</b>	<b>29.927.015,83</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	341.599,12	471.783,08	341.599,12	471.783,08
c) Concorrência	1.292.016,25	2.738.123,53	1.157.357,85	2.525.340,20
d) Pregão	29.504.553,71	27.957.511,07	28.399.140,28	26.929.892,55
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.084.539.345,04</b>	<b>1.107.634.434,85</b>	<b>1.081.770.420,47</b>	<b>1.083.513.071,99</b>
h) Dispensa	95.181.115,62	186.925.273,32	94.386.838,97	165.925.192,96
i) Inexigibilidade	989.358.229,42	920.709.161,53	987.383.581,50	917.587.879,03
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>111.461,40</b>	<b>108.072,24</b>	<b>111.461,40</b>	<b>108.072,24</b>
j) Suprimento de Fundos	111.461,40	108.072,24	111.461,40	108.072,24
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>3.164.193,50</b>	<b>2.228.928,40</b>	<b>3.161.030,18</b>	<b>2.058.662,19</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	3.164.193,50	2.228.928,40	3.161.030,18	2.058.662,19
<b>5. Outros</b>	<b>900.314,97</b>	<b>673.384,84</b>	<b>900.251,33</b>	<b>650.168,71</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.119.853.483,99</b>	<b>1.141.913.166,13</b>	<b>1.115.841.260,63</b>	<b>1.116.357.919,08</b>

Obs: A informação referente à letra "K" constará no Relatório do COMGEP, com dados fornecidos pela SDPP.

Fonte: SIAFI Gerencial

## 6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

<b>Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação</b>								
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
13 Obrigações Patronais	105.489,58	110.000,00	105.489,58	100.928,12	0,00	9.071,88	105.489,58	100.928,12
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	52.808.360,67	42.188.636,30	33.191.036,81	28.020.239,44	19.617.323,86	14.168.396,86	32.282.303,47	27.192.028,73
30 – Material de Consumo	9.352.678,90	15.417.807,53	9.164.007,56	9.166.355,65	188.671,34	6.251.451,88	8.874.552,18	8.923.276,87
15 – Diárias – Pessoal Militar	2.186.876,22	1.672.434,37	2.186.876,22	1.672.434,37	0,00	0,00	2.183.712,90	1.554.867,42
Demais elementos do grupo	2.958.843,11	4.348.046,32	2.925.354,05	2.430.205,78	33.489,06	1.907.840,54	2.925.290,41	2.368.179,01
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<b>4. Investimentos</b>	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	908.945.099,44	1.547.846.875,07	801.536.786,17	1.426.443.490,50	107.408.313,13	121.403.384,57	798.879.878,81	1.402.373.852,39
30 – Material de Consumo	247.402.669,29	166.258.939,29	244.528.184,80	76.851.655,18	2.874.484,49	89.407.284,11	244.528.184,80	76.851.655,19
52 – Equipamentos e Material Permanente	25.581.562,00	563.691.956,49	24.335.916,07	53.948.179,11	1.245.645,93	509.743.777,38	24.316.674,15	53.727.341,98
Demais elementos do grupo	7.366.036,03	11.459.460,01	1.985.322,31	2.153.015,59	5.380.713,72	9.306.444,42	1.850.663,91	2.153.015,59
<b>Observações:</b> Não há informações para os grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida), 5 (Inversões Financeiras) e 6 (Amortização da Dívida), referentes aos anos de 2013 e 2014.								

Fonte: SIAFI Gerencial

### 6.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Os recursos recebidos pelo DCTA em 2014 não foram empenhados em sua totalidade, tendo havido anulação de valores para os quais não foi possível fazer todo o processamento, dentro do prazo de execução orçamentária autorizado.

O DCTA junto aos Órgãos de Assessoria Jurídica, manteve, no Exercício de 2014, a priorização das licitações por meio da modalidade denominada Pregão, em sua forma eletrônica. Os montantes, inerentes às outras modalidades licitatórias são: Concorrência - R\$ 1.292.016,25 e Tomada de preços - R\$ 341.599,12. A modalidade Convite não foi utilizada no Exercício. Destaca-se que foi realizada, ainda, a primeira licitação de obra pela modalidade Regime Diferenciado de Contratação (RDC), cuja adoção foi fundamentada no § 3º do Art. 1º da Lei nº 12.462/11, por se tratar de construção do prédio no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com montante aproximado de R\$ 49 milhões. O período previsto de execução dessa obra compreenderá o Exercício de 2015, ainda que tenha havido emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 12 milhões, em 2014.

Apesar do Indicador EAF-OS apresentar resultado de 87,41% (apresentado no Anexo C), os recursos recebidos para despesas correntes e despesas de capital, nas Ações Orçamentárias destinadas à manutenção da Vida Vegetativa e da infraestrutura das Organizações, têm sido insuficientes para o atendimento das necessidades, obrigando os gestores a priorizar determinadas metas em detrimento de outras, o que vem comprometendo, de forma constante e reiterada, o complexo das instalações, edificações e benfeitorias, bem como os laboratórios e demais ambientes necessários ao desenvolvimento das diversas atividades tecnológicas conduzidas pelas Unidades Gestoras (UG) deste Departamento.

A falta de recursos tem impossibilitado a compra de itens essenciais à Vida Vegetativa das OM Subordinadas ao DCTA para a reposição do estoque de itens de consumo como material de higiene e limpeza, expediente, embalagem e acondicionamento, bem como a contratação de serviços de manutenção, reparo e conservação da infraestrutura predial e contrato de locação de impressoras. Houve, também, insuficiência de recursos financeiros para a aquisição de componentes e equipamentos eletrônicos para o apoio às atividades de instrumentação, telemetria, calibração, que são acessórias às atividades de ensaios em voo e, ainda, dificuldades para realização do Estágio de Adaptação Técnico (EAT), do Estágio de Adaptação de Praças (EAP), e com a previsão para 2015, do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), situação essa agravada com o aumento do número de alunos.

Outro fato relevante é a insuficiência de recursos de diárias de militares e de civis para a execução das atividades do Departamento, bem como para a capacitação do efetivo, o que ocasionou o cancelamento e a não execução de várias missões e cursos previstos para a continuidade das atividades e a manutenção da capacitação dos servidores, embora o valor disponibilizado em 2014 tenha sido maior que em 2013.

**Concentração de despesas via dispensa e inexigibilidade de licitação:** Usualmente, há um número significativo de dispensas. Vale ser citado que uma grande parte do montante contratado refere-se a despesas com serviços públicos, como água e energia elétrica. O montante ultrapassa os dez milhões de reais. Há, ainda, grande quantidade de dispensas de licitação relacionadas às contratações de pequeno valor, ou seja, aquelas cujo valor não ultrapassa oito mil reais. Essa grande quantidade é



reflexo do apoio para mais de dez Unidades Gestoras. O valor referente às inexigibilidades referem-se, a grosso modo, às contratações relativas a objetos e empresas singulares à FAB, como exemplo as contratações da COPAC.

**Contingenciamento no Exercício:** Uma das situações que continua a ocorrer é a não disponibilização de crédito suficiente para possibilitar a aplicação dos recursos financeiros arrecadados pelas próprias UG. Essa situação é especialmente preocupante quando das arrecadações decorrem de indenizações por serviços prestados, ou de contribuições de militares e servidores para os Centros Sociais, Hotéis de Trânsito, pagamento de alimentação, entre outras.

**Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:** Em 2014, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, emitiu a Instrução Normativa nº 05, que dispõe sobre pesquisa de preços. Essa Instrução, antes de ser alterada pela Instrução Normativa nº 07, causou embaraço no andamento de processos no meio do ano. O evento dificultou a execução orçamentária de muitas Unidades Administrativas. No DCTA, houve um acúmulo de processos a partir de setembro, época em que foi emitida a IN nº 07, a qual minimizou as dificuldades causadas pela Instrução anterior.

Além da questão normativa, a demora na liberação dos créditos e o elevado tempo para análise dos processos demandados pelas Consultorias Jurídicas (CJU-SJC e CJU-RN) concorreram para a inexecução de recursos orçamentários. Por exemplo, a Ação 20UZ teve aproximadamente 16% de seu crédito não executado, assim como a Ação 7F40 teve mais de 21% do seu crédito disponibilizado não executado. Por conta disso, os saldos foram anulados e importantes necessidades deixaram de ser atendidas.

Havia previsão de recursos da ordem de R\$ 2.835.000,00 para a Ação 20XC e somente foram efetivados R\$ 674.000,00. O não atendimento dos recursos propostos nessa Ação ensejou um acúmulo ainda maior de carências de prioridade elevada, comprometendo a capacidade operacional dos Centros, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de metas previstas e dos prazos estabelecidos, além de trazer sérias implicações ao acordo entre o Brasil e a Agência Espacial Europeia - ESA, em virtude da falta de condições operacionais ideais para realizar os rastreios e lançamentos de artefatos aeroespaciais, lançados do Centro Espacial Guianês (CSG), para capacitar seu pessoal e para otimizar suas instalações e equipamentos no padrão de qualidade exigido por tais atividades.

## 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	Ação 2000	138.033,52	138.033,52
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

### 6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no período.

### 6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Liquidado a Pagar	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	107.833.967,96	73.614.185,84	9.415.877,34	-739.610,01	42.896.049,45
2012	176.904.126,15	126.189.472,45	-	-598.610,23	50.116.043,47*
...					
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Liquidado a Pagar	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	25.548.962,43	25.535.972,58	-	12.989,85	0,00
2012	1.031.395,45	1.025.427,56	-	4.502,65	1.465,24

Obs.: \* O valor informado no Relatório de 2013 para o saldo a pagar em 31/12/2014, de R\$ 276.655.687,96 do RP não Processados estava equivocado o valor correto é R\$ 50.116.043,47

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 6.4.1 Análise Crítica

A demora na liberação dos créditos, o trâmite para cumprimento das exigências formais e o tempo para análise jurídica dos processos e a liberação tardia dos recursos orçamentários, no segundo semestre, concorreram para a inscrição em Restos a Pagar (RP).

No Exercício de 2014, um agravante para que os processos abertos não pudessem ser encerrados dentro do prazo de execução orçamentária, deu-se, principalmente, ao excesso de exigências formais para a elaboração dos processos durante o ano (IN 05 e IN 07, mencionadas no item 6.1.3.7 - “Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária”), que demandaram novas rotinas administrativas, bem como o retorno de processos já encaminhados para a apreciação da Unidade Gestora Executora (UGE), para adaptação às novas exigências.

### 6.5 Transferências de Recursos

#### 6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não ocorreu no período.

### 6.5.2 Quantidade de Instrumentos de transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não ocorreu no período.

### 6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE (120141)				
CNPJ: 00.394.429/0140-80		UG/GESTÃO: 120016/00001 (UGE)		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Contas Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00
2013	Contas Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00
2012	Contas Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	00	00
		Montante Repassado	00	00

Fonte: SIAFI

### 6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.			Posição 31/12 em R\$ 1,00		
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE (120141)					
CNPJ: 00.394.429/0140-80			UG/GESTÃO: 120016/00001 (UGE)		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Quantidade de Contas Prestadas		00	00	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	00	00
			Quantidade Reprovada	00	00
			Quantidade de TCE	00	00
			Montante Repassado (R\$)	00	00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	00	00	
Montante Repassado (R\$)		00	00		
2014	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	00	00
			Quantidade Reprovada	00	00
			Quantidade de TCE	00	00
			Montante Repassado (R\$)	00	00
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	00	00
			Montante Repassado (R\$)	00	00
2013	Quantidade de contas prestadas		00	00	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	00	00	
		Quantidade Reprovada	00	00	
		Quantidade de TCE	00	00	
		Montante repassado	00	00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	00	00	
Montante repassado (R\$)		00	00		
2012	Quantidade de Contas Prestadas		00	00	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	00	00	
		Quantidade Reprovada	00	00	
		Quantidade de TCE	00	00	
		Montante Repassado	00	00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	00	00	
Montante Repassado		00	00		
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	00	00	
		Montante Repassado	00	00	

Fonte: SIAFI

### 6.5.5 Análise Crítica

Nada a Relatar.

## 6.5.6 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) – Item 65 da Parte B da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014

### 6.5.6.1 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Em dezembro de 2014, o IAE firmou convênio com a FUNCATE para apoio na gestão administrativa e financeira na execução do projeto de desenvolvimento tecnológico denominado Veículo Lançador de Microsatélites VLM-1, porém não houve repasse de recursos financeiros no exercício.

## 6.6 Suprimento de Fundos

### 6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	120016	GIA-SJ	0	0,00	04	23.000,00	8.000,00
	120110	DCTA	0	0,00	04	16.000,00	4.000,00
	120141	IAE	0	0,00	11	76.000,00	8.000,00
	120142	IEAv	0	0,00	04	19.365,00	5.000,00
	120299	IPEV	0	0,00	02	7.000,00	4.000,00
	120143	IFI	0	0,00	02	4.000,00	2.000,00
2013	120016	GIA-SJ	0	0,00	04	29.000,00	16.000,00
	120110	DCTA	0	0,00	06	18.000,00	6.000,00
	120141	IAE	0	0,00	11	80.300,00	8.000,00
	120142	IEAv	0	0,00	03	13.500,00	9.500,00
	120299	IPEV	0	0,00	01	7.000,00	7.000,00
	120155	SDEE	0	0,00	01	2.000,00	2.000,00
2012	120016	GIA-SJ	0	0,00	05	40.000,00	16.000,00
	120110	DCTA	0	0,00	04	32.000,00	16.000,00
	120141	IAE	0	0,00	11	88.000,00	16.000,00

Fonte: SIAFI

### 6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos								1/2
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	120016	GIA-SJ	0	0,00	0	0,00	18.155,79	18.155,79
	120110	DCTA	0	0,00	0	0,00	5.436,93	5.436,93
	120141	IAE	0	0,00	0	0,00	65.189,61	65.189,61
	120142	IEAv	0	0,00	0	0,00	19.219,55	19.219,55
	120143	IFI	0	0,00	0	0,00	1.367,90	1.367,90
	120299	IPEV	0	0,00	0	0,00	2.091,62	2.091,62
	<b>TOTAL 2014</b>							<b>111.461,40</b>
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2013	120016	GIA-SJ	0	0,00	0	0,00	24.722,04	24.722,04
	120110	DCTA	0	0,00	0	0,00	11.352,49	11.352,49
	120141	IAE	0	0,00	0	0,00	46.886,05	46.886,05
	120142	IEAv	0	0,00	0	0,00	11.790,53	11.790,53
	120299	IPEV	0	0,00	0	0,00	6.135,00	6.135,00
	120155	SDEE	0	0,00	0	0,00	2.000,00	2.000,00
	<b>TOTAL 2013</b>							<b>102.886,11</b>

Fonte: SIAFI e AASP BB (Auto Atendimento do Banco do Brasil)

### 6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Encontram-se especificados no Anexo E.

### 6.6.4 Análise Crítica

O Suprimento de Fundos no âmbito do DCTA é utilizado somente por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CGPF), na modalidade crédito, para o pagamento de despesas de pequeno vulto, de caráter urgente e excepcional, indispensáveis à Administração das Unidades Gestoras, observando rigorosamente a legislação vigente.

O uso do Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal é de

fundamental importância para suprir as despesas emergenciais, ao evitar a paralisação nas atividades rotineiras da UG.

Todas as Propostas de Concessão de Suprimento de Fundos são previamente aprovadas pelo Ordenador de Despesas, e as aplicações e prestações de contas são analisadas e controladas por meio da Assessoria de Controle Interno.

Com relação à aplicação dos recursos, existe na estrutura do Grupamento de Infraestrutura e Apoio – GIA-SJ, no âmbito da Assessoria de Controle Interno – ACI, setor responsável que exerce, entre outras, as atribuições de prestar orientação prévia aos supridos acerca da correta aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos, bem como dirimir as dúvidas que porventura surjam no decorrer do prazo de aplicação. A Assessoria de Controle Interno têm realizado um intenso trabalho de conscientização com os supridos acerca da necessidade do uso do Suprimento de Fundos excepcionalmente, uma vez que a regra é o planejamento e o devido processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade.

No exercício de 2014, de todos os pagamentos de faturas realizados, houve a não aprovação de uma compra efetuada no valor de R\$ 70,00 (Setenta reais), sendo que o agente suprido realizou a devolução do valor gasto via GRU – Guia de Recolhimento da União, na UG 120141. A não aprovação deu-se em virtude do detentor ser portador de Suprimento de Fundos com elemento de despesa 339039 e haver realizado, equivocadamente, uma compra no elemento de despesa 339030.

#### **6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ**

Não se aplica à natureza da UJ.

## 6.8 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.6.8.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

### DECLARAÇÃO

Eu, Johenson Liberato de Oliveira Rodrigues, CPF nº \*\*\*.369.833-\*\*, Gestor de Licitações e Contratos, exercido no Centro de Lançamento de Alcântara declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Alcântara, 31 de dezembro de 2014.

Johenson Liberato de Oliveira Rodrigues  
CPF nº \*\*\*.369.833-\*\*  
Chefe da Seção de Licitações e Contratos/CLA



Quadro A.6.8.2 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO

**DECLARAÇÃO**

Eu, Carolina Cavalcante Rodrigues, CPF nº \*\*\*.300.034-\*\*, Gestora de Licitações, exercido na Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Parnamirim, 31 de dezembro de 2014.

Carolina Cavalcante Rodrigues Cap Int  
CPF nº \*\*\*.300.034-\*\*  
Gestora de Licitações/CLBI

Quadro A.6.8.3 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**DECLARAÇÃO**

Eu, Eric de Barros Fernandes, CPF nº **\*\*\*.383.838-\*\***, Gestor de Licitações, exercido na Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.

Eric de Barros Fernandes  
CPF nº **\*\*\*.383.838-\*\***  
Gestor de Licitações/GIA-SJ

Quadro A.6.8.4 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE

**DECLARAÇÃO**

Eu, Marcelo Brasil Carvalho da Fonseca, CPF nº \*\*\*.993.006-\*\*, Chefe da Divisão de Finanças e Contratos, exercido na Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.

Marcelo Brasil Carvalho da Fonseca  
CPF nº \*\*\*.993.006-\*\*  
Chefe da Divisão de Finanças e Contratos/COPAC

## 7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Foram identificados os seguintes subtópicos da Portaria -TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que não se aplicam à natureza jurídica do DCTA ou ainda por que serão tratados no Relatório de Gestão do COMGEP :

Os Subtópicos **7.1.4.1** – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, **7.1.5** – Riscos identificados na gestão de pessoas e **7.1.6** – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, uma vez que serão tratados no Relatório de Gestão do COMGEP, Órgão Central do Sistema de Pessoal do COMAER;

O Subtópico **7.1.4.2** – Terceirização Irregular de Cargos, por não haver ocorrido no período; e

O Subtópico **7.2.2** – Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão, por não se aplicar à natureza da UJ.

### 7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

#### 7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 7.1.1.1 Lotação

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2014				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>5236</b>	<b>3524</b>	<b>491</b>	<b>314</b>
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	1577	1380	244	182
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	1569	1372	241	182
1.1.2. Reconvocados	8	8	3	0
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3659	2144	247	132
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3651	2136	247	132
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	8	8	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0

Continuação do Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2014				
<b>2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)</b>	<b>2656</b>	<b>2380</b>	<b>720</b>	<b>59</b>
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4+2.1.5)	2656	2380	720	59
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	2256	1961	565	17
2.1.2 Oficiais Temporários	225	179	52	38
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	175	175	38	4
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação	0	0	0	0
2.1.5 Sargentos Temporários	0	65	65	0
2.2 Civis temporários	0	0	0	0
<b>3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3+3.4)</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
3.1 Servidores Civis de Carreira Vinculados ao Órgão (*)	3	3	0	0
3.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado (*)	0	0	0	0
3.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas (*)	0	0	0	0
3.4 Servidores Civis sem vínculo	1	1	0	0
3.5 Servidores Civis aposentados	2	2	0	0
3.6 Militares da Reserva Remunerada	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>7898</b>	<b>5910</b>	<b>1211</b>	<b>373</b>

Observação: os dados com (\*) foram acrescentados.

Fonte: SIGPES, SIAPE e dados fornecidos pelas OM subordinadas.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva		
Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1623</b>	<b>1885</b>
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	743	621
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	737	603
1.1.2. Reconvocados	6	2
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	880	1264
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	874	1262
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	6	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0

Continuação do Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva		
Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
<b>2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)</b>	2284	112
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4+2.1.5)	2284	112
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório (*)	1903	75
2.1.2 Oficiais Temporários (**)	141	37
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	175	0
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação (***)	0	0
2.1.5 Sargentos Temporários (*)	65	0
2.2 Civis temporários	0	0
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	0	0
<b>3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5+3.6)</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
3.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão (*)	3	0
3.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado (*)	0	0
3.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas (*)	0	0
3.4 Servidores Civis sem vínculo	1	0
3.5 Servidores Civis aposentados	2	0
3.6 Militares da Reserva Remunerada	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>** Erro na expressão **</b>	<b>** Erro na expressão **</b>
Observação: os dados com (*) foram acrescentados.		

Fonte: SIGPES, SIAPE e dados fornecidos pelas OM subordinadas.

Quadro A.7.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão (1.1 + 1.2)</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.1. Cargos Natureza Especial</b>	0	0	0	0
<b>1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	3	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0

Continuação do Quadro A.7.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	2	2	0	0
1.2.6 Militares da Reserva Remunerada (*)	0	0	0	0
<b>1.3. Cargos de Direção *</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.3.1 Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão	0	0	0	0
1.3.2 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas (2.1+2.2+2.3)</b>	<b>74</b>	<b>64</b>	<b>17</b>	<b>17</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	74	64	17	17
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>80</b>	<b>70</b>	<b>17</b>	<b>17</b>

Fonte: SIAPE

### Análise Crítica quanto ao Quantitativo da Força de Trabalho

Ao final de 2014, a parte de Força de Trabalho do DCTA representada por servidores civis, apresentava o quantitativo de 1097 cargos vagos, uma vez que neste exercício ocorreram 247 ingressos de servidores civis decorrentes de concurso público para provimento de cargos vagos das carreiras de ciência e tecnologia e da carreira de magistério.

Gestões estão sendo realizadas junto às instâncias superiores, para a obtenção de autorização para a realização de novo concurso para provimento de 608 cargos para as carreiras de ciência e tecnologia e tecnologia, bem como de 60 cargos para a carreira de magistério superior, totalizando 668 vagas.

Ressalta-se que, de acordo com o levantamento cadastral dos servidores civis, as previsões para aposentadorias nos próximos cinco anos são: 2016=234, 2017=67; 2018=98; 2019=103 e 2020=80, totalizando a previsão de acréscimo de 582 cargos vagos.

Cabe salientar, no entanto que, de acordo com experiências anteriores, um processo de solicitação de concurso público demora em média dois anos até a sua autorização e aproximadamente mais dois anos para que se realize o concurso e se efetive o provimento do cargo.

Aliado a questão do tempo necessário ao trâmite para autorização, realização e provimento de um concurso público deve ser considerado a redução que habitualmente o MP efetua no número de

vagas originalmente solicitadas, vista de restrições orçamentárias.

Portanto, é fato que a morosidade do processo necessário a realização de um concurso público visando tão somente repor a força de trabalho resultante da natural evasão (aposentadorias, falecimentos, etc) mostra-se como fator crítico de sucesso de grande relevância à continuidade das atividades finalísticas e também das atividades de apoio, sob responsabilidade dessa UJ.

### 7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A Divisão de Capacitação (DCA), dentre outras atribuições específicas, trabalha no sentido de orientar, planejar, coordenar, controlar e supervisionar todos os assuntos voltados para a área de capacitação profissional de recursos humanos do DCTA e de suas onze Organizações Militares (OM) Subordinadas.

No ano de 2014 a força de trabalho do DCTA ocupando cargos de natureza efetiva esteve assim distribuída:

Quantidade total de Servidores

Nível Superior (NS)	793
Nível Intermediário (NI)	1176
Nível Auxiliar (NA)	181

Titulação Acadêmica

Nível Superior (NS)	Doutorado (315) 39,8%	Mestrado (194) 24,5%	Especialização (217) 27,4%
Nível Intermediário (NI)	Doutorado (1) 0,085%	Mestrado (20) 1,71%	-

Existe uma preocupação deste Departamento com relação à rotatividade de seus recursos humanos, tanto militares quanto civis, de maneira a capacitar os novos integrantes de suas diversas organizações subordinadas para contribuir com o cumprimento da missão atribuída.

Encontra-se em processo de elaboração o Mapeamento de Competência do DCTA, compilando os dados dos Mapeamentos de suas Organizações Militares subordinadas, que servirá de base para alimentar e atualizar o Plano de Capacitação em vigor.

No ano de 2014, foram ofertados à força de trabalho, no decorrer do exercício, diversos cursos de capacitação, conforme os dados gerenciais abaixo discriminados:



Tabela 7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO						
OM	QTD CURSOS OFERTADOS	ÁREAS DOS CURSOS OFERTADOS	DEMANDA DOS CURSOS (militares/civis)	PESSOAS CAPACITADAS	PERCENTUAL MÉDIO POR OM	PERCENTUAL TOTAL MÉDIO DE CAPACITADOS
DCTA	38	Finanças/Orçamentária, Línguas, Segurança de Voo, Pessoal e TI	165	16	10%	45%
COPAC	18	Finanças/Orçamentária, Línguas, <b>Gerenciamento de Projetos</b> , Pessoal e TI	44	31	70%	
IAE	606	<b>Engenharia Espacial e Aeronáutica</b> , Pessoal, <b>Ensino</b> , Técnico Administrativa	956	495	52%	
CLBI	127	Finanças/Orçamentária, Gestão da Qualidade, Manutenção, Pessoal e TI	416	284	68%	
CLA	20	Finanças/Orçamentária, Pessoal, Patrimônio e TI	120	116	97%	
GIA-SJ	341	Finanças/Orçamentária, Instrução Militar, Aperfeiçoamento, Pessoal e TI	251	70	28%	
CPOR-SJ	34	<b>Instrução Militar</b> , Inteligência, Judiciária, Pessoal e TI	20	12	60%	
IEAV	34	Inteligência, TI, <b>Hipersônica</b> , Instrução Militar, Pessoal e Segurança do Trabalho	97	74	76%	
IFI	179	<b>Certificação de Produto Aeroespacial, Certificação de Sistemas de Gestão</b> , Segurança do trabalho, Pessoal, Finanças/Orçamentária, Manutenção e TI	130	112	86%	
IPEV	150	Segurança do Voo, Manutenção de Aeronaves, TI, Finanças/Orçamentária, Línguas, Segurança do Trabalho, <b>Ensaio em Voo</b>	591	102	17%	
ITA	59	<b>Ensino</b> , Línguas, Pessoal, Almoarifado, TI e Comunicação Social	148	27	18%	
PASJ	11	Finanças/Orçamentária, Engenharia Civil, Patrimônio	52	2	4%	

Observação: Os Cursos apresentados em negrito são concernentes aos Macroprocessos Finalísticos

Avaliação entre os cursos ofertados, a demanda para treinamento identificada e pessoas capacitadas:

Pelos dados acima demonstrados, pode-se inferir que das 12 (doze) organizações acima especificadas, quais sejam o DCTA e suas 11 (onze) OM, 7 (sete) conseguiram capacitar mais de 50% (cinquenta) do seu efetivo e 5 (cinco) ficaram abaixo desse valor, perfazendo um percentual médio total de 45% (quarenta e cinco) de recursos humanos capacitados.

As dificuldades financeiras encontradas no ano de 2014, com suas conseqüentes restrições orçamentárias, constituíram-se no principal motivo de não se alcançar um percentual superior de capacitação aos 45% observado. Em alguns casos, também, devido à complexidade de execução de alguns cursos que exigiam processos de licitação e suas respectivas análises jurídicas, houve certa dificuldade no atendimento dessas demandas.

Não há militares nem servidores civis com nível de escolaridade abaixo do necessário e não ficam caracterizadas como distorções níveis de escolaridade acima do necessário.

### **7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada**

Encontram-se especificados no Anexo F.

### **7.1.4 Irregularidades na área de pessoal**

#### **7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Não se aplica a natureza jurídica da UJ e esta informação será apresentada no Relatório de Gestão do COMGEP.

#### **7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos**

Não ocorreu no período.

### **7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas**

Esta informação será apresentada no Relatório de Gestão do COMGEP.

### **7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos**

Esta informação será apresentada no Relatório de Gestão do COMGEP.

## 7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

## 7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA													
UG/Gestão: 120013 / 0001							CNPJ: 00394429/0124-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	005/CLA/2014	09.529.151/0001-06	05/08/2014	31/12/2014	51	51	01	01	0	0	A
Unidade Contratante													
Nome: CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO													
UG/Gestão: 120015/00001							CNPJ: 00.394.429/0098-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	012/CLBI/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	01/10/2014	28	28	01	01	0	0	E
Unidade Contratante													
Nome: GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS													
UG/Gestão: 120016							CNPJ: 00.394.429/0164-57						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	045/GIA-SJ	61.308.607/0001-28	31/10/2013	30/01/2015	08	08	25	25	-	-	P
2013	L	O	021/GIA-SJ	07.409.625/0001-50	31/10/2013	28/05/2014	06	06	97	97	-	-	E
2013	L	O	022/GIA-SJ	61.308.607/0001-28	31/10/2013	30/01/2015	09	09	05	05	01	01	P
2013	L	O	023/GIA-SJ	11.569.283/0001-03	31/10/2013	30/01/2015	-	-	04	04	-	-	P

Continuação do Quadro A.7.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS													
UG/Gestão: 120016						CNPJ: 00.394.429/0164-57							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	024/GIA-SJ	09.445.502/0001-09	31/10/2013	30/01/2015	14	14	-	-	-	-	P
2013	L	O	025/GIA-SJ	04.826.233/0001-07	31/10/2013	30/01/2015	77	77	-	-	-	-	P
2013	L	O	026/GIA-SJ	11.569.283/0001-03	31/10/2013	30/01/2015	-	-	04	04	-	-	P
2013	L	O	027/GIA-SJ	14.354.550/0001-13	31/10/2013	30/01/2015	03	03	-	-	-	-	P
2014	L	O	002/GIA-SJ	61.308.607/0001-28	24/02/2014	23/02/2015	05	05	06	06	-	-	A
2014	L	E	010/GIA-SJ	04.826.233/0001-07	15/07/2014	15/01/2015	85	85	-	-	-	-	P
Observações: Não há.													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIASG/SIAFI/Planilha de Acompanhamento de Contratos da ACI-C e Relação de funcionários

## 7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica na natureza da UJ.

### 7.2.3 Análise Crítica do item 7.2.1

#### a) Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

O Centro de Lançamento de Alcântara contratou com terceiros, serviços continuados de limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias do CLA, com a utilização de mão de obra sublocada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo e a aplicação de instrumentos e equipamentos próprios, pelo parâmetro de m<sup>2</sup>, pelo prazo inicial de 12 meses, por meio do Contrato de Despesas nº 005/CLA/2014. Sendo sua execução seguindo o preconizado pela Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI do Ministério do Planejamento Gestão e Orçamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e dá outras providências.

Mesmo sendo executado nas instalações do CLA, localizadas em três municípios distintos (Alcântara, São Luís e Raposa) com logística de execução de relativa complexidade, o Contrato vem se desenvolvendo de forma satisfatória, no tocante aos recursos humanos empregados, assim como no quantitativo e qualidade dos materiais de limpeza utilizados em sua execução.

#### b) Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)

Não houve assinatura do 4º termo aditivo referente ao contrato de Limpeza e Conservação a partir de 01/10/2014, haja vista que, no período de renovação, constavam ocorrências impeditivas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), referente à Suspensão Temporária e ao Impedimento de Licitar e Contratar, conforme Parecer Técnico nº 563/2014/PF-IFRN/AGU, de 08 set. 2014, e Parecer Técnico nº 418/2014/PF-IFRN/PGF/AGU, de 03 jul. 2014.

#### c) Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ)

Para sanar as recomendações exaradas nos pareceres da CGU-SJC que, por tratar-se de serviço de natureza essencial e contínua, motivaram a Administração, escorada nos princípios da eficiência e do interesse público, a adotar prorrogações da vigência do instrumento contratual por períodos mensais durante a tramitação dos novos processos licitatórios, até que, os mesmos fossem concluídos, gerando dessa forma os contratos abaixo relacionados:

- 045/GIA-SJ/2012 - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das instalações e áreas externas (áreas verdes) da PASJ, pela empresa MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.

- 021/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das instalações internas do GIA-SJ, IAE, IPEV, CPORAER-SJ, IFI, CCA-SJ, AGINT-SP e ITA, compreendendo uma área de 197.413,48 m<sup>2</sup> (Lote I), ao valor anual de R\$ 2.427.600,00, pela empresa THIVAL MANUTENÇÃO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP.

- 022/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das instalações internas do IEAV, compreendendo 22.500,14 m<sup>2</sup> (Lote II), ao valor anual de

R\$ 395.990,04, pela empresa MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.

- 023/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das instalações internas do DCTA, compreendendo uma área de 8.442,01 m2 (Lote III), ao valor anual de R\$ 126.450,00, pela empresa JM RIBEIRO NETO PAISAGISMO-ME.

- 024/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das instalações Hospitalar e Odontologia do GIA-SJ, compreendendo uma área de 6.678,54 m2 (Lote IV), ao valor total de R\$ 453.900,00, pela empresa SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS- EIRELI.

- 025/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de áreas verdes do GIA-SJ, IAE, IPEV, CPORAER-SJ, IFI, CCA-SJ, AGINT-SP e ITA, compreendendo 1.572.870,06 m2 (Lote V), ao valor total de R\$ 3.900.000,00, pela empresa CARRARA SERVIÇOS LTDA – EPP.

- 026/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de áreas verdes do IEAV, compreendendo 44.189,00 m2 (Lote VI), ao valor total de R\$ 114.950,04, pela empresa JM RIBEIRO NETO PAISAGISMO-ME.

- 027/GIA-SJ/2013 - Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de áreas verdes do DCTA, compreendendo 90.381,38 m2 (Lote VII), ao valor total de R\$ 174.999,96, pela empresa CRIANDO VERDE.

- 002/GIA-SJ/2014 - Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de áreas internas da PASJ e das áreas internas comuns e garagens dos Prédios H9 A/B/C, compreendendo 4.608,52 m2 (Lote 1) e 4.336,11 (Lote 2), ao valor total de R\$ 268.589,00, pela empresa MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.

- 010/GIA-SJ/2014 - Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das instalações internas do GIA-SJ, IAE, IPEV, CPORAER-SJ, IFI, CCA-SJ, AGINT-SP e ITA, ao valor total de R\$ 1.434.000,00, pela empresa CARRARA SERVIÇOS LTDA – EPP.

#### 7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	21	6	9	9	41.094,53
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	21	6	9	9	41.094,53
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
<b>3. Total (1+2)</b>	21	6	9	9	41.094,53

**Análise Crítica :** O GIA-SJ tem condições de oferecer vagas de estágios, para até 68 estudantes de nível superior e 12 de nível médio, mas por restrição orçamentária, são oferecidas em média 08 vagas.

**7.3 Medidas adotadas para revisão dos Contratos Vigentes Firmados conforme Lei nº 12.546/2011 e Decreto 7828/2011.**

**CLA e COPAC**

Não existem contratos vigentes ou finalizados durante o período de aplicação da legislação mencionada, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

**CLBI e GIA-SJ**

Encontra-se em fase de verificação e análise, quanto a existência de contratos vigentes ou finalizados, durante o período de aplicação da legislação mencionada, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, visando a revisão dos contratos em vigor ou a elisão de valores porventura pagos a maior, inclusive quanto aos contratos já finalizados.

## 8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

#### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação reguladora da constituição e forma de utilização da frota de veículos:

São utilizadas a ICA 75-6, “Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície no âmbito do COMAER”, com reedição aprovada pela Portaria COMGAP N° 42/2EM, de 1 de dezembro de 2011, e a TCA 75-1, “Tabela de Dotação de Veículos do Comando da Aeronáutica”, com reedição aprovada pela Portaria COMGAP N° 30/2EM, de 21 de dezembro de 2011, ambas da Diretoria de Engenharia de Aeronáutica (DIRENG). Os setores de Transporte de Superfície de todas as Organizações subordinadas ao DCTA guiam-se, ainda, por norma própria, pelas respectivas Normas- Padrão de Ação (NPA), documentos baseados na legislação afim do COMAER e que visam adaptar as normas gerais às especificidades das Organizações.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos da UJ é imprescindível no apoio diário a missões logísticas internas e externas às OM. Particularmente, há casos como o do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ) que, como OM apoiadora a todas as Unidades da Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos, possui necessariamente uma frota significativa por ser indispensável à grande e diversa demanda de atendimento operacional. Há casos ainda como os do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) que, por terem como atividade-fim o lançamento de veículos aeroespaciais – tarefa que exige elevado e complexo apoio na área de transportes – necessitam possuir, em suas frotas, as quantidades e qualidades necessárias ao alcance de seus objetivos.

A frota total de veículos do DCTA é primordial para o pleno desenvolvimento de todas as atividades das Organizações a ele subordinadas. Desde o transporte de pessoal até as mais especializadas operações, passando pelos serviços de saúde, manutenção e de guarda, a frota da UJ é fundamental à consecução de sua missão.

As informações dos itens ‘c’, ‘d’ e ‘e’ abaixo são registradas na tabela que os segue.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.



Tabela 8.1 – Frota de Veículos do DCTA				
CÓDIGO *	TIPO *	QUANTIDADE (un)	MÉDIA ANUAL (km)	IDADE MÉDIA (anos)
P-0	Veículo de representação	3	6.122,67	4,0
P-1	Veículo especial	11	15.545,00	5,0
P-2	Veículo de serviço	47	25.457,22	6,6
P-3	Utilitário (caminhonete)	48	23.914,04	5,2
P-4	Jipe	8	5.960,67	5,7
P-5	Micro-ônibus	15	10.657,60	13,1
P-6	Ônibus	17	14.708,34	12,4
P-7	Caminhão militar	6	2.205,00	4,0
P-8	Motocicleta normal	14	374,33	7,0
P-9	Motocicleta policial	2	134,00	12,0
P-10	Motocicleta trail	1	0,00	14,0
P-11	Pick up cabine dupla	29	12.368,17	7,8
P-12	Carro de operações	2	16.728,00	4,0
P-14	Van	22	15.943,52	9,4
P-15	Carro patrulha	3	7.744,50	5,5
P-16	Quadriciclo	1	3.242,00	4,0
C-1	Caminhão leve	14	5.598,51	8,0
C-2	Caminhão médio/pesado	9	3.349,20	5,8
C-3	Semi-reboque	1	0,00	2,0
C-4	Furgão leve	13	6.961,00	9,6
C-5	Caminhão baú	1	600,00	3,0
C-6	Pick up cabine simples	17	7.578,86	12,1
E-1	Ambulância de remoção	6	6.827,25	8,0
E-2	Ambulância UTI	7	7.199,50	6,5
E-3	Carro frigorífico	1	0,00	10,0
E-5	Carro basculante	3	1.452,00	4,0
E-6	Carro coletor de lixo	2	3.913,50	8,0
E-8	Carro guincho leve	1	2.519,00	2,0
E-9	Cavalo mecânico	1	600,00	2,0
E-10	Empilhadeira	10	363,97	17,8
E-12	Trator de rodas	15	374,80	16,6
E-14	Micro-trator	13	286,00	9,3
E-15	Caminhão c/ guindaste hidráulico	2	464,00	10,5
E-16	Caminhão c/ cesto aéreo	6	3.086,67	5,7
E-19	Carro limpa-fossa	1	0,00	2,0
E-21	Outros tipos	8	4.611,33	14,0
TOTAIS	----	360	6.024,74 (média)	7,68 (média)

\* Conforme a classificação estabelecida pela Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 75-6: *Classificação, distribuição, emprego, utilização e operação de veículos de transporte de Superfície.*

f) Custo total associado à manutenção da frota (combustíveis, lubrificantes, seguros e custos administrativos): R\$ 1.930.959,82 (um milhão, novecentos e trinta mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

g) Plano de substituição da frota

A substituição da frota da UJ é regulada por legislações específicas, a ICA 75-6/2011 e a TCA 75-1/2011. A legislação citada prevê, entre outros, a elaboração da Tabela de Dotação de Veículos (TDV), elaborada pela DIRENG, órgão central do sistema de transportes no COMAER, documento que estabelece a quantidade de veículos automotores para cada Organização Militar (OM), segundo suas categorias e tipos. Baseadas na TDV e conforme suas necessidades, as OM elaboram anualmente relatórios que definirão, conforme análises pelas instâncias superiores, as modificações nas frotas.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Há a impossibilidade jurídica da locação, imposta pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, dentre outros, suspende o aluguel de veículos no âmbito dos órgãos do Poder Executivo. Não fosse esse impedimento legal, a opção pela aquisição de veículos ainda seria escolhida dada a restrição de recursos financeiros, obstáculo este que se intensificaria em decorrência dos maiores custos que a locação geraria à Administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Os setores que gerenciam o transporte de superfície de todas as Organizações subordinadas ao DCTA, em suas específicas denominações e peculiaridades orgânicas, dispõem de recursos humanos, equipamentos de informática, sistemas informatizados de controle de movimentação de viaturas e de manutenção de veículos, permitindo o cumprimento das missões e o devido acompanhamento pontual das mesmas. Por meio da emissão de uma Ordem de Serviço são registrados e acompanhados os serviços realizados, as peças substituídas, os valores necessários para os reparos, datas e quilometragens dos reparos e ainda as ocorrências dignas de lançamento e as providências tomadas. Todas essas atividades são auditadas periodicamente pelos Agentes de Controle Interno.

### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de Terceiros**

A UJ não possui contrato para locação de viaturas.

## 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	
BRASIL	<b>UF: Maranhão</b>	<b>137</b>	<b>136</b>	
	Alcântara	106	105	
	São Luís	30	30	
	Raposa	1	1	
	<b>UF: Rio Grande do Norte</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	
	Parnamirim	103	103	
	Natal	2	2	
	<b>UF: São Paulo</b>	<b>604</b>	<b>588</b>	
	São José dos Campos	600	583	
	Jacareí	4	5	
	<b>UF: Paraná</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	
	Paula Freitas	5	5	
	<b>Subtotal Brasil</b>			
	<b>EXTERIOR</b>	<b>O DCTA não possui imóveis no exterior</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>00</b>	<b>00</b>	
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>851</b>	<b>834</b>	

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet (2014) e Inventários Analíticos Anuais de 2013 e 2014.

### 8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Encontram-se especificados no Anexo G – Quadro A.8.2.2.1.

#### Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Encontram-se especificados no Anexo G – Quadro A.8.2.2.2.

### 8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Encontram-se especificados no Anexo G – Quadro A.8.2.3.

### 8.2.4 Análise Crítica

#### Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

A área de 520 km<sup>2</sup> reservada à implantação do CLA foi desapropriada, inicialmente, pelo Governo do Estado do Maranhão, por meio do Decreto nº 7820, de 12 de setembro de 1980. Em 9 de

agosto de 1991, foi publicado o Decreto Presidencial, de 08 de agosto do mesmo ano, ratificando o anterior e retificando a área declarada de utilidade pública para 620 km<sup>2</sup>.

Adotou-se, como estratégia inicial para aquisição dos imóveis, a negociação direta com os proprietários. Entretanto, a compra direta não mostrou a eficácia desejada em consequência da ausência de documentos cartoriais, divergências entre os limites de propriedades ocasionando litígios e até a falta de documentação dos proprietários. Através da compra direta, foram adquiridos, somente, 18 imóveis, na sua maioria, situados na Área Operacional do CLA, próximos à Área de Apoio. Foram, ainda, assinados 7 contratos de Compromisso de Venda e Compra, cujas escrituras não foram lavradas, devido à falta de documentação. Esses imóveis foram incluídos posteriormente no processo desapropriatório. Assim, foi desencadeado o processo desapropriatório, pelo governo do Estado, por meio da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão.

O processo desapropriatório, em princípio, não se mostrou mais efetivo em seus resultados que a estratégia anterior. Isso ocorreu porque, o então MAER não possuía, naquela fase, condições orçamentárias para cobrir os altos custos financeiros necessários ao empreendimento, considerando que o Decreto 7820/80 era do Governo Estadual, mas os recursos financeiros eram oriundos do Governo Federal, tanto que 20 imóveis ficaram carentes de ação desapropriatória após a caducidade do Decreto 7820/80.

Antes que o Decreto 7820/80 caducasse, foi celebrado, em 07 de agosto de 1985, um convênio entre o MAER e o Governo do Estado do Maranhão, para promover, por meio da Procuradoria Geral do Estado, as ações judiciais de desapropriação e discriminação necessárias e transferir para a União Federal, com destino ao MAER, o domínio dos imóveis desapropriados e das terras públicas devolutas, a título de doação, logo que concluído o procedimento judicial desapropriatório ou discriminatório. O custeio das despesas relativas ao objeto deste convênio foi efetuado com os recursos oriundos da Missão Espacial Completa Brasileira -MECB.

A continuidade do Processo Desapropriatório ocorreu com a publicação do Decreto Presidencial s/nº, de 08 de agosto de 1991, em 09 de agosto do mesmo ano. A publicação do Decreto Federal ocasionou o declínio de competência da Justiça Estadual, que encaminhou todas as ações em tramitação para a Justiça Federal Seção Judiciária do Maranhão, em São Luís, e possibilitou ajuizar as ações desapropriatórias dos 20 imóveis inclusos na Área do CLA, ainda não desapropriados.

Por fim, foram priorizadas áreas, de forma a conciliar os recursos financeiros disponíveis e a continuidade da implantação e operacionalização do CLA. Esse processo de definição de prioridades continua sendo adotado e, assim, as áreas são adquiridas em função da expansão operacional do CLA.

Tendo em vista a necessidade de apoio funcional e operacional na Capital do Maranhão, o CLA adquiriu, por meio de compra direta, 29 imóveis no município de São Luís e 1 (um) imóvel no município de Paço do Lumiar.

O CLA possui ainda a estrutura existente próxima ao Aeroporto de São Luís onde funcionam o posto médico, a vila residencial e o Escritório do CLA em São Luís.

Quanto às despesas com reformas e manutenções em área do Escritório São Luís (RIP: 0921005555000) foram executados dois contratos específicos: Contrato 034/CLA/2014 – REFORMA PAAK e Contrato 021/CLA/2014 – MANUTENÇÃO de caixa d'água e cisterna do Bloco B, Tirirical.

Quanto às despesas com reformas e manutenções em Alcântara foram executados 3 contratos específicos: Contrato 013/CLA/2012 – Revitalização e Ampliação das redes preventivas de combate a incêndio do Setor de Comando e Controle (RIP: 0703002405007), Contrato 013/CLA/2010 e 014/CLA/2013 – MANUTENÇÃO do Setor de Preparação e Lançamento (RIP: 0703001785000).

No quadro A.8.2.2, os imóveis indicados como “terras devolutas” não possuem valor histórico; e o imóvel registrado como pertencente ao COMAR I faz parte de uma gleba maior e, portanto, não tem como mensurar o seu valor histórico.

### **Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)**

A área patrimonial do CLBI é de 18.239.313,35 m<sup>2</sup>, tendo o formato irregular; é dividido, no sentido Norte-Sul, em duas partes pela Estrada RN 063 (Natal/Pirangi):

- Área do Tombo RN.017.001-6.120.932,50m<sup>2</sup>;
- Área do Tombo RN.017.002-8.915.419,39m<sup>2</sup>;
- Área do Tombo RN.017.003-1.136.669,86m<sup>2</sup>; e
- Área do Tombo RN.017.004-2.066.291,60 m<sup>2</sup>.

Tombo RN.017.001 - Regularizado, conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 24 de novembro de 1997, lavrado no Livro n° 03, fls. 67 a 68V, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00327.500-2 e RIP utilização n° 1761.00180.500-4.

Tombo RN.017.002 - Regularizado; conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 08 de setembro de 2008, lavrado no Livro n° 04, fls. 65 a 72, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00330.500-9 e RIP utilização n° 1761.00283.500-4.

Tombo RN.017.003 - Regularizado, conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 12 de março de 1981, com visto de 01 de abril de 1981, lavrado no Livro n° 2, fls. 90v a 91 v, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00328.500-8 e RIP utilização n° 1761.00175.500-7.

Tombo RN.017.004 - Regularizado, conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 15 de abril de 1982, com visto de 26 de maio de 1984, lavrado no Livro 3, fls. 7V a 8V, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00329.500-3 e RIP utilização n° 1761.00176.500-2. 2.12.5.

Aproximadamente 50% da área total do CLBI são provenientes de desapropriações, o que ocorreu com fundamento nos Decretos n° 78.721, de 11 de novembro de 1976 (Federal) e n° 5.982, de 16 de janeiro de 1973 (Estadual). Até a presente data não foi percebida a necessidade de outras desapropriações.

Em atenção às despesas realizadas no exercício (quadro A.8.2.2, UG 120015), no que se refere à reforma, o valor discriminado refere-se à primeira medição do Serviço de Construção de cerca perimetral do portão principal e portão oeste na direção de Pium, referente ao Contrato de Despesa n° 004/CLBI/2014, contratado por meio da Concorrência n° 003/CLBI/2014.

No que tange às despesas com manutenção de imóveis, foram realizados serviços de pintura e manutenção nas instalações do Hotel de trânsito dos Oficiais, Seção de Subsistência, Posto de Observação Leste e Seção de Protocolo.

### **Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ)**

Quanto à estrutura de controle e de gestão do patrimônio imobiliário existente no âmbito da UJ, a Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ) abrange diversas Organizações Militares (OM) subordinadas e também unidades hóspedes, todas utilizando áreas atualmente sob responsabilidade Patrimonial e Administrativa do GIA-SJ. Entretanto, está em fase final o processo de Transferência de Responsabilidade Administrativa às OM do DCTA, o que ensejará ao GIA-SJ, para melhor gestão do patrimônio imóvel, exigir dos futuros Gestores dessas OM as informações das áreas de suas respectivas utilizações, como: construção de benfeitoria nova, ampliação, demolição, alteração do tipo de uso, exemplo: depósito, edificação, paióis, hangar, a fim de que o GIA-SJ possa realizar as atualizações junto aos Sistemas SIGPIMA e SPIUnet.

Quanto à existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União, em decorrência da existência de algum impedimento para regularização, notifica-se as seguintes áreas:

#### **1 - Tombo: SP-033-007**

Área : 5.491,16 m<sup>2</sup>

Local: São José dos Campos

Utilização: Grande área do GIA-SJ

Situação: Em fase de legalização judicial, via processo de desapropriação.

1ª Área com 220,66 m<sup>2</sup>, desapropriada pelo Decreto nº 83.145, de 07 fev. 1979, de Valter Santos, processo nº 00.0131600-1/79; e 2ª área com 5.270,50 m<sup>2</sup>, de Áurea Fernandes Rodrigues, processo Nº 00.01316010, ambos tramitando na Justiça Federal em São Paulo. Titulação: em fase de legalização.

#### **2 - Tombo: SP-033-008**

Área : 157.668,34 m<sup>2</sup>

Local: São José dos Campos

Utilização: Grande área do GIA-SJ

Situação: Em fase de legalização via processo judicial de desapropriação (PROCESSO: 000.2294400 – Atual nº 0119440-72.1980.403.6100, da 4ª Vara Federal de São Paulo – desapropriado: Davoli Empreendimentos Imobiliários S.A).

**3 - Tombo: SP-035-000**

Área: 6.643,38 m<sup>2</sup>

Local: Marcador externo - ILS

Utilização: Marcador Externo

Situação: Em fase de legalização judicial, via processo de desapropriação.

Desapropriada pelo Decreto nº 82.655, de 16 nov. 1978, de Tassilo Ludwig Tibiriça Von Beszedits e outros, processo nº 00.0141751-7.

Titulação: Dependente do encerramento do processo judicial em andamento na Justiça Federal em São Paulo; Decreto utilidade pública nº 31.177, de 24 jul. 1952.

**4 - Tombo: SP-108-000**

Área : 40.549,70 m<sup>2</sup>

Local: São José dos Campos

Utilização: Área do DCTA

Situação: Não Legalizado. Em fase de legalização via processo administrativo de retificação de área e desdobro.

Titulação: Escritura Pública de Dação em Pagamento, lavrado no 4º Cartório de Notas da Comarca de São José dos Campos – SP, em 13 de junho de 1995, no livro nº 371, folhas 090/091, gleba B da escritura, pertencente à área maior de matrícula nº 55.233, de 25.11.1974, fls. 99 do Livro nº 03-G, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos – SP e Cadastrado na SDP/DIRENG, sob o Tombo SP 108-000.

Referente à qualidade e à completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, informa-se que as áreas citadas abaixo aguardam os respectivos Termos de Entrega, a serem emitidos pela SPU/SP, para após, efetuar o cadastro no SPIUnet :

**1 - Tombo: SP-072-001**

Área : 573.329,28 m<sup>2</sup>

Local: Jacareí

Utilização: Usina Cel. Abner

Situação: Legalizado (aguarda o Termo de Entrega a ser emitido pela SPU/SP, para, após, efetuar o cadastro no SPIUnet).

Titulação: Escritura lavrada no 4º Ofício de Notas de São José dos Campos, Livro 105, Fls. 149/150vº, em 22 out. 1981; Registro de Imóveis em 30 nov. 1981, matrícula nº 14.753, Livro 2, Fls. 1vº/2, Jacareí, averbada em 17 out. 1996.

Ofício nº 393/GIA-SJ, de 2008 à GRPU/SP solicitando o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do

Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946.

Ofício nº 17/GIA-SJ/1344, de 24.08.2011, ratificando ao SPU/SP o pedido de Termo de Entrega externado no Ofício nº 393/GIA-SJ, de 2008.

## **2 - Tombo: SP-072-002**

Área : 754.314,08 m<sup>2</sup>

Local: Jacareí

Utilização: Usina Cel. Abner

Situação: Legalizado. (aguarda o Termo de Entrega a ser emitido pela SPU/SP, para, após, efetuar o cadastro no SPIUnet).

Titulação: Escritura lavrada no 4º Ofício de Notas de São José dos Campos, Livro 115, Fls. 112/113, em 10 ago. 1982; Registro de Imóveis em 28 maio 1982, Matrícula nº 16.051, Livro 2, Fl. 01, Jacareí, Escritura de retificação e ratificação no 4º Ofício de Notas de São José dos Campos, em 11 nov. 1982, Livro nº 115, Fls. nº 177/178, Reg. em 12 mar. 1987.

Ofício nº 394/GIA-SJ, de 2008 à GRPU/SP solicitando o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946.

Ofício nº 17/GIA-SJ/1344, de 24.08.2011, ratificando ao SPU/SP o pedido de Termo de Entrega externado no Ofício nº 394/GIA-SJ, de 2008.

## **3 - Tombo: SP-109-000**

Área : 3.219,85 m<sup>2</sup>

Local: São José dos Campos

Utilização: grande área do GIA-SJ

Situação: Legalizado (aguarda o Termo de Entrega a ser emitido pela SPU/SP, para, após, efetuar o cadastro no SPIUnet).

Titulação: imóvel desapropriado da AVIBRÁS INDÚSTRIA AERONÁUTICA S/A (Processo 00.0131599-4, da 8ª Vara Federal de São Paulo), registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São José dos Campos, em 19.11.2010, sob a matrícula nº 195.766 e Cadastrado na SDP/DIRENG, sob o Tombo SP 109-000.

Ofício nº 06/DA/PAT/802, de 13.05.2011 – GIA-SJ solicita à SPU/SP o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946.

### **8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros**

A UJ não possui Bens Imóveis locados de terceiros.



## 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 9.1 Sistemas Computacionais do DCTA

#### a) Sistemas Computacionais em Uso:

O DCTA, tendo em vista sua missão, desenvolve e mantém inúmeros sistemas técnico-científicos, relacionados a diversos projetos e atividades em sua área de atuação, tais como comando e controle, computação aerotermodinâmica, simuladores, guerra eletrônica, defesa cibernética, eletromagnetismo, propulsão, engenharia nuclear e outros.

Existem, também, inúmeros outros sistemas menores e específicos às missões das organizações subordinadas ao DCTA.

Tabela 9.1 – Sistemas Computacionais Existentes	
Sistema	Descrição
SISTED	Sistema Tático de Enlace de Dados que tem por objetivo o intercâmbio de mensagens táticas entre as Forças Armadas.
AEROGRAF	Sistema de apoio à decisão cujo desenvolvimento visa atender a várias necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira. Esta plataforma é composta pelos seguintes módulos: Inteligência Assistida por Computador (INT), Geoprocessamento (GEO), Planejamento de Missão Aérea (PMA) e Planejamento de Defesa Aeroespacial (PDA)
PITER	Sistema de Processamento de Imagem em Tempo Real, que objetiva a navegação autônoma por imagens para Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT). Esta integração visa capacitar robôs na tomada de decisões.
Portal do Simpósio de Segurança de Voo	Portal corporativo na INTERNET que disponibiliza informações sobre o Simpósio de Segurança de Voo <a href="http://www.ipev.cta.br/ssv/">http://www.ipev.cta.br/ssv/</a> . A CTI/IPEV apoia a realização do evento SSV através do desenvolvimento deste Portal (e.g. arte gráfica, layout, funcionalidades administrativas, elaboração de relatórios).
Moodle	É o software responsável pelo ambiente virtual de aprendizagem disponibilizado no IPEV. Tem como principal objetivo gerenciar as atividades da EFEV (Divisão de Formação de Ensaio em Voo).
Mentor/SAGEM	SAGEM é o acrônimo de Sistema Avançado de Gerenciamento de Emprego e Missões. É uma aplicação desenvolvida pela AFA para criação, edição e gerenciamento de fichas de voo. O SAGEM é um sistema WEB da aplicação MENTOR, também desenvolvida pela AFA, utilizada com a mesma finalidade. A AFA está trabalhando com o CCA-SJ para integrar o MENTOR ao OPERA, o que vai possibilitar o preenchimento das fichas de voo em computadores que tenham o OPERA instalado.
SALEV	O Sistema de Automatização do Laboratório de Ensaio em Voo (SALEV) controla todo o processo de calibração, cujo principal resultado é o cálculo da incerteza de todas as medições realizadas pelo Laboratório de Ensaio em Voo (LEV), o qual realiza todo o processo de calibração.

Continuação da Tabela 9.1 – Sistemas Computacionais Existentes	
Sistema	Descrição
RTDMS	O RTDMS (Sistema de Monitoramento de Dados em Tempo Real) é uma aplicação que realiza a aquisição de dados do sistema de telemetria utilizado no IPEV e disponibiliza as informações deste sistema em ambiente Matlab. A conexão com o sistema de telemetria pode ser realizada através da rede Ethernet da organização ou da rede específica para tráfego de dados de ensaios, a SCRAMNet. Esta última proporciona um desempenho melhor pois é específica para o propósito e não é susceptível a colisões de pacotes como a rede Ethernet.
RTDMS - ARINC573	Este sistema foi desenvolvido para a aquisição de dados do barramento ARINC 573 existente na aeronave EMB-120. Da mesma forma, como as aplicações citadas, os dados do barramento serão disponibilizados, em tempo real, no ambiente do Matlab.
RTDMS - Estação anemométrica	Este sistema, em fase de testes finais, tem as mesmas características do RTDMS, porém realizará a aquisição de dados da estação anemométrica e disponibilizará os dados em ambiente do Matlab. Esta integração permitirá que os ensaios em calibração anemométrica sejam realizados de maneira mais eficiente.
Projeto Ferramentas - Separação de Carga	Desenvolvimento de ferramentas em tempo real e/ou quase real (i.e. Equipamentos e aplicativos) que deverão ser integradas na infraestrutura de ensaios em voo (i.e. Sistema Embarcado) e com o Sistema de controle para Telemetria de Aeronaves (i.e. segmento de terra) que foi o objeto do Projeto FINEP-TLM (Ref.: 01.07.0663.00). Vídeo em alta resolução (e.g. 720i) e alta cadência (e.g. 400 quadros/s); Trajetografia de aeronaves; e Identificação de parâmetros para desenvolvimento de modelos. Este projeto está em fase de desenvolvimento.
Projeto Ferramentas - Separação de Carga	Desenvolvimento de ferramentas em tempo real e/ou quase real (i.e. Equipamentos e aplicativos) que deverão ser integradas na infraestrutura de ensaios em voo (i.e. Sistema Embarcado) e com o Sistema de controle para Telemetria de Aeronaves (i.e. segmento de terra) que foi o objeto do Projeto FINEP-TLM (Ref.: 01.07.0663.00). Vídeo em alta resolução (e.g. 720i) e alta cadência (e.g. 400 quadros/s); Trajetografia de aeronaves; e Identificação de parâmetros para desenvolvimento de modelos. Este projeto está em fase de desenvolvimento.
Projeto e Análise de Controlador de Atitude (PACA)	Interface construída no ambiente MATLAB (até haver geração de versão "stand-alone") para uso no projeto e análise de sistema de controle de atitude do VLS-1, com recursos adicionais de: (i) geração de trajetória, incluindo dados estruturais (flexão e torção); (ii) simulação com seis graus de liberdade, com incorporação de algoritmos de guiamento e apontamento. Estão previstas melhorias nesta interface: (i) inserção de simulações de Monte Carlo para averiguação de dispersão em órbita; e generalização da interface para quaisquer veículos controlados.
ENTROPIA	O Entropia é uma ferramenta de análise multipropósito de câmaras de empuxo de motores- foguete a propelente líquido em uma dimensão e regime estacionário.
CPE - Código de Propulsão Espacial do IAE	O aplicativo tem abordagem através de simulações tridimensionais do escoamento, ou melhor, da mecânica dos fluidos e transferências térmicas encontradas em câmara de combustão de motor-foguete e através da tubeira convergente/divergente.
CESQ	Código Numérico para Cálculo da Evolução da Superfície de Queima de Propelente Sólido. Este software considera o avanço da superfície de queima como sendo uma frente de onda propagando-se no propelente sólido. O método calcula a frente de onda a dados intervalos de tempo.

Continuação da Tabela 9.1 – Sistemas Computacionais Existentes	
Sistema	Descrição
CPTC	Código Numérico para Cálculo de Perfil Ótimo de Tubeira Contornada de Motor Foguete. Este software utiliza o “Método das Características” para um caso de simetria axial para determinar o máximo empuxo para um dado comprimento da tubeira (divergente).
CDPS	Código para Cálculo de Desempenho de Motor a Propelente Sólido. Este software calcula as características propulsivas (pressão e empuxo) e físicas (massa, CG e inércias) de motor a propelente sólido utilizado na fase de projeto do motor.
CAEPS	Código para Análise de Desempenho de Ensaio de Motor a Propelente Sólido. Esta ferramenta analisa os parâmetros de desempenho do motor (impulso específico e velocidade característica) através dos dados de pressão e empuxo obtidos do ensaio.
SIGA - Sistema de Gerenciamento do Acervo de Imagens da Divisão AIE	Sistema para controle do acervo do laboratório de vídeo e foto da Divisão AIE.
SISDOC – Sistema de Documentação Técnica da Divisão AIE	Sistema de banco de dados para o gerenciamento das informações de documentação técnica.
SIGDAT – Sistema Gerenciador de Dados de Transdutores da Divisão AIE (em desenvolvimento, atualização do sistema SIGDA).	Sistema para gerenciamento das informações relacionadas à calibração de transdutores, em conformidade aos requisitos estabelecidos pela norma ISO/IEC 17025. A ferramenta permite a rastreabilidade dos transdutores compreendendo as atividades de calibração e ensaio executadas pela AIE, permitindo também o gerenciamento da utilização dos transdutores em ensaios de vibração.

## b) Necessidade de Desenvolvimento de Novos Sistemas Informatizados

Há necessidade de um sistema integrado que dê suporte à missão institucional do IFI, atendendo às seguintes áreas de atividades:

- Certificação de Produtos (atividade realizada pela Divisão de Certificação de Produtos Aeroespaciais) - Processo pelo qual uma Organização Certificadora do COMAER verifica que um produto está em conformidade com os requisitos relativos à segurança e ao cumprimento da missão. Inclui as atividades de Certificação de Projeto e Sistema de Qualidade para a Produção;

- Certificação de Sistemas de Gestão (atividade realizada pela Divisão de Certificação de Sistemas de Gestão) - Acreditado pelo INMETRO, órgão reconhecido internacionalmente pelo IAF, como Organismo de Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade (OCS nº 0016), o IFI presta serviços na área de certificação voluntária segundo a NBR ISO 9001:2008;

- *Offset* (atividade realizada pela Divisão de Desenvolvimento Industrial) - De acordo com a Política de compensação comercial, industrial e tecnológica (DCA 360-1, de 13 dez. 2005), *Offset* é: “Toda e qualquer prática compensatória acordada entre as partes, como condição para a importação de bens e/ou serviços, com a intenção de gerar benefícios de natureza comercial, industrial e tecnológica...”. Conforme estabelece a DCA 360-1, “... esses benefícios poderão se concretizar na forma de: co-produção, produção sob licença, produção subcontratada, investimento financeiro em capaci-

tação industrial e tecnológica, transferência de tecnologia, treinamento de recursos humanos, contrapartida comercial, e outros”;

- Inovação Tecnológica (atividade realizada pela Divisão de Desenvolvimento Industrial) - As atividades de inovação tecnológica são o conjunto de etapas científicas, tecnológicas, organizativas, financeiras e comerciais, incluindo os investimentos em novos conhecimentos, que levam, ou que tentam levar à implementação de produtos e de processos novos ou melhorados.;

- Metrologia Aeroespacial (atividade realizada pela Divisão de Confiabilidade Metrológica Aeroespacial) - Os laboratórios de calibração do IFI fazem parte do complexo laboratorial denominado Laboratório Central de Calibração (LCC) do SISMETRA e atuam nas áreas da metrologia física, elétrica e dimensional, sendo os seus padrões de referência rastreados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e, em algumas pouquíssimas grandezas, pelos laboratórios da *United States Air Force* (USAF), estando, portanto, aptos a prestar, sob consulta, serviços de calibração voltados a diversas áreas da engenharia.;

- Mobilização Industrial (atividade realizada pela Divisão de Desenvolvimento Industrial) - Conjunto de ações que possibilitem a adequação da capacidade industrial para o atendimento das necessidades de mobilização do Comando da Aeronáutica, a qual se insere no contexto da Mobilização Aeroespacial e da Mobilização Nacional;

- Normalização (atividade realizada pelo Setor de Normalização) – o IFI tem atuado no processo normativo na esfera nacional com as atividades do Comitê Brasileiro de Aeronáutica e Espaço - ABNT/CB-08, com o apoio ao Secretariado do CB-08 desde a sua ativação, procurando desenvolver, o mais eficientemente possível, os objetivos gerais da Normalização. Hoje as atividades do ABNT/CB-08 Comitê Brasileiro de Aeronáutica e Espaço, em conjunto com as atividades paralelas de Normalização Técnica no âmbito interno do Instituto e da organização, balizam os servidores e outros segmentos do Comando da Aeronáutica bem como da indústria aeroespacial, com os documentos necessários para a consecução das atividades.

As medidas programadas para obtenção do sistema proposto, no atual momento, se resumem a uma capacitação da OM em metodologia de desenvolvimento de software. Pelos valores envolvidos, a curto e médio prazo, não há previsão de alocação de recursos financeiros para este sistema

### c) Contratos na Área de TI, relacionados aos Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014						
Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
03/CLBI/2013	Canal dedicado de acesso à Internet para o CLBI	01/OUT/2015	01.300.487/0001-90	Infoway Serviços Informática	29.700,00	29.700,00 (contrato recém renovado)
Obs.: Contrato vinculado ao Macroprocesso Finalístico “Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa”.						

## 10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental				
Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis			Avaliação	
			Sim	Não
1	1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MP 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MP 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MP 10/2012)?		
		Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8	8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MP 10/2012)?		
		Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Considerações Gerais:</b> O Plano de Logística Sustentável (PLS) está em adiantado processo de elaboração no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e, quando finalizado, será disponibilizado no site: <a href="http://www.ita.br">www.ita.br</a>				

## 11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Foram identificados os seguintes subtópicos da Portaria -TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, para os quais não houve ocorrências no período:

- Subtópicos **11.1.2** – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício e o **11.2** – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).

### 11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Encontram-se especificadas no anexo H.

#### 11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no período.

### 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Não houve recomendações do CENCIAR no período.

### 11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Detentores de Cargos e Funções	Obrigados a entregar a DBR	245	117	1953
	Entregaram a DBR	245	117	1343
	Não cumpriram a obrigação	0	0	610

#### 11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Divisão de Pessoal do Instituto de Aeronáutica e Espaço está procedendo o acesso a todas as

DBR do pessoal civil, mantendo atualizadas as DBR dos militares com obrigação prevista na legislação. Nesse sentido, a regularização dos 610 servidores que não cumpriram com a obrigação ocorrerá em 2015.

#### 11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

A estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE encontram-se, de modo geral, apoiadas pelos setores de Controle Interno das OMS e na legislação em vigor existente sobre o tema, editadas para observância no âmbito do COMAER, especialmente quanto ao disposto no MCA 174-1, de 01 de dezembro de 2008 (Manual de Orientações sobre Tomada de Contas Especial) e na ICA 174-3, de 21 de fevereiro de 2014 (Procedimentos para Ressarcimento ao Erário).

No exercício de 2014, foram instaurados 6 procedimentos internos para ressarcimento ao erário, cujos danos, quando foi possível a identificação do responsável, foram ressarcidos. Existem dois casos, nos valores de R\$ 1.492,21 e R\$ 702,74 cujas restituições encontram-se em andamento, com desconto implantado em contracheque e efetuado por meio de GRU, com previsão de quitação dos débitos em jul/15 e jun/15, respectivamente (PARE N° 002/CLBI/2014 e PARE N° 003/CLBI/2014). Em outros dois casos em que não foi possível a identificação do responsável pelo dano, o prejuízo, nos valores de R\$ 3.586,00 e R\$ 1.750,00 foi imputado à União. Não existem casos em andamento com visível potencial para transformar-se em TCE.

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014								
Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
06	06	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: Relatório de Gestão das OMS

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL		1204	
<p>Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;</p> <p>b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>c) a vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUnet. Em 2014, a depreciação de bens imóveis foi processada de forma automática pela STN, com base nos registros do SPIUnet;</p> <p>d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;</li> <li>-Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;</li> <li>-Imobilizado e Intangível -valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.</li> </ul>			
Local	Brasília	Data	13/05/2015
Contador Responsável	<b>Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA</b>	CRC nº	017367/O-0



## 12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

a) Identificação da estrutura orgânica da Unidade Jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

Esta UJ possui em sua estrutura regimental a Divisão de Controle Orçamentário a qual compete atender às atribuições de responsabilidade desta UJ, como elo do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER), inclusive no que se refere à atividade de contabilidade gerencial e de custos, de si própria bem como das OMS.

O Órgão central do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica é a Secretaria de Economia e Finanças (SEFA – UG 120002), sendo também esta, considerada a setorial de custos do COMAER.

b) Identificação das subunidades administrativas da Unidade Jurisdicionada das quais os custos são apurados;

A apuração dos custos relacionados a esta UJ e às subunidades administrativas subordinadas são realizados da forma relatada nos subitens “c” e “d”, em seguir a este subitem. As UG’s que tem sua apuração de custos relacionadas a esta UJ são as a seguir:

UG	Denominação
1200110	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
120013	Centro de Lançamento de Alcântara
120015	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
120016	Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos
120108	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
120140	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
120141	Instituto de Aeronáutica e Espaço
120142	Instituto de Estudos Avançados
120143	Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
120225	Comissão de Obras do DCTA
120298	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
120299	Instituto de Pesquisas e Ensaio em Voo
120512	Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos

c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

O sistema utilizado pelo COMAER é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que é um *Data Warehouse* que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIGPian, para a geração de informações.

d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

O registro de custos no COMAER divide-se em apropriação de consumo

decorrente de recursos orçamentários, ou em apropriação de consumo decorrente de recursos patrimoniais.

O consumo de recursos orçamentários refere-se aos custos decorrentes da contratação de serviços e da aquisição de bens para consumo imediato. O consumo de recursos patrimoniais refere-se aos custos decorrentes do consumo de materiais em estoque ou do registro de exclusão, de depreciação e de amortização de bens móveis permanentes.

A apropriação dos custos decorrente da execução orçamentária realiza-se no momento da liquidação da despesa no SIAFI. Quanto ao consumo patrimonial, os custos são registrados no momento em que ocorre a baixa pela distribuição dos materiais de consumo em estoque ou juntamente com as variações patrimoniais diminutivas relacionadas aos bens móveis permanentes e intangíveis.

Por meio do preenchimento da aba "Centro de Custos" dos Documentos Hábeis no SIAFI, os valores dos custos são distribuídos pelos códigos SIAFI das UG beneficiadas e por códigos de Subcentros de Custos (SC) padronizados no âmbito do COMAER.

O conceito de UG Beneficiada corresponde à UG Executora, Credora ou de Controle em favor da qual é entregue um material a ser consumido, ou prestado um serviço de qualquer natureza. Os SC correspondem aos códigos que representam as atividades realizadas diariamente no COMAER, tais como: Operações Aéreas, Suprimento e Manutenção de Aeronaves, Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo e outras apresentadas no Item 5 deste Relatório de Gestão.

A UG, por intermédio do Setor de Controle Interno, efetua a verificação quanto à conformidade dos lançamentos de custos da Unidade, no SIAFI, de maneira a evitar incorreções ou omissões de apropriações de custos.

e) Impactos observados na atuação da Unidade Jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

O principal impacto observado no processo de tomada de decisão em decorrência da instituição do gerenciamento de custos por parte desta UJ foi verificado na análise de duas das planilhas geradas pelo sistema de custos implantado pela SEFA no âmbito do COMAER: A primeira, que trata dos custos dos programas orçamentários, por evidenciar à alta gerência a relação existente entre a missão desta UJ em relação aos recursos consumidos, permitindo melhor gerenciamento da distribuição dos recursos consumidos entre as atividades finalísticas e as de apoio; A segunda, que demonstra os custos orçamentários por natureza da despesa, ao destacar os dez maiores custos decorrentes dos recursos orçamentários distribuídos às OMS, oferecendo dados relevantes a um melhor planejamento e um eficiente acompanhamento da execução orçamentária, permitindo adequar esforços à consecução dos objetivos a serem alcançados.

f) Relatórios utilizados pela Unidade Jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

A SEFA, Órgão central do SISCONTAER, conforme Portaria nº 46/GC3, de 15 de janeiro de 2014, realiza o acompanhamento periódico da execução contábil das Unidades Gestoras Executoras extraindo e compilando dados de sistemas informatizados do Governo Federal, e fornecendo, às UJ's

do COMAER informações úteis à análise de custos, através de 09(nove) planilhas:

Anexo I- Custos de Serviço Público - 2013 e 2014: evidenciar o consumo dos serviços públicos pelas Unidades Gestoras Executoras desse Órgão Setorial, comparando a evolução dos valores entre dois exercícios consecutivos;

Anexo J- Custos de Diárias Militar e Civil- 2013 e 2014: conhecer os valores gastos com diárias pelas Unidades Gestoras no cumprimento de suas missões, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos;

Anexo K - Custos de Manutenção e Conservação de Imóveis - 2013 e 2014: apresentar os valores de despesas correntes utilizados na manutenção e na conservação de bens imóveis por parte das Unidades Gestoras Executoras, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório refletirá a necessidade e o esforço em manter as instalações do COMAER em condições satisfatórias à execução das diversas atividades;

Anexo L - Custos Orçamentários por Atividades - 2013 e 2014: evidenciar os custos decorrentes da execução orçamentária desse Órgão Setorial, comparando os valores entre dois exercícios consecutivos. O relatório permitirá gerenciar a relação existente entre a missão do Órgão Setorial e a distribuição de seus esforços (recursos consumidos) entre atividades finalísticas e de apoio;

Anexo M - Custos Patrimoniais por Atividades - 2013 e 2014: evidenciar, de forma semelhante ao Anexo L, os custos decorrentes da execução patrimonial (consumo de estoques e depreciação de bens móveis permanentes) desse Órgão Setorial, distribuídos por atividades;

Anexo N - Custos dos Programas - 2014: demonstrar o custo existente na execução dos programas orçamentários no exercício, envolvendo apenas recursos de 2014. A análise sob a ótica de custos, além de evidenciar a Organização beneficiada pela execução do Programa, demonstra os valores efetivamente consumidos no período, excluídos os investimentos, por representarem benefícios incorporados ao Patrimônio;

Anexo O - Custos das Unidades Administrativas - 2013 e 2014: evidenciar os custos orçamentários totais das Unidades desse Órgão Setorial, comparando-os entre 2013 e 2014. O relatório é interessante por permitir a comparação temporal entre Organizações beneficiadas pelos recursos públicos, bem como a relação existente entre Unidades semelhantes, sem distinção de atividades executadas ou naturezas de despesas envolvidas.

Estas planilhas são utilizadas de forma sistemática por esta UJ visando subsidiar à tomada de decisões da alta cúpula gerencial em prol de melhor adequar os escassos recursos orçamentários na busca de atingir os objetivos estratégicos sob responsabilidade desta UJ.

### 12.3 Conformidade Contábil

CONFORMIDADE CONTÁBIL																							
Denominação completa (UJ)			Código da UG																				
<b>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL</b>			1204																				
<p>A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), conforme estabelecido no Manual SIAFI.</p> <p>A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Unidade Jurisdicionada (UJ) 120002, é a Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior (do Fundo Aeronáutico - Faer e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe), responsável pelo (a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) orientação normativa sobre rotinas e procedimentos contábeis para as UG do COMAER;</li> <li>b) suporte técnico da execução contábil no SIAFI;</li> <li>c) monitoramento e controle da execução contábil, por intermédio do SIAFI, das operações contábeis realizadas pelas UG do COMAER;</li> <li>d) acompanhamento da conformidade de registros de gestão executada pelas UG;</li> <li>e) registro, no SIAFI, da Conformidade Contábil relativa às UG, ao Faer e à CFIAe.</li> </ul> <p>As atribuições relativas ao processo de Conformidade Contábil são atribuídas a agentes do COMAER, com observância ao princípio da segregação de funções.</p> <p>As Unidades Gestoras Executoras que integram a UJ 1204 são as seguintes: UG 120013 – CLA; UG 120015 – CLBI; e UG 120016 – GIA-SJ.</p> <p>Seguem discriminadas, abaixo, a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício:</p>																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">ALERTA-A OU RESSALVA-R</th> </tr> <tr> <th>CÓDIGO UG</th> <th>SIGLA</th> <th>A</th> <th>R</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>120013</td> <td>CLA</td> <td>6</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>120015</td> <td>CLBI</td> <td>6</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>120016</td> <td>GIA-SJ</td> <td>1</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>				ALERTA-A OU RESSALVA-R				CÓDIGO UG	SIGLA	A	R	120013	CLA	6	2	120015	CLBI	6	0	120016	GIA-SJ	1	1
ALERTA-A OU RESSALVA-R																							
CÓDIGO UG	SIGLA	A	R																				
120013	CLA	6	2																				
120015	CLBI	6	0																				
120016	GIA-SJ	1	1																				
Todas ocorrências da UJ 1204 foram sanadas no exercício de referência do relatório de gestão.																							
Local	Brasília	Data	13/05/2015																				
Contador Responsável	<b>Ana Paula Soares de Alcantara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA</b>	CRC nº	017367/O-0																				

## 12.4 Declaração do Contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis

### 12.4.1 Declaração com Ressalva

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
<b>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL</b>			1204
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, no tocante à/ao:</p> <p>a) diferença de R\$ 38.156.959,90 entre o resultado do “Ativo Financeiro” menos o “Passivo Financeiro” (R\$ 0,00), constante do Balanço Patrimonial, e o saldo da conta contábil 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por FR (R\$ 38.156.959,90), indicada no item 8.2.6 da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício). Esse valor corresponde ao total da conta 1.9.3.2.9.05.02 - Limite de Restos a Pagar-Inscrição;</p> <p>b) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 12.612.225,95, existente no Balanço Patrimonial, refere-se à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), sobretudo, no valor de R\$ 10.993.023,44, proveniente da conta contábil 1.9.9.9.1.02.00 (Bens Móveis em Trânsito) motivado, principalmente, por lançamentos envolvendo a UG/Gestão 120016/00001; Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI, motivo pelo qual não foram analisados.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	13/05/2015
Contador Responsável	<b>Ana Paula Soares de Alcantara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA</b>	CRC nº	017367/O-0

### 13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A pesquisa e o desenvolvimento científicos e tecnológicos na Aeronáutica são primordiais para o alcance do objetivo de torná-la cada vez mais moderna e atualizada; e cada vez menos dependente do exterior.

A Indústria Aeroespacial do Brasil tem como meta basilar o atendimento às necessidades da Aeronáutica. O desenvolvimento e a expansão da infraestrutura aeroespacial têm relação direta com o crescimento da Aviação Civil e as exigências operacionais da Força Aérea.

Inserido no contexto nacional de CT&I, o MD, de forma articulada com o MCTI, elaborou sua Concepção Estratégica: Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional, a qual tem, como missão, viabilizar soluções científico-tecnológicas e inovações para a satisfação das necessidades do País atinentes à defesa e ao desenvolvimento nacional.

Neste contexto, a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Comando da Aeronáutica visa nortear as ações de produção, de desenvolvimento e de consolidação do conhecimento no campo aeroespacial, presentes no trinômio ciência, tecnologia e inovação, de forma a contribuir com a geração de capacidade autônoma sustentada de Defesa, que esteie o exercício continuado da soberania da Nação brasileira.

Esta independência tecnológica sustenta o exercício continuado da soberania brasileira. Para tanto, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos devem estar integrados e seus resultados direcionados à indústria nacional.

Como principal ator de desenvolvimento científico e tecnológico do COMAER, o DCTA busca ser visto como uma organização inovadora na produção de conhecimento e de soluções científico-tecnológicas, que fortaleçam o poder aeroespacial e que atendam às expectativas da sociedade brasileira nos campos aeroespacial e de defesa.

Especificamente para a área espacial, a infraestrutura deve ser implantada de acordo com os objetivos da PNDAE, de modo a permitir à Aeronáutica a realização de seus projetos, bem como daqueles sob a sua responsabilidade no PNAE.

A busca da autossuficiência nacional em materiais aeronáuticos, espaciais e nos sistemas bélicos de emprego aeronáutico deve ser priorizada, de modo a reduzir a dependência da Força Aérea Brasileira dos fornecedores estrangeiros (especialmente para materiais que envolvem tecnologias sensíveis e sofrem restrições para exportação, por critérios políticos dos governos dos seus fabricantes).

O objetivo permanente e prevalente que orienta os planejamentos para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é a realização de linhas de pesquisa, de projetos e de atividades da área científico-tecnológica que acarretem, prioritariamente, o fortalecimento e o aprimoramento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira.

O desenvolvimento científico e tecnológico é extremamente dependente da capacitação de seus pesquisadores e técnicos. Nesse sentido, o investimento na formação e na especialização de pessoal deve ser objeto de atenção fundamental para o cumprimento da missão do DCTA.

A análise do cenário global de CT&I conduz à constatação de que o Brasil encontra-se em patamar inferior ao dos países que compõem o bloco dos grandes investidores em P&D, que, por

consequente, são também os maiores detentores de tecnologias aplicáveis aos campos aeroespacial e de defesa, muitas das quais ainda não dominadas por nós e sistematicamente negadas por eles, sob os argumentos de motivação política, comercial e de segurança.

As nações hegemônicas em CT&I não têm interesse em compartilhar tecnologias, obtidas por meio de vultosos investimentos em P&D e essenciais para a prosperidade da sua cadeia produtiva. Objetivam, tão somente, vender seus produtos sem dar acesso às tecnologias envolvidas nos processos e, quando o fazem, por força dos acordos de compensação comercial, via de regra, repassam apenas aquelas, que embora sejam novas para os adquirentes, são ultrapassadas para os vendedores.

Os investimentos nacionais em P&D nos campos aeroespacial e de defesa têm-se situado abaixo do requerido para o alcance de resultados significativos, de modo a representar uma mudança acentuada de patamar científico-tecnológico, não obstante o esforço despendido no âmbito do DCTA para contornar as limitações.

O não recebimento dos recursos financeiros nos montantes solicitados acarreta atrasos nos projetos e ocasionam termos aditivos aos contratos, normalmente implicando aumento de custos e/ou de prazos. Adicionalmente, a inconstância no aporte financeiro faz com que o recurso, muitas vezes, não esteja disponível no momento oportuno, impactando a execução orçamentária.

Muito embora possua um alto potencial para atrair e reter talentos, nos últimos anos o DCTA vem-se ressentindo da redução numérica e qualitativa de seus recursos humanos, como decorrência de aposentadorias, demissões e falecimentos, afetando, em especial, dois importantes fatores críticos de sucesso da Organização, quais sejam a Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica e a Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado. A recomposição dos quadros de servidores civis é morosa devido ao fato de a admissão ser permitida apenas por concurso público, que, como se sabe, é um processo lento e que depende de aprovação de órgãos governamentais externos ao COMAER.

Apesar dos fatores negativos mencionados, o DCTA continua sendo uma Instituição Científica e Tecnológica de renome, reconhecida no Brasil e no exterior, sendo responsável, dentre outros, pela condução de 37 projetos estratégicos do COMAER e pela execução de projetos e de atividades estratégicos do PNAE. Para tanto, conta com sete ICT, entre as suas OMS, dentre as quais dois Centros de Lançamento, possuindo ainda competências para formar e capacitar pessoal especializado, além de contar com ampla infraestrutura de apoio à P&D.

Ainda, de igual importância a respeito do ambiente de atuação do DCTA, existem os projetos que são desenvolvidos pelas Fundações de Apoio. Para dar andamento aos projetos da área de P&D o DCTA conta com recursos orçamentários do COMAER, da AEB e, ainda, daqueles oriundos de Fundos Setoriais, da FINEP, da FAPESP, do CNPq, dentre outros (Autarquias, Empresas Públicas, Privadas e Comunidade).

Os recursos que não se originam do orçamento do COMAER ou da AEB são gerenciados/administrados pelas Fundações de Apoio, e em atendimento às solicitações da ICT apoiada, aplicam tais recursos em benefício dos projetos que ensejaram o recebimento daqueles valores.

No exercício de 2014, desconsiderando-se os recursos destinados à COPAC, cujos valores são de tal monta que mascaram a análise, do total de créditos recebidos, 50% se originaram dos orçamentos do COMAER, enquanto que os outros 50% tiveram origem nas outras fontes citadas.

## **14 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do contido neste Relatório, conclui-se que o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) atuou no exercício de 2014, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, conforme explicitado, decorreram, principalmente, da insuficiência do aporte de recursos financeiros, acrescida pela demora na descentralização dos créditos e, ainda, do elevado tempo para análise dos processos demandados pelas Consultorias Jurídicas. Ações junto aos órgãos competentes para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por este Departamento.

O DCTA tem primado pela busca da eficiência na gestão para o cumprimento de sua missão, que é “Ampliar o conhecimento e desenvolver soluções científico-tecnológicas para fortalecer o Poder Aeroespacial, contribuindo para a soberania nacional e para o progresso da sociedade brasileira, por meio de ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação e serviços técnicos especializados, no campo aeroespacial.”



## 15 - ANEXOS

## ANEXO A – Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.1.3.1 – Macroprocessos Finalísticos – CLA						1/1
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnico-Especializados no Campo Aeroespacial e de defesa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Operações de Lançamento;</li> <li>- Rastreamento de Engenheiros Aeroespaciais;</li> <li>- Telemetria.</li> </ul>	- 1 Foguete de Treinamento Básico (FTB).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise de risco e dados técnicos dos foguetes;</li> <li>- Plano de Operações – POP;</li> <li>- Infraestrutura de lançamento;</li> <li>- <i>Planning</i> (cronograma geral);</li> <li>- DSTU</li> <li>(configuração da parte técnica);</li> <li>- Ponto de espera (trajetória nominal);</li> <li>- Infraestrutura de rastreamento;</li> <li>- Recursos financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AEB;</li> <li>- COMAER.</li> </ul>	N/A	N/A
		- 2 Foguetes de Treinamento Intermediário (FTI).				
		- 1 foguete VS-30.				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.2– Macroprocessos Finalísticos – CLBI						1/1
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Aplicada.	- 05 Projetos de pesquisa nas áreas de Eletromagnetismo, VANT, Gestão Integrada em Centro de Lançamento, Pesquisa Histórica e Parâmetros Orbitas.	- Recursos humanos especializados; - Recursos laboratoriais; - Recursos financeiros.	- CNPq.	N/A	- UFRN.
Serviços Técnico-Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Operações de Lançamento.	- Lançamento de 14 Foguetes SS-09.	- Análise de risco e dados técnicos dos foguetes; - Plano de Operações – POP; - Infraestrutura de lançamento; - Recursos financeiros.	- AVIBRAS; - AEB; - COMAER.	- AVIBRAS.	- 3º DISTRITO NAVAL.
		- Lançamento de 11 Foguetes SS-30.				
- Lançamento de 03 Foguetes SS-40.						
- Lançamento de 03 Foguetes SS-80.						
	- Rastreamento de Engenheiros Aeroespaciais.	- Lançamento de 02 Foguetes de Treinamento Básico – FTB.				
		- Rastreamento de 05 Engenheiros Aeroespaciais Ariane.	- <i>Planning</i> (cronograma geral); - DSTU (configuração da parte técnica); - Ponto de espera (trajetória nominal); - Infraestrutura de rastreamento; - Recursos financeiros.	- Centro Espacial Guianês – CSG.	N/A	
		- Rastreamento de 02 Engenheiros Aeroespaciais Soyuz.				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.3 – Macroprocessos Finalísticos – COPAC						1/3
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Gerenciamento de Projetos.	- Assinatura do contrato comercial para aquisição de três aeronaves de busca e resgate (Projeto CL-X2).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos;</li> <li>- Serviços Especializados;</li> <li>- Componentes;</li> <li>- Recursos Humanos Especializados;</li> <li>- Parque Industrial;</li> <li>- Recursos financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- COMAER;</li> <li>- Exército Brasileiro;</li> <li>- Marinha do Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMBRAER S/A;</li> <li>- EMBRAER Aviation International;</li> <li>- Consórcio HELIBRAS/Eurocopter.</li> </ul>	N/A
		- Assinatura do contrato principal e o acordo de compensação do projeto para aquisição e, implantação de 36 (trinta e seis) aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores e logística para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida (Projeto F-X2).				
		- Assinatura dos contratos de aquisição das aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo KC-390, para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 (Projeto KC-X – Aquisição).				
		- Assinatura dos contratos para aquisição de seis aeronaves laboratório para inspeção em voo e aquisição de suporte logístico inicial associado (Projeto VU-Y).				
		- Recebimento de sete aeronaves de asa rotativa de médio porte de emprego geral modelo EC-725 (Projeto H-XBR).				
		- Recebimento uma aeronave de Patrulha e material aeronáutico (Projeto P-3BR).				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.3 – Macroprocessos Finalísticos – COPAC						2/3
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Gerenciamento de Projetos.	- Recebimento de uma aeronave de caça-bombardeiro-reconhecedor Modernizada AM-X (Projeto AM-X).	- Projetos; - Serviços Especializados; - Componentes; - Recursos Humanos Especializados; - Parque Industrial; - Recursos financeiros.	- COMAER;	- EMBRAER S/A; - EMBRAER <i>Aviation International</i> ;	N/A
		- Recebimento de duas aeronaves E-99 Modernizadas em versão intermediária (versão ínterim).				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.3 – Macroprocessos Finalísticos – COPAC						3/3
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica ( <i>Offset</i> ).	- Capacitação, transferência de tecnologia, subcontratação de empresas nacionais.	- Serviços Especializados; - Componentes; - Recursos Humanos Especializados; - Parque Industrial; - Contratos de <i>Offset</i> ; - Recursos financeiros.	- COMAER; - Exército Brasileiro; - Marinha do Brasil; - Aeroeletrônica; - Mectron; - Atech; - Fastport Rhode Shwartz; - Graúna; - Tap-Me; - Equipaer; - Rolls Royce; - AERO-BRAS; - UNIFEI; - ITA; - USP; - Brascooper; - Turbomeca; - INBRA.	- Empresas com acordo de compensação comercial, industrial e tecnológica com o Governo Brasileiro.	N/A

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						1/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Produção de conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Básica/Aplicada.	- Desenvolvimento de compósito C/C-SiC.	- Gases (nitrogênio, argônio, hidrogênio, etc);	-COMAER; - CNPq; - AEB; - CELOG.	-AGA; -White Martins; -Alquilabor, -Mogi glass, -Titânio do Brasil; -Alcoa; -CBMM; -Vilares; -CSK; - Brasken; -Hexcel; -Texiglass; - Toso.	- FINEP; - FAPESP; - FUNCATE; - AEB; - CAPES; - FUNDEP; - CNPq;
		- Desenvolvimento de Materiais para Radomes Cerâmicos em Aplicações Espaciais.	- Nitrogênio líquido; - Reagentes químicos; - Materiais metálicos (titânio, alumínio, Tântalo, zircônio, nióbio, etc);			
		- Desenvolvimento de novas ligas de titânio para aplicações aeroespaciais em elevadas temperaturas (acima de 850°C).	- Resinas termorrígidas e termoplásticas, adesivos; - Fibras de carbono, kevlar e fibras de vidro;			
		- Desenvolvimento de Materiais Especiais de Alta Resistência.	- Materiais para metalografia (discos de corte para cerâmicas e para metais), pastas de diamantes, lixas de carbetos;			
		- Desenvolvimento e Validação de métodos cromatográficos.	- Materiais cerâmicos; - Recursos financeiros.			
		- Simulações eletromagnéticas para determinação de radar <i>cross-section</i> .	- Fluido para máquina de fumaça; - Energia elétrica; - Fitas de Alumínio e adesivas;			
		- Controle preditivo baseado em aprendizagem para Veículos Aéreos Não-Tipulados (VANT); - Estudo experimental da interferência aerodinâmica de antenas embarcadas em veículos espaciais.	- Material de consumo para os ensaios (tintas, ferramentas, fluido sintético para corte, óleo, baterias, etc); - Material para adaptação de suportes (aço, alumínio, etc);			
		- Análise numérica /experimental da interferência empena/fuselagem do Sonda III para M = 1,3.	- Recursos financeiros.			
		- Otimização de desempenho aerodinâmico do VLS.			- Lojas de ferragens e materiais elétricos; - Taigo Electro; - Lexel.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						2/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Produção de conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Básica/Aplicada.	- Análise comparativa numérica / experimental do veículo VLM-1.	- Fluido para máquina de fumaça;	- COMAER; - CNPq; - AEB; - CELOG.	- Lojas de ferragens e materiais elétricos; - Taigo Eletro; - Lexel. - Flint.- Group; - Zanaflex.	- FINEP; - FAPESP; - FUNCATE; - AEB; - CAPES; - FUNDEP; - CNPq;
		- Análise comparativa na determinação do campo de pressão no veículo VS-40.	- Energia elétrica;			
		- Simulações Numéricas de Escoamentos Aerodinâmicos.	- Fitas de Alumínio e adesivas;			
		- Simulação do escoamento supersônico sobre o SARA suborbital.	- Material de consumo para os ensaios (tintas, ferramentas, fluido sintético para corte, óleo, baterias, etc);			
		- Propelentes e proteções térmicas flexíveis e rígidas (síntese de principais componentes de propelentes e sua caracterização).	- Material para adaptação de suportes (aço, alumínio, etc). Componentes químicos e itens mecânicos;			
		- 07 orientações acadêmicas nesta área.	- Recursos financeiros.			
		- Implementação e calibragem de um modelo meteorológico (escoamento atmosférico) do CLA para Operações de Lançamento de foguetes.	- RH; - <i>Know-How</i> ;			
		- Desenvolvimento de algoritmo de dispersão de gases liberados em lançamento de foguetes no CLA.	- Dados Meteorológicos; - Recursos financeiros.			
					- Recursos próprios e dos parceiros; - Facilidades laboratoriais.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						3/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Produção de conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Básica/Aplicada.	- Programa de monitoramento do Campo Elétrico do Vale do Paraíba; e	- RH; - <i>Know-How</i> ;	- COMAER; - CNPq; - AEB; - CELOG.	- Recursos próprios e dos parceiros; - Facilidades laboratoriais.	- FINEP; - FAPESP; - FUNCATE; - AEB; - CAPES; - FUNDEP; - CNPq;
		- Análise da variação interanual de precipitação no CLA.	- Dados Meteorológicos; - Recursos financeiros.			
		- 03 pesquisas em temas de <i>software</i> embarcado para aplicação espacial.				
		- 01 pesquisa de um Conversor DC-DC não isolado de uso militar.				
		- 01 Estudo da Taxa de Ocupação do Barramento Serial de Dados para Transmissão e Recebimento dos parâmetros de controle do VLS-1.	- RH; - <i>Know-How</i> ;			
		- 02 pesquisas com cooperação internacional:	- Infraestrutura do Instituto; - Recursos financeiros.			
		- Simulação numérica para análise de vibração em média frequência de sistemas com amortecimento visco elástico distribuído e/ou local.				
	- Análise Modal Operacional (OMA) de Estruturas Espaciais.				- CNPq / KUL (Katholieke Universiteit Leuven) e University of Aarhws.	



## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE							4/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Publicações Científicas/ Técnicas.	- 06 Artigos em periódicos de divulgação científica nacional e internacional, nas áreas de “medições de radar <i>cross-section</i> ”, aerodinâmica, meteorologia, engenharia de materiais.	- RH; - <i>Know-How</i> ; - Infraestrutura do Instituto; - Recursos financeiros.	- COMAER; - CNPq; - AEB; - CELOG.	- Recursos próprios.	- CNPq e University of Aarhws.	
		- 24 Artigos apresentados em congressos e constantes dos anais, nas áreas de ciência e engenharia aeroespacial e de assuntos de defesa.					
		- 20 Trabalhos publicados relacionados a formação de especialistas nas áreas aeroespaciais e de defesa, tais como, monografias, teses, relatórios de pesquisa.					
	- 915 Relatórios Técnico-Científicos relacionados aos Projetos em Desenvolvimento no Instituto.						
	- Geração de Patentes e Registros.	- 02 Patentes: - Concedida – “Processo de reforços estruturais com poliamida;” - Requerida – “Sistema de dopagem por difusão de camadas semicondutoras.”		N/A			
	- Gestão de Áreas e Temas de Pesquisa.	- 10 Pesquisas em caracterização de propelentes e proteções térmicas.		AEB (projetos de veículos lançadores de satélites e suborbitais).		N/A	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						5/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento Tecnológico no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Desenvolvimento Experimental/Tecnológico.	- Sistema de Navegação e Controle para veículos remotamente pilotados (incluindo perfil de missão, pouso e decolagem automáticos).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Chapas metálicas e não metálicas;</li> <li>- Matérias primas para fabricação de peças e componentes dos motores;</li> <li>- Ferramentas de usinagem;</li> <li>- Calibração e manutenção dos equipamentos de laboratório;</li> <li>- Material de consumo, hidráulicos e pneumáticos;</li> <li>- Equipamentos e sensores de navegação e eletrônica embarcada;</li> <li>- Recursos financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-COMAER;</li> <li>-AEB;</li> <li>-IFI (SISMETRA);</li> <li>-Parque de Materiais do COMAER;</li> <li>-CNPq (projeto do motor híbrido).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ALLTECH;</li> <li>- AROTEC S.A.;</li> <li>- TecLabor Ltda;</li> <li>- LABSYNTH;</li> <li>- Produtos para laboratórios LTDA;</li> <li>- QUIMIBRAS ind. químicas S.A.;</li> <li>- SPLABOR – Comércio de produtos para laboratórios. (<i>test-dust-contaminants</i>);</li> <li>- VISOMES metrological;</li> <li>- IPT-SP;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- TGM Aeroespacial (turbinas);</li> <li>- FUNDEP;</li> <li>- FINEP;</li> <li>- IEAV;</li> <li>- INPE;</li> <li>- INMETRO;</li> <li>- CNPq;</li> <li>- DLR.</li> </ul>
		- Sistema de Propulsão para Defesa.				
		- Desenvolvimento do sistema bélico THOR II.				
		- Projeto de alvo aéreo para ensaio de mísseis.				
		- Projeto de desenvolvimento de Turbina a Gás TR5000.				
- Sistemas Inerciais para aplicação Aeroespacial (SIA).						

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento Tecnológico no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Desenvolvimento Experimental/ Tecnológico.				- CIM Automação LTDA; - Albras Materiais Industriais LTDA.	- TGM Aeroespacial (turbinas); - FUNDEP; - FINEP; - INPE; - INMETRO; - CNPq; - DLR.
		- 02 ensaios de qualificação e desenvolvimento em vibrações mecânicas dos módulos do VSIS-NAV (baia de equipamentos e saia dianteira do segundo estágio).	- Padrões de: força, pressão, vibração, microfone, tempo, frequência, elétrica.			
		- Desenvolvimento de procedimentos para calibração de novos equipamentos e ensaios hidrostáticos para vasos de pressão.	- Dispositivos de ensaios hidrostáticos; - Recursos financeiros.	- COMAER; - AEB; - IFI (SISMETRA);	- INMETRO; - INPE; - IFI.	
		- Montagem de bancada e realização de teste preliminar para determinação de valor de isolamento de subsistemas utilizados em veículos espaciais e foguetes de sondagem.	- RH; - <i>Know-How</i> ; - Facilidades Laboratoriais; - Componentes eletrônicos; - Recursos financeiros.	- Parque de Materiais do COMAER; - CNPq (projeto do motor híbrido).	- NEWARK; - DIGI-HEY.	
		- Desenvolvimento e realização de experimento “Chave Eletrônica Acelerométrica”, voo Carga Útil EPL-ME.				
		- Ensaio de queima motor propelente híbrido (inclui o desenvolvimento de todas as etapas: planejamento, procedimentos, realização, coleta de dados, e análise).	- Oxigênio gasoso; - Propelente sólido, borracha EPDM, inserto grafite; - Recursos financeiros.		- Juruna Gases; - Labsynth; - IBG Gases Industriais.	
		- Ensaio de motor teste queima cigarro propelente sólido para desenvolvimento de inserto de C/SiC para o VLM.				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						7/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento Tecnológico no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Desenvolvimento Experimental/ Tecnológico.	- Ensaio de gerador de gás do motor L75.	- Etanol e Oxigênio líquido; - Recursos financeiros.	- COMAER; - AEB.	- Juruna Gases; - Labsynth; -IBG Gases Industriais.	- TGM Aeroespacial (turbinas); - FUNDEP; - FINEP; - INPE; - INMETRO; - CNPq; - DLR.
		- Desenvolvimento de <i>software</i> na plataforma <i>LabView</i> para comando do sinal de ignição e controle e monitoração de DMS.	N/A		N/A	
		- Participação na forma de assessoria técnica em Projetos fora do âmbito do IAE, tais como: - Discussão para o desenvolvimento e confecção dos RTLI (Requisitos Técnicos-Logísticos-Industriais) do Sistema VANT UNASUL (VANT Categoria 3) de iniciativa do conselho de Defesa Sul-Americano; - Desenvolvimento do RTLI da aeronave PSARPMD (VANT de Reconhecimento e Vigilância) em conjunto com a COPAC, Marinha e Exército; - Participação no Projeto KC-390 da EMBRAER (auxiliando na elaboração dos Requisitos Técnicos, assessoria técnica na condução do contrato e apoio à certificação em áreas específicas).	- Recursos próprios IAE; - Recursos financeiros.		N/A	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE							8/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Desenvolvimento Tecnológico no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Desenvolvimento Experimental/ Tecnológico.	- Especificação do software do Sistema de Linha de Fogo.	- Componentes e equipamentos eletrônicos; - Recursos financeiros.	- COMAER; - AEB.	- ORBITAL ENGENHARIA; - GORE; - SOURIAU; - AMPHENOL.	- TGM Aeroespacial (turbinas); - FUNDEP; - FINEP; - INPE; - INMETRO; - CNPq; - DLR.	
		- Especificação dos requisitos do software do sistema de controle do DM1 do motor L75.					
		- Integração e testes eletroeletrônicos no veículo e carga útil – VS-30/EPL-ME.					
		- Desenvolvimento do Circuito de Comutação e Atuação (CCA).	- Componentes eletrônicos e mecânicos; - Recursos financeiros		- TEXAS; - MELEXIS; - ATMEL.		
		- Desenvolvimento da Rede Elétrica de Telemedidas embarcada do foguete de sondagem a propulsão sólida/liquida (VS-30- EPL-ME). Condicionamento, Aquisição e Processamento de dados para Tiro em Banco do Motor EPL-05 e do Motor S30.	- Transdutores, multiplexadores e condicionadores de sinais, codificador PCM; - Recursos financeiros.		- Orbital Engenharia; - L-3 <i>Instrument</i> ; - B&K.; - Endevco; - Omegadyne.		
		- Desenvolvimento de um Protótipo de um EGSE para Monitoramento dos Comandos Gerados por um Computador de Bordo e da interface para dados no protocolo MIL-STD-1553B.	- Cabos umbilicais; - Componentes eletrônicos; - Fontes de tensão DC; - Sistema cRIO; - Recursos financeiros.		- Poliron; - Agilent.		
		- Desenvolvimento do circuito de Comando e Atuação para o VSB-30.					

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						9/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento Tecnológico no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Desenvolvimento Experimental/Tecnológico.	- Concepção e execução do Sistema de aquisição de dados para experimentos da Plataforma Suborbital de Microgravidade.	- Cabos umbilicais; - Componentes eletrônicos; - Fontes de tensão DC;			- Poliron; - Agilent.
		- Projeto do Banco de Controle VS30-EPL.	- Sistema cRIO; - Recursos financeiros.			
		- Projeto da Caixa de testes de pirotécnicos do VSISNAV.	- Recursos próprios (material já disponível no Instituto); - Recursos financeiros.			
		- Desenvolvimento do Ignitor do motor L75.				
		- Dispositivo Mecânico de Segurança-DMS-T para o VS-40.				
		- Fabricação de um foguete de sondagem lançado na operação Raposa (2 estágios, motores S30 e L05).				
		- Carregamento de MOTORES FOGUETE: S30 = 02 para o VSB-30; S43 = 01 para o VSISNAV; S44 = 01 para o VSISNAV.				
						- TGM Aeroespacial (turbinas); - FUNDEP; - FINEP; - INPE; - INMETRO; - CNPq; - DLR.

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						10/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento Tecnológico no Campo Aeroespacial e de Defesa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerenciamento de projetos;</li> <li>- Administração da carteira de projetos;</li> <li>- Seleção e priorização de projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política Espacial (26) – objetivando o desenvolvimento e lançamento de foguetes suborbitais e veículos lançadores de satélite, bem como as tecnologias específicas associadas aos veículos espaciais;</li> <li>- Política Nacional de Defesa (2) – voltados ao desenvolvimento de projetos de sistemas bélicos e associados. Apoio a outros projetos gerenciados pela COPAC (mísseis);</li> <li>- Apoiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (7) – projetos financiados pela FINEP nas áreas de sistemas inerciais, VANT, compósitos de carbono, materiais de alta resistência, tubeias de motor foguete, ligas de titânio, sistema de propulsão;</li> <li>- Convênios e outros financiadores (18) – projetos relacionados a editais do CNPq e FAPESP, visando tecnologias avançadas de materiais de aplicação aeroespacial (consolidação direta de hidreto de titânio), equipamentos embarcados (controle de VANT, GPS de alto desempenho), projetos de cooperação com o MIT e ITA, aerodinâmica, verificação e validação de software, entre outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- RH;</li> <li>- <i>Know-How</i>;</li> <li>- Recursos financeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AEB;</li> <li>- COMAER;</li> <li>- FINEP;</li> <li>- MCTI.</li> </ul>	N/A	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AEB;</li> <li>- FINEP;</li> <li>- FAPESP;</li> <li>- CAPES;</li> <li>- CNPq;</li> <li>- FUNCATE;</li> <li>- FUNDEP;</li> <li>- FCMF;</li> <li>- INPE.</li> </ul>

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						11/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .	- Cursos de Pós-Graduação ministrados em Instituições parceiras nas áreas de Química, Materiais de aplicação espacial, e Mecânica em Engenharia e Tecnologias Espaciais: - 05 cursos no ITA; - 02 cursos no INPE; - 04 cursos na UNIFESP; - 02 cursos na UNICAMP. - Orientações no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Espaciais (PG-CTE).	- Recursos próprios e facilidades das Instituições parceiras; - RH; - <i>Know-How</i> . - Recursos financeiros.	- ITA; - INPE; - UNIFESP; - UNICAMP.		- INPE; - UNIFESP; - UNICAMP.
	- Cursos de Qualificação Técnica; - Capacitação Tecnológica.	- Estágio para programa de doutorado em propulsão líquida no MAI.	- RH - Recursos financeiros	- IAE.		-MAI ( <i>Moscow Aviation Institute</i> ).
		- Programa de Pós Graduação em Ciências e Tecnologias Espaciais.	- Facilidades da Instituição; - Recursos financeiros			
	- Cursos de Curta-Duração.	-Básico de Fundamentos de Gerenciamento de Projetos.	- RH; - <i>Know-How</i> ;	- IAE.	N/A	N/A
		- Curso de formação de engenheiros em “Fator Material” oferecido pelo CENIPA e realizado no IAE.	- Facilidades próprias - Recursos financeiros	- COMAER; - MD.	- Recursos próprios	
		- Gestão por Competências		- IAE.	- MENES.CHA Consultoria e Treinamento.	



## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						12/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa	Participação em Eventos Científicos/ Técnicos.	- Participação em 20 eventos técnico-científicos (nacionais e internacionais), nas áreas de tecnologia aeroespacial e de defesa.	N/A	- IAE; - AEB; - MD; - COMAER; - INPE; - MIT;	N/A	- CNPq; - FAPESP; - CAPES; - FUNCATE; - AEB; - FINEP; - INPE; - MIT.
		- Realização do 8º Seminário de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Veículos Espaciais e Tecnologias Associadas - 8º SePP&D.				
		- Realização do 10º Encontro de Iniciação Científica – 10º ENIC.				
		- 16 participações em eventos relacionados à segurança de voo.				
				- CENIPA; - SERIPAS; - MARINHA; - EXÉRCITO; - PAMA.		

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						13/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Ensaios Laboratoriais.	- Ensaios em Túnel de Vento (ensaios aerodinâmicos de foguetes, aeronaves, armamento, automóveis, antenas, etc). Total de 09 campanhas de ensaio de prestação de serviço e ensaios para pesquisa.	- PSP e TSP (tintas especiais para visualização); - Schilling; - transdutores especiais; - estruturas metálicas para adaptação dos corpos de prova às balanças; - Energia Elétrica - RH e <i>Know-How</i> ; - Recursos financeiros	- EMBRAER; - Ind. Automotivística-auto-peças; - KAÍRÓS; TRADING LTDA - FAMAVAL LTDA; - TELESYSTEM LTDA; - CLASSIC BR COM LTDA; - METALURGIA W3 SAT LTDA; - GENERAL M. DO BRASIL S/A.	- Taigo Eletro; - Loja do mecânico; - Lexel; - Ragon; - Fornecedores especializados.	- CNPq; - CAPES; - FINEP.
		- Ensaios de impacto de pássaros e resistência de para-brisas. Total de 03 campanhas de ensaio de prestação de serviço.	- Recursos e Facilidades próprios; - Resina para cartucho do canhão; - estruturas metálicas; - material para instalação dos CDPs; - Manutenção dos equipamentos; - Recursos financeiros	- FANAVID LTDA; - EMBRAER.	-Recursos próprios; - Fornecedores diversos de peças metálicas.	N/A

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						14/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais.	- Ensaios Mecânicos Diversos (produtos químicos, vibração, choques mecânicos, tração, filtros, etc). Total de 07 campanhas de ensaio de prestação de serviço.	- Material de consumo (óleos, filtros, energia elétrica, adaptações estruturais); - Poeiras contaminantes, DEHS; - Serviços de manutenção e calibração dos equipamentos de laboratório; - Reagentes; - Recursos financeiros.	- ALLTEC LTDA; - MECTRON; - ROBERT BOSCH LTDA; - HAGA-TEC LTDA; - RIMA S/A; - SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A; - MSB INDÚSTRIA; - PETROBRAS; - TECFIL.	- AROTEC SA; - TecLabor LTDA; - VISOMES Metrológica; - Support Nort Soluções Industriais; - Venox Aços Inoxidáveis; - Aços Globo LTDA; - Hana Sistemas; - Metroval Controle de fluidos; - Jaguar Sensores.	N/A
		- Ensaios de Motores a pistão.	- Indústrias especializadas (motores e componentes); - Recursos financeiros.	- Material de consumo para testes (combustíveis e lubrificantes); - Serviços de manutenção e calibração dos equipamentos de laboratório; - Facilidades da APA.	- Fornecedores específicos para cada tipo de ensaio.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						15/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais.	- Ensaios de Sistemas Aeronáuticos – ASA (ensaios estruturais, LTP, compatibilidade eletro-magnética, SISMETRA – células de carga).	- RH; - Facilidades próprias; - Matéria prima específica para ensaios; - Serviços de manutenção e calibração de equipamentos; - Nitrogênio (gás); - Combustível, óleos, fluido hidráulico, adesivos (colas); - Sensores e conectores; - Material para END; - Recursos financeiros.	- EMBRAER; - COMAER; - MD; - Indústrias da BID.	- GERDAU; - NIKKEYPAR; - MOBIL; - CASA DO IMPERMEABILIZANTE; - AROTEC; - JUREMAR; - JB TINTAS; - PROTESOLDA; - CROSSBOW; - AMPHENOL; - RF COM; - AGILENT; - FREE FLIGHT; - NOVATEL; - SPECTRA; - MDL.	- FINEP; - FUNDEP; - FCMF; - CAPES.

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						16/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais.	- Ensaios diversos para pesquisa e serviços na área de Materiais de Aplicações Aeroespaciais e de Defesa.	- Gases (nitrogênio, argônio, hidrogênio, hélio, acetileno, gás verde, entre os mais usados); - Nitrogênio líquido; - Reagentes químicos (ácidos em geral, álcool, acetona, reagentes orgânicos, entre outros); - Materiais metálicos (titânio, alumínio, Tântalo, zircônio, nióbio, - Recursos financeiros.	- COMAER; - MD; - AEB; - CNPq; - CENIPA; - EMBRAER.	- AGA; - White Martins; - Air Liquid; - Alquilabor; - Mogi glass; - Alcoa; - CBMM; - Vilares; - CSK (Alemanha); - Brasken; - Hexcel; - Texiglass; - Torayca; - Toso (Japão); - Alcoa.	- AEB; - CNPq; - FINEP; - FAPESP; - CAPES; - FUNDEP; - FUNCATE.

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						17/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais	- Laboratórios diversos para pesquisa e serviços na área de Materiais de Aplicações Aeroespaciais e de Defesa.	molibdênio, aços carbono e aço inox, ligas especiais como inconel e outras para altas temperaturas); - Resinas termorrígidas e termoplásticas, adesivos; - Fibras de carbono, kevlar e fibras de vidro; - Materiais para metalografia (discos de corte para cerâmicas e para metais), pastas de diamantes, discos e lixas de carbetos e de diamantes; - Materiais cerâmicos (carbetos de silício, de titânio e de boro, alumina, zircônia, sílica, mulita, materiais cerâmicos naturais como argila, caulim, feldspato, quartzo, talco, zirconita), - Recursos financeiros.	- COMAER; - MD; - AEB; - CNPq; - CENIPA; - EMBRAER.	- AGA; - White Martins; - Air Liquido; - Alquilabor; - Mogi glass; - Alcoa; - CBMM; - Vilares; - CSK (Alemanha); - Brasken; - Hexcel; - Texiglass; - Torayca; - Toso (Japão); - Alcoa.	-AEB; -CNPq; -FINEP; -FAPESP; -CAPES; -FUNDEP; -FUNCATE.

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						18/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais.	- Investigações do CENIPA – Realizados 42 Laudos de acidentes de aeronaves relacionadas ao Fator Material.	- Desencarcerador eletro-hidráulico; - Pontas adaptadoras ópticas; - Produtos químicos como isoctano, éter, etc ...; - Viscosímetro; - Serviços de manutenção e calibração dos equipamentos laboratoriais; - Outros materiais específicos da investigação, - Recursos financeiros.	- CENIPA.	- AGA; - White Martins; - Air Liquid; - Alquilabor; - Mogi glass; - Alcoa; - CBMM; - Vilares; - CSK (Alemanha); - Brasken; - Hexcel; - Texiglass; - Torayca; - Toso (Japão); - Alcoa.	N/A
		- 27 Ensaios ambientais e dinâmicos em sistemas espaciais.	- Recursos próprios, - Recursos financeiros.	- AEB; - CLA; - CLBI; - COMAER (Parques de Material).	N/A	INPE.
		- 495 Calibrações.				
		- 28 Medições de propriedades de massa.				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						19/21	
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais.	- 2 Ensaios de funcionalidade Proj L75; 2 Ensaios de funcionalidade Proj L5; 29 Ensaios de controle de produtos e de desenvolvimento do Proj VSB-30; 11 Relatórios de Ensaios de controle de produtos e de desenvolvimento do Proj VS-40; 11 Relatórios de Ensaios de controle de produtos e de desenvolvimento do Proj veículos lançadores.	- Recursos próprios; - turbo bomba; - Câmara de combustão e gerador de gás; - Sistema de Ignição - Recursos financeiros.	- AEB; - CNPq.	- Orbital Engenharia; - TGM Turbinas; - Globo Usinagem; - RJC Defesa e Aeroespacial LTDA.	- AEB; - CNPq; - CAPES; - FINEP; - FUNCATE; - FUNDEP; - DLR.	
		-Ensaio de sistemas eletrônicos embarcados em carga útil EPL-ME.	-Infraestrutura Laboratorial do IAE, - Recursos financeiros.		N/A	- AEB - FUNDEP - FUNCATE - FINEP.	
		- Ensaio de recebimento de cablagem do VS-40M V03/ SARA.					
		- Ensaios Ambientais de Equipamentos Eletroeletrônicos.	- Equipamentos eletroeletrônicos de medição e aquisição de dados; - Itens mecânicos; - Gás para câmaras térmicas; - Termohigrômetro; - Recursos financeiros.	- AEB.	- Agilent; - Keysight; - Weiss; - HBM.	-FUNDEP; - INPE.	
		- Ensaios Equipamentos de Rádio Frequência.	- Equipamentos eletroeletrônicos de medição e aquisição de dados; - Itens mecânicos, Recursos financeiros.		Agilent; -Rohde & Schwarz.		



## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE						20/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Ensaios Laboratoriais.	- Calibração de sensores de temperatura (termopares, PT100 e termistores).	- Sistema de aquisição de dados; - Padrões de temperatura;	- AEB; - IPEV; - COMAER.	- Agilent; - HBM; - Fluke; - Weiss.	N/A
		- Calibração de Estação Anemométrica.	- Fonte geradora de calor;			
		- Calibração de Bulbos Resistivos para Aviação.	- Padrões de pressão, - Recursos financeiros.			
		- Ensaios de Desenvolvimento e Aceitação da Rede Elétrica de Telemidas do EPL-ME.	- Transmissores RF; - Codificadores PCM;	- AEB.	- B&K; - Endevco; - Omegadyne; - L-3 Instrumentation; - Highfairr.; - Orbital Engenharia.	
	- Ensaios de Desenvolvimento e Aceitação da Rede Elétrica de Telemidas para Ensaio de Tiro em Banco do Motor S30.	- Transdutores; - Divisores de potência; - Antenas, - Recursos financeiros.				
	- Operações de Lançamento.	- Operação Raposa – VS30/carga útil EPL-ME.	- Material da Operação, - Recursos financeiros.	- IAE; - COMAER; - AEB; - CNPq.	- Orbital Engenharia.	N/A
	- Rastreo de Engenheiros Aeroespaciais.	- Operação Raposa (VS30-EPL-ME).	- Estação Móvel de Telemetria, - Recursos financeiros.	- Grupo de Medições do IAE.	- Scientific Atlanta; - L-3 Instrumentation; - Cortex.	N/A
- Foguete de Treinamento – FTI.						

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.4 – Macroprocessos Finalísticos – IAE							21/21
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa	- Coleta e Processamento de Dados de Cargas Úteis.	- Processamento em tempo real e pós-processamento de dados da carga útil Operação Raposa (VS30-EPL-ME). - Processamento em tempo real e pós-processamento de dados da Operação Acapu (Motor S30).	- Dados coletados durante os lançamentos, - Recursos financeiros.	- Grupo de Medições do IAE.	- Orbital Engenharia.		
	- Meteorologia.	- 4 Projetos de pesquisa na área de Meteorologia Aeroespacial.	- Dados meteorológicos coletados e analisados, - Recursos financeiros.	- AEB; - CLA; - CLBI; - DCTA.	- CLA; - CLBI; - IAE.	- CNPq; - FAPESP; - CAPES.	
	- Instrumentação de Veículos Aeroespaciais.	- Instrumentação completa do veículo para o lançamento na Operação Raposa.	- Pacote completo para coleta de dados de desempenho dos motores e trajetografia do veículo, - Recursos financeiros.	- AEB; - CNPq; - COMAER.	- Orbital Engenharia; - Recursos Próprios.	- AEB; - CNPq.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.5 – Macroprocessos Finalísticos – ITA						1/1
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Publicações Científicas.	- Pesquisas e Publicações científicas realizadas por alunos de doutorado e mestrado.	- Corpo Docente; - Corpo Discente; - Coordenadores de Áreas; - Recursos Orçamentários Recebidos; - Infraestrutura de apoio à pesquisa, - Recursos financeiros.	- Ministério da Defesa.	N/A	- FAPESP; - CAPES; - CNPQ; - FINEP; - FCMF; - MEC.
	- Gerenciamento de Projetos.	- Gerenciamento de Projetos em conjunto com Fundações.	N/A			- FAPESP; - FINEP; - FCMF.
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Cursos de Graduação.	- Formação de 107 alunos de Graduação.	- Corpo Docente; - Corpo Discente; - Coordenadores de Áreas; - Recursos Orçamentários Recebidos;	- COMAER.		
	- Cursos de Pós-Graduação <i>Strito-Sensu</i> .	- Formação de 118 alunos de Mestrado acadêmico;	- Recursos Orçamentários Recebidos;			
		- Formação de 88 alunos de Mestrado profissional;	- Infraestrutura de Ensino e Pesquisa, - Recursos financeiros.			
		- Formação de 44 alunos de doutorado.				

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.6 – Macroprocessos Finalísticos – IEAV						1/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Básica.	- INCT em Nano-Dispositivos Semicondutores – DISSE.	RH, laboratórios, recursos computacionais (hardware, software, segurança de rede, etc.), recursos de comunicação (telefonia, Internet), energia elétrica, materiais consumidos em experimentos (nitrogênio líquido, p. ex.), - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Produtores de hardware, software, nitrogênio líquido, etc; - Concessionária de distribuição de energia elétrica e de serviços de telefonia; - Provedor de internet.	- FAPESP; - FINEP; - CNPq; - CAPES; - AEB.
		- Funcionalização de Nanofilmes de Carbono por Enxertia Induzida via Radiação Ionizante.				
		- Modelamento das propriedades ópticas de nanofios de InAs com falhas de empilhamento.				
		- Desenvolvimento de um modelo numérico do ciclo Brayton.				
	- Pesquisa Aplicada.	- Desenvolvimento do modelo numérico de termosifão.	- Recursos humanos especializados; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.		- Produtores de hardware, software.	
		- Projeto do veículo hipersônico 14-X.				
		- Desenvolvimento de Dispositivos Semicondutores para Aplicações Aeroespaciais.				
		- Desenvolvimento de Ferritas de Cobalto para Aplicações no Encapsulamento de Sensores.				
- Fotônica para Comunicações Ópticas.						

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.6 – Macroprocessos Finalísticos – IEAV							2/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Aplicada	- <i>Radiation Processing of Nanocomposites for Enhancing Their Functionality and Utility in Health Care and Industry.</i>	- Recursos humanos especializados; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Produtores de <i>hardware</i> , <i>software</i> .	- FAPESP; - FINEP; - CNPq; - CAPES; - AEB.	
		- Desenvolvimento de acelerômetros optomecânicos, empregando grades de Bragg.					
		- Projeto e aplicação de fibras ópticas microestruturadas como material estratégico para sensores avançados e telecomunicações.					
- Implementação de uma técnica de identificação de mudanças no solo com uso de Redes Neurais Artificiais.							
- Construção dos primeiros módulos que serão utilizados em simulação de experimento de espectroscopia alfa e gama utilizando o programa LabVIEW.							
		- Conclusão da primeira análise termo-hidráulica do núcleo do micro reator do projeto TERRA.					
	- Publicações Científicas.	- 76 Publicações Nacionais; - 15 Publicações Internacionais; - 22 Publicações Internas.	- RH, laboratórios, recursos computacionais, recursos de TI, - Recursos financeiros.	- COMAER; - Comunidade Científica.		N/A	
	- Publicações Técnicas.	- 4 Publicações Científicas Nacionais.	- Recursos humanos especializados, - Recursos financeiros.	- Comunidade científica.	N/A		

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.6 – Macroprocessos Finalísticos – IEAV						3/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
	- Geração de Patentes e Registros.	- 5 Registros de <i>software</i> (SHOCKEQ, VIPDecisions e Plataforma AER); - 2 propostas de patente (Fotônica e Óptica).	- Recursos humanos especializados, - Recursos financeiros.	- COMAER.	N/A	N/A
Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Desenvolvimento Experimental.	- Projeto e caracterização de um canhão de elétrons baseado em um pseudospark.	- Recursos humanos especializados; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Produtores de <i>hardware</i> , <i>software</i> e fornecedores de matéria prima.	- FAPESP; - FINEP; - CNPq; - CAPES; - AEB.
		- Desenvolvimento de Plataformas para Testes de Efeitos da Radiação Ionizante.				
		- Término da construção do ciclo de Rankine para efetuar o ensaio da turbina passiva multi-fluido.				
		- Realização de testes e ensaios de configurações do pistão de potência da máquina Stirling.				
		- Realização da montagem e de testes iniciais de um interferômetro no infravermelho.				
	- Desenvolvimento Tecnológico.	- Demonstrador de acelerômetro angular a fibra óptica.				
		- Projeto acelerômetro de Alto Desempenho (MEMS).				
		- Entrega da 8ª Construção do PMA II ao COMGAR.				
		- Manutenção e atualização da Plataforma AE-ROGRAF.				
		- Definição dos requisitos da versão 3.0 do PDA.				
	- Fabricação de placa de circuito impresso que incorpora um termistor que lê e grava a temperatura através de um programa LabVIEW.					

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.6 – Macroprocessos Finalísticos – IEAV						4/5		
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos		
Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Gerenciamento de Projetos.	- 5 Novos equipamentos adquiridos para os projetos de pesquisa.	- Recursos humanos especializados; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Produtores de <i>hardware e software</i> .	- FAPESP; - FINEP; - CNPq; - CAPES; - AEB.		
		- Obtenção de autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para operação do Laboratório de Radiação Ionizante (LRI).						
		- 4 projetos financiados pelo COMAER.						
		- 29 projetos com financiamento extra COMAER.						
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Cursos de Pós-Graduação <i>Strito-Sensu</i> .	- 22 Orientações de Mestrado.			- COMAER.	- COMAER.	N/A	-FUNCATE; -FUNDEP; -FCMF.
		- 6 Orientações de Doutorado.						
	- Cursos de Pós-Graduação <i>Strito-Sensu</i> .	- 3 Orientações de Especialização.					- Produtores de <i>hardware e software</i> .	
	- Cursos de Qualificação Técnica.	- 5 Cursos/Treinamentos de qualificação técnica.						
- Capacitação Tecnológica.	- Visitas técnicas a Institutos de Pesquisa e Universidades na Suíça, França e Suécia: 2 pesquisadores em Pós-Doutorado e 2 pesquisadores em Doutorado em áreas de interesse do COMAER.							

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.6 – Macroprocessos Finalísticos – IEAV						5/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Cursos de Curta Duração.	- 10 cursos ministrados.	- Recursos humanos especializados; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Produtores de <i>hardware e software</i> .	-FUNCATE; -FUNDEP; -FCMF.
	- Participação em Eventos Científicos.	- Participação em 30 eventos nacionais, 8 eventos internacionais.	N/A		N/A	
		- Organização de 3 eventos nacionais (SERFA, WAI e SCTI).	- Recursos humanos especializados; - Instalações; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.			



## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.7 – Macroprocessos Finalísticos – IFI							1/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Cursos de Qualificação Técnica.	- Introdução à Norma ABNT ISO/IEC 17025.	- Recursos humanos especializados; - Normas e procedimentos; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- Empresas; - Indústria Aeroespacial; - Órgãos da Aeronáutica, Exército e Marinha do Brasil; - Forças Auxiliares; - Órgãos Militares de países do Mercosul.	N/A	- ABENDI; - ABNT; - EMBRAER; - INPE.	
		- Avaliação de Incerteza da Medição.					
		- END por Partículas Magnéticas – Nível 2.					
		- END por Raio X – Nível 2.					
		- END por Líquido Penetrante – Nível 1.					
		- Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001.					
		- Normalização Técnica para a turma de CIDMAT/2014 no ILA.					
	- Participação em Eventos Científicos.	- Participação em 9 eventos (7 internacionais).					- Recursos humanos especializados, - Recursos financeiros.

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.7 – Macroprocessos Finalísticos – IFI							2/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Ensaios Laboratoriais.	- Ensaios eletromagnéticos de artefatos aeroespaciais de tecnologia industrial e de defesa realizados.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação; - Equipamentos laboratoriais de END, Ultrassom, Raios X e de Metrologia; - Material Laboratorial; - Instrumentos de Medição/ Calibração, - Recursos financeiros.	- Laboratórios do PNAE, SISMETRA, SISCEAB, SISMA E SISMA B; - Indústrias do Setor de Defesa e Forças Auxiliares; - Ministério da Defesa; - Empresas do Setor Aeronáutico.	- Empresas na área de Eletrônica e Metrologia.	- ABENDI; - INPE; - INMETRO.	
		- Ensaios/Calibrações de câmaras anecóica e reverberante, de caracterização de dispositivos irradiantes, de compatibilidade eletromagnética e de caracterização de materiais realizados.					
- Ensaios por Ultrassom realizados.							
- Ensaios por Líquido Penetrante realizados.							
- Ensaio por Partículas Magnéticas realizados.							
- Ensaios por Correntes Parasitas realizados.							
- Ensaios por Raio-X realizados.							
		- Calibração de Equipamentos e/ou instrumentos de Calibração e de medição realizados para a manutenção da rastreabilidade metrológica					
	- Garantia Governamental da Qualidade: Verificação da Qualidade; Certificação de Organização Fornecedora.	- O IFI verificou em 2014 a conformidade durante o processo de produção/modernização de aeronaves e demais produtos aeroespaciais, com os processos e ordens de produção, durante a vigência dos seguintes contratos do COMAER/Fornecedores: Programa A-1M - 1 (um); Programa H-XBR - 2 (dois); Programa C-95 - 5 (dois); Programa SCP-01 - 11 (onze).	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- Ministério da Defesa.	N/A	- Indústria Aeronáutica e de Defesa.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.7 – Macroprocessos Finalísticos – IFI						3/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Certificação: Certificação Voluntária de Sistema de Gestão da Qualidade; Certificação de Produto Aeroespacial.	- Auditorias para Reavaliação de SGQ na NBR ISO 9001-001 Relativas às Certificações de Produto Aeroespacial (Componentes, Modificação Tipo e Suplementar): Motor Turboeixo Arriel 2C2 – CG, helicóptero AS-365 k2 da Aviação do Exército, Helicóptero E-725AP BR BE, Xwind do A-29, Motor foguete 70mm alto desempenho FOG-70.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ;	- Ministério da Defesa; - Empresas do Setor Aeroespacial.	N/A	- Indústria Aeronáutica e de Defesa.
	- Metrologia.	- 33 Auditorias Metrológicas realizadas para a manutenção da capacitação metrológica, com base nas Normas 9-1 (Sistema de Metrologia Aeroespacial) e ABNT NBR ISO/IEC 17025 (Requerimentos gerais para Laboratórios de Ensaio e Calibração). - 7 Visitas de Assistência Técnica para apoio metrológico, para consultoria laboratorial e análise técnica com vistas à implementação da ABNT NBR ISO/IEC 17025, realizadas.	- Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- Laboratórios do PNAE, SISMETRA, SISCEAB, SISMA E SISMAB.		-INMETRO.

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.7 – Macroprocessos Finalísticos – IFI						4/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Normalização.	-Foram registradas as seguintes Normas Técnicas: ABNT NBR 8919:2014 Aeronave - Equipamento de apoio no solo – Sinalização; ABNT NBR ISO 26869:2014 Sistemas espaciais - Documento de controle da interface de pequenos veículos espaciais secundários para o veículo lançador; ABNT NBR 16289:2014 Serviços de interfaces embarcadas em veículos espaciais - Serviço de ensaio de sub-rede; ABNT NBR ISO 11892:2014 Sistemas espaciais - Documento de controle da interface entre o veículo espacial e os subsistemas/unidades.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- Empresas do Setor Aeroespacial.	N/A	- ABNT.
	- Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica ( <i>Offset</i> ).	- Assessoria na Análise e prospecção de projetos de compensação industrial, comercial e tecnológica; - Acompanhamento da execução de Acordo de Compensação e apoio na execução de projetos de Compensação Industrial e Tecnológica.	- Serviços Especializados; - Componentes; - Recursos Humanos Especializados; - Parque Industrial; - Contratos de <i>Offset</i> , - <i>Recursos financeiros</i> .	- COPAC; - DCTA/SDT; - COMGAP; - PAMASP; - MB (Marinha do Brasil); - EB (Exército Brasileiro); - MDIC; - CELOG.	- Empresas com acordo de compensação comercial, industrial e tecnológica com o Governo Brasileiro.	- AEB; - FUNDEP; - CJU; - Organizações de ensino e entidades especializadas na área aduaneira; - ILA; - GOCA; - ECCO.
	- Mobilização	- CESAER - Catálogo de Empresas do Setor Aeroespacial com 343 empresas cadastradas. 31 novas empresas analisadas em 2014.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- Empresas do Setor Aeroespacial.	N/A	N/A

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.7 – Macroprocessos Finalísticos – IFI						5/5
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Incentivo à Produção: Análise de empresas candidatas à concessão de incentivo fiscal.	- Relação de Empresas Candidatas ao benefício referente ao Convênio ICMS 75/91 atualizada. A relação contém 1.267 empresas, das quais 129 já foram analisadas.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	Empresas do Setor Aeroespacial.	N/A	- CONFAZ/MG.
	- Proteção à Propriedade Intelectual.	- Parecer técnico sobre instrumentos jurídicos de parceria em projetos conjuntos tecnológicos das ICT do COMAER emitido; - Parecer técnico sobre processos de adoção de invenção de inventor independente (pessoa física) emitido.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- ICT do COMAER; - Inventores Independentes.	N/A	
	- Registros de Marcas, Patentes e Propriedade Intelectual.	- Novos pedidos de Proteção de Criações Intelectuais (registro de programas de computador, depósitos de patentes de invenção e modelos de utilidade das ICT do COMAER) acolhidos; - Portfólio de Criações Intelectuais das ICT do COMAER compreendendo patentes de invenção ou modelo de utilidade; registro de marcas e registro de <i>software</i> mantido; - Foram gerenciados 71 (setenta e um) processos de proteção industrial.	- Recursos Humanos Especializados; - <i>Know-how</i> ; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- ICT do COMAER.		N/A
	- Transferência de Tecnologia.	- Assessoria na elaboração de minutas de contratos COMAER realizada. O IFI gerencia, atualmente, 8 (oito) Processos de Transferência de Tecnologia.			N/A	CJU-SC

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.8 – Macroprocessos Finalísticos – IPEV							1/4
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Pesquisa Aplicada.	- Projeto de Ferramentas de Processamento em Tempo Real para as Estações de Telemetria.	- Recursos Humanos especializados, - Recursos financeiros.	- COMAER.	- IPEV.	- FINEP; - FUNCATE.	
	- Publicações Científicas.	- Todas afetas ao tema Ensaio em Voo: 1 tese de doutorado, 2 teses de mestrado e 16 artigos (12 internacionais).			N/A	N/A	- FINEP; - FUNCATE.
		- 15 artigos Científicos.					
Desenvolvimento no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Gerenciamento de Projetos.	- 2 projetos com recursos financeiros de fundação de fomento à pesquisa e infraestrutura.				- FINEP.	
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Cursos de Qualificação Técnica.	CPRA - Curso de Preparação para Recebimento de Aeronaves: 6 pilotos e 5 engenheiros formados.	- Recursos Humanos especializados; - 70 horas de voo (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção), - Recursos financeiros.	- Marinha do Brasil; - PAMA-SP; - Unidades Aéreas da FAB.	- DEPENS.	- Marinha do Brasil; - EMBRAER.	
	- Formação em Ensaio em Voo.	- CEV-EI - Curso de Ensaio em Voo - Modalidade Engenheiro de Instrumentação de Ensaio.	- Recursos humanos especializados; - Laboratórios; - Tecnologia da Informação, - Recursos financeiros.	- COMAER.	N/A	- Marinha do Brasil; - Exército Brasileiro; - EMBRAER.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.8 – Macroprocessos Finalísticos – IPEV							2/4
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Formação em Ensaios em Voo.	- CEV-AR - Curso de Ensaios em Voo - Modalidade Asas Rotativas.	- Recursos Humanos especializados; - 130 horas de voo no H-60- Black-Hawk (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção), - Recursos financeiros.	- COMAER; - Exército Brasileiro.	- Sistema de Material Aeronáutico; - Empresas fornecedoras de combustível de aviação.	- Exército Brasileiro; - EMBRAER.	
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Participação em Eventos Científicos.	-10 participações em eventos (8 internacionais) nas áreas de engenharia, telemetria, segurança de voo e ensaios em voo.	- Recursos humanos especializados, - Recursos financeiros.		N/A	- FUNCATE.	
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Ensaios em voo.	- Campanha de Ensaios Lança 2014 (Fase I).	- Recursos Humanos especializados; - 9:15 Horas de voo de F-5M (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção), - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Sistema de Material Aeronáutico; - Empresas fornecedoras de combustível de aviação.	-EMBRAER.	

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.8 – Macroprocessos Finalísticos – IPEV						3/4
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Ensaios em voo.	- Campanha de Ensaios Lança 2014 (Fase II).	- Recursos Humanos especializados; - 25:15 Horas de voo de F-5M (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção), - Recursos financeiros.	- COMAER.	- Sistema de Material Aeronáutico; - Empresas fornecedoras de combustível de aviação.	-EMBRAER.
		- Campanha de Ensaios Lança 2014 (Fase II + 2).	- Recursos Humanos especializados; - 1:00 Hora de voo de F-5M (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção), - Recursos financeiros.			
		- Campanha AVAOP H-36.	- Recursos Humanos especializados; - 24:30 Horas de voo de H-36 (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção) - Recursos financeiros.			-EURO-COPTER; -HELIBRÁS.
		- Campanha <i>Trim Runaway</i> A-29.	- Recursos Humanos especializados; - 4:05 Horas de voo de A-29 (Combustível, lubrificantes, suprimento e manutenção) - Recursos financeiros.			-EMBRAER.



## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.8 – Macroprocessos Finalísticos – IPEV						4/4
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos
Serviços Técnicos Especializados no Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Instrumentação de Veículos Aeroespaciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumentação de aeronave F-5, para campanha de ensaios Lança 2014 (Fase I).</li> <li>- Instrumentação de aeronave F-5, para campanha de ensaios Lança 2014 (Fase II).</li> <li>- Instrumentação de duas aeronaves A-29, para CEV-AF 2015.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos Humanos especializados;</li> <li>- Cablagem de instrumentação;</li> <li>- Módulos de aquisição de dados;</li> <li>- Conectores;</li> <li>- Fitas adesivas;</li> <li>- Abraçadeiras plásticas</li> <li>- Recursos financeiros.</li> </ul>	- COMAER.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Thermax;</li> <li>- CDT;</li> <li>- Acra Control;</li> <li>- Amphenol;</li> <li>- 3M;</li> <li>- Hellerman.</li> </ul>	N/A
	- Telemetria.	- 46 Processamentos de dados de ensaios em voo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos Humanos Especializados;</li> <li>- <i>Know-how</i>;</li> <li>- Tecnologia da Informação,</li> <li>- Recursos financeiros.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- ViaSat;</li> <li>- L-3 Commun.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- FINEP;</li> <li>- FUNCATE.</li> </ul>

## Continuação do Anexo A

Quadro A.1.3.9 – Macroprocessos Finalísticos – CPORAER-SJ							1/1
Macroprocessos	Processos	Produtos e Serviços	Insumos	Principais Clientes	Fornecedores	Parceiros Externos	
Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial e de Defesa.	- Formação Militar.	- Declaração de 166 Aspirantes a Oficial de Infantaria da Reserva de 2ª classe.	- Corpo Docente; - Corpo Discente; - Infraestrutura de apoio ao ensino, - Recursos financeiros.	- COMAER.	N/A	N/A	
		- Nomeação de 21 Tenentes do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa.					
		- Declaração de 34 Aspirantes a Oficial do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON).					
		- Formação de 56 Sargentos do Quadro de Sargentos Convocados (QSCON).					

**ANEXO B – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

<b>Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</b>						<b>1/3</b>
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>					
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					<b>X</b>	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				<b>X</b>		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				<b>X</b>		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				<b>X</b>		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				<b>X</b>		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				<b>X</b>		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				<b>X</b>		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				<b>X</b>		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				<b>X</b>		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					<b>X</b>	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				<b>X</b>		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				<b>X</b>		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				<b>X</b>		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				<b>X</b>		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				<b>X</b>		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					<b>X</b>	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					<b>X</b>	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					<b>X</b>	
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				<b>X</b>		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				<b>X</b>		

## Continuação do Anexo B

<b>Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</b>						2/3
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>					
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X		
<p><b>Análise crítica e comentários relevantes:</b> O resultado foi obtido por meio de levantamento realizado juntos aos Controles Internos das OM subordinadas ao DCTA e obtendo-se a média para cada item observado. Verificou-se, de forma bastante satisfatória, o entendimento, pela Alta Administração, da importância dessa atividade para a consecução dos resultados planejados pela UJ, considerando a verificação, avaliação e certificação dos atos e fatos executados pela Administração, de acordo com os princípios constitucionais basilares que norteiam a Administração Pública.</p> <p>Além das atividades intrínsecas dos Controles Internos, o DCTA realiza anualmente Inspeções em suas Organizações Militares Subordinadas, o que contribui consideravelmente para a melhoria do desempenho das atividades como um todo, uma vez que os processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade são identificados e mais bem estruturados. Também, de grande valia, são as Auditorias realizadas pelo CENCIAR nas OMS do DCTA, sendo que em 2014 foram auditadas as seguintes OMS: GIA-SJ, CO-DCTA, CLA e CLBI.</p> <p>Outro importante instrumento utilizado na Avaliação dos Riscos é o Conselho de Direção (CONDIR), órgão componente da estrutura de governança da Instituição, que tem por finalidade prover mecanismos que permitam ao Diretor-Geral desta UJ avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão no âmbito do DCTA e das suas OMS.</p> <p>Os pontos críticos e, em aprimoramento, são a efetiva comunicação interna da UJ e o adequado tratamento dos riscos técnicos, de gestão, etc.</p>						

## Continuação do Anexo B

**Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ****3/3****Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

## ANEXO C - Indicadores do Desempenho Operacional do DCTA

Quadro 4.4.1 – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)		1/3
Denominação	Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica SCTC	
Índice de Referência <sup>(*1)</sup>	Valor/Resultado da medição 77,68% - Nível 2 Estado de Alerta (EA)	
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 Estado de Normalidade (EN) ou 2 Estado de Alerta (EA), preferencialmente no Nível 1 Estado de Normalidade (EN)	
Índice Observado <sup>(*2)</sup>	Valor/Resultado da medição 78,02% - Nível 2 Estado de Alerta (EA)	
Periodicidade	Anual	
Fórmula de Cálculo	<p><math>SCTC = (LPC + LPM + CFT) / 3</math></p> <p><b>Porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC)</b> = (Lotação Existente de Pessoal Civil <math>LEPC \times 100</math>) / Lotação Autorizada de Pessoal Civil <math>LAPC</math>.</p> <p><b>Porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM)</b> = (Lotação Existente de Pessoal Militar <math>LEPM \times 100</math>) / Lotação Autorizada de Pessoal Militar <math>LAPM</math>.</p> <p><b>Composição da Força de Trabalho (CFT)</b> = <math>100 - (\text{Quantitativo de Colaboradores } QC \times 100) / \text{Efetivo Existente } EE</math> (militar + civil).</p> <p><math>EE = LEPC + LEPM</math></p> <p><math>SCTC = (LPC + LPM + CFT) / 3 = (58,66 + 88,82 + 86,59) / 3 = 234,07 / 3 = 78,02\%</math></p>	

## Continuação do Anexo C

<b>Quadro 4.4.1 – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC) 2/3</b>	
<b>Denominação</b>	<b>Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica SCTC</b>
<b>Objetivo da Mensuração</b>	<p><b>Obter uma indicação de como se encontra a capacidade do DCTA, não só em quantidade, mas também em qualidade, para preservar e ampliar as competências técnico-científicas adquiridas.</b></p> <p>Propõe-se a responder as seguintes questões:</p> <p><b>- Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)</b> O DCTA está gerenciando adequadamente de forma a sustentar a Competência Técnico-Científica desenvolvida?</p> <p><b>- Indicador de porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC)</b> Existe quantitativo de pessoal civil suficiente?</p> <p><b>- Indicador de porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM)</b> Existe quantitativo de pessoal militar suficiente?</p> <p><b>- Indicador de Composição da Força de Trabalho (CFT)</b> Os detentores da competência técnico-científica desenvolvida fazem parte do quadro de pessoal efetivo?</p>
<b>Identificação das Variáveis</b>	<p><b><u>Referenciais comparativos para o SCTC</u></b></p> <p><b>Indicadores Direcionadores LPC, LPM e CFT:</b></p> <p>Acima de 80,00%: Nível 1 Estado de Normalidade (EN) De 65,01% até 80,00%: Nível 2 Estado de Alerta (EA) De 65,00% e inferior: Nível 3 Estado Crítico (EC)</p> <p><b>Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC):</b></p> <p>Acima de 80,00%: Nível 1 Estado de Normalidade (EN) De 75,00% a 80,00%: Nível 2 Estado de Alerta (EA) De 65,00% a 74,99%: Nível 3 Estado Crítico (EC) Abaixo de 65,00%: Nível 4 Estado de Insubstituição (EI)</p>
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Lotação Existente de Pessoal Civil (LEPC), Lotação Autorizada de Pessoal Civil (LAPC), Lotação Existente de Pessoal Militar (LEPM) e Lotação Autorizada de Pessoal Militar (LAPM) foram fornecidos pela Divisão de Recursos Humanos (DRH) do DCTA; Quantitativo de Colaboradores (QC) foram fornecidos pelas Organizações da área do DCTA.

## Continuação do Anexo C

Quadro 4.4.1 – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)		3/3
Denominação	Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica SCTC	
Análise geral dos resultados observados	<p>O valor obtido para o <b>SCTC</b>, com base nos dados existentes para o ano de 2014, foi igual a 78,02%, o que indica que o DCTA está no Nível 2 - Estado de Alerta (<b>EA</b>), apesar dos esforços despendidos em 2014 no gerenciamento da Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica. Indica a necessidade de se perseverar na busca do recompletamento de pessoal a fim de que o resultado do indicador migre para o Nível 1 - Estado de Normalidade (<b>EN</b>). O resultado do ano de 2014 de 78,02% demonstra pequena melhora se comparado ao resultado do indicador do ano de 2013, quando foi obtido o valor de 77,68%.</p> <p>Os Indicadores de Lotação de Pessoal Militar (<b>LPM</b>) com 88,82% e de Composição da Força de Trabalho (<b>CFT</b>) com 86,59%, estão no Nível 1 – Estado de Normalidade (<b>EN</b>).</p> <p>O Indicador de Lotação de Pessoal Civil (<b>LPC</b>) com 58,66% está no Nível 3 - Estado Crítico (<b>EC</b>). Trata-se de uma situação preocupante se considerarmos que, segundo levantamento realizado pela Divisão de Recursos Humanos (DRH) do DCTA, existem hoje 308 servidores civis com tempo de serviço completo para aposentadoria, que optaram por permanecer na ativa, recebendo abono salarial de permanência. Outros 135 servidores completarão o tempo mínimo para a aposentadoria em 2015. Caso estes servidores decidam optar pela aposentadoria de imediato, as atividades do DCTA serão duramente penalizadas. Para evitar que tal aconteça, algumas providências vêm sendo tomadas pelos setores de RH, conforme elencado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2011 o DCTA solicitou ao MP a autorização para realizar um concurso público destinado a preencher as vagas em aberto na Instituição;</li> <li>- Em 2012 o MP autorizou um concurso para preencher 241 vagas, o que representava cerca de 17% das necessidades para o momento;</li> <li>- No período de 2012 a 2013, o DCTA conseguiu aprovação do COMAER para aumentar o seu efetivo em mais 270 militares;</li> <li>- Em 2013 o DCTA realizou o concurso público anteriormente autorizado pelo MP em 2012;</li> <li>- Em 2014 o DCTA deu provimento a 247 servidores aprovados no concurso público de 2013.</li> <li>- Ainda em 2014, o DCTA Solicitou ao MP o provimento de mais 50% dentre os aprovados no concurso público de 2013, conforme faculta a Legislação, objetivando acelerar o processo de recompletamento de pessoal.</li> </ul> <p>Em atendimento às solicitações foi autorizada em 2012, a criação de 880 novos cargos para o DCTA. Para o ano de 2015, está prevista a incorporação de mais 5 novos servidores civis, aprovados no concurso realizado em 2013 e o DCTA solicitará a realização de outro concurso público para preencher outras 608 vagas dentre as 1.515 em aberto.</p>	



## Continuação do Anexo C

<b>Quadro 4.4.2 – Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG) 1/2</b>	
<b>Denominação</b>	<b>Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado - CACIG</b>
<b>Índice de Referência</b> <sup>(*1)</sup>	Valor/Resultado da medição 84,60% - Nível 2 Estado de Alerta (EA)
<b>Índice Previsto</b>	Estar no mínimo nos Níveis 1 Estado de Normalidade (EN) ou 2 Estado de Alerta - (EA), preferencialmente no Nível 1 Estado de Normalidade (EN)
<b>Índice Observado</b> <sup>(*2)</sup>	Valor/Resultado da medição 92,00% - Nível 1 Estado de Normalidade - (EN)
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Fórmula de Cálculo</b>	<p><b>CACIG = [TIC + (2 × ATG)] / 3</b></p> <p><b>Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG)</b> = (Número de Tecnologias Aplicadas NTA × 100) / Número de Tecnologias Geradas NTG.</p> <p><b>Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico (TIC)</b> = (Número de Transmissões Internas referentes a Publicações Externas NPIPE × 100) / Número de Publicações Externas NPE.</p> <p><b>CACIG = [TIC + (2 x ATG)] / 3 = [100,00 + (2 x 88,00)] / 3 = [100,00 + 176,00] / 3 = 276,00 / 3 = 92,00%</b></p>
<b>Objetivo da Mensuração</b>	<p><b>Obter um índice de como se encontra a capacidade do DCTA de compartilhar e de se apropriar do conhecimento gerado a serviço da sociedade brasileira</b></p> <p>Propõe-se a responder as seguintes questões:</p> <p><b>- Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)</b> O DCTA está sendo capaz de se apropriar do capital intelectual gerado por seus integrantes?</p> <p><b>- Indicador de Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG)</b> As tecnologias geradas estão sendo utilizadas?</p> <p><b>- Indicador de Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico Tecnológico (TIC)</b> O conhecimento está fluindo no âmbito do DCTA? Está havendo compartilhamento ou disseminação do conhecimento gerado no âmbito do DCTA entre os seus integrantes?</p>

**Nota:**

<sup>(\*1)</sup> **Índice de Referência:** Data da medição referente ao ANO BASE 2013, em janeiro de 2014.

<sup>(\*2)</sup> **Índice Observado:** Data da medição referente ao ANO BASE 2014, em fevereiro de 2015.

## Continuação do Anexo C

<b>Quadro 4.4.2 – Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG) 2/2</b>	
<b>Denominação</b>	<b>Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado - CACIG</b>
<b>Identificação das Variáveis</b>	<p><b>Referenciais comparativos para o CACIG</b></p> <p><b>Indicadores Direcionadores ATG e TIC:</b></p> <p>Acima de 89,00%: Desejável (<b>D</b>)</p> <p>De 80,00% a 89,00%: Aceitável (<b>A</b>)</p> <p>Abaixo de 80,00%: Perda de Capital Intelectual (<b>P</b>)</p> <p><b>Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG):</b></p> <p>Acima de 89,00%: Nível 1 - Estado de Normalidade (<b>EN</b>)</p> <p>De 80,00% a 89,00%: Nível 2 - Estado de Alerta (<b>EA</b>)</p> <p>De 60,00% a 79,99%: Nível 3 - Estado Crítico (<b>EC</b>)</p> <p>Abaixo de 60,00%: Nível 4 - Estado de Insubsistência (<b>EI</b>)</p>
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Número de Tecnologias Aplicadas ( <b>NTA</b> ), Número de Tecnologias Geradas ( <b>NTG</b> ), Número de Transmissões Internas referentes a Publicações Externas ( <b>NTIPE</b> ) e Número de Publicações Externas ( <b>NPE</b> ) foram fornecidos pelas ICT do DCTA.
<b>Análise geral dos resultados observados</b>	<p>O Valor obtido para o <b>CACIG</b>, com base nos dados existentes para o ano de 2014, foi igual a 92,00% Nível 1, o que indica que o DCTA está no Estado de Normalidade (<b>EN</b>). O resultado de 2014 se comparado ao do ano de 2013, quando então o DCTA registrou o resultado de 84,60% Nível 2 Estado de Alerta (<b>EA</b>), demonstra melhora significativa. O resultado apresentado no ano de 2014 indica que o DCTA atingiu o patamar buscado que é acima de 89,00%, no entanto o desempenho poderia ser melhor não fosse a penalização imposta pelo Indicador Direcionador <b>ATG</b> cujo valor ficou em 88% - Nível Aceitável (<b>A</b>).</p> <p>Pela análise do <b>ATG</b>, verifica-se que apenas 88% das tecnologias geradas foram realmente aplicadas em 2014. As razões para o fato decorrem, dentre outros, dos seguintes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- algumas tecnologias geradas não são de aplicação imediata;</li> <li>- limitações na área de recursos humanos, conforme demonstrado pelo Indicador Estratégico da Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (<b>SCTC</b>), que se encontra em Estado de Alerta; e</li> <li>- recursos financeiros recebidos em patamar inferior ao que foi solicitado, conforme apontado pelo Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores.</li> </ul> <p>O Indicador de Transmissão Interna de Conhecimento Disponibilizado para o Complexo Científico Tecnológico (<b>TIC</b>) com 100,00% está no Nível Desejável (<b>D</b>) com resultado acima de 89,00%.</p>

## Continuação do Anexo C

<b>Quadro 4.4.3.1 – Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS) 1/2</b>	
<b>Denominação</b>	<b>Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores EAF-OS</b>
<b>Índice de Referência</b> <sup>(*1)</sup>	Valor/Resultado da medição 54,70% - Nível 3 Estado Crítico (EC)
<b>Índice Previsto</b>	Estar no mínimo nos Níveis 1 Estado de Normalidade (EN) ou 2 (Estado de Alerta EA), preferencialmente no Nível 1 Estado de Normalidade (EN)
<b>Índice Observado</b> <sup>(*2)</sup>	Valor/Resultado da medição <b>87,41%</b> Nível 1 Estado de Normalidade (EN)
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Fórmula de Cálculo</b>	<p><b>EAF-OS = (Recursos Financeiros Recebidos RFR × 100) / Recursos Financeiros Solicitados RFS.</b></p> <p><b>EAF-OS = (RFR x 100) / RFS = ( 1.494.064.118,23 x 100) / 1.709.123.540,50 = 87,41% Nível 1 – Estado Normalidade (EN)</b></p>
<b>Objetivo da Mensuração</b>	<p><b>Obter um índice que represente o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades</b></p> <p>Propõe-se a responder a seguinte questão: O DCTA está recebendo o que solicitou?</p>
<b>Identificação das Variáveis</b>	<p><b>Referenciais comparativos para o EAF-OS</b></p> <p>Acima de 80,00%: Nível 1 - Estado de Normalidade (EN) De 70,00% a 80,00%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) De 50,00% a 69,99%: Nível 3 - Estado Crítico (EC) Abaixo de 50,00%: Nível 4 - Estado de Insubstitência (EI)</p>
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Recursos Financeiros Recebidos (RFR) e Recursos Financeiros Solicitados (RFS) fornecidos pela Divisão de Controle Orçamentário DCO do DCTA, pelas Organizações da área do DCTA e, ainda, pelo PCA 11-53/2013 (Plano Setorial do DCTA para o ano de 2014), aprovado pela Portaria DCTA N° R-3/DPL, de 13 de janeiro de 2014.

**Nota:**

<sup>(\*1)</sup> **Índice de Referência:** Data da medição referente ao ANO BASE 2013, em janeiro de 2014.

<sup>(\*2)</sup> **Índice Observado:** Data da medição referente ao ANO BASE 2014, em fevereiro de 2015.

## Continuação do Anexo C

<b>Quadro 4.4.3.1 – Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS) 2/2</b>	
<b>Denominação</b>	<b>Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores EAF-OS</b>
<b>Análise geral dos resultados observados</b>	<p>O Valor obtido para o EAF-OS, com base nos dados existentes para o ano de 2014, foi igual a <b>87,41%</b> Nível 1 – Estado Normalidade (<b>EN</b>), o que demonstra melhora se comparado ao resultado do indicador do ano de 2013, quando então foi medido o valor de 54,70%, e que indicava que o DCTA estava em 2013 no Nível 3 – Estado Crítico (<b>EC</b>) no que concerne ao Aporte Financeiro Recebido - Órgãos Superiores.</p> <p>É importante observar que o índice de 87,41% foi obtido considerando um replanejamento a partir do PLOA. Se fosse utilizado o planejamento original, constante da Proposta Orçamentária para o Exercício de 2014, os Recursos Financeiros Solicitados seriam significativamente maiores, impactando negativamente o resultado do Indicador. Portanto, o que realmente foi medido refere-se ao percentual de atendimento em relação aos recursos previstos no PLOA para o ano de 2014. Ainda assim, o DCTA deixou de ser contemplado em 12,59% dos recursos financeiros inicialmente alocados.</p> <p>O não recebimento dos recursos financeiros, tempestivamente, nas quantidades solicitadas acarretaram atrasos em Projetos e ocasionaram termos aditivos em contratos, aumentando os custos e os prazos.</p> <p>Convém ressaltar que o Fator Crítico de Sucesso Estabilidade de Aporte Financeiro, quando atingido pelos cortes, contingenciamentos e liberação tardia de recursos, contamina e degrada os outros Fatores Críticos de Sucesso da Organização (Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica, Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado e Estabilidade de Aporte Financeiro - AI), provocando paralisações e atrasos em Projetos e Pesquisas.</p> <p>Para o Exercício de 2015 este Indicador será reavaliado com possíveis modificações a serem introduzidas.</p> <p>No resultado de 2014 estão inseridos os seguintes grupos de recursos: fontes de recursos do COMAER (receitas do Tesouro e oriundas de arrecadação interna, Plano de Missões de Ensino - PLAMENS, Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior - PLAMTAX e Plano Plurianual de Obras - PPO); recursos oriundos da Agência Espacial Brasileira AEB / MCTI; recursos oriundos dos Fundos Setoriais – FINEP / MCTI; recursos oriundos de Terceiros - Capacitação e Desenvolvimento / recursos oriundos de Bolsas Auxílios – FAPESP e CNPq.</p>

## Continuação do Anexo C

<b>Quadro 4.4.3.2 - Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) 1/2</b>	
<b>Denominação</b>	<b>Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)</b>
<b>Índice de Referência</b> <sup>(*1)</sup>	Valor/Resultado da medição 84,44% - Nível 2 Estado de Alerta (EA)
<b>Índice Previsto</b>	Estar no mínimo nos Níveis 1 Estado de Normalidade (EN) ou 2 (Estado de Alerta EA), preferencialmente no Nível 1 Estado de Normalidade (EN)
<b>Índice Observado</b> <sup>(*2)</sup>	Valor/Resultado da medição 92,33% Nível 1 Estado de Normalidade (EN)
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Fórmula de Cálculo</b>	<p><b>EAF-AI = 0,3 CEO + 0,3 QPEO + 0,4 CAF</b></p> <p><b>Capacidade de Execução Orçamentária (CEO)</b> = [Valor Total dos Créditos Empenhados (VTCE) × 100] / Valor Total dos Créditos Disponibilizados (VTCD).</p> <p><b>Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO)</b> = [Número de Pedidos de Aquisição Autorizados-PAG (NPAA) × 100] / Número de Pedidos de Aquisição Elaborados (NPAE).</p> <p><b>Capacidade de Atendimento Financeiro (CAF)</b> = 100 – [Número de Projetos Descontinuados (NPD) por falta de bem ou serviço solicitado + Número de Projetos Remanejados (NPR) por falta de bem ou serviço solicitado) × 100] / Número de Projetos (NP)</p> <p><b>EAF – AI = 0,3CEO + 0,3QPEO + 0,4CAF = (0,3 x 98,65) + (0,3 x 85,64) + (0,4 x 92,63) = 29,59 + 25,69 + 37,05 = 92,33%</b></p>
<b>Objetivo da Mensuração</b>	<p><b>Obter um índice que mostre se está havendo continuidade das ações, que avalie eventuais interrupções prejudiciais aos projetos e atividades do DCTA</b></p> <p>Propõe-se a responder as seguintes questões:</p> <p><b>Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)</b> O DCTA está gerenciando de forma que os recursos financeiros recebidos atendam às suas necessidades?</p> <p>Foram considerados os processos de uma maneira geral e os seus efeitos sobre os Projetos. Intenciona-se futuramente que os efeitos sejam verificados também para as Atividades.</p> <p><b>Indicador de Capacidade de Execução Orçamentária (CEO)</b> O DCTA é capaz de utilizar de tudo o que recebe dentro e fora do Exercício?</p> <p><b>Indicador de Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO)</b> Todos os processos de aquisição no DCTA são concluídos? A resposta obtida servirá como subsídio para a pergunta “Porquê?” e consequentes ações decorrentes da(s) razão(ões) levantada(s).</p>
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Valor Total dos Créditos Empenhados (VTCE), Valor Total dos Créditos Disponibilizados VTCD, Número de Pedidos de Aquisição Autorizados - PAG (NPAA), Número de Pedidos de Aquisição Elaborados (NPAE), Número de Projetos Descontinuados (NPD) por falta de bem ou serviço solicitado, Número de Projetos Remanejados (NPR) por falta de bem ou serviço solicitado e Número de Projetos (NP) foram fornecido pelas Organizações da área do DCTA.

## Continuação do Anexo C

Quadro 4.4.3.2 - Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) 2/2	
Denominação	Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)
<b>Identificação das Variáveis</b>	<p><b>Referenciais comparativos para o EAF-AI</b></p> <p><b>Indicador Direcionador CEO:</b>            Acima de 89,00%: Nível 1 - Estado de Normalidade (EN)            De 80,00% a 89,00%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA)            Abaixo de 80,00%: Nível 3 - Estado Crítico (EC)</p> <p><b>Indicadores Direcionadores QPEO e CAF:</b>            Acima de 79,00%: Nível 1 - Estado de Normalidade (EN)            De 70,00% a 79,00%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA)            Abaixo de 70,00%: Nível 3 - Estado Crítico (EC)</p> <p><b>Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno:</b>            Acima de 94,00%: Nível 1 - Estado de Normalidade (EN)            De 90,00% a 94,00%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA)            De 85,00% a 89,99%: Nível 3 - Estado Crítico (EC)            Abaixo de 85,00%: Nível 4 - Estado de Insubstitência (EI)</p>
<b>Análise geral dos resultados observados</b>	<p>O Valor obtido para o EAF-AI, com base nos dados existentes para o ano de 2014, foi igual a <b>92,33%</b>, o que denota uma melhora se comparado com o ano de 2013, cujo resultado foi igual a 84,44%, o que indica que o DCTA está no Nível 1 – Estado de Normalidade <b>EN</b> no que concerne ao Aporte Financeiro Recebido - Âmbito Interno.</p> <p>O resultado de 2014 EAF-AI indica que o DCTA está procurando gerenciar de forma adequada os recursos financeiros recebidos e que atendem parcialmente às suas necessidades. O resultado do EAF-OS (87,41%) ocasionou o não atendimento de parte significativa do Número de Pedidos de Aquisição elaborados como um todo, impactando, desta forma o Indicador Direcionador da Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO), que relaciona o Número de Pedidos de Aquisição Autorizados (NPAA) com o Número de Pedidos de Aquisição Elaborados (NPAE).</p> <p>Outros fatores que influenciaram negativamente o resultado do indicador foram o recebimento de recursos orçamentários pelas Organizações do DCTA no encerramento do Exercício (impede a execução/liquidação no mesmo Exercício e onera os Restos à Pagar para o ano seguinte) e, ainda, problemas com a tramitação de Processos Administrativos de Gestão PAG pela Consultoria Jurídica da União/AGU em São José dos Campos (retarda ou impede que Processos sejam licitados/contratados).</p> <p>Para o Exercício de 2015 este Indicador será reavaliado com possíveis modificações para implementação.</p> <p>No cálculo do <b>CEO</b> foram considerados apenas recursos orçamentários descentralizados no SIAFI e alocados para execução orçamentária das Organizações da área do DCTA, oriundos do COMAER, da AEB e etc.</p>

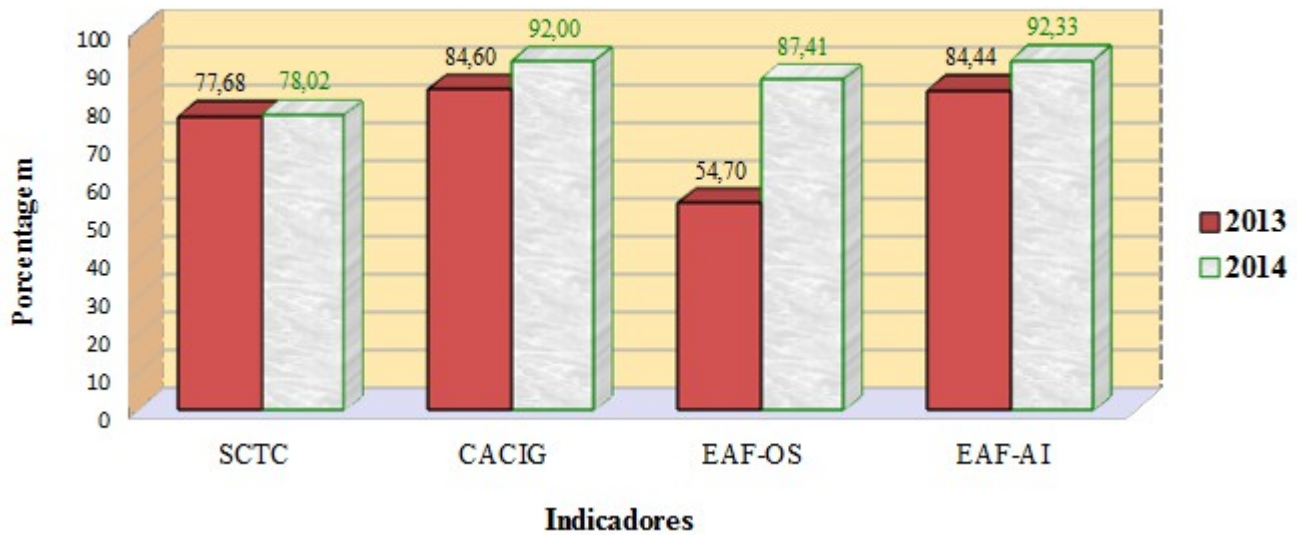
**Nota:**

(\*1) **Índice de Referência:** Data da medição referente ao ANO BASE 2013, em janeiro de 2014.

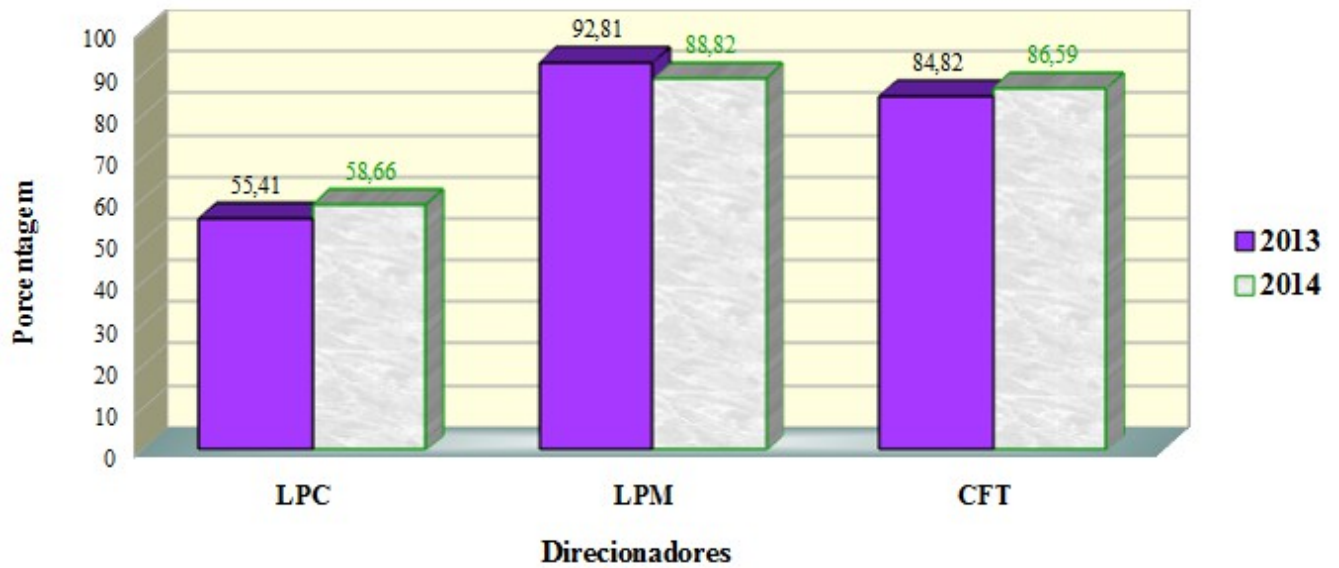
(\*2) **Índice Observado:** Data da medição referente ao ANO BASE 2014, em fevereiro de 2015.

Continuação do Anexo C

**Gráfico 1 Evolução dos Indicadores nos anos 2013 / 2014**

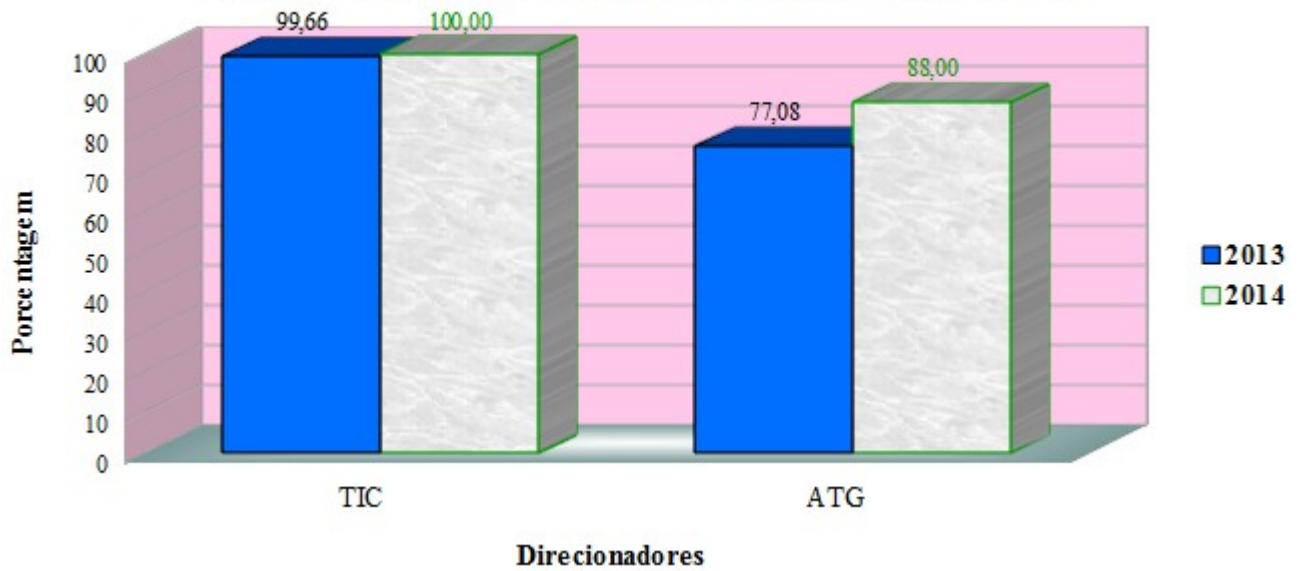


**Gráfico 2 Evolução dos Indicadores Direcionadores do SCTC**

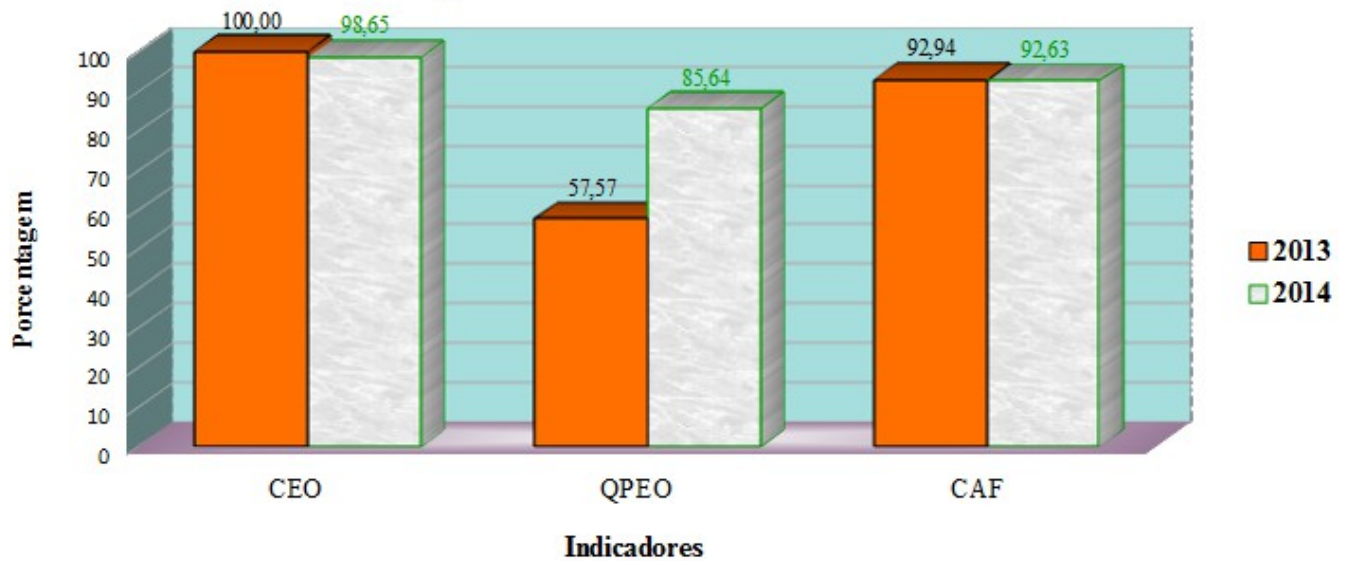


Continuação do Anexo C

**Gráfico 3 Evolução dos Indicadores Direcionadores do CACIG**



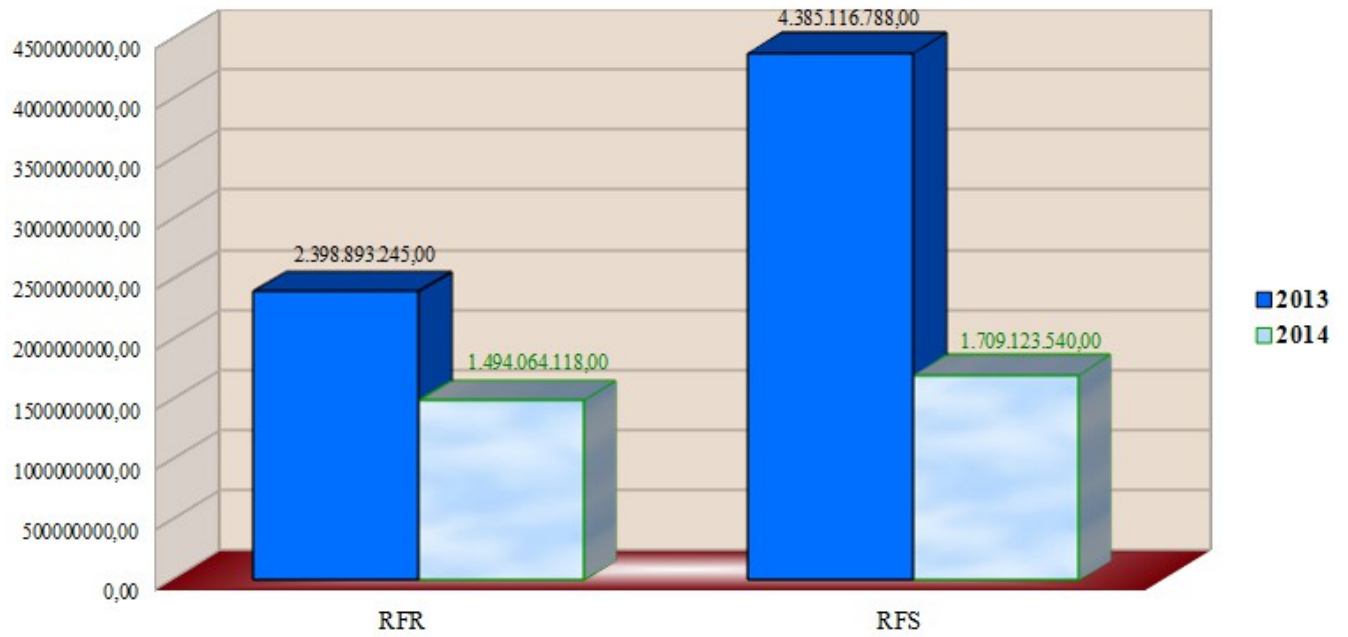
**Gráfico 4 Evolução dos Indicadores Direcionadores do EAF-AI**





Continuação do Anexo C

**Gráfico 5 Recursos Recebidos/Solicitados**



## ANEXO D – Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa										1/3
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas										
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recebidos	52111/120002 (COMAER)	120013	00M1	0,00	0,00	6.518,82	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120016	00M1	0,00	0,00	263.941,45	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120016	0A07	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120108	123B	0,00	0,00	0,00	928.973.500,11	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120108	14XJ	0,00	0,00	0,00	17.000.000,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120013	2000	0,00	0,00	102.662,66	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120015	2000	0,00	0,00	64.005,68	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120016	2000	0,00	0,00	1.384.166,33	326.712,99	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120108	2000	0,00	0,00	96.732,60	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120013	2004	0,00	0,00	50.201,41	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120015	2004	0,00	0,00	12.087,85	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120016	2004	0,00	0,00	300.821,35	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120016	2010	0,00	0,00	192.783,34	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120108	20IH	0,00	0,00	0,00	115.190.236,48	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120013	20S9	0,00	0,00	0,00	1.999.998,53	0,00	0,00	
Recebidos	120002	120015	20S9	0,00	0,00	0,00	1.725.977,38	0,00	0,00	

## Continuação do Anexo D

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa									
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas									
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	120002	120016	20S9	0,00	0,00	0,00	1.351.092,57	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	20TP	105.489,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	20X8	0,00	0,00	818.767,94	2.110.747,77	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	20X9	0,00	0,00	62.315,70	13.130,80	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	20XB	0,00	0,00	1.210.068,71	398.630,57	0,00	0,00
Recebidos	120002	120108	20XB	0,00	0,00	0,00	6.877.332,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120013	20XC	0,00	0,00	892.000,00	433.724,73	0,00	0,00
Recebidos	120002	120015	20XC	0,00	0,00	287.140,42	227.946,26	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	20XC	0,00	0,00	79.040,10	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120013	212B	0,00	0,00	2.062.699,23	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120015	212B	0,00	0,00	760.605,00	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	212B	0,00	0,00	8.629.307,51	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120015	212O	0,00	0,00	43.524,00	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	212O	0,00	0,00	9.941,38	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120016	2916	0,00	0,00	380,38	0,00	0,00	0,00
Recebidos	120002	120108	2916	0,00	0,00	7.948,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

## Continuação do Anexo D

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa										3/3
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão										
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recebidos	121002	120015	2000	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120013	2000	0,00	0,00	6.456.140,34	12.947,95	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120015	2000	0,00	0,00	1.421.268,00	12.491,94	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120016	2000	0,00	0,00	26.490.125,53	584.102,48	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120013	2004	0,00	0,00	31.899,53	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120015	2004	0,00	0,00	12.118,50	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120016	2004	0,00	0,00	679.394,85	93.351,06	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120013	20XA	0,00	0,00	49.998,00	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120016	20XB	0,00	0,00	3.604.506,44	543.143,32	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120013	20XV	0,00	0,00	39.802,32	3.150,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120016	20XV	0,00	0,00	3.063.775,89	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120013	2913	0,00	0,00	888,30	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120016	2913	0,00	0,00	3.464,62	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120015	2916	0,00	0,00	6.080,00	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	121002	120016	2916	0,00	0,00	195.793,39	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

## Continuação do Anexo D

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa										1/1
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	110591	120013	20SW	0,00	0,00	0,00	195.021,48	0,00	0,00	
Recebidos	153173	120013	8744	0,00	0,00	5.759,62	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120013	20UZ	0,00	0,00	8.474.930,00	198.633,20	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120013	7F40	0,00	0,00	0,00	10.063.384,00	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120015	20UZ	0,00	0,00	2.986.380,00	913.620,00	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120015	7F40	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	
Recebidos	150014	120016	152X	0,00	0,00	0,00	12.440.983,00	0,00	0,00	
Recebidos	154003	120016	487	0,00	0,00	336.401,11	0,00	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120016	20UZ	0,00	0,00	5.014.394,83	2.174.666,92	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120016	20V0	0,00	0,00	3.673.648,88	10.463.121,00	0,00	0,00	
Recebidos	203001	120016	20VB	0,00	0,00	1.901.731,36	1.200.400,00	0,00	0,00	
Recebidos	240901	120108	2014	0,00	0,00	15.280.400,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**ANEXO E – Suprimento de Fundos**

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência					1/3
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
120016	GIA-SJ	339030	04	797,70	
			10	783,90	
			15	265,80	
			16	188,80	
			17	611,00	
			21	616,90	
			22	621,10	
			24	2.669,57	
			25	1.136,40	
			26	2.451,43	
			28	3.729,43	
			29	137,90	
			35	800,00	
			39	808,40	
			42	1.783,17	
120110	DCTA	339030	04	470,00	
			16	281,10	
			17	845,80	
			24	354,31	
			26	632,27	
			28	798,00	
			44	89,00	
			16	799,50	
		339039	20	735,00	
			63	431,95	

## Continuação do Anexo E

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência				2/3
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
120141	IAE	339030	01	737,26
			02	519,60
			03	1.549,95
			04	1.317,00
			05	480,00
			07	405,00
			11	1.585,77
			13	800,00
			14	207,70
			15	290,00
			16	2.918,06
			17	4.463,30
			19	638,40
			20	119,60
			21	1.536,80
			22	1.573,33
			24	5.965,60
			25	5.822,07
			26	6.978,91
			27	800,00
			28	6.464,20
			29	2.029,40
			32	435,00
			33	2.565,13
			34	724,06
			35	1.311,40
			39	2.858,09
			42	3.348,18
			44	2.816,80
		339039	12	170,00
			16	573,00
			17	716,00

## Continuação do Anexo E

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência				3/3
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
120141	IAE	339039	19	1.030,00
			20	790,00
			63	650,00
120143	IFI	339030	26	55,90
		339039	17	795,00
			20	517,00
120142	IEAv	339030	01	669,00
			16	551,80
			17	3.080,60
			19	313,20
			21	297,00
			22	108,29
			24	3.464,95
			25	1.844,30
			26	2.895,11
			28	2.057,34
			39	1.226,38
			42	1.753,68
120299	IPEV	339030	44	957,90
			01	321,70
			11	213,50
			22	181,00
			26	169,81
			28	59,00
			32	410,97
42	735,64			

Fonte: SIAFI



## ANEXO F – Custos de Pessoal

Quadro A.7.1.3 – Custos de Pessoal												1/3
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total		
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis					
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade Jurisdicionada</b>												
<b>Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)</b>												
Exercícios	2014	82.364.491,95	66.142,49	12.398.061,95	19.067.746,08	9.887.919,87	572.482,32	0,00	35.549,80	216,18	124.392.610,64	
	2013	**69.911.340,26	31,800,42	10.207.147,36	16.628.280,53	9.712.768,14	507.586,24	0,00	101.036,88	432,36	107.100.392,19	
<b>Civis</b>												
Exercícios	2014	206.677.943,72	0,00	15.953.589,38	5.698.505,04	12.488.170,47	7.165.589,65	0,00	32.770,14	49.014,72	248.065.583,12	
	2013	183.965.279,98	0,00	15.626.004,42	9.799.391,89	11.084.869,32	8.081.913,30	0,00	353.319,46	78.778,75	228.989.557,12	
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da Unidade Jurisdicionada</b>												
<b>Militares de Carreira</b>												
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Civis</b>												
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>												
<b>Civis</b>												
Exercícios	2014	175.127,59	14.452,79	17.234,58	890,28	16.412,00	16.771,02	0,00	0,00	0,00	240.888,26	
	2013	269.992,88	20.103,88	15.602,62	5.969,45	18.995,00	29.494,88	0,00	3.071,34	0,00	363.230,05	
<b>Servidores cedidos com ônus</b>												
<b>Militares de Carreira</b>												
Exercícios	2014	89.424,00	0,00	17.884,80	55.801,96	0,00	792,00	0,00	0,00	0,00	163.902,76	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Civis</b>												
Exercícios	2014	342.837,39	0,00	48.426,13	2.708,35	11.804,88	44.931,70	0,00	0,00	0,00	450.708,45	
	2013	305.818,41	0,00	25.342,45	9.469,64	10.146,79	24.086,47	0,00	0,00	0,00	374.863,76	

## Continuação do Anexo F

Quadro A.7.1.3 – Custos de Pessoal												2/3
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores com contrato temporário</b>												
<b>Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório)</b>												
Exercícios	2014	33.816.264,10	3.754,00	5.342.207,47	6.257.686,02	5.315.753,16	204.686,24	0,00	17.490,69	0,00	50.957.841,76	
	2013	27.600.047,80	0,00	4.347.162,01	5.318.613,85	3.839.035,72	171.156,00	0,00	59.498,47	0,00	41.335.513,85	
<b>Civis</b>												
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Civis (Auxiliares Locais)</b>												
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Servidores ocupantes de funções gratificadas</b>												
Exercícios	2014	10.623.190,99	79.042,92	1.054.993,35	306.561,41	351.214,61	485.982,12	0,00	566,00	0,00	12.901.551,40	
	2013	11.034.655,93	546.664,85	1.056.789,15	707.863,86	406.413,67	486.356,38	0,00	4.434,62	0,00	14.243.178,46	
Observação:												
<p>* A informação constante na Tabela de Custos de Pessoal no Relatório de Gestão de 2013, no item Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados) do ano de 2013, no o valor de R\$ 37.538.498,16 – é equivocada, uma vez que se refere somente ao GIA-SJ, deixando de serem informados os dados do CLA e CLBI. A informação correta que deveria ter sido registrada é: R\$ 69.911.340,26 onde R\$ 21.580.460,33 (CLA) + R\$ 10.792.381,77 (CLBI) + R\$ 37.538.498,16 (GIA-SJ). Este equívoco ocorreu nas demais colunas referentes ao item ora informado, e foram RETIFICADAS.</p>												
<p>** A informação constante na Tabela de Custos de Pessoal no Relatório de Gestão de 2013, no item Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório) do ano de 2013, no o valor de R\$ 13.659.643,79 – é equivocada, uma vez que se refere somente ao GIA-SJ, deixando de ser informado os dados do CLA e CLBI. A informação correta que deveria ter sido registrada é: R\$ 27.600.047,80 onde R\$ 9.953.471,77 (CLA) + R\$ 3.986.932,24 (CLBI) + R\$ 13.659.643,79 GIA-SJ). Este equívoco ocorreu nas demais colunas referentes ao item ora informado, e foram RETIFICADAS.</p>												

Fonte: SIGPES (militar) e SDPP (civil)

## ANEXO G – Patrimônio

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional								1/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120013	0921005555000	13	3	Imóvel COMAR I	01/12/2014	37.036.831,31	60.006,67	12.550,43
120013	0703001895000	11	3	120.000,00	01/12/2014	438.956,53	0,00	0,00
120013	0703001355006	11	3	30.000,00	01/12/2014	31.652,04	0,00	0,00
120013	0703001885005	11	3	80.000,00	01/12/2014	158.483,42	0,00	0,00
120013	0703001905006	11	3	70.000,00	01/12/2014	81.315,60	0,00	0,00
120013	0703001495002	13	3	33.677,15	01/12/2014	60.408.924,03	0,00	0,00
120013	0703001745009	13	3	11.526.300,00	01/12/2014	1.304.128,14	0,00	0,00
120013	0703001445005	13	3	14.296.114,00	01/12/2014	100.529.968,02	0,00	0,00
120013	0703001665005	13	3	10.829.241,00	01/12/2014	1.258.123,65	0,00	0,00
120013	0703002045000	13	3	17.000.000,00	01/12/2014	1.801.429,77	0,00	0,00
120013	0703002055006	13	3	4.508.000,00	01/12/2014	395.907,54	0,00	0,00
120013	0703001515003	13	3	5.000.000,00	01/12/2014	488.020,83	0,00	0,00
120013	0703002065001	11	3	2.858.400,00	01/12/2014	384.047,79	0,00	0,00
120013	0703001695001	11	3	4.394.000,00	01/12/2014	660.224,36	0,00	0,00
120013	0703002405007	13	3	29.545.042,00	01/12/2014	79.294.765,28	376.784,38	0,00

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional									2/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
120013	0703002075007	11	3	1.400.000,00	01/12/2014	144.599,53	0,00	0,00	
120013	0703002085002	11	3	136.608.604,00	01/12/2014	3.613.552,32	0,00	0,00	
120013	0703002095008	11	3	101.903.079,00	01/12/2014	2.457.027,30	0,00	0,00	
120013	0703001785000	13	3	31.592.400,00	01/12/2014	74.288.231,79	0,00	2.000.850,58	
120013	0703002105003	11	3	29.673.350,00	01/12/2014	2.629.276,65	0,00	0,00	
120013	0703002115009	13	3	29.200.000,00	01/12/2014	1.764.781,20	0,00	0,00	
120013	0703002135000	11	3	4.511.431,00	01/12/2014	524.123,46	0,00	0,00	
120013	0703001795006	11	3	25.605.207,00	01/12/2014	527.294,31	0,00	0,00	
120013	0703002145005	11	3	30.188.299,00	01/12/2014	1.275.762,71	0,00	0,00	
120013	0703002125004	13	3	14.960.000,00	01/12/2014	2.175.418,14	0,00	0,00	
120013	0703002165006	11	3	29.582.567,00	01/12/2014	1.084.306,13	0,00	0,00	
120013	0703002175001	11	3	33.012.106,00	01/12/2014	1.707.884,85	0,00	0,00	
120013	0703002185007	11	3	22.358.543,00	01/12/2014	820.611,12	0,00	0,00	
120013	0703002155000	13	3	900.000,00	01/12/2014	3.547.748,40	0,00	0,00	
120013	0703002195002	11	3	29.681.919,00	01/12/2014	2.955.994,86	0,00	0,00	

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional								3/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120013	0703001835008	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	742.253,19	0,00	0,00
120013	0703001615008	11	3	29.086.124,00	01/12/2014	804.401,22	0,00	0,00
120013	0703002205008	11	3	129.155.458,00	01/12/2014	4.355.596,35	0,00	0,00
120013	0703002215003	11	3	65.243.160,00	01/12/2014	2.280.434,31	0,00	0,00
120013	0703001915001	11	3	16.000.000,00	01/12/2014	1.601.800,73	0,00	0,00
120013	0703001925007	11	3	79.568.433,00	01/12/2014	2.408.414,40	0,00	0,00
120013	0703002225009	11	3	68.878.691,00	01/12/2014	2.170.209,51	0,00	0,00
120013	0703002235004	11	3	137.462.075,00	01/12/2014	4.654.493,76	0,00	0,00
120013	0703001675000	11	3	100.632.070,00	01/12/2014	3.615.809,61	0,00	0,00
120013	0703001575006	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	2.433.003,09	0,00	0,00
120013	0703002475005	11	3	33.840.312,00	01/12/2014	2.639.361,48	0,00	0,00
120013	0703002245000	11	3	598.060,00	01/12/2014	3.955.224,21	0,00	0,00
120013	0703001655000	11	3	62.039.258,00	01/12/2014	1.850.848,02	0,00	0,00
120013	0703001585001	11	3	8.757.429,00	01/12/2014	1.566.195,33	0,00	0,00
120013	0703000105006	13	3	34.526.581,00	01/12/2014	3.469.278,54	0,00	0,00

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional									4/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
120013	0703002265000	11	3	1.111.612,68	01/12/2014	5.527.422,94	0,00	0,00	
120013	0703001875000	11	3	62.550,63	01/12/2014	6.949.454,03	0,00	0,00	
120013	0703001555005	11	3	680,56	01/12/2014	396.553,45	0,00	0,00	
120013	0703001845003	11	3	1.200.000,00	01/12/2014	1.715.121,77	0,00	0,00	
120013	0703002255005	11	3	300,75	01/12/2014	138.848,12	0,00	0,00	
120013	0703002275006	11	3	1.762,03	01/12/2014	2.446.097,65	0,00	0,00	
120013	0703002295007	11	3	1.963,86	01/12/2014	1.190.715,07	0,00	0,00	
120013	0703002305002	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	1.868.260,12	0,00	0,00	
120013	0703001465006	11	3	1.772,77	01/12/2014	1.233.140,74	0,00	0,00	
120013	0703001625003	11	3	782,59	01/12/2014	507.751,60	0,00	0,00	
120013	0703001505008	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	7.882.348,40	0,00	0,00	
120013	0703002285001	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	1.136.338,30	0,00	0,00	
120013	0703002365005	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	636.054,67	0,00	0,00	
120013	0703001545000	11	3	1.305,99	01/12/2014	1.428.169,68	0,00	0,00	
120013	0703001825002	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	7.121.277,25	0,00	0,00	

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional								5/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120013	0703001475001	11	3	3.076,28	01/12/2014	1.495.654,07	0,00	0,00
120013	0703001395008	11	3	517,5	01/12/2014	1.570.360,58	0,00	0,00
120013	0703002375000	11	3	1.604,04	01/12/2014	879.962,21	0,00	0,00
120013	0703002385006	11	3	219.651,29	01/12/2014	1.577.320,66	0,00	0,00
120013	0703001975004	11	3	1.027.220,94	01/12/2014	8.082.195,24	0,00	0,00
120013	0703001645004	11	3	232,16	01/12/2014	99.108,14	0,00	0,00
120013	0703001855009	11	3	Terras devolutas	01/12/2014	8.293.336,12	0,00	0,00
120013	0703001565000	11	3	359.404,16	01/12/2014	4.130.310,45	0,00	0,00
120013	0703001985000	11	3	4.177,49	01/12/2014	33.689,46	0,00	0,00
120013	0703001995005	11	3	178.083,93	01/12/2014	29.797.813,98	0,00	0,00
120013	0703001685006	11	3	62.900,00	01/12/2014	5.978.943,39	0,00	0,00
120013	0703001705007	13	3	105.694.340,00	01/12/2014	11.026.320,48	0,00	0,00
120013	0703002005009	11	3	5.888.211,00	01/12/2014	972.960,87	0,00	0,00
120013	0703001755004	11	3	3.700.000,00	01/12/2014	388.363,25	0,00	0,00
120013	0703002395001	11	3	4.909,37	01/12/2014	781.107,92	0,00	0,00

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional									6/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
120013	0703001345000	11	3	333.747.919,00	01/12/2014	6.886.967,01	0,00	0,00	
120013	0703001245006	11	3	2.690.965,00	01/12/2014	359.372,79	0,00	0,00	
120013	0703001715002	11	3	16.755.568,00	01/12/2014	1.958.800,20	0,00	0,00	
120013	0703001255001	11	3	30.850.875,00	01/12/2014	3.304.404,92	0,00	0,00	
120013	0703001425004	11	3	61.593,38	01/12/2014	24.475.617,50	0,00	0,00	
120013	0703001265007	11	3	7.669.473,00	01/12/2014	1.208.513,88	0,00	0,00	
120013	0703001635009	11	3	32.885,38	01/12/2014	505.370,25	0,00	0,00	
120013	0703001275002	11	3	164.088,83	01/12/2014	1.658.146,14	0,00	0,00	
120013	0703001285008	11	3	7.330,00	01/12/2014	4.455.955,52	0,00	0,00	
120013	0703002495006	11	3	4.193.102,00	01/12/2014	1.806.906,78	0,00	0,00	
120013	0703001735003	11	3	85.346.780,00	01/12/2014	865.727,52	0,00	0,00	
120013	0703001415009	11	3	12.427,81	01/12/2014	420.698,67	0,00	0,00	
120013	0703001405003	11	3	22.415.012,00	01/12/2014	418.498,25	0,00	0,00	
120013	0703001295003	11	3	10.222,14	01/12/2014	120.075,69	0,00	0,00	
120013	0703001305009	11	3	112.046,18	01/12/2014	994.237,86	0,00	0,00	



## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional									7/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
120013	0703002515007	11	3	255.461,77	01/12/2014	1.470.653,94	0,00	0,00	
120013	0703001605002	11	3	75.637,91	01/12/2014	464.162,90	0,00	0,00	
120013	0703001315004	11	3	90.436,33	01/12/2014	1.317.419,04	0,00	0,00	
120013	0703001325000	11	3	29.356.287,00	01/12/2014	557.090,31	0,00	0,00	
120013	0703001335005	11	3	3.032.120,80	01/12/2014	4.452.725,13	0,00	0,00	
120013	0703001945008	11	3	16.515.142,00	01/12/2014	1.370.673,78	0,00	0,00	
120013	0703001955003	11	3	14.983,48	01/12/2014	522.847,76	0,00	0,00	
120013	0703001965009	11	3	62.662.600,00	01/12/2014	3.133.433,63	0,00	0,00	
120013	0703002025000	11	3	942.972,91	01/12/2014	967.177,89	0,00	0,00	
120013	0703002035005	11	3	36.943.806,00	01/12/2014	1.291.281,60	0,00	0,00	
120013	0703002315008	11	3	14.602.506,00	01/12/2014	804.772,29	0,00	0,00	
120013	0703002325003	11	3	9.120,44	01/12/2014	844.431,00	0,00	0,00	
120013	0703002335009	11	3	60.829,56	01/12/2014	9.018.686,70	0,00	0,00	
120013	0703002345004	11	3	10.470,02	01/12/2014	969.385,47	0,00	0,00	
120013	0703002355000	11	3	17.367,26	01/12/2014	1.607.974,20	0,00	0,00	

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional									8/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
120013	0703002455004	11	3	64.160,00	01/12/2014	64.160,00	0,00	0,00	
120013	0849000035002	11	3	331.628.685,00	01/12/2014	16.994.841,60	0,00	0,00	
120013	0703002535008	11	3	4.297,83	01/12/2014	194.497,38	0,00	0,00	
120015	1761003275002	13	3	CR\$ 400.000,00	30/11/2013	R\$ 1.178.038.828,31	134.658,40	38.838,30	
120015	1761003305009	13	3	CR\$ 404.722.322,00	30/11/2013	R\$ 1.721.153.990,61	0,00	0,00	
120015	1761003285008	13	3	CR\$ 0,00	30/11/2013	R\$ 101.279.183,85	0,00	0,00	
120015	1761003295003	13	3	CR\$ 0,00	30/11/2013	R\$ 398.905.074,18	0,00	0,00	
120016	7099000055007	13	3	16.490,87	10/12/2014	1.323.765.620,62	0,00	0,00	
120016	7099000065002	13	3	16.704.000,00	10/12/2014	7.604.131.763,28	2.764.591,22	473.052,16	
120016	7099000075008	13	3	158.998,20	10/12/2014	1.828.989,99	0,00	0,00	
120016	7099000085003	13	3	3.899,00	10/12/2014	54.586,00	0,00	0,00	
120016	7099000095009	13	3	160.000,00	10/12/2014	1.496.250,00	0,00	0,00	
120016	7099000145006	17	3	8.711,01	10/12/2014	4.094.174,70	0,00	0,00	
120016	7.99000275007	17	3	157.668,34	10/12/2014	59.913.969,20	0,00	0,00	
120016	7099000115000	13	3	4.366,72	10/12/2014	246.948.895,55	0,00	0,00	

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional								9/9
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120016	7099000125005	13	3	4.366,72	10/12/2014	12.626.205,08	0,00	0,00
120016	7099000135000	13	3	4.366,72	10/12/2014	18.035.470,24	0,00	0,00
120016	6599000025007	13	3	5.533.434,00	10/12/2014	91.506.329,40	0,00	0,00
120016	7099000285002	12	3	6.643,38	10/12/2014	930.073,20	0,00	0,00
120016	6589000055006	12	3	8.060.382,00	10/12/2014	69.755.216,38	0,00	0,00
120016	6589000045000	12	3	9.818.550,00	10/12/2014	90.517.689,60	0,00	0,00
<b>TOTAIS</b>						<b>13.558.025.373,23</b>	<b>3.336.040,67</b>	<b>2.525.291,47</b>
<b>LEGENDA:</b> (Conforme Portaria-TCU 90, de 16 de abril de 2014) <b>Regime:</b> (11) Em regularização (entrega)    12 (Em regularização-Outros)    13 (Entrega – Adm. Federal Direta)    17 (Irregular – Entrega) <b>Estado de Conservação:</b> (3) Bom								

Fonte: SIAFI e INVENTÁRIOS ANALÍTICOS ANUAIS 2014 das Organizações Militares, com base em Valores Unitários de Benefitorias fornecidos pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), conforme Relatório n.º RT 09/EP20/2014, de maio.

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>1/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0703001795006/0703002175001	
	Endereço	Área integrante do Centro de Lançamento de Alcântara, Alcântara-MA.	
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.752.497/0001-43	
	Nome ou Razão Social	BINACIONAL ALCÂNTRA CYCLONE SPACE - ACS	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades espaciais	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Transferência de posse direta de terreno da União	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Implantação e operação do Sítio do Lançamento do Veículo Cyclone-4, incluindo a instalação de processamento de veículo e de aeronave, ou de unidades de carga útil, e as instalações para lançamento.	
	Prazo da Cessão	Período ilimitado (Mesmo do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre cooperação de longo prazo na utilização do veículo de lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara)	
	Caracterização do espaço cedido	Área de forma poligonal com sete lados, com área de 4.626.514,50m <sup>2</sup> .	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	143.177,50 R\$ mensais	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU Simples – UG SIAFI: 120013 / 00001	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	GRU Simples – UG SIAFI: 120013 / 00001	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	GRU Simples – UG SIAFI: 120013 / 00001	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>2/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	176100327500-2	
	Endereço	RN 063, Rota do Sol, KM 11, S/N - Em frente ao Refeitório das Praças – S/Bairro – CEP: 59022 – 970 Parnamirim – RN Telefone (84) 3216 - 1400 - FAX (84) 3216 - 1421	
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/5733-96.	
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa/Inexigibilidade 063/CLBI/2011	
Caracterização da Cessão	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	A instalação de um terminal de autoatendimento bancário, tornando-se nulo de pleno direito em caso de destinação diversa ao ora contratado.	
	Prazo da Cessão	28/10/2011 a 28/10/2021.	
	Caracterização do espaço cedido	Área de 3,29 m2	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 560,53	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>3/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	176100329500-3
	Endereço	Rodovia RN 063 - Natal/Pirangi - KM 11, Parnamirim – S/N Complemento: circunvizinho a Pium e Jiqui – Bairro: S/Bairro - CEP: 59022-970 Parnamirim – RN - Telefone (84) 3216 - 1400 - FAX (84) 3216 - 1421
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.334.385/0001-35
	Nome ou Razão Social	Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Destinada ao funcionamento de um abrigo de válvulas antigolpes de Ariete da Adutora do Jiqui.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa/Inexigibilidade 02/CLBI/2009.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Consiste no funcionamento de um abrigo de válvulas antigolpes de Ariete da adutora do Jiqui.
	Prazo da Cessão	06/11/2009 a 06/11/2019.
	Caracterização do espaço cedido	921,00 m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 43,61
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>4/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	176100329500-3	
	Endereço	Rodovia RN 063 - Natal/Pirangi - KM 11,Parnamirim – S/N Complemento: circunvizinho a Pium e Jiqui – Bairro: S/Bairro - CEP: 59022-970 – Parnamirim – RN - Telefone (84) 3216 - 1400 - FAX (84) 3216 - 1421	
Identificação do Cessionário	CNPJ	CNPJ:08.334.385/0001-35.	
	Nome ou Razão Social	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Destinada ao funcionamento de uma estação de tratamento de esgoto de Ponta Negra – ETE.	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa/Inexigibilidade 01/CLBI/2009.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Destinada ao funcionamento de uma estação de tratamento de esgoto de Ponta Negra – ETE.	
	Prazo da Cessão	06/11/2009 a 06/11/2019	
	Caracterização do espaço cedido	501.265,70 m <sup>2</sup>	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 24.871,46	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>5/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	176100329500-3	
	Endereço	Rodovia RN 063 – KM 11 – S/N, Próximo ao Convênio CCEIT - S/Bairro - CEP: 59022-970 – Parnamirim – RN - Telefone (84) 3216 - 1400 – FAX (84) 3216 - 1421	
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.000.167/0001-01	
	Nome ou Razão Social	Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A Sociedade de Economia Mista - Projeto TAMAR	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Programa Nacional de Conservação de Tartarugas Marinhas	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Memorando de entendimento firmado entre COMAER e a PETROBRAS N° 60000041.695.08.4	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Programa Nacional de Conservação de Tartarugas Marinhas	
	Prazo da Cessão	20/01/2012 a 20/01/2022	
	Caracterização do espaço cedido	542,05 m2	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Convênio	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Convênio	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Convênio	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Convênio		



## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>6/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	58 403 478 0001-42	
	Nome ou Razão Social	Auto Posto Cidade	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto de Gasolina	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 3/CTA/2005.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Gasolina	
	Prazo da Cessão	08/09/2010 a 08/09/2015	
	Caracterização do espaço cedido	Área de 2.153,03 m <sup>2</sup> de terreno e 752,10 m <sup>2</sup> de área térrea construída em estrutura em blocos de concreto, pé direito de 2,80 m, cobertura em telhas de fibro-cimento, revestimento da fachada em reboco e cerâmica, piso revestido com cimento, e paviflex, forro em pvc e esquadrias em ferro e madeira.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de 5.584,06	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>7/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	58 403 478 0001-42	
	Nome ou Razão Social	Shell do Brasil Ltda.	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Combustível de Aeronaves	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite 252/GIA-SJ/2006.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Combustível de Aeronave	
	Prazo da Cessão	12/03/2010 a 12/03/2017	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 159,50 m <sup>2</sup> , em terreno com 1011,00 m <sup>2</sup> , executada cobertura em estrutura metálica, com 6,00 m, de pé direto, piso cimentado e pintura em látex sintético .	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.496,29 + 1,1% do Faturamento	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.		

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>8/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	64 037 492 0001-72	
	Nome ou Razão Social	Fundação Casimiro Montenegro Filho	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Incubação de Empresas	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 5/GIA-SJ/2008.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Incubação de Empresas	
	Prazo da Cessão	31/07/2013 a 31/07/2018	
	Caracterização do espaço cedido	A área da edificação considerada neste laudo é de 398,50 m <sup>2</sup> , inserida em um terreno de 1.882,00 m <sup>2</sup> possui; paredes executadas com tijolos de concreto e cerâmicos, revestido com argamassas fina, massa corrida e pintura acrílica internamente e pintura com látex acrílico externamente. A cobertura com telhas cerâmicas no corpo principal da edificação e em fibrocimento no corpo lateral. A edificação possui teto com forro de gesso e poliestireno expandido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.567,72	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>9/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.055.007	
	Endereço	Av. Deputado Benedito Matarazzo, 9931, Jardim Oswaldo Cruz, São José dos Campos – SP, CEP 12.216-580.	
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.198.514/0044-94	
	Nome ou Razão Social	Estado de São Paulo, Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Polícia do Estado de São Paulo - <b>Comando de Policiamento do Interior.</b>	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Segurança Pública	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade n.º 19/GIA-SJ/2010.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Estacionamento de viaturas	
	Prazo da Cessão	01/03/2011 a 01/03/2016.	
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1410,20 m², localizada no quadrante D-1, do Plano Diretor do DCTA.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não Onerosa	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não Onerosa	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não Onerosa	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Cessão não Onerosa	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>10/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	08 471 424 0001-46	
	Nome ou Razão Social	Terezinha J. Silva Cabeleireiro ME 04/03/2013 04/03/2015	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Salão de Beleza	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 23/GIA-SJ/2012.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Salão de Beleza - HTO	
	Prazo da Cessão	04/03/2013 04/03/2015	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 32,00 m <sup>2</sup> , em terreno com 32,00 m <sup>2</sup> , executada em alvenaria de tijolos cerâmicos e concreto armado, com 2,80 m de pé direito, forro em laje piso em cerâmica, porta e janelas de madeira com vidro liso e pintura em tinta esmalte.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 651,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>11/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 – Cantina do IFI.
Identificação do Cessionário	CNPJ	08 835 091 0001-97
	Nome ou Razão Social	Eva Ferreira de Jesus - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 03/GIA-SJ/2011.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina
	Prazo da Cessão	25/04/2013 25/04/2015
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 8,33 m <sup>2</sup> , em terreno com 8,33 m <sup>2</sup> , executada em bolcos de cimento com telha de fibrocimento, com 2,80 m de pé direito, forro em laje piso em cerâmica, porta e janelas em aço com vidro liso e pintura em tinta esmalte.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 350,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>12/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210
Identificação do Cessionário	CNPJ	17 167 412 0001-13
	Nome ou Razão Social	Financeira Alfa S.A.,
	Atividade ou Ramo de Atuação	Financiamento e Investimentos Banco Alfa
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 22/GIA-SJ/2012.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Crédito
	Prazo da Cessão	18/04/2013 18/04/2015
	Caracterização do espaço cedido	A loja com 29,13 m <sup>2</sup> , em terreno considerado de mesma área , localizado em um prédio de alvenaria, revestida com emboço e pintura látex, possui pé direito de 2,80 m, cobertura em fibrocimento sobre estrutura metálica. A sala com piso em cerâmica e forro em réguas metálicas, possui esquadrias em aço e vidro liso.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 630,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>13/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	03 383 801 0001-71	
	Nome ou Razão Social	Drogaria Soares Rib. SJC Ltda - MER\$	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Drogaria	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 10/GIA-SJ/2012.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Drogaria	
	Prazo da Cessão	05/04/2013 05/04/2015	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 24,00 m <sup>2</sup> , possui estrutura de alvenaria de concreto, pé-direito de aproximadamente 2,60 m, cobertura com telhas fibrocimento canaleta-49 e forro de madeira pintado de branco, revestimento externo em chapisco grosso pintado, piso com revestimento vinílico e esquadrias de aço.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	1.000,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	



## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>14/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	64 602 410 0001-95	
	Nome ou Razão Social	Campiole & Campiole Ltda. - ME	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Venda de Fardamento	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 21/GIA-SJ/2012.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Venda de Fardamento	
	Prazo da Cessão	07/06/2013 07/06/2015	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 29,13 m <sup>2</sup> , em terreno com 29,13 m <sup>2</sup> , executada em bloco de concreto , com telha de fibro-cimento , com 2,80 m de pé direito , forro em PVC, piso em cerâmica , porta de entrada em esquadria de aço e vidro.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 615,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.		

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>15/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	60 746 948 0001-12	
	Nome ou Razão Social	Banco Bradesco S.A.	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades Financeiras	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 04/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividades Financeiras	
	Prazo da Cessão	03/02/2014 02/02/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 29,54 m <sup>2</sup> , em terreno com 29,54 m <sup>2</sup> , executada em bloco de concreto , com telha de fibro-cimento , com 2,80 m de pé direito , forro metálico, piso em cerâmica , porta de entrada em esquadria de aço e vidro.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.310,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>16/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	17 762 674 0001-26	
	Nome ou Razão Social	Fernanda Couto Aulas de Balé - ME	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Sala de Dança	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 11/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala de Dança	
	Prazo da Cessão	28/02/2014 27/02/2019	
	Caracterização do espaço cedido	A Academia com 83,88 m <sup>2</sup> , em terreno considerado com mesma área, parte de um edifício executado com paredes de alvenaria, em tijolos cerâmicos, revestidas com argamassas e pintadas com tinta à base de PVA látex, possui cobertura em amianto e estrutura metálica.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 400,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>17/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	08 471 424 0001-46	
	Nome ou Razão Social	Terezinha J. Silva Cabeleireiro - ME	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Barbearia	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 09/GIA-SJ/2012.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Barbearia	
	Prazo da Cessão	03/02/2014 02/02/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A sala com 17,92 m <sup>2</sup> , em terreno considerado de mesma área , parte de um prédio em alvenaria com estrutura de concreto armado, pé direito de 2,60 m, teto em laje e cobertura de amianto. A Sala com piso revestido em placas vinílicas, paredes pintadas com tinta látex PVA e esquadrias em aço e vidro liso, possui banheiro com lavatório e vaso sanitário, porta de madeira e paredes revestida com azulejo.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 620,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>18/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	08 170 450 0001-34	
	Nome ou Razão Social	Gérson Garcia Marçal - ME 0	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Barbearia	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 27/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Barbearia	
	Prazo da Cessão	3/02/2014 02/02/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 19,68 m <sup>2</sup> , em terreno considerado com mesma área, executada em alvenaria de tijolo cerâmico, possui cobertura em telha francesa, pé direito de 2,80 m, forro de madeira, porta de madeira e janela em aço com vidro liso com pintura em tinta esmalte. As paredes são revestidas em emboço e pintura em látex PVA.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 550,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>19/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	00 355 999 0001-91	
	Nome ou Razão Social	Cleantec Serviços Personalizados Ltda.-EPP	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lavanderia	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 06/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lavanderia	
	Prazo da Cessão	28/02/2014 27/02/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A loja com 29,13 m <sup>2</sup> , em terreno considerado de mesma área, localizado em um prédio de alvenaria, revestida com emboço e pintura látex, possui pé direito de 2,80 m, cobertura em fibrocimento sobre estrutura metálica. A sala com piso em cerâmica e forro em réguas metálicas, possui esquadrias em aço e vidro liso.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 585,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>20/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.055.007	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 (Cantina do H8)	
Identificação do Cessionário	CNPJ	10 173 021 0001-62	
	Nome ou Razão Social	Ana Paula de Oliveira Souza - ME	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 10/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina	
	Prazo da Cessão	24/03/2014 23/03/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 123,35m <sup>2</sup> de construção , em terreno com mesma área , executada estrutura em alvenaria, cobertura em fibrocimento , com 2,80 m de pé direito , teto em laje, piso em cerâmica , esquadrias de madeira, com vidro liso e pintura com tinta em esmalte.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 800,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>21/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.0115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	60 746 948 0001-12	
	Nome ou Razão Social	Banco Bradesco S/A	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 03/GIA-SJ/2012.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Banco	
	Prazo da Cessão	25/04/2014 24/04/2019	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 34,85 m <sup>2</sup> , em terreno com 34,85 m <sup>2</sup> , executada estrutura de concreto armado e alvenaria, com 2,40 m de pé direito, teto em laje, piso em paviflex, esquadrias em aço, com vidro liso e pintura com tinta em esmalte.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.321,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	



## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>22/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210
Identificação do Cessionário	CNPJ	90 400 888 0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 05/GIA-SJ/2013.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Banco
	Prazo da Cessão	02/04/2014 01/04/2019
	Caracterização do espaço cedido	A Agência 193,86 m², em terreno considerado de mesma área localizado em um prédio de alvenaria, pé direito de 2,80 m, com cobertura em telha cerâmica sobre estrutura de madeira. A edificação é revestida com forro de gesso e piso de porcelanato na recepção, carpete nas áreas administrativas e cerâmica nos sanitários e cozinha.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.600,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>23/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	00 000 000 3036-82	
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade n.º 28/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Banco	
	Prazo da Cessão	16/06/2014 15/06/2019	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 186 m <sup>2</sup> de construção , em terreno considerado com 285 m <sup>2</sup> , executada em alvenaria e estrutura de concreto armado, com pé-direito de 2,60 m, forro em lâ de vidro e piso vinílico, possui esquadrias em aço , fachada e reboco com cerâmica e pintura látex pva .	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 9.320,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.		

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>24/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	34 274 233 0001-02	
	Nome ou Razão Social	Petrobrás Distribuidora S.A.	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto de Combustível	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico n.º 054/CELOG/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Combustível	
	Prazo da Cessão	31/03/2014 31/03/2019	
	Caracterização do espaço cedido	O terreno objeto desta avaliação possui 488,95 m <sup>2</sup> de área, cercado com alambrado em tela , localizado próximo ao IPEV, mais 189,16 m <sup>2</sup> de área construída.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.567,02	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>25/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	61 886 255 0001-98	
	Nome ou Razão Social	Associação Desportiva Classista de Servidores do CTA	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Desportiva Classista	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade n.º 35/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sede Associação Desportiva Classista de Servidores do CTA	
	Prazo da Cessão	26/05/2014 25/05/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A benfeitoria 350,64m <sup>2</sup> de construção em terreno de 420,64 m <sup>2</sup> , situada em um prédio em alvenaria, pé direito de 2,80 m e cobertura com telha romana sobre estrutura de madeira. A edificação com fachada revestida com chapisco e pintura acrílica, possui piso revestido com cerâmica e forro em madeira, PVC e estuque.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.700,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>26/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.055.007
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 -Restaurante do COCTA.
Identificação do Cessionário	CNPJ	34 274 233 0001-02
	Nome ou Razão Social	Nutrivale Comercial Ltda. - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 02/GIA-SJ/2013.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante
	Prazo da Cessão	08/05/2014 07/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	O terreno objeto desta avaliação possui 488,95 m² de área, cercado com alambrado em tela , localizado próximo ao IPEV, mais 189,16 m² de área construída.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.050,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>27/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 - no HTO.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01 903 555 0003-78
	Nome ou Razão Social	C.M.B. Restaurante e Lanchonete Ltda-EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bar
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 01/GIA-SJ/2013.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Bar
	Prazo da Cessão	10/06/2014 09/06/2016
	Caracterização do espaço cedido	O Bar com 14,47 m <sup>2</sup> , em terreno com 14,47 m <sup>2</sup> , em edifício de 04 pavimentos em alvenaria e concreto armado com 2,80 m de pé direito , teto em laje , piso em cerâmica , paredes texturizadas e esquadrias em alumínio com vidro liso. O balcão de atendimento possui armário de madeira, com gabinete e pia de inox.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 412,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>28/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	07 644 478 0001-01	
	Nome ou Razão Social	Lenivaldo Barbosa da Silva - ME	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alfaiataria	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 34/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Alfaiataria	
	Prazo da Cessão	19/08/2014 19/08/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A sala, com 13,83 m², em terreno considerado de mesma área, parte de um prédio executado em alvenaria de blocos cerâmicos, com cobertura em fibrocimento e pé direito de 2,60 m. Possui piso cimentado liso, forro em madeira e paredes internas e externas emboçadas com pintura em látex PVA.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 395,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.		

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>29/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	33 700 394 0001-40	
	Nome ou Razão Social	Itaú-Unibanco S.A.	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 39/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Banco	
	Prazo da Cessão	25/07/2014 25/07/2019	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 187,95 m <sup>2</sup> , em terreno com 187,95 m <sup>2</sup> , executada em alvenaria de tijolo, com telha cerâmica, com 2,80 m de pé direito, forro em lâ-de-vidro, piso em cerâmica, porta principal em vidro temperado e janelas em aço, protegidas com grades.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.720,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.		



## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>30/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 (cantina do IPEV)	
Identificação do Cessionário	CNPJ	08 835 091 0001-97	
	Nome ou Razão Social	Eva Ferreira de Jesus - ME do IPEV	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 36/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina	
	Prazo da Cessão	23/09/2014 23/09/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 78,69 m <sup>2</sup> , em terreno considerado com mesma área, localizada em um prédio de alvenaria e concreto armado, com 2,80 m de pé direito, teto em laje, piso em cerâmica, esquadrias de aço com vidro liso.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 635,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>31/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.115.000	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias - CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210	
Identificação do Cessionário	CNPJ	05 868 574 0002-80	
	Nome ou Razão Social	Comercial Zaragoza Imp. e Exp. Ltda	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Supermercado	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 31/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Supermercado	
	Prazo da Cessão	10/12/2014 10/12/2019	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 281,86 m <sup>2</sup> , em terreno considerado de mesma área situada em um prédio em blocos de concreto, com pé-direito de 2,80 m e cobertura em telhas de fibrocimento com estrutura metálica, piso em cerâmica, forro em placas de isopor e paredes revestidas com emboço e pintura em látex PVA. As esquadrias das portas e janelas são executadas em aço, com pintura esmalte e vidro liso.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 13.050,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>32/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 - EPP CCA/ITA	
Identificação do Cessionário	CNPJ	05 069 590 0001-22	
	Nome ou Razão Social	Mendes & Mendes Cantina Ltda.	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 01/GIA-SJ/2014.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina	
	Prazo da Cessão	07/08/2014 07/08/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação, com 43,80 m <sup>2</sup> , possui estrutura em alvenaria, pé direito de 3,00 m, cobertura em laje e telha metálica, revestimento da fachada em concreto aparente, piso em granilite polido, forro metálico em tiras contínuas de alumínio.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.750,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>33/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 -Copita	
Identificação do Cessionário	CNPJ	53 325 510 0001-03	
	Nome ou Razão Social	M.A. Martins Papelaria - ME	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Papelaria	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 02/GIA-SJ/2014.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Papelaria	
	Prazo da Cessão	10/09/2014 10/09/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A papelaria, com 63,19 m², em terreno considerado de mesma área, parte de um prédio executado em estrutura de concreto armado, com cobertura em fibrocimento e pédireito de 4,00 m. Possui piso em revestimento vinílico, teto em laje e paredes internas emboçadas com pintura em látex PVA .	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.111,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>			<b>34/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002	
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 – cantina do ITA	
Identificação do Cessionário	CNPJ	34 274 233 0001-02	
	Nome ou Razão Social	Mendes & Mendes Cantina Ltda. - ME R\$	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência n.º 37/GIA-SJ/2013.	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina	
	Prazo da Cessão	10/09/2014 10/09/2016	
	Caracterização do espaço cedido	A edificação com 88,58 m <sup>2</sup> de construção, em terreno considerado com mesma área , executada em alvenaria e estrutura de concreto armado, com pé-direito variando de 2,0 a 4,0 m sobre laje inclinada.	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.510,00	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.	

## Continuação do Anexo G

<b>Quadro A.8.2.2.2 – Cessões de espaço físico em imóveis da União na responsabilidade da UJ</b>		<b>35/35</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.099.000.065.002
	Endereço	Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias CEP 12228-901 - São José dos Campos - SP Telefone (12) 3947 - 3000 FAX (12) 3947 - 3210 – cantina do CSCT
Identificação do Cessionário	CNPJ	09 083 760 0001-84
	Nome ou Razão Social	Liliane de Siqueira Souza Godoi - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico n.º 45/GIA-SJ/2014.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina
	Prazo da Cessão	07/01/2015 07/01/2017
	Caracterização do espaço cedido	Uma cantina com 50,5m <sup>2</sup> de construção, em terreno considerado com mesma área, executada em blocos de concreto, com pé-direito de 2,80m, cobertura em telha francesa, revestimento da fachada em reboco, piso revestido com cerâmica e paviflex, forro em placas de isopor, esquadrias em alumínio e madeira.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 650,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recolhidos na fonte 520 por meio de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilizado de acordo com a necessidade de cada Organização Militar.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Feita leitura mensal dos serviços públicos que são recolhidos via GRU à fonte 520.

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ								1/3
Situação	RIP	Estado de Conser vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliad o	Com Reformas	Com Manutenção	
<b>Ocupados</b>								
Ocupado	0921004355008	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004365003	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921003685004	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921003695000	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921003705005	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004375009	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921006365000	3	356.523,60	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004385004	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921006355005	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921006345000	3	356.523,60	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004395000	3	356.523,60	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004405005	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004415000	3	59.365.050,00	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004425006	3	356.523,60	01/12/2014	262.592,68	0,00	0,00	
Ocupado	0921004855000	2	30.000.000,00	01/12/2014	1.730.703,40	0,00	0,00	
Ocupado	0921004435001	3	6.600.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	

## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ								2/3
Situação	RIP	Estado de Conser vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
Ocupado	0921004445007	3	6.600.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004455002	3	2.750.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004465008	3	2.750.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004475003	3	2.750.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004485009	3	2.750.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004495004	3	2.750.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004505000	3	2.200.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004515005	3	2.200.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004525000	3	2.200.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004535006	3	2.200.000,00	01/12/2014	319.743,19	0,00	0,00	
Ocupado	0921004545001	3	6.600.000,00	01/12/2014	520.492,02	0,00	0,00	
Ocupado	0921004555007	3	6.600.000,00	01/12/2014	520.492,02	0,00	0,00	
Ocupado	0921006375006	3	950.000,00	01/12/2014	584.709,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	819.915,88	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	907.524,11	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	



## Continuação do Anexo G

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ							3/3	
Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Ocupado	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	635.532,79	0,00	0,00	
<b>Vazios</b>								
Vazio	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Vazio	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Vazio	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Vazio	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
Vazio	7099000055007	4	16.490,87	10/12/2014	1.002.418,92	0,00	0,00	
<b>TOTAIS</b>					<b>24.941.869,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LEGENDA:</b> (Conforme Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014)								
<b>Estado de Conservação:</b> (2) Muito Bom (3) Bom (4) Regular								

Fonte: quanto à natureza, item 2.2.1 da ICA 12-20; que os caracteriza como funcionais: Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ), NPA PASJ 007, de 06.06.2013. Com relação aos valores: INVENTÁRIO ANALÍTICO ANUAL 2014, com base em Valores Unitários de Benfeitorias fornecidos pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), conforme Relatório n.º RT 09/EP20/2014, de maio e SIAFI.

## ANEXO H – Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício						1/4
Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa					Código SIORG	
Comissão Coordenadora do Programa de Combate					009181	
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
1	TC-005 910/2011-0	2952/2013 – TCU - Plenário	9.1 a 9.8	RE	1390/2014-TCU/Secex Defesa, de 20/11/2014	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG	
Comissão Coordenadora do Programa de Combate					009181	
Descrição da Deliberação						
<p>Recomendar ao Ministério da Defesa/COPAC que:</p> <p>9.1.1. sistematize o processo de avaliação e aprovação de investimentos que envolvam transferência de tecnologia, sem prejuízo do estabelecimento de regras específicas por parte dos Comandos Militares, devendo a sistematização, pelo menos. Refletir o nível de maturidade tecnológica do comando militar que desenvolverá o empreendimento, bem como o da Base Industrial de Defesa Nacional (BID) que poderá ser beneficiada mediante acordos de transferência de tecnologia;</p> <p>9.1.2. atualize a Portaria Normativa 764/MD, de dezembro de 2002, no uso da competência que lhe atribui o artigo 19 do Decreto 7 970, de março de 2013, no sentido de estabelecer critérios mínimos de seleção e de inserção da indústria de defesa em empreendimentos militares que envolvam acordos de compensação, sem prejuízo do estabelecimento de parâmetros específicos por parte dos Comandos Militares em cada caso concreto.</p> <p>9.1.3 promova a integração entre as Forças Armadas, os fornecedores de <b>offset</b>, o setor industrial privado e o setor de P. D &amp; I civil e militar, de modo a evitar a duplicação de esforços em áreas de atuação que lhes sejam comuns, estimulando o compartilhamento de quadros, ideias e recursos, nos moldes da Estratégia Nacional de Defesa.</p> <p>9.1.4. acompanhe os projetos de investimento relacionados à aquisição ou ao desenvolvimento de materiais de emprego militar de forma integrada, utilizando, por exemplo, de carteira de projetos ou portfólio, em que constem informações que permitam avaliar cumprimento de cronograma, controle de custo, controle de escopo e o histórico das alterações dessas variáveis;</p> <p>9.1.5 acompanhe a evolução das transações de compensação dos Comandos Militares, por exemplo, por meio de banco de créditos de compensação, identificando as empresas beneficiárias e os valores a eles associados.</p> <p>9.1.6. avalie a utilidade e a viabilidade operacional e financeira de implantar sistema informatizado de acompanhamento de investimentos do setor de defesa, com as finalidades de resguardar dados de informações, de evitar a multiplicidade de controles e de proporcionar gestores e a outros interessados informações relevantes, fidedignas e tempestivas, e</p> <p>9.1.7. avalie, articulação com a Casa Civil da Presidência da República e com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a necessidade de promover avanços no marco regulatório das aquisições do setor de Defesa, a fim de conferir maior segurança jurídica aos contratos celebrados pelos Comandos Militares e permitir desenhos contratuais mais adequados à complexidade das relações entre fornecedores, beneficiários de transações de <b>offset</b>, governo e outros intervenientes</p> <p>9.2 nos termos do art. 250, inciso III. Do Regimento Interno, recomendar ao Comando da Marinha que:</p> <p>9.2.1. estabeleça indicadores para mensurar a evolução dos processos de transferência de tecnologia do Prosub, para avaliar de forma objetiva os benefícios de se onerara aquisição/desenvolvimento de equipamentos sob o argumento de que haverá capacitação da indústria nacional, ou da própria Força, e</p>						

## Continuação do Anexo H

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	2/4
Descrição da Deliberação	
<p>9.2.2. adote medidas de retenção de recursos humanos capacitados (pessoal civil ou militar) nos processos de transferência de tecnologia do Prosub, com vistas a garantir a transmissão dos conhecimentos adquiridos mediante transferência de tecnologia;</p>	
<p>9.2.3. efetive, por todos os métodos disponíveis, a integração em ter Prosub e o Programa Nuclear da Marinha, de forma garantir o pleno alcance das metas de ambos os projetos</p>	
<p>9.3 com fulcro no artigo 250, inciso II, do Regime Interno, determinar ao Comando da Marinha que mantenha controle de todos os custos relacionados ao Prosub e demais projetos sob gestão, incorporando a estes custos, entre outros, os valores pagos e título de juros e de taxa de compromisso referentes as operações de crédito contratadas para financiá-los, a fim de se obter a verdadeira dimensão do volume de recursos públicos alocados a cada projeto.</p>	
<p>9.4 com fundamento no art 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar ao Comando da Aeronáutica que</p>	
<p>9 4.1 intervenha nos projetos de cooperação industrial para que as indústrias selecionadas detenha os direitos de propriedade intelectual referentes às tecnologias absorvidas;</p>	
<p>9 4.2 estude a possibilidade de adotar medidas de retenção de recursos humanos (pessoal civil ou militar) durante e após a execução do Projeto H-XBR, a fim de evitar que recursos públicos empregados em capacitação profissional sejam perdidos;</p>	
<p>9.5 determinar ao Comando da Aeronáutica que</p>	
<p>9 5.1. mantenha controle de todos os custos relacionados ao Projeto H-XBR e demais projetos sob a gestão, incorporando a estes custos, entre outros, os valores pagos a título de juros e de taxa de compromisso referentes às operações de crédito contratadas para financiá-los, a fim de se obter a verdadeira dimensão do volume de recursos públicos alocados a cada projeto, e</p>	
<p>9 5.2 formalize critérios para conhecimento dos créditos relativos aos Projetos de Cooperação Industrial, considerando, em especial, o fato de que tais processos de transferência de tecnologia se encontram em curso.</p>	
<p>9.6. Encaminhar ao Comando da Marinha, ao Comando da Aeronáutica, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Departamento de Indústria de Defesa – Com defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e ao Comando de comunicações e Guerra do Exército, cópia integral da peça 84 e de acórdão, bom como do Relatório e do Voto que fundamentam.</p>	
<p>9.7. determinar com fundamento no art. 3º da Lei nº 12 527/2011, na manifestação do Comando da Marinha (Peça 82, páginas 13 e 14) e nas classificações de sigilo registradas pelos comandos militares nos documentos que integram este processo, que se remova o sigilo do relatório de auditoria e de seus anexos e apêndices, mantendo-se sobre as demais peças do processo, na extensão do que delimita o art. 24, §1º, III, do mesmo diploma, de forma que se possa dar a máxima transparência à sociedade de apreciação do Tribunal acerca do andamento do processo de transferência de tecnologia no âmbito do Programa de Submarinos da Marinha e do Projeto H-XBR, da Força Aérea.</p>	

## Continuação do Anexo H

<b>Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</b>		<b>3/4</b>
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>	
<b>Comissão Coordenadora do Programa de Combate</b>	009181	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
<p>Dos reflexos da adoção das medidas endereçadas ao Comando da Aeronáutica por meio do Acórdão 2952/2013 do TCU, encaminho a V.Exa. o seguinte:</p> <p>Em atenção ao item 9(iv) alínea a) que emanou a seguinte recomendação:</p> <p>"intervenha nos projetos de cooperação industrial para que as indústrias selecionadas detenham os direitos de propriedade intelectual referentes às tecnologias absorvidas;"</p> <p>A recomendação é constantemente considerada por esta Comissão, ao realizar as pertinentes gestões para que o máximo possível dos direitos dessa propriedade fique de posse das indústrias beneficiárias, dentro do que preconiza o contrato comercial, o acordo de compensação e a legislação aplicável.</p> <p>As empresas beneficiárias do Projeto H-XBR têm desenvolvido suas instalações, corpo técnico e processos de modo a adequar a sua capacitação para reproduzir parte dos sistemas e estruturas das aeronaves do projeto, cuja propriedade intelectual pertence ao seu desenvolvedor original e, em alguns sistemas, é compartilhada. Cita-se a reprodução de punho da cabeça do rotor principal, de carenagens em material composto, de estrutura metálica da cauda da aeronave, de cablagens, de sistemas aviônicos, dentre outros.</p> <p>Quanto ao item 9(iv) alínea b) que emitiu a seguinte recomendação:</p> <p>"estude a possibilidade de adotar medidas de retenção de recursos humanos durante e após a execução do Projeto H-XBR, a fim de evitar que recursos públicos empregados em capacitação profissional sejam perdidos;"</p> <p>Tal recomendação corrobora o entendimento desta Comissão e do Comando da Aeronáutica, que estão atentos à manutenção dos membros do corpo gerencial do Projeto H-XBR, assim como à das tripulações formadas para operarem e manterem os helicópteros recebidos. Entretanto, assim como informado em ocasião anterior, esta Comissão não vislumbra a possibilidade de, contratualmente, gerar controles que impeçam a evasão dos recursos humanos das empresas que receberam capacitação por meio do acordo em pauta, uma vez que são, em sua maioria, empresas privadas, sobre as quais esta Comissão não possui instrumentos legais para adotar tais medidas.</p> <p>Referente ao item 9(v) alínea a) que transmitiu a seguinte determinação:</p> <p>"mantenha controle de todos os custos relacionados ao Projeto H-XBR e demais projetos sob sua gestão, incorporando a estes custos, entre outros, os valores pagos a título de juros e de taxa de compromisso referentes às operações de crédito contratadas para financiá-los, a fim de se obter a verdadeira dimensão do volume de recursos públicos alocados a cada projeto;"</p> <p>A recomendação reforça o comprometimento desta Comissão que controla os recursos orçamentários disponibilizados para o Projeto H-XBR e que realiza as pertinentes gestões junto à SEFA, órgão responsável pelo controle e realização dos repagamentos dos contratos de financiamento, bem como por obter os montantes referentes aos juros e taxas de compromisso pagos nos financiamentos do Projeto H-XBR.</p> <p>Finalmente, referente ao item 9(v) alínea b) que comunicou a seguinte determinação:</p> <p>"formalize critérios para reconhecimento dos créditos relativos aos Projetos de Cooperação Industrial, considerando, em especial, o fato de que tais processos de transferência de tecnologia se encontram em curso."</p> <p>Foi firmado Termo de Cooperação entre o Ministério de Defesa (MD) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), visando permitir ao COMAER realizar o reconhecimento dos créditos dos Projetos de Cooperação Industrial por meio de assessoramento do MDIC.</p>		

## Continuação do Anexo H

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	4/4
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>O detalhamento dos <i>Statement Of Work</i> (SOW) dos Projetos de Cooperação Industrial está contido no Contract Data Requirement List (CDRL), que permite estabelecer critérios melhores definidos para o reconhecimento de créditos nos processos de transferência de tecnologia.</p> <p>Atualmente, baseado no que preconiza a CDRL, os representantes do MDIC acompanham a execução dos projetos de cooperação industrial e evidenciam, por meio de parecer, a conclusão de suas etapas que, por conseguinte, terão os créditos reconhecidos por esta Comissão.</p> <p>Quanto à impossibilidade de executar, parcialmente, as recomendações emitidas pelo citado Acórdão, esta Comissão expõe sua preocupação diante das significativas restrições orçamentárias enfrentadas no Projeto H-XBR.</p> <p>Uma vez que a execução dos projetos de cooperação industrial do Programa H-XBR está diretamente ligada à execução do Contrato de Despesa 008/CTA-SDPP/2008 – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte para as FFAA, a atual falta dos necessários recursos orçamentários tem refletido em atrasos na execução dos citados projetos de cooperação, podendo gerar prejuízo às empresas beneficiárias do Programa.</p>	

## ANEXO I – Custos de Serviço Público

<b>Quadro A.12.2.1 – Custos de Serviço Público</b>							
Natureza Despesa Detalhada		33903943		33903944		33903958	
		SERVICOS DE ENERGIA ELETTRICA		SERVICOS DE AGUA E ESGOTO		SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	
Ano Ref. ICC		2013	2014	2013	2014	2013	2014
UG Emitente Doc		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo
120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	2.939.898,48	2.846.317,87	65.661,18	58.763,52	266.576,78	328.725,61
120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	642.803,60	678.834,51	-	-	57.880,84	78.337,32
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	6.157.107,14	6.794.324,09	346.676,83	707.213,57	441.156,93	453.051,29
<b>TOTAL</b>		<b>9.739.809,22</b>	<b>10.319.476,47</b>	<b>412.338,01</b>	<b>765.977,09</b>	<b>765.614,55</b>	<b>860.114,22</b>

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## ANEXO J – Custos de Diárias Militares e Civis

Quadro A.12.2.2 – Custos de Diárias Militares e Civis							
Diárias		Diária Militar		Diária Civil		Diárias a Colaboradores Eventuais	
Ano Emissão Doc. Hábil		2013	2014	2013	2014	2013	2014
UG Benef. ICC		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo
120225	COMISSAO DE OBRAS DO DCTA	-	1.988,90	-	-	-	-
120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	164.140,70	288.362,43	35.321,70	42.469,71	-	-
120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	129.566,35	263.492,25	32.193,25	55.975,70	-	-
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	110.831,01	155.209,70	57.521,17	46.016,49	1.075,00	-
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	242.437,54	281.538,22	10.203,50	23.172,90	-	-
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	242.128,94	349.881,33	40.773,66	67.396,87	6.177,93	2.844,40
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	56.452,07	130.246,00	94.774,44	167.464,36	25.949,78	31.011,25
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	195.726,08	111.382,61	273.840,05	150.406,27	-	-
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	31.706,72	80.855,82	24.126,65	35.502,30	1.429,00	-
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	69.342,02	85.822,52	91.325,54	122.187,65	-	317,25
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	28.320,88	32.864,28	267,75	-	-	-
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	256.840,57	198.581,72	6.753,22	22.706,09	991,80	-
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	13.936,69	18.026,51	-	3.853,24	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.541.429,57</b>	<b>1.998.252,29</b>	<b>667.100,93</b>	<b>737.151,58</b>	<b>35.623,51</b>	<b>34.172,90</b>

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

**ANEXO K– Custos na Manutenção e Conservação de Imóveis**

<b>Quadro A.12.2.3 Custos na Manutenção e Conservação de Imóveis</b>				
Natureza Despesa Detalhada		33903916		Total
		MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS		
Ano Ref. ICC		2013	2014	
UG Emitente Doc		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	1.859.862,04	1.168.391,57	3.028.253,61
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	733.936,71	68.763,02	802.699,73
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	6.402.475,72	7.639.145,83	14.041.621,55
<b>TOTAL</b>		<b>8.996.274,47</b>	<b>8.876.300,42</b>	<b>17.872.574,89</b>

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)



## ANEXO L– Custos Orçamentários por Atividades

Quadro A.12.2.4 Custos Orçamentários por Atividades										1/4
Grupo CC - Consolidado		CC 0100 - Operações de Aeronaves		CC 0200 - Suprimento e Manutenção de Aeronaves		CC 0400 - Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo		CC 0700 - Pesquisa e Desenvolvimento		
Ano Emissão Doc. Hábil		2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	
UG Benef. ICC		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	
120225	COMISSAO DE OBRAS DO DCTA	-	-	-	-	-	-	-	-	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	1.108,10	14.155,15	-	8.064,17	-	-	181.366,24	52.545,22	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	423,10	5.839,25	-	-	-	-	295.637,10	366.801,77	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	2.786,40	607,70	452.972,77	2.980.144,59	339,00	-	17.486,56	45.448,33	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	9.336,90	4.592,90	-	-	-	-	-	2.118.055,89	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	1.078,65	3.073,65	-	-	1.130,61	-	10.572,55	18.117,40	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	-	-	-	-	-	-	11.012,39	86.085,62	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	926,95	-	-	-	-	-	-	2.962.966,30	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	-	220,50	-	-	-	-	370.174,55	668.336,18	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	331.704,80	365.041,15	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	-	26.612,08	-	-	-	-	-	925,35	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	304.571,57	249.222,37	3.409,10	13.982,30	969,00	2.577,85	172.928,45	170.415,95	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	-	-	-	-	-	-	
		<b>320.231,67</b>	<b>304.323,60</b>	<b>456.381,87</b>	<b>3.002.191,06</b>	<b>2.438,61</b>	<b>2.577,85</b>	<b>12.766.930,04</b>	<b>6.854.739,16</b>	

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo L

Quadro A.12.2.4 Custos Orçamentários por Atividades									2/4
Grupo CC - Consolidado		CC 0800 - Ensino e Treinamento		CC 0900 - Atividades de Saúde		CC 1000 - Atividades Operacionais Complementares		CC 3000 - Comando, Fiscalização e Controle	
Ano Emissão Doc. Hábil		2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
UG Benef. ICC		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo
120225	COMISSAO DE OBRAS DO DCTA	-	212,40	-	-	-	-	-	1.776,50
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	32.859,50	177.451,70	38.857,80	21.651,00	-	-	2.033.795,39	1.816.334,04
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	951,40	-	77.688,80	27.668,60	-	-	177.770,82	336.992,28
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	153.096,79	283.672,92	262.292,68	254.803,75	1.079,70	-	1.617.794,50	969.189,21
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	34.099,42	21.333,55	1.161,44	401,85	-	-	43.714,06	33.332,07
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	24.083,23	134.945,76	3.975,00	9.338,42	412,25	-	2.117.272,21	2.347.247,60
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	959.791,23	894.848,16	-	937,65	-	-	65.853,57	213.401,24
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	6.640,95	5.124,07	-	-	11.523,00	-	419.148,94	2.354.954,30
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	6.867,51	61.819,05	955,36	3.855,95	-	-	148.557,19	367.961,33
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	1.041,40	-	-	-	-	118.356,35	165.995,31
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	10.245,13	17.697,82	1.725,20	626,00	-	-	60.787,27	49.602,70
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	74.700,46	55.165,76	657,53	6.167,23	-	88,50	13.415,72	9.035,32
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	-	-	-	-	77.703,22	-
		<b>1.303.335,12</b>	<b>1.653.312,59</b>	<b>387.313,81</b>	<b>325.450,45</b>	<b>13.014,95</b>	<b>88,50</b>	<b>6.894.169,24</b>	<b>8.665.821,90</b>

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo L

Quadro A.12.2.4 Custos Orçamentários por Atividades										3/4
Grupo CC - Consolidado		CC 3100 - Administração e Intendência		CC 3200 - Informações e Segurança Interna		CC 3300 - Infraestrutura		CC 3400 - Atividades Especiais		
Ano Emissão Doc. Hábil		2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	
UG Benef. ICC		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	
120225	COMISSAO DE OBRAS DO DCTA	-	-	-	-	-	8.100,91	-	-	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	68.938,30	54.177,81	5.620,40	13.487,20	10.662.377,99	11.384.362,50	-	-	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	230.970,39	578.721,16	73.939,30	7.661,47	2.020.980,04	1.427.789,84	396.006,76	310.061,56	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	1.048.722,69	582.232,08	148.950,74	305.112,41	15.334.427,99	13.978.370,88	410.533,97	437.271,99	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	20.230,69	24.850,97	95,00	623,13	144.914,95	27.748,94	-	1.903,86	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	227.375,74	445.560,21	6.911,67	46.189,57	427.076,97	631.709,76	-	11.470,00	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	4.643,54	91.478,48	200,75	3.727,00	355.682,83	84.128,62	-	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	4.672,91	62.960,55	-	5.308,14	742.483,31	535.798,60	-	-	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	2.630,78	29.927,08	532,40	3.451,96	944.705,69	1.588.757,30	-	2.397,80	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	27.176,02	93.291,79	-	1.727,14	99.521,81	52.174,98	-	-	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	28,98	14.093,86	2.068,86	795,04	20.302,73	10.000,76	-	-	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	11.102,89	37.645,83	22.856,40	2.068,06	24.709,83	23.480,50	-	-	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	-	1.211,67	7.959,34	5.759,94	-	-	
		<b>1.641.231,37</b>	<b>2.014.939,82</b>	<b>261.175,52</b>	<b>391.362,79</b>	<b>785.143,48</b>	<b>29.758.183,53</b>	<b>806.540,73</b>	<b>759.297,49</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo L

Quadro A.12.2.4 Custos Orçamentários por Atividades									4/4
Grupo CC - Consolidado		CC 3600 - Atividades de Informática		CC 6000 - Atividade de Apoio Habitacional		CC 6100 - Inativos, Pensionistas e Aposentados		CC 6200 - Assistência Social	
Ano Emissão Doc. Hábil		2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
UG Benef. ICC		Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo	Valor Custo
120225	COMISSAO DE OBRAS DO DCTA	-	-	-	-	-	-	-	-
120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	-	-	65.022,50	159.362,13	-	-	77.821,71	73.053,40
120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	204.843,18	141.166,05	-	-	-	-	42.535,20	62.200,00
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	10.853,24	175.539,25	-	-	-	-	233.921,17	240.085,19
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	-	-	-	-	88,50	-	-
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	4.375,65	48.896,00	88,20	-	-	-	-	-
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	-	-	-	-	-	-	198,49	-
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	-	-	-	-	-	-	-	-
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	-	-	-	-	-	-	-	-
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	-	-	-	-	-	-	-	-
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	89,25	784,94	-	265,50	-	-	-	-
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	4.162,27	4.108.607,82	5.215.414,29	-	-	-	-
		220.161,32	370.548,51	4.173.718,52	5.375.041,92	-	88,50	354.476,57	375.338,59

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## ANEXO M– Custos Patrimoniais por Atividades

Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades					1/8
Grupo CC - Consolidado		CC 0100 - Operações de Aeronaves	CC 0200 - Suprimento e Manutenção de Aeronaves		CC 0400 - Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo
Ano		2014	2013	2014	2014
UG Responsável		Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	-	859.933,91	316.458,58	-
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	-	-	-	-
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	-	305.607,09	25.694,02	-
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	8.733,60	-	-
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	-	-	-	-
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	-	-	-	-
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	-	-	518.318,71	-
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	-	-	-	-
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	-	-
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	183,00	-	-	-
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	-	26.268.608,66	11.517.019,35	19,80
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>183,00</b>	<b>27.442.883,26</b>	<b>12.377.490,66</b>	<b>19,80</b>

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo M

Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades						2/8
Grupo CC - Consolidado		CC 0500 - Desenvolvimento e Manutenção da Rede Aeroportuária		CC 0700 - Pesquisa e Desenvolvimento		
Ano		2013	2014	2013	2014	
UG Responsável		Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	-	-	196.128,67	460.904,42	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	-	-	267.729,36	177.154,01	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	1.425,92	703,66	-	-	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	-	-	-	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	-	-	1.348,36	-	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	-	-	-	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	-	-	9.706.458,89	1.597.359,66	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	-	-	594.250,50	179.938,17	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	8.953,64	10.746,76	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	-	-	-	-	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	-	-	152.239,40	6.156,64	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>		<b>1.425,92</b>	<b>703,66</b>	<b>10.927.108,82</b>	<b>2.432.259,66</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo M

Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades						3/8
Grupo CC - Consolidado		CC 0800 - Ensino e Treinamento		CC 0900 - Atividades de Saúde		
Ano		2013	2014	2013	2014	
UG Responsável		Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	-	261,36	32.353,04	31.247,35	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	-	-	16.729,43	14.513,06	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	139.962,79	17.978,05	669.073,80	619.619,10	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	-	-	-	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	-	-	-	-	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	71.198,61	1.015.480,07	-	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	-	6.525,07	-	-	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	-	-	-	-	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	-	-	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	257,28	1.416,90	-	-	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	5.600,68	3.846,07	-	-	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	245,71	-	-	
<b>TOTAL</b>		<b>217.019,36</b>	<b>1.045.753,23</b>	<b>718.156,27</b>	<b>665.379,51</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo M

<b>Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades</b>						<b>4/8</b>
<b>Grupo CC - Consolidado</b>		<b>CC 1000 - Atividades Operacionais Complementares</b>		<b>CC 3000 - Comando, Fiscalização e Controle</b>		
<b>Ano</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	
<b>UG Responsável</b>		<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	-	-	73.883,67	19.402,70	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	-	-	9.387,81	9.736,59	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	-	-	83.641,39	43.961,15	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	-	15.123,92	39.447,86	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	59.083,87	-	58.593,88	27.446,75	
120140	INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONAUTICA	-	-	57.554,85	45.713,86	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	2.951,69	3.732,85	114.911,23	100.417,17	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	-	-	8.953,17	9.377,21	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	9.011,83	10.317,82	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	-	-	1.705,95	7.734,51	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	-	-	9.225,55	6.258,04	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	30.484,74	9.734,19	
<b>TOTAL</b>		<b>62.035,56</b>	<b>3.732,85</b>	<b>472.477,99</b>	<b>329.547,85</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)



## Continuação do Anexo M

<b>Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades</b>						<b>5/8</b>
<b>Grupo CC - Consolidado</b>		<b>CC 3100 - Administração e Intendência</b>		<b>CC 3200 - Informações e Segurança Interna</b>		
<b>Ano</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	
<b>UG Responsável</b>		<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	2.531.717,55	2.471.413,84	41.751,77	43.815,19	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	808.871,35	990.643,95	30.987,68	13.463,73	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	5.862.179,88	6.840.579,54	25.734,69	14.711,51	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	2.257,91	73.664,73	-	-	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	69.535,62	131.820,18	-	-	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	16.868,48	23.819,61	977,99	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	33.578,54	39.322,32	867.991,32	454.826,62	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	23.381,64	45.800,94	102,80	571,62	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	10.076,48	9.989,13	-	2,48	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	35.237,11	44.887,78	-	-	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	13.998,38	13.051,58	-	7,80	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	13.471,71	6.299,35	-	-	
<b>TOTAL</b>		<b>9.421.174,65</b>	<b>10.691.292,95</b>	<b>967.546,25</b>	<b>527.398,95</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo M

Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades						6/8
Grupo CC - Consolidado		CC 3300 - Infraestrutura		CC 3400 - Atividades Especiais		
Ano		2013	2014	2013	2014	
UG Responsável		Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	Valor Crédito - Moeda origem	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	718.730,88	1.300.853,89	2.263,91	9.927,53	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	284.752,97	401.460,02	550,24	1.653,94	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	773.849,45	823.997,91	22.576,23	30.259,80	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	13.076,82	2.884,46	-	-	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	-	-	-	-	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	118.094,16	91.077,54	-	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	103.200,02	89.574,92	-	-	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	68.190,64	65.394,06	-	-	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	69.870,64	56.528,45	-	-	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	10.648,18	20.554,18	-	-	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	11.800,34	18.445,07	-	-	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	10.484,93	13.545,53	-	-	
<b>TOTAL</b>		<b>2.182.699,03</b>	<b>2.884.316,03</b>	<b>25.390,38</b>	<b>41.841,27</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo M

<b>Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades</b>						<b>7/8</b>
<b>Grupo CC - Consolidado</b>		<b>CC 3600 - Atividades de Informática</b>		<b>CC 6000 - Atividade de Apoio Habitacional</b>		
<b>Ano</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	
<b>UG Responsável</b>		<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	12.745,53	523,88	-	-	
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	50.130,47	33.893,13	-	-	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	918,97	1.321,35	7.378,97	4.198,63	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	-	6.033,44	-	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	-	-	-	-	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	-	-	-	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	-	-	-	-	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	-	-	-	-	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	-	-	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	69,62	-	-	-	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	-	-	-	-	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	115.732,36	84.337,16	
<b>TOTAL</b>		<b>63.864,59</b>	<b>35.738,36</b>	<b>129.144,77</b>	<b>88.535,79</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo M

<b>Quadro A.12.2.5 Custos Patrimoniais por Atividades</b>				<b>8/8</b>
<b>Grupo CC - Consolidado</b>		<b>CC 6200 - Assistência Social</b>		
<b>Ano</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	
<b>UG Responsável</b>		<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	<b>Valor Crédito - Moeda origem</b>	
120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	-	24,41	
120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	558,26	242,53	
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	24.187,22	23.597,98	
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	-	-	
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	-	1.478,32	
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	-	-	
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	-	369,58	
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	-	369,58	
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	-	-	
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	-	2.032,69	
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	-	184,79	
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	-	-	
<b>TOTAL</b>		<b>24.745,48</b>	<b>28.299,88</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## ANEXO N – Custos dos Programas

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas						1/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	6.518,82
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	263.941,45
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	9.331,31
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	155.507,96
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDOS	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	5.642,47
0A07	CONCESSAO DE BOLSA - EDUCACAO ESPECIAL AOS DEPENDENTES DAS VITIMAS DO ACIDENTE DE ALCANTARA (LEI N. 10.821, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003)	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	9.933,52

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							2/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	22.166,15	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	3.044,82	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	37.618,49	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	9.543,80	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	13.555,76	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	2.735,45	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	5.015,41	
14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	4.162,27	
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	4.196.238,41	
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	1.025.724,85	

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)3

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas						3/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	10.956.318,91
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	543.891,64
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	1.569.998,61
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	253.180,02
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	1.871.647,67
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	922.774,31
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	292.181,33
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	59.993,42

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							4/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	305.426,32	
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	2.427.043,15	
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120609	CENTRO TECNICO AEROESPACIAL - SAUDE	302.968,29	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	13.119,68	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	10.081,11	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120609	CENTRO TECNICO AEROESPACIAL - SAUDE	36.743,98	
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	151.153,34	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)



## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas						5/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	79.729,97
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120063	CENTRO TECNICO AEROESPACIAL	9.488,88
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	16.270,73
20UZ	DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DA INFRAESTRUTURA ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	6.317.210,81
20UZ	DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DA INFRAESTRUTURA ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	553.199,00
20UZ	DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DA INFRAESTRUTURA ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	744.921,65
20UZ	DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DA INFRAESTRUTURA ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	42.776,92
20UZ	DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DA INFRAESTRUTURA ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	452.492,85

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							6/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
20UZ	DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DA INFRAESTRUTURA ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	91.338,00	
20V0	DESENVOLVIMENTO E LANCAMENTO DE FOGUETES SUBORBITAIS E DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES	2056	POLITICA ESPACIAL	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	66.843,75	
20V0	DESENVOLVIMENTO E LANCAMENTO DE FOGUETES SUBORBITAIS E DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES	2056	POLITICA ESPACIAL	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	194.206,56	
20V0	DESENVOLVIMENTO E LANCAMENTO DE FOGUETES SUBORBITAIS E DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES	2056	POLITICA ESPACIAL	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	485,97	
20VB	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	9.052,68	
20VB	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	123.146,25	
20VB	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR ESPACIAL	2056	POLITICA ESPACIAL	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	640,20	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							7/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
20X1	PARTICIPACAO BRASILEIRA EM MISSOES DE PAZ	2057	POLITICA EXTERNA	120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	88.599,75	
20X4	SISTEMA DE PROTECAO DA AMAZONIA - SIPAM	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	26.867,54	
20X5	COMANDO E CONTROLE DE DEFESA NACIONAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	507,20	
20X8	GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUTO TECNOLOGICO DE AERONAUTICA - ITA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	81.621,00	
20X8	GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUTO TECNOLOGICO DE AERONAUTICA - ITA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	48.035,38	
20X8	GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUTO TECNOLOGICO DE AERONAUTICA - ITA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	322.206,43	
20X8	GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUTO TECNOLOGICO DE AERONAUTICA - ITA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	5.050,57	
20X8	GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUTO TECNOLOGICO DE AERONAUTICA - ITA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	169,00	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							8/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
20X8	GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUTO TECNOLOGICO DE AERONAUTICA - ITA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	3.485,85	
20X9	CAPACITACAO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	38.766,00	
20X9	CAPACITACAO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	34.229,67	
20X9	CAPACITACAO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	1.650,00	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	157.062,13	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	990.003,35	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	23.333,33	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	10.571,90	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	420.282,34	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							9/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	307.895,26	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	131.992,06	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	44.889,82	
20XB	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO NO SETOR AEROESPACIAL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120609	CENTRO TECNICO AEROESPACIAL - SAUDE	1.359,39	
20XC	FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE LANCAMENTO	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	342.290,47	
20XC	FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE LANCAMENTO	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	131.839,13	
20XJ	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO EXERCITO	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	228,95	
20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	1.007.745,23	
20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	24.151,40	

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							10/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	40.624,35	
20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	123.774,38	
20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	1.528,95	
20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	772.643,45	
212B	OUTROS BENEFICIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	3.927,00	
212O	MOVIMENTACAO DE MILITARES	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	43.524,00	
212O	MOVIMENTACAO DE MILITARES	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	9.941,38	
2872	MOBILIZACAO PARA O SERVICO MILITAR OBRIGATORIO	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	15.000,00	

Fonte: Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							11/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	888,30	
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	380,70	
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	1.449,15	
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	524,72	
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	1.490,75	
2916	INSTRUCAO E TREINAMENTO TECNICO-OPERACIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	3.950,00	
2916	INSTRUCAO E TREINAMENTO TECNICO-OPERACIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	2.615.283,97	
2916	INSTRUCAO E TREINAMENTO TECNICO-OPERACIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	44.134,40	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)

## Continuação do Anexo N

Quadro A.12.2.6 Custos dos Programas							12/12
Ação PT		Programa PT		UG Benef. ICC		Valor Custo	
2916	INSTRUCAO E TREINAMENTO TECNICO-OPERACIONAL DA AERONAUTICA	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	128.937,09	
2B28	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	40.541,17	
2B28	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	21.694,17	
<b>TOTAL</b>						<b>42.304.078,02</b>	

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)



## ANEXO O – Custos das Unidades Administrativas

<b>Quadro A.12.2.7 Custos das Unidades Administrativas</b>			
<b>Ano Ref. ICC</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>UG Benef. ICC</b>		<b>Valor Custo</b>	<b>Valor Custo</b>
120013	CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA	13.293.156,68	13.629.562,72
120015	CENTRO DE LANCAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	3.521.746,09	3.316.084,48
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-EST E APOIO DE S J CAMPOS	19.863.730,06	20.493.508,26
120108	COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	7.295.640,68	2.229.123,94
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	2.817.103,87	3.678.798,49
120140	INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	1.401.594,92	1.508.479,10
120141	INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	5.499.533,29	5.917.111,96
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	1.469.161,92	2.724.768,75
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	577.319,48	676.254,34
120298	CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	95.158,17	120.353,61
120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	620.967,50	570.900,11
120512	PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	4.194.070,47	5.226.548,17
<b>TOTAL</b>		<b>60.649.183,13</b>	<b>60.091.493,93</b>

**Fonte:** Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC)